BRACARA AUGUSTA



REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. LIX N.º 117 (130) ANO DE 2014

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA



VOL. LIX N.º 117 (130) ANO DE 2014

BRACARA AUGUSTA

DIRECTOR

LUÍS ALEXANDRE CABRAL DA SILVA PEREIRA
(Professor da Faculdade de Filosofia de Braga)

CONSELHO DE REDACÇÃO

LUÍS ANTÓNIO DE OLIVEIRA RAMOS
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

AURÉLIO DE OLIVEIRA
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

JOSÉ MARQUES
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

JOSÉ VIRIATO CAPELA
(Professor da Universidade do Minho)

ARMANDO MALHEIRO
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

ANTÓNIO FRANKLIM NEIVA SOARES
(Professor da Universidade do Minho)

MARIA DO CARMO FRANCO RIBEIRO
(Professor Auxiliar do ICS da Universidade do Minho)

MIGUEL BANDEIRA
(Vereador da Câmara Municipal de Braga;
Pelouros: Regeneração Urbana,
Património, Ligação à Universidade
e Planeamento, Ordenamento e Urbanismo;
Professor na Universidade do Minho;
Geógrafo)

COORDENAÇÃO GERAL

PELOURO DA CULTURA

Nota de Apresentação

Cumprindo o que havíamos prometido, o número LIX da revista Bracara Augusta*, que hoje vê a luz do dia, é inteiramente dedicado ao Bom Jesus do Monte. Associamo-nos, deste modo, ao projeto em curso de elevar a Património Mundial o emblemático monumento bracarense, provavelmente o mais belo sacromonte do mundo. É necessário que os responsáveis pela atribuição de tão importante distinção saibam que toda a comunidade bracarense se encontra fortemente envolvida no processo. A publicação deste número é uma das suas contribuições para este esforço coletivo.*

Estamos bem conscientes dos benefícios de tal classificação. Entre eles, salientamos os de natureza económica, trazidos pelo previsível incremento da atividade turística. Como sabemos, o turismo é, presentemente, uma das indústrias que mais crescimento regista. Segundo dados há pouco divulgados, o turismo trouxe a Portugal, no passado ano de 2014, uma receita que ronda os 10.400 milhões de euros. Essa vertente turística, altamente rendosa, não pode, de modo nenhum, deixar de ser tida em conta, embora saibamos que o Bom Jesus do Monte implica várias outras dimensões não menos importantes, quer de natureza cultural, quer religiosa.

Como o leitor poderá verificar, o precioso monumento é aqui abordado a partir de várias perspetivas. O seu enquadramento físico é analisado por Teresa Portela Marques, Teresa Andresen e Carla Gonçalves, no artigo "Bom Jesus do Monte. A Paisagem e o Lugar". Também de Teresa Portela Marques e Teresa Andresen, temos a contextualização do Bom Jesus relativamente a vários outros sacromontes, não apenas do Minho e de outras regiões de Portugal, mas, principalmente, da Europa (Itália e Alemanha) e do Brasil.

Aurélio de Oliveira, no artigo "O Bom Jesus do Monte. I. As origens. II. As devoções", historia a génese do monumento e as práticas devocionais que nele se foram desenvolvendo ao longos dos séculos. Faz remontar a sua origem, com a fundação da ermida de Santa Cruz, a cerca de 1340-1341, época da batalha do Salado, a que outras construções e denominações se seguiram. Assim, no terceiro quartel do séc. XVI, passou a chamar-se Ermida do Espírito Santo, só começando designar-se por Bom Jesus do Monte na segunda década do séc. XVII. Vemos, pois, que o Bom Jesus acompanha

praticamente toda a História de Portugal, facto que não é, de modo nenhum, despiciendo para fortalecer uma candidatura a Património Mundial.

José Carlos Peixoto esclarece a atividade empresarial de Manuel Joaquim Gomes, responsável pela criação do elevador do Bom Jesus, Monumento de Interesse Público desde 23 de Maio de 2013. Chama ainda a atenção para a sua atividade empresarial nas área da tecelagem, da banca, da indústria da panificação, da hotelaria, do termalismo, dos transportes, dinamizador que foi da rede de carros americanos, o que revela um homem de moderno espírito empreendedor.

Eduardo Gonçalves e Varico Pereira, em «Do Santuário à vilegiatura», analisam o Santuário e o seu enquadramento como estância de repouso e entretenimento, chamando a atenção para as suas estruturas de lazer e potencial turístico.

Eduardo Pires de Oliveira, no seu artigo "Artistas que trabalharam no Santuário do Bom Jesus do Monte", identifica uma plêiade de homens que deixaram, no santuário, as marcas do seu trabalho artístico. Poderá constituir um excelente ponto de partida para novas investigações.

Do reflexo que teve o Bom Jesus na criação literária ocupa-se João Paulo Braga, com o seu estudo "No Bom Jesus do Monte com Camilo Castelo Branco". Outros escritores se referiram ao Santuário, mas nenhum o fez de modo tão extenso, tão sentido e, por vezes, tão dramático, de acordo, aliás, com a sua sensibilidade romântica, como o romancista de Seide.

Eduardo Duarte, no seu artigo "Bom Jesus do Monte: uma obra de arte total", aborda os vários aspetos do monumento nas vertentes paisagística, urbanística, arquitetónica, escultórica e até pictórica, apresentando-o como obra de arte total que vive e reflete o discurso religioso e artístico de cada época, dando-lhe novos e contínuos sentidos.

Julgamos que o presente volume da revista Bracara Augusta, *para além de trazer aos leitores aportações relevantes para o conhecimento mais aprofundado de um dos* ex-libris *da cidade de Braga, contribuirá, voltamos a dizê-lo, para robustecer a candidatura da agora Basílica do Bom Jesus do Monte a Património Mundial, mostrando que também a comunidade académica e cultural não só acompanha o processo, mas nele se encontra fortemente empenhada.*

O director

Luís da Silva Pereira

Braga e o Bom Jesus do Monte, uma simbiose perfeita

MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA * e RUI MANUEL FERREIRA *

O Bom Jesus do Monte, sendo hoje em dia parte integrante da cidade de Braga, um núcleo de urbanidade que compõe e se complementa, pela diversidade e o cosmopolitismo, com o espaço urbano contemporâneo, embora fisicamente distinto no passado, nunca deixou de ser o produto dessa relação estreita e de duplo sentido entre a cidade e o seu território envolvente. Para lá da questão da fundação *ex-nihilo*, ou não, de Bracara Augusta, iniciando-se no remate poente de um interflúvio sobranceiro à margem esquerda do rio Cávado, suficientemente perto dos contactos e, simultaneamente, apartada para manter os intrusos à distância de surpresas, estabeleceu com o rio Este uma relação íntima de domesticidade. Foi, pois, nesse quadro de contiguidade com o pequeno curso de água, de serventia quotidiana, que as vertentes da margem nascente e sul da serra de Espinho/Falperra passaram a emoldurar o recorte paisagístico mais vigoroso das vistas de Braga.

Monte, desde logo disposto como o principal palco das miradas mais gerais e permanentes dos bracarenses, as suas encostas e linhas de cumeada cedo se proporcionaram para ser os expositores dos mais inequívocos referentes simbólicos. O sítio do Bom Jesus do Monte até nem terá sido o primeiro, por exemplo, face a uma possível edificação suévica no alto de Santa Marta das Cortiças. Contudo, vai para sete séculos, desde que se aí se erigiu uma *crucis*, não mais este local deixou de ser um ponto de fuga da geometria espiritual e mental de Braga.

* Universidade do Minho.

O cristão de Braga, porém, profundamente romano, jamais se dissociou do antecedente *geniusloci* pagão, resultando uma recorrente propensão arcádica que permaneceu no imaginário dos bracarenses. À cruz juntou-se a construção de uma ermida, certamente envolta num terreno de carvalheiras, cenário bucólico por excelência da paisagem minhota, como ilustrou Orlando Ribeiro, a acrescentar mais uma *conta do rosário* das capelas que compõe os pontos altos das serras do Minho.

Com o aumento da visibilidade, a omnipresença e a proximidade do referente, daqui para a frente, o sítio deixa de ser unicamente presenciado de baixo para cima para passar a ser ponto de observação sobre a cidade e da paisagem envolvente. Local de peregrinação, romagens, celebrações e folguedos, sintetiza um dos principais marcadores identitários de Braga. Nesse sentido, o Bom Jesus do Monte pode também ser tomado como uma alegoria da História urbana de Braga, pela sua origem, desenvolvimento, símbolos e desafios que fixou e projeta para o futuro.

*
* *

A poucas dezenas de quilómetros do mar, a cidade de Braga, enquanto síntese da romanização aglutinadora do antecedente policentrismo castrejo, constituirá o compromisso entre o ponto de encontro de rotas flúvio-marítimas de longo curso, e o cruzamento meridiano de ancestrais rotas terrestres. Cruzamento por excelência de devoções, comércios, gentes e ideias que se consubstanciaram em ponto de partida e chegada de cinco vias romanas. Cidade dos Brácaros.

Admite-se que os romanos terão fundado a cidade de Bracara Augusta cerca de 16 AC, obtendo um domínio estratégico e económico sobre o noroeste peninsular, que se vem a confirmar cerca de dois séculos mais tarde, com a elevação da cidade a capital da província romana da *Galaecia*. E é nesta altura de grande afirmação da cidade que o Império se confronta com as invasões bárbaras a que os organizados exércitos romanos não resistiram. Bracara Augusta é invadida pelos Suevos no ano de 409. Convenciona-se como o fim do domínio romano na cidade.

Sob o domínio Suevo, Braga é granjeada com o título de capital de reino, tornando-se no centro político e intelectual do

noroeste peninsular. Porém, estes povos não eram originariamente cristãos. É sob a prelazia do bispo de Braga, Balcónio, que se dá a primeira conversão do reino Suevo.

Entretanto, Braga converte-se ao arianismo, passando o cristianismo para segundo plano. Haveria então dois bispos: um católico e um ariano. É precisamente um século depois que o reino volta a converter-se ao cristianismo, facto que se deve, em grande parte, a S. Martinho de Dume, uma das mentes mais evoluídas da época e da ibéria. A tarefa civilizadora de S. Martinho foi notável, sendo ele o verdadeiro responsável pelo ressurgimento de Braga como centro religioso. Além de S. Martinho de Dume, durante o domínio suévico, destacou-se, em Braga, aquele que foi provavelmente o primeiro filósofo da história – o presbítero Paulo Orósio. Confidente de Santo Agostinho e uma das figuras cosmopolitas da História de Braga.

No ano de 585, Braga é conquistada pelas hordas visigóticas. O território, anteriormente sob domínio suevo, torna-se numa espécie de estado federado dos Visigodos. É sob o seu jugo que, em Braga, surge um novo bispo radioso, S. Frutuoso, que legou a Braga uma capela até hoje rodeada de mistério.

Nos finais do século VII, chega ao fim o domínio visigótico na península Ibérica. Os muçulmanos atravessaram sem resistência o estreito de Gibraltar e ocuparam fulminantemente grande parte da península. Segundo a historiografia moderna, o período que intermediou o desmembramento do reino visigótico – que provavelmente ocorreu em 717 – e a restauração da diocese de Braga – que vem a acontecer no ano de 1070, por intermédio do Bispo D. Pedro e do rei D. Garcia da Galiza – foi marcado pelo ermamento. Esta tese encontra-se fragilizada, em face dos dados mais recentes da historiografia. Provavelmente, a cidade de Braga, dada a instabilidade que caraterizou o processo de reconquista, deveria ter uma população escassa e extremamente vinculada às comunidades rurais que circundavam a antiga capital da Galécia. A existência de cenóbios como Dume, Montélios e Tibães, cujas reconstruções deverão ter ocorrido no século X, sendo que Dume transformou a antiga basílica em igreja paroquial, atestam a permanência de populações nesta área. Portanto, a cidade de Braga deverá ter continuado a ser habitada, embora sem estruturas defensivas ou edifícios públicos destacados, dada a inexistência de organização administrativa e, até, eclesiástica, uma vez que os poderes diocesanos foram transferidos para Lugo.

No ano de 877, o bispo Reduzindo levou a cabo uma tentativa de restauração da dignidade da cidade de Braga. No ano de 997, as tropas muçulmanas comandadas pelo terrível Almançor terão presumivelmente atravessado a cidade. A expugnação definitiva dos territórios aconteceu por intermédio do rei católico Fernando Magno, que conquistou definitivamente os territórios até ao rio Mondego, já no século XI. Começaram, então, a surgir condições para a restauração consolidada de Braga e da sua diocese. É precisamente o filho deste monarca e futuro rei da Galiza, D. Garcia, que, sob o empenho dos bispos de Lugo e Iria, vai restaurar a diocese de Braga, reconstruir e repovoar a cidade, a partir do ano de 1070, sendo neste contexto e ano que D. Pedro, nomeado bispo de Braga, efetua a construção da Sé Catedral de Braga, o que vem a acontecer no dia 28 de agosto de 1089, celebrado com grande pompa e alcance.

Estava dado o primeiro passo para Braga ver restituídos os seus direitos de metropolita, o que vem a acontecer no ano de 1099, com o Arcebispo S. Geraldo. A cintura defensiva da cidade é, então, construída por ordem do Conde D. Henrique, passando a Sé a ocupar o lugar de destaque na planta da nova urbe. Com a morte de S. Geraldo, em 1108, torna-se Arcebispo de Braga D. Maurício Burdino, homem enérgico e valente, que vai lutar bravamente, junto da Santa Sé, pelos direitos de Braga em relação a Compostela e Toledo. No ano de 1112, dá-se um dos mais importantes factos da história da nossa cidade: a criação do Couto de Braga pelos condes portucalenses, facto que fez dos Arcebispos senhores e príncipes de Braga.

No mesmo ano, morreu o Conde D. Henrique, sendo sepultado em Braga. Anos mais tarde, o seu filho D. Afonso Henriques, entra em disputa com a própria mãe, Dona Teresa, pelo governo do Condado Portucalense. O arcebispo então chegado, D. Paio Mendes, toma o partido do príncipe e enfrenta Dona Teresa, chegando mesmo a ser preso pela condessa. Braga era, então, o epicentro de uma guerra civil. O confronto entre mãe e filho, aspeto mítico da formação da nacionalidade, foi inevitável, e deu-se a 24 de junho de 1128, com a Batalha de S. Mamede, em que D. Afonso Henriques triunfa graças ao apoio direto do arcebispo. Esta batalha foi o mais importante passo para a fundação de Portugal. D. Afonso Henriques, em agradecimento, concederá privilégios ao arcebispo de Braga e patrocinará as obras na Catedral por longos anos.

Porém, será outro arcebispo, D. João Peculiar, que com incessante trabalho junto da Santa Sé, conseguiu do Papa o reconhecimento de Portugal como reino, o que veio a acontecer em 1179, confirmando a preponderância da ação dos prelados bracarenses na fundação de Portugal.

No ano de 1361, é eleito arcebispo D. João de Cardaillac, sendo de destacar o fato de ter sido o primeiro prelado bracarense a intitular-se Primaz das Hespanhas. Foi durante a vigência deste arcebispo que, em 1369, Braga foi invadida e parcialmente destruída pelo rei de Castela, D. Henrique II. Devido a este acontecimento, o rei D. Fernando mandou reforçar o sistema defensivo da cidade.

Por este tempo, o Bom Jesus não representava mais do que uma ermida afastada dos arrabaldes da cidade. A primeira notícia remonta ao ano de 1373, falando-se já na existência de uma ermida, presumivelmente fundada por D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga entre 1326 e 1348. Este prelado, sepultado primorosamente na sublime Capela da Glória da Catedral bracarense, havia lutado, ao lado de El-Rei D. Afonso IV, na decisiva Batalha do Salado, travada a 30 de Outubro de 1340, nos planaltos de Cádiz. Ali padeceu uma poderosa armada muçulmana, chefiada pelo Rei de Fez e pelo Emir de Granada, que tentou, pela última vez, reconquistar posições na península. O Rei Bravo acorreu ao socorro castelhano, enterrando o machado de guerra que o separava do orgulhoso Afonso XI de Castela, a quem dera sua filha em casamento. Rezam as crónicas que D. Gonçalo Pereira atribuiu essa notável e decisiva vitória à intervenção de Santa Cruz, de quem era devoto, e que seu filho, Prior do Crato, levava arvorada em estandarte, conduzindo as hostes. Daí terá surgido uma promessa que terá dado origem à ermida de Santa Cruz, novamente citada, na prelazia do Arcebispo D. Fernando da Guerra, como pertença da paróquia de Tenões.

No ano de 1387, a cidade de Braga foi, entretanto, o palco das primeiras Cortes reunidas pelo rei D. João I, após a sua proclamação como rei de Portugal. Foi também no reinado do Mestre de Avis que se deu a interrupção do Couto de Braga, entre 1402 e 1472, perdendo os Arcebispos o poder sobre o governo da cidade em favor do rei, por troca de avultadas rendas.

O século XV foi penoso para Braga, quebrando económica e demograficamente, devido a um Estado que se voltava totalmente sobre os Descobrimentos e as cidades marítimas. Surgiu, nesta altura, em Braga, aquele que é, sem dúvida, uma das figuras maiores

da história da cidade, o Arcebispo D. Diogo de Sousa, eleito no ano de 1505. Este prelado vai remodelar quase por completo a estrutura urbana de Braga, mandando abrir novas praças, portas nas muralhas, alargando ruas, dotando a cidade de fontes, templos e cruzeiros, alargando o seu perímetro para fora das muralhas. Braga entra, então, numa fase de grande expansão urbanística e demográfica.

Vai ser por esta altura que se constroi a primeira igreja do Bom Jesus do Monte, levantada sobre a primitiva ermida. Deve recuar ao início do século XVI, mais propriamente ao ano de 1522. Este templo deveu-se à ação de D. João da Guarda, Deão da Sé de Braga e antigo camareiro do Cardeal Alpedrinha e Arcebispo de Braga, D. Jorge da Costa. Uma outra versão, devida a um apontamento datado de 1720, refere que poderá ter havido um templo anterior a este, atribuído a D. Jorge da Costa, no ano de 1494. Deste primitivo lugar de culto restam ainda algumas memórias, nomeadamente a lápide que assinala a sua construção, bem como o brasão do prelado a quem o seu fundador devia a sua condição. Projetado em gótico tardio, este templo atesta a importância religiosa que o então denominado monte de Santa Cruz estaria a alcançar junto dos fiéis bracarenses. Recorde-se que, poucas décadas antes, em 1472, a ermida primitiva surge nomeada entre as propriedades adstritas à paróquia de Tenões.

O século XVII traz para Braga uma continuada evolução urbanística, tendo como base a obra meritória do Arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532). Contudo, o que neste século é mais significativo é o assumir definitivo da cidade como o maior centro religioso de Portugal. Desde logo, foram constituídos e erigidos inúmeros conventos, irmandades e diversas casas religiosas. Se D. Diogo de Sousa lhe deu corpo, abrindo praças e ruas, os seus sucessores D. Rodrigo de Moura Telles e D. José de Bragança vão entreter-se a adorná-la com as jóias do barroco, o estilo que mais imprimiu a sua passagem na cidade, e de algum modo, melhor traduziu essa mentalidade ancestral de interação entre as raízes pagãs e a centralidade cristã. O barroco permitiu que a cidade atingisse um apogeu na arquitetura civil e religiosa, acrescentando particular monumentalidade aos espaços urbanos anteriormente planeados através da edificação ou reedificação de fachadas de grandes dimensões, ostentando exuberantes decorações. Neste campo, saliente-se André Soares (1720-1769), o inspirado artista que vai tornar Braga quase

obra sua. Foi das mãos deste notável arquiteto bracarense que saíram as obras mais célebres da história arquitetónica de Braga, durante o século XVIII. Das suas obras, ou a ele referenciadas, destacam-se o Palácio do Raio, a fachada do Convento e Igreja dos Congregados, a Casa da Câmara, o Palácio dos Arcebispos, a Igreja de Santa Maria Madalena, entre outras.

Este século fica, por isso, marcado pela ação de dois arcebispos: D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) e D. José de Bragança (1741-1756). O primeiro foi o prelado que mais obra legou à cidade, continuando a saga da fundação e renovação de conventos, sendo também o fundador *ex-novo* do maior *ex-libris* de Braga – o Bom Jesus do Monte. Isto é, com D. Rodrigo fixa-se, e de alguma maneira implementa-se, o conceito de via-sacra no âmbito do movimento europeu de criação dos sacromontes, santuários petrificados, destinados a proporcionar aos peregrinos, por efeito do estímulo dos sentidos, a recriação simulada da ascese dos *passos* da Paixão de Cristo. Da ermida que foi sendo anteriormente reconstruída e ampliada, com D. Rodrigo estabelece-se a valorização dos acessos através dos primeiros lanços de escadório e constrói-se um templo, sugestão da Santa Jerusalém reedificada. Daqui para a frente, o Bom Jesus do Monte passa também a ser intervencionado em função da imagem que suscita ao observador colocado na cidade.

D. José legou à cidade a ala oeste do Paço dos Arcebispos, a Câmara Municipal e o sistema de abastecimento de água das Sete Fontes. Neste século ainda se destacou o bracarense Carlos Amarante (1748-1815), que deixou bem patente o seu virtuoso traço, designadamente, o de estilo neoclássico patente em muitos edifícios que projetou. No Bom Jesus vai ser responsável pelo traço da nova igreja e terreiros das virtudes e de Moisés, contando com o especial patrocínio do arcebispo D. Gaspar de Bragança (1758-1789).

O final do século fica marcado também pelas iniciativas do Arcebispo, D. Frei Caetano Brandão (1790-1805), sobretudo no que toca ao campo assistencial. O século XIX arrancou com as invasões francesas, em março de 1809, que deixou duras marcas na cidade. A batalha de Carvalho d'Este, na qual pereceram muitos bracarenses, fica como efeméride de um tempo muito difícil para a cidade e para o país. Entretanto, Braga é palco decisivo das lutas liberais, sendo de registar que, em Braga, o *miguelismo* sofre o golpe fatal na rude batalha que opôs Cazal a MacDonell, em 1834, sendo que

o rei D. Miguel residiu em Braga desde novembro de 1832 até junho de 1833, facto inédito na história da cidade.

Braga acordaria deste período crítico a partir de meados do século XIX, quando o retorno dos 'brasileiros' e a fundação do Banco do Minho (1865) permitiram um desenvolvimento industrial que favoreceu sobremaneira a economia da própria cidade. Nascem as primeiras indústrias e a maioria dos edifícios do centro histórico vai ser totalmente arrasada para dar lugar a novas habitações, mais adequadas às exigências desse tempo. A partir de 1857, a cidade começa a ser iluminada a gás, para, em 1893, passar a servir-se de luz elétrica para o efeito. O comboio, grande motor de desenvolvimento, atinge a capital do Minho em 1875, sendo o próprio rei D. Luís a presidir à viagem inaugural. É também neste século que a cidade, movida pelos ímpetos lisboetas, inaugura o seu primeiro teatro, o Teatro de S. Geraldo, que funcionou desde 1857 até 1919 num edifício que se situava no local onde se encontra hoje o Banco de Portugal. O jardim público, construído defronte da Arcada, bem como os primeiros cafés, núcleos da sociedade elitista da época, são a face nítida da influência de Lisboa e alguns referentes da mais remota metrópole parisiense na vida bracarense deste século. Surgindo igualmente, neste período, a primeira imprensa regional, como o extinto jornal *Comércio do Minho*, ou o *Echos do Minho*, criou-se em Braga uma forte identidade que afirmou a cidade no contexto nacional, sendo considerada pela generalidade da imprensa nacional, como então se afirmava, "a terceira capital do Reino".

Aliado a este facto está o forte desenvolvimento demográfico e industrial desta época, atingindo a cidade, no início do século XX, o inédito número de 25 mil habitantes, apenas ultrapassado por Lisboa e Porto. É ainda na primeira metade do século XIX que é construído o movimento popular denominado de "Maria da Fonte", como reação ao decreto de 1845 que proibia que as pessoas fossem sepultadas no interior das igrejas, e que provocou a queda do governo de Costa Cabral. Registem-se ainda, neste século, a grande tragédia sucedida em 1866, quando um incêndio devorou grande parte do Palácio dos Arcebispos (onde hoje se encontra a Biblioteca Pública), bem como a fundação do Santuário do Sameiro pelo Padre Martinho Pereira da Silva, em ação de louvor à proclamação do dogma da Imaculada ocorrida em 1854. Este projeto esbateu a primazia de pontuação paisagística do Bom Jesus, vindo a impor-se no recorte montanhoso entre este e Santa Maria Madalena.

O dia 25 de Março de 1882 fica também nos anais de Braga, pois foi o dia de inauguração do funicular do Bom Jesus, um exemplar pouco repetido no mundo e que funciona como ícone da engenharia portuguesa no século XIX. Deve-se ao industrial bracarense Manuel Joaquim Gomes, com projeto do engenheiro suíço Niklaus Riggenbach. As especificações foram recebidas pelo correio, e a instalação do equipamento foi feita sob a orientação do engenheiro portuense Raul Mesnier du Ponsard. Foi o primeiro do género a ser instalado na península Ibérica, e um dos sete do género no mundo. Este funicular, movido a água através de sistema pendular, vence uma diferença de nível de 116 metros em 267 de plano inclinado. Ainda no planalto principal do santuário, para além dos hotéis, que foram surgindo ao longo do século XIX, e da gruta artificial pedida a Ernesto Korrodi, contemplamos um pouco das obras empreendidas no consulado do coronel Lopes Gonçalves, como Juiz da Mesa da Confraria. Por sua iniciativa, é construído o casino, estação de telégrafos, coreto e casa das estampas, da autoria do arquitecto lisboeta Raul Lino, um dos mais importantes nomes da época.

O século XX traz grandes projetos à capital do Minho, entre os quais o primeiro sistema público de transportes, por iniciativa do presidente da Câmara de então, o coronel Lopes Gonçalves, que também promoveu a edificação, em 1915, do mercado municipal e ainda a construção do elegante Theatro Circo, no mesmo ano. Estas e outras destacadas obras de relevo saíram do traço daquele que foi, sem dúvida, um dos maiores arquitetos da história contemporânea de Braga: Moura Coutinho. Esta época é, contudo, período negro no que toca à salvaguarda do património cultural edificado. Assim, em 1906, é demolido o Castelo da cidade (situado atrás da Arcada), em 1911 é destruído o Convento e Igreja dos Remédios, em 1921 são desmanteladas as Capelas do Paço e de Santo António dos Esquecidos, na década de 30 são destruídos vastos trechos do bairro das Travessas (junto à Sé), para além das inúmeras demolições de portas e postigos da cidadela medieval ocorridas ainda no século XIX. O progresso era, nesta época, sinónimo de aniquilação de património arquitetónico antecedente.

A 28 de maio de 1926, ocorre um acontecimento marcante na história de Portugal que teve como ponto de partida a cidade de Braga: a revolução comandada pelo Marechal Gomes da Costa (com estátua no Campo da Vinha) que derrubou a 1.ª República. Durante o período ditatorial que vigorou em Portugal até abril de 1974,

Braga era considerada como a “cidade santa da revolução”. A obra do Estado Novo em Braga é ainda significativa neste período, desde o Mercado Municipal, em 1956, o Estádio 1.º de Maio, em 1950, até à construção de alguns bairros habitacionais: o bairro Duarte Pacheco, o da Av. Marechal Gomes da Costa, Rodovia, bairro da Misericórdia e outros de menor impacto. A cidade beneficiou ainda da criação de diversos equipamentos públicos e de importantes infraestruturas, como a construção da rodovia, desde 1958, que ordenou a expansão da cidade a sul, e as obras de saneamento. A cidade contava então com cerca de 50 mil habitantes. Grande parte deste dinamismo deve-se, no final dos anos 1950 e início dos anos 60, ao bairrismo empreendedor e concretizador do presidente da Câmara, A. M. Santos da Cunha, que estimula a expansão da cidade, dando origem a um novo ciclo de desenvolvimento urbano.

Com a implantação da democracia, em 1974, chega também o maior período de crescimento de Braga. É criada a universidade do Minho, polo aglutinador e fixador de novos habitantes. Através de uma autarquia fomentadora das obras públicas e privadas, comandada desde 1976 por Mesquita Machado, a cidade cresce económica e demograficamente. O desenvolvimento comercial e industrial beneficia do novo quadro concorrencial decorrendo das regras garantidas pela liberdade do sistema democrático, verificando-se vultuosos investimentos: inicia-se a implementação de uma nova rede viária de acessos à cidade, é construído o Parque de Exposições em 1987, todo o centro histórico é alvo de forte processo de reabilitação. Todavia, incentiva-se um crescimento urbanístico questionável em que, por vezes, domina a vertente imobiliária e o desordenamento construtivo. A cidade expande-se significativamente, em especial na zona Sul e Oriental. Braga conta hoje com cerca de 190 mil habitantes, destacando-se das demais cidades médias nacionais e consolidando a sua posição como o terceiro polo urbano nacional.

*
* *

Da interrelação atual entre Braga e o Bom Jesus do Monte, para além da dimensão patrimonial, que se inscreve num dos principais desígnios cívicos presentes, sejam eles religiosos, históricos, ambientais e turísticos, facto que constitui motivo de elevada atratividade, do ponto de vista urbanístico, o santuário, que na segunda metade do século XIX se viu acrescido da função de estância, é hoje

um dos redutos mais relevantes da *estrutura verde* herdada, mancha coerente fundamental da cobertura vegetal urbana.

Todo o conjunto edificado e a sua cerca, sobretudo pelo efeito cénico dos seus escadórios, que ainda hoje pode ser apreciado da Praça da República (Arcada) – ponto central de chegada e de partida, até há poucas décadas, das principais ligações terrestres – como uma espécie de altar a céu aberto, onde a Av. Central toma o lugar de uma grande nave. Porém, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX, o Bom Jesus notabilizou-se como um mirante de observação sobre a cidade e de todo o horizonte do Cávado até ao mar, muito fruto da popularização da existência de um dos primeiros telescópios turísticos de observação da paisagem, *Braga por um canudo*. Com esta realidade reconstruiu-se o próprio conceito de paisagem relativa a Braga. Isto é, entre a perspetiva, mais democrática e popular, da tomada de vistas da cidade para o monte, e a visão externa, mais propensa à elite turística, de vislumbre dos miradouros para baixo, ou seja, do alto do monte para a cidade (Bandeira, 2011).

Do ponto de vista da história urbana, o santuário-estância do Bom Jesus do Monte, qual *Cyntra do Norte*, como já foi outrora propagandeado, juntou às piedosas esmolas dos fieis, profícuos recursos hoteleiros, atraiu burgueses que edificaram nos seus acessos e nas imediações inúmeros *chalets*, e ainda, fruto da bitola estreita que uniu inicialmente o *tramway* da estação do caminho-de--ferro até à base do original funicular, que vencia o último lanço da encosta, ordenou todo um eixo urbano de expansão nascente que formatou a morfologia de Braga dos finais do século XIX e princípios do XX.

A atratividade pelas excelentes vistas e o isolamento face ao bulício urbano, levou, nas últimas décadas, com a permissividade da anterior autarquia, a permitir-se a construção densificada pela encosta acima, nos socalcos das antigas quintas, de inúmeras habitações unifamiliares. A mancha verde da serra passou a repartir a moldura da paisagem com novas urbanizações, chegando, num determinado período, os campanários das igrejas a ceder protagonismo aos guindastes dos estaleiros de obra de construção civil.

Finalmente, hoje, que se procede à revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, espera-se recuperar o protagonismo e a centralidade do Santuário-Estância, em toda a sua plenitude e diversidade, desde logo, no cuidadoso ordenamento do território que ocupa e nas perspetivas que desfruta, porque a sua candidatura a património da humanidade é um desígnio que nos une a todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo (2001), *O Espaço Urbano de Braga – obras públicas, urbanismo e planeamento (1790-1974) – A cidade dos finais do 'Antigo Regime' ao advento da 'II República'* – Tese de Doutoramento em Geografia Humana, (policop.), 3 vol., Braga: Universidade do Minho.

BANDEIRA, Miguel (2010), *Três Mitos Visuais de Braga* – Caminhos nas Ciências Sociais – memória, mudança social e razão – estudos em homenagem a Manuel da Silva Costa (Org. – Moisés de Lemos Martins), Coimbra: Grácio Editor/UM, 19-30 pp – ISBN: 978-989-8377-07-4

COSTA, A. J. (1997-2000) – *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Vol. I, 2.ª edição, Braga: Edição Irmandade de S. Bento da Porta Aberta [publicação original: *1959*].

FREITAS, Senna (1890), *Memórias de Braga*, Braga: ADB, Tomo I.

LOPES, Cândida (1994), *Retalhos da História de Braga*. Braga: Associação Famílias.

MAURÍCIO, Rui (2000). *O Mecenato de D. Diogo de Sousa: Arcebispo de Braga (1505-1532) Urbanismo e Arquitetura*. Magno Edições. Coleção História da Arte.

PINTO, Sérgio da Silva (1959), *Braga na História*. Braga: Câmara Municipal.

Bom Jesus do Monte.
A Paisagem e o Lugar

PORTELA MARQUES, TERESA; ANDRESEN, TERESA; GONÇALVES, CARLA *

A história do Santuário do Bom Jesus é indissociável da paisagem onde se inscreve, da sua proximidade física à cidade de Braga, do relevo e geologia do monte, das vistas que dele se alcançam, da vegetação que o reveste, da fertilidade dos vales que o acompanham. Também os processos de transformação que a paisagem tem vindo a sofrer, desde a construção do santuário até aos dias de hoje, permitem conhecer melhor o lugar, compreender o seu caráter e evolução e avaliar o seu significado passado e atual.

TOPONÍMIA DO MONTE

O Monte onde foi erigido o Santuário de Bom Jesus é hoje vulgarmente chamado de Monte do Bom Jesus embora também se encontrem referências à sua designação como Monte Espinho ou Monte de Santa Cruz. De facto, a bibliografia produzida sobre o santuário nem sempre é coincidente relativamente à terminologia utilizada para nomear este e outros montes na proximidade do santuário.

Nas Memórias Paroquiais de 1758, sobre a freguesia de Santa Eulália de Tenões, na qual se inscrevia, e inscreve, o santuário, ficou registado que este se situava na serra do Bom Jesus, Monte do Sameiro.

* Doutoras.

Diogo de Sampaio Pimentel na edição de 1844 das suas 'Memórias do Bom Jesus do Monte' fala-nos desta formação montanhosa referindo-a, antes, como serra de Espinho, formada por dois montes: «*A serra d'Espinho é dividida em dois altos montes fronteiros: sobre um delles, que mais particularmente é nomeado monte Espinho, extende-se a freguesia de S. Martinho* [de Espinho]*; e pelo outro a de Santa Eulalia de Tunões, donde lhe chamão monte de Santa Eulalia»* (Pimentel, 1844: 1).

Na edição de 1883 das mesmas Memórias, o autor refere-se, novamente, *a*o Monte Espinho, em cuja vertente oriental se estende a freguesia de S. Pedro d'Este, e ao Monte de Santa Eulália que viria a tomar o nome de Santa Cruz quando, na sua vertente ocidental, foi erigida a ermida dedicada a essa devoção, embrião do santuário barroco do Bom Jesus.

Também no Elucidário do Viajante em Braga (1875) é referida a implantação do santuário sobre a parte ocidental do monte de Santa Eulália.

Neste mesmo ano, Pinho Leal no seu 'Portugal Antigo e Moderno' refere-se ao 'Monte do Bom Jesus', tal como registado nas Memórias Paroquiais de 1758, informando, contudo, que, originalmente, o monte se chamava Monte Espinho tendo depois tomado o nome de Monte de Santa Cruz *«(…) e desde que se mudou a invocação da capella, ficou também tendo o mesmo nome – Monte do Bom Jesus ou Bom Jesus do Monte»* (Leal, 1875: 461). Ainda de acordo com este autor «*só se dá o nome de Monte do Bom Jesus, desde o princípio inferior das escadas, onde se vê o magestoso pórtico, para cima*» (ibid: 464).

Sampaio Pimentel, numa outra passagem do seu texto, na qual descreve a paisagem que se vislumbra da capela da ascensão, no Terreiro dos Evangelistas, refere-se de novo à serra de Espinho: *«Um valle profundo e comprido, que separa o monte do Bom Jesus do verdadeiro monte Espinho, abre-se diante dos olhos em grande despenhadeiro da capella. Por elle discorre com socegado e triste murmurio a ribeira d'Este (…).»* (Pimentel, 1844: 56). Assim, para Sampaio Pimentel é clara a distinção entre Monte Espinho e Monte de Santa Eulália, ambos pertencentes à serra de Espinho embora separados pelo vale da ribeira d'Este.

A distinção entre serra e monte poderá não ter sido adotada por outros autores. Em 1905 o texto dedicado ao Bom Jesus do Monte na publicação 'A Arte e a Natureza em Portugal' refere a

localização do santuário no Monte Espinho e a obra de Alberto Feio, 'Bom Jesus do Monte' de 1930 e que se tornou num dos textos mais lidos sobre o santuário também se refere ao Monte Espinho: «*No abraço de montanhas, que cinge a cidade de Braga, pela banda de leste se levanta uma – multisecularmente chamada Monte Espinho – em cuja encosta ocidental se ergue o Bom Jesus (...)»* (Feio, 1930:7) e que poderá explicar o facto de hoje, frequentemente, o monte Espinho ser identificado com o monte do Bom Jesus.

GEOLOGIA E VEGETAÇÃO

O Santuário do Bom Jesus do Monte e a cidade de Braga situam-se na Zona Centro-Ibérica da Cadeia Hercínica. Braga é dominada essencialmente pela ocorrência de rochas graníticas e pela presença de pequenas manchas de rochas sedimentares. O predomínio do granito determina o caráter da paisagem, com a presença de formas bastante localizadas, que envolvem a cidade, sobrepostas em planos sucessivos, desde o Santuário do Bom Jesus, até ao mar em Esposende.

No Monte do Bom Jesus abunda, também, o granito que, pelas suas características, nomeadamente robustez e dureza, tem sido o material de construção de eleição como demonstra a dominância das construções em granito que caracterizam a cidade de Braga. Nos Santuários do Bom Jesus e do Sameiro é possível observar aspetos morfológicos característicos do granito, tal como em Santa Marta (Falperra) onde existem bolas de 'Granito de Celeirós' monumentais (Ferreira et. al., 2000). Os Santuários do Bom Jesus e do Sameiro localizam-se numa mancha granítica denominada de 'Granito do Sameiro', que se distingue do 'Granito de Braga', onde se localiza a cidade, por uma maior resistência.

Os rios Cávado e Este que abraçam, respetivamente pelo norte e pelo sul, a cidade de Braga caracterizam-se pelos seus vales relativamente abertos, onde predominam os depósitos de cobertura (aluviões) que determinam a fertilidade dos solos e os tornam aptos para a produção agrícola contribuindo, de forma decisiva, para a importância histórica da cidade.

Os leitos desses rios seriam marginados originalmente pela vegetação ripícola característica desta região, nomeadamente salgueiros e amieiros. As restantes áreas seriam cobertas por vegeta-

ção do carvalhal da zona temperada húmida – com predomínio do carvalho-alvarinho, sobreiro, pinheiro manso, bordo, loureiro, catapereiro, azereiro, entre outras, para além de uma significativa diversidade de espécies de menor porte, arbustivas e subarbustivas, de significativo valor para a definição do caráter da paisagem. A ocupação humana – desde o domínio da atividade agropastoril até ao advento da atividade industrial, ou seja, desde a passagem de uma sociedade predominantemente rural para uma sociedade maioritariamente urbana – foi provocando a redução das áreas naturais para acomodação das ações humanas com especial incremento das áreas urbanizadas a partir da década de 1960. Muita da vegetação clímax ficou limitada às margens dos rios e às encostas dos montes. O Monte do Bom Jesus e os que lhe são adjacentes terão estado cobertos por vegetação da associação do carvalho-alvarinho embora também sujeitos a ocupações castrejas, à pastorícia e à gestão silvícola que terão limitado a densidade de coberto vegetal.

VALES, SERRANIAS E VISTAS

Sampaio Pimentel refere a importância da serra de Espinho e das que lhe são vizinhas para o enquadramento da cidade de Braga: «*As serras do Oural, Aboim da Nobrega, S. Pedro Fins, Nossa Senhora da Abbadia, Carvalho d'Éste, Espinho, Sameiro, Falperra, Santa Martha, Amarella, Bom Despacho e Castello, seguindo-se umas às outras em differentes distâncias, formão uma larga bacia, no meio da qual está assentada sobre a cumiada d'um pequeno oiteiro a muito antiga e fermosa cidade de Braga*» (Pimentel, 1844: 1). De facto, são muitas as serras que, em diferentes direções e até largas distâncias, emolduram a cidade de Braga, ela própria localizada no festo que separa a bacia hidrográfica do Cávado, a norte, da bacia hidrográfica do Ave, a sul. Pertence à bacia do Ave o estreito rio que corre a sul da cidade – o rio Este – e que, nascendo na serra do Carvalho, em Carvalho d'Este, junto ao monte do Bom Jesus, desagua no rio Ave, já perto da foz deste rio em Vila do Conde.

As elevações montanhosas que envolvem a cidade de Braga tendo sido elaborada com base na carta militar de 1997, empregando a toponímia em uso nessa carta onde não constam as designações de Monte de Santa Eulália ou de Monte Espinho. Como se pode observar, o maior maciço serrano desenvolve-se a nascente de

Braga, na direção nordeste-sudoeste, com altitudes significativas, sendo de destacar o pico de Sta. Marta das Cortiças (562m), no monte da Falperra, e o do monte do Sameiro (572m) sobre a mesma linha de cumeada que fecha, por esse lado, a parte superior da bacia hidrográfica do Este, e nos quais foram erigidos em diferentes tempos, santuários cristãos. Neste âmbito, interessa referir os santuários de Santa Maria Madalena, de Santa Marta das Cortiças (antigo povoado proto-histórico), de Santa Marta do Leão e de Nossa Senhora do Sameiro.

Num estudo realizado por E. Pires de Oliveira, E. Souto Moura e João Lopes, em 1982, intitulado 'Braga. Evolução da Estrutura Urbana' foram identificadas, cartograficamente, as fases de evolução da área urbana de Braga. Através da sua sobreposição com a carta militar, verifica-se que a cidade, nos períodos romano, medieval e renascentista, desenvolve-se fundamentalmente entre as cotas 150m e 200m enquanto que a cidade barroca, ao expandir-se para nordeste, atinge a cota de 234 metros em Nossa Senhora de Guadalupe, a maior elevação da urbe. A estrada que liga a cidade até ao sopé do monte do Bom Jesus, numa extensão de, aproximadamente, 3,5 Km, desenvolve-se no relevo praticamente plano do vale do Este, atravessando o rio já na proximidade do monte: «*Transposta a ultima artéria da cidade envereda-se pelo ramo direito da bifurcação, um macadam que segue entre dois muros baixos e altas sebes de choupos enramalhados nas videiras folhudas, que esbracejam e caem n'uma indisciplina decorativa. D'um lado e d'outro extensos campos de milho viçoso na terra funda, fertilizada pelos enxurros e pelas cheias do riacho que nas invernias se dá ares de libertino vadiando fóra do leito. Passada a sua ponte, a estrada principia o assalto ao declive da colina ladeando-a sobranceira ao vallesito sinuoso e risonho do Èste, corta um lugarejo com alguns prédios achalezados, e, a subir sempre, encurvalando, breve desemboca sob um tunnel d'australias no pórtico do Santuario (....)*» (Monteiro, 1905). O pórtico situa-se, aproximadamente, à cota de 280m mas daqui até à igreja vence-se um desnível de 120m sendo o declive médio da encosta de 35%. É a este declive acentuado da encosta que se vai submeter o programa iconográfico do Bom Jesus, demonstrando a capacidade técnica e artística de construir no monte granítico complexos escadórios e capelas, de modo sólido e perene.

O Terreiro dos Evangelistas, cuja capela central celebra a ascensão de Cristo ao céu, situa-se na cota 415, aproximadamente

15 metros acima da cota da Igreja, capela maior da celebração do calvário. É possível que a construção do Terreiro num ponto mais alto, de grande amplitude visual, de largas vistas até paisagens longínquas e com forte presença de céu, tivesse como objetivo a elevação intelectual e espiritual desejada para comunhão com os mistérios da ressurreição e ascensão.

O Monte do Bom Jesus insere-se neste conjunto de serras que envolve a cidade de Braga. Localiza-se a nascente desta, o que permite que o santuário, implantado a meia encosta, possa ser visto da cidade, particularmente a partir do eixo que percorre longitudinalmente o Campo de Sant' Ana, hoje Avenida Central. Esta relação visual direta da cidade com o monte é de grande evidência permitindo supor que a colocação da primeira cruz, a construção da primeira ermida e, posteriormente, de todo o santuário barroco, tenha obedecido a esta ligação visual com a cidade arcebispal, relação essa que ficou registada em algumas imagens.

Também as vistas para o Bom Jesus do Monte a partir do passeio de Nossa Senhora de Guadalupe, o ponto mais a nascente e mais alto da cidade e, por isso, um miradouro privilegiado sobre o monte do Bom Jesus, são apresentadas numa ilustração da monografia de Sampaio Pimentel, *Memórias do Bom Jesus do Monte* (1844). Para lá da Casa do Tanque (hoje Paço Arquiepiscopal) e da Igreja de S. Victor, abre-se uma panorâmica sobre o monte do Bom Jesus e, em baixo, o largo vale do rio Este. No monte quase não há construções, destacando-se apenas a igreja de Nossa Senhora da Consolação, em Nogueiró, e algumas quintas ou casais para além, naturalmente, do Santuário do Bom Jesus. No monte são ainda representados campos de cultivo enquanto que o santuário, propriamente dito, se apresenta envolto por uma mata. É interessante atentar nesta representação na medida em que, no texto da edição de 1844 desta publicação, o autor, Diogo de Sampaio Pimentel, refere-se à encosta onde se situa o santuário como uma paisagem marcada pela presença de afloramentos rochosos, contrastante com a amenidade do vale a seus pés: *«(…) um plano inclinado e escabroso, em parte ainda coberto de encastelladas rochas, e apicadas penedias, o qual se vai extendendo e adoçando pouco a pouco até aos confins da freguezia de S. Victor»* (Pimentel, 1844: 1). A imagem publicada em 1886 em 'O Minho Pittoresco', apresenta outra perspetiva para o monte do Bom Jesus que se revela pouco arborizado, aparentando serem dominantes os matos que imprimem, a par com o granito, um aspeto agreste e fragoso ao monte.

A orientação do santuário na direção da cidade de Braga e, simultaneamente, o alinhamento do escadório e igreja segundo o eixo nascente-poente permitiu que a grande abertura visual a partir de vários pontos desse eixo e, particularmente, do adro da igreja ou do largo de Longuinhos se fizesse para poente, na direção do mar abarcando amplas vistas, desde Viana do Castelo até Vila do Conde. São várias as descrições e a as gravuras que registam e exaltam essas vistas. Uma das mais completas é a descrição de Sampaio Pimentel de 1883, mais extensa do que a providenciada na primeira edição de 1844, elaborada a partir das vistas obtidas das torres da igreja: *«Extende-se das torres para norte, sul e poente formoso panorama, superior aos dos escadorios, do patim sobre a cascata, em volta da grande alameda, ou d'outros pontos elevados das cercanias de Braga. Avista-se d'ahi por entre prados, que cercados d'arvores parecem taboleiros ajardinados, immensidade de povoações, logarejos, capellas, montes, estradas e regatos. E sobre o horizonte o mar em grande porção e em varios sitios da costa figura á vista as mais das vezes um comprido e denso nevoeiro; outras vezes porém está tão limpido e espelhado, que a certas horas da tarde de verão, quando o sol reflete em cheio na cor cerulea das aguas, veem-se, apezar da distancia, as roupas franjadas da onda que se esphacela na costa, e no fundo do famoso quadro navios que se cruzam, e vapores tingindo o horizonte com esteira comprida de fumo. É um panorama arrebatador. Entre esta immensidade de objetos sobresahe a cidade de Braga com suas espaçosas praças, cupulas rendilhadas, e compridissimas ruas, que do centro irradiam entre campos de verdura. Mais adiante vê-se a villa de Barcelos, estendendo-se em quasi linha reta. Lá mais ao longe descobre-se o monte de S. Luzia, em cujas fraldas esta edificada a cidade de Viana do Castello, (…). E correndo por todo o horizonte avista-se o sitio das villas de Fão e Espozende sobre a costa, a praia i importante villa da Povoa de Varzim, e o convento das religiosas de Santa Clara de villa do Conde, sobresahindo majestoso sobre o cume de elevado oiteiro, e dominando da sua eminencia largo trato de terra e mar.»* (Pimentel, 1883: 53).

Uma gravura de Caetano Brito da Cunha, de 1846, apresenta-nos a paisagem que se vislumbra a partir do adro da igreja, destacando-se os campos agrícolas dos vales do Este e do Cávado envolvendo Braga, marcada pelo grande campo de Sant'Ana e pelas torres das múltiplas igrejas. Em último plano, os montes que a

festo

separam do oceano e que, de espaço a espaço, se abrem para o deixar antever.

Em 1758, nas memórias paroquiais da freguesia de Santa Eulália de Tenões, ficou já registado o caráter produtivo da paisagem possibilitado quer pelas naturais condições edafo-climáticas desta região minhota quer pela presença do rio Este, ladeado por vinha de enforcado e que, açudado, alimentava os campos de cultivo e facilitava a produção das culturas de verão: *«Na demarcação desta freguezia pella parte do Norte, se mette hum regatto chamado o rio d'Este porque principia no Carvalho d'Este, daqui a huma legoa. (…). Tem no distrito della* [freguesia de Tenões] *onze rodas de moinhos, a saber: dous de trigo e os mais de segunda. (…) O nascimento delle hé em pouco mais de duas telhas de agoa e no tempo de verão seca, porque o tomam as prezas para regar os milhos. (…) De inverno corre com violência, inchendo-se com o enxorro. Hé cultivado té o pé delle, inda que tenha seus arvoredos de vinho. (…) Tem infinitos asudres, para os lados dos muinhos que nelle há. (…) Tem onze rodas de muinhos e hum ingenho de azeite no distritto desta freguezia.(…) E das agoas delle, uzam os lavradores livremente no tempo do verão, impossando-as como tenho ditto, para regar os milhos»* (Capela, 2003: 209-210). Este seria o padrão agrícola dos férteis campos do vale do Este, rio 'domado' por represas e acompanhado por uveiras no seu percurso, que, em 1930, Alberto Feio registou numa descrição elaborada a partir do alto do Bom Jesus: *«Em roda* [de Braga], *uma extensa bacia de vegetação resplandecente, em que o verde entra em todos os variegados tons e gradações, recortada pelas fitas alvadias de estradas e caminhos, que vão perder-se na passagem das portelas. A verdura risonha e forte dos prados, enxadrezando com semeaduras e campos de espigas doiradas, milharais bastos, vinhedos folhosos estendidos em lençol ou enramalhando labirinticas fiadas de árvores, que orlam e dividem a propriedade minhota, semeada de casinhas brancas e eiras reluzentes, prolonga-se até às abas da montanha sagrada, donde o massiço do arvoredo, de pujantes braços espalmados, irrompe, em ondas de folhagem, até ao miradouro em que nos encontramos»* (Feio, 1930: 15-16).

E sobre os montes que, em várias direções, envolvem a cidade, escreveu ainda Alberto Feio: *«Ao longe, o espetáculo magnífico de montanhas, que se elevam em anfiteatro, acavaladas em planos sucessivos, a recortar o límpido e scintilante azul do céu, deixando-*

-nos uma aberta talhada em ressaltos combinados até ao mar, que lá ao largo espelha entre Fão e Apúlia. Cobertas de tonalidades violáceas e irizações, que a luz e o vapor de água subtilmente lhes emprestam, vestidas umas do verde-negro dos pinhais, laivadas outras do tostado de pedregosas encostas, lá vão, de recanto em recanto, na ondulação maravilhosa dos cabêços, dividir e separar as bacias hidrográficas do Lima, do Neiva e do Homem. À esquerda, o monte de Santa Marta da Falperra em breve decai para a fisga que espreita o vale do Ave, apenas entrevisto num minúsculo retalho. À direita, para lá dos espinhaços do Pedroso e Montariol, o vale do Cávado abre-se em larguras de vegetação luxuriante, a fita de água a mostrar-se tímida, avistando-se um scenário de caprichosa policromia, entre a encosta tingida pelo amarelo das argilas e abundantes e cuidados campos de cultura, animados pelas multíplices manchas claras de santuários e mosteiros, de eirados e presbitérios, de moinhos e casais minhotos, até sumir-se, afastado, no casario de Barcelos. Uma última cintura de montes e outeiros verdejantes circunscreve o risonho vale de Este, onde assenta a cidade dos Arcebispos, aranhiço enorme, cujo abdómen é formado pela linha do burgo medieval, a que acresceram membros estirados em direções várias. Emoldurada por arvoredos viçosos, que em parte a ocultam, emerge do tufo de verdura com suas casarias branquejantes córadas dos alaranjados dos telhados, erguendo as chaminés de suas fábricas a diminuir as velhas e altaneiras tôrres e campanários.» (Feio, 1930: 12-15).

Particularmente ilustrativa é a descrição da paisagem elaborada por D. António da Costa na sua obra 'No Minho' (1874) cuja apreciação lhe terá provocado uma emoção que superou as sensações antes experimentadas na admiração de outras paisagens de incontestado valor: *«Contemplo extasiado (…). Imagine-se uma bacia imensa rodeada de serras, chegando-se a divisar os píncaros do Gerez. O terreno é uma alcatifa de verdes, variadíssimos (…) milhões de árvores, carvalheiras, ginjeiras, sôbros, choupos, cyprestes, castanheiros, cedros, formam combinações mais ou menos escuras, contrastando com a verdura dos campos. Pelas diversas partes da planície, quadros phantasticos de cemitérios, pequenos valles, encostas bordadas, simulacros de castelos, fileiras de plátanos figurando quadrados de infanteria, bosques, jardimzinhos, amphiteatros mais escuros, supostos labytinthos, relvas tão lisas que as teríamos por pinturas (…). Para além do grande recôncavo ergue-se uma linha de montículos, toda recortada, espécie de tribuna, que, rota*

para um dos lados, deixa ver ao longe um quadro dos que Rafael copiava nas suas Madonas quando a natureza viva lhe saltava dentro do cérebro (…). Eu subi ao Vesúvio, e de lá admirei um oceano de cinzas; subi parte do monte Branco, e vi um oceano de neve; fui, na ilha de Ischia, ao alto do elevadíssimo ponto de Epoméa, e enfeitiçaram-se-me os olhos com as impressões napolitanas; embalei-me no lago de Genebra, ao qual Chateaubriand agradecia o ter podido lavar com lagrimas as saudades da pátria; atravessei os Pyrenéos ao raiar de uma alvorada em que as nevoas cor de rosa se abriam como cortinas para nol-os mostrar; vi os Alpes phantasiosos; vi os Apeninos encantadores; mas esta beleza do Alto do Bom Jesus do Monte produz-me a impressão mais viva de quantas a minha alma sentiu» (Costa, 1874: 111-112).

Outras descrições das paisagens abrangem, para além das vistas obtidas do escadório e igreja, os cenários naturais que se podiam apreciar a partir do Terreiro dos Evangelistas. Este ponto de observação oferece um panorama até paisagens muito distantes, nomeadamente para nordeste até picos serranos das Terras de Bouro e Gerês, de caráter mais agreste, mais acidentado, mais grandioso e etéreo: «*Ao lado direito os pequenos montes de Pedralva, semeados de pinheiros raros, e de pouca altura; – um pouco além para nascente as serras de Carvalho d'Este e de Nossa Senhora da Abbadia; – e mais ao longe sobre o horizonte, os negros, calvos e agrestes pincaros das montanhas de S. João do Campo e do Gerês, avistando-se por entre as quebradas d'aquellas serras, e alevantadas, como gigantes, coroadas de encrespadas e apicadissimas penedias, – compõem um painel triste, melancholico, talvez carregado, mas soberbo. Que contraste tão notavel com as outras perspetivas do monte! A natureza que ao poente pela extensissima campina até ao mar, e ao norte pelo fermoso quadro de serras, oiteiros e campos se há mostrado tão risonha e alegre, reservou para aqui toda a sua aspereza»* (Pimentel, 1844: 56).

O MONTE DO BOM JESUS

Sampaio Pimentel refere-se ao monte do Bom Jesus, antes das obras que o transformaram num espaço de recreio, como um monte inclinado e escabroso, sem arruados bem delineados, com exceção

da rua da mãe d'água, no limite superior da cerca, onde abundavam matos e bosques espontâneos e a água jorrava intensamente: *«(…) o visitante, que deixando caminhos e carreiros penetrasse na mata, afoitando-se a romper este laberintho, onde fio nenhum podia guial-o, encontraria escondidos em urzes e mato sitios encantadores... retiros amenos... bosques fechados... penhascos gigantes... grutas em meio d'estes... agua rompendo por toda a parte.....por toda a parte innumeras bellezas naturaes*…» (Pimentel, 1883: 100). Terá sido esta abundância de água que permitiu a alimentação de fontes, chafarizes e tanques que acompanham a via-sacra assim como a transformação, mais tarde, deste monte silvestre num parque ameno e estância turística. De facto, para a origem e desenvolvimento do santuário foram decisivos fatores como a proximidade a Braga, as vistas para a cidade e paisagem envolvente, o relevo imponente, a solidez granítica e a disponibilidade de água. E terão sido estes mesmos fatores, a par com a qualidade artística do santuário, que contribuíram para a transformação da cerca do santuário num parque de recreio.

Em 1877, ao tomar posse uma comissão que deveria administrar o santuário até nova eleição da mesa da confraria, então dissolvida, e, em particular, devido à ação de António Brandão Pereira, membro dessa comissão, inicia-se um programa de metamorfose da paisagem do monte com vista a transformá-lo num agradável parque de recreio. Pimentel notou essa transformação quando visitou o Bom Jesus em 1879 tendo, posteriormente, registado essas melhorias na edição de 1883 das suas Memórias: *«Toda a extensa cumiada e suas vertentes para os lados do templo e da alameda do sul estão retalhadas e embellezadas com engenho, arte e gosto. Ruas, onde trens podem correr em todas as direções – caminhos em zig-zag, communicando-se por pequenos carreiros tortuosos – kiosques, belvederes e cazas de verdura – mirantes sobre penhascos ou á beira das encostas – grutas em meio de penedos – arvores isoladas com mamelons em volta – rusticas pontes, dando passagem para estas arvores, ou lançadas sobre valleiros ou atravez de correntes d'agua – esta despenhando-se com fragor de catadupas, ou saltando ruidosa por entre fragoas, ou docemente deslisando per sobre plantas e folhas, ou irrompendo em repucho de calvario de grosseiras pedras – penedos alastrados de gazon e musgo – assentos de velhos troncos em fôrma caprichosa – recintos, donde sáem ruas e veredas, ora planas, ora em declive, ingremes ás vezes, e sempre varia-*

das – viveiros de plantas e arbustos, e já por muita parte plantação nova, basta, escolhida, florescente... todos estes melhoramentos tem transformado em parque sumptuoso, agradavel, cheio de vida e de encantos, o que, não ha muitos annos, víamos mata agreste, e parecia terreno ingrato, onde apenas vegetavam a custo olivaes enfezados com cearas rachiticas, ou medravam entre decrepitos carvalhos tojos e urzes» (Pimentel, 1883: 101-102). E refere depois o lago maior e outros lagos de menores dimensões, apresentados como elementos de enorme valor paisagístico e recreativo. Acerca do lago maior, que ainda hoje permanece, embora com algumas modificações na forma e em elementos decorativos, deixou-nos a seguinte descrição: *«(…) obra mais gigantesca, – um lago extenso, formozo, soberbo, grandiozo e esbeltamente talhado, aberto na cumiada do monte, precisamente no local em que as rachiticas cearas attestaram largos annos da falta de gosto ou de mingua de meios doutros tempos, – onde as nascentes vem despenhar-se de varias partes por entre penedos, de catadupas, ou em correntes, – e que rodeando ilhas serpenteia a perder-se de vista por debaixo de rusticas pontes, formadas de troncos e braços de arvores. Dentro da majestosa bacia balouçam-se ligeiras gondolas para recreio dos visitantes»* (ibid: 103).

A grande gruta em pedra sob este lago, e que se abre sobre uma rua oferecendo um ponto de atração, terá constituído, juntamente com o lago maior, uma dos elementos mais significativas do parque: «*Remata a obra grandiosa do lago maior uma gruta, sotoposta á rua, formada em abobada de grosseiras pedras, tendo no mesmo gosto da abobada, duas grandes entradas, no vasto recinto outro lago com queda d'agua, e pelas humedecidas paredes, no solo, por toda a parte onde chega fresquidão, variadas especies de plantas aquáticas»* (ibid: 104).

Em 1899, Azevedo Coutinho elogia, igualmente, as obras realizadas no monte e que o haviam transformado num lugar de vilegiatura preferencial em Portugal: *«Desde 1877, entrou o sanctuario n'uma phase de progredimento que o tem tornado uma das mais bellas e pittorescas estancias do paíz, impondo-se aos villigiateurs como um dos pontos mais attrahentes. Aproveitando-se convenientemente toda aquela pujante vegetação, toda aquella exhuberancia da natureza, o alto do monte foi cortado de ruas; aberto um lago, orlado de arborização; formadas cascatas e grutas pittorescas; pontes, ligando estreitos; arrelvados, tapetando declives; e plantas orna-*

mentaes e floriferas, adornando, ajardinando todo aquelle parque, tão bello, tão sugestivo». (Azevedo Coutinho, 1899: 46).

As investigações que temos vindo a realizar no sentido de identificar os projetistas desta intervenção no parque, que tantos elogios mereceu a quem o visitou nos anos e décadas seguintes, não nos permitiram reconhecer qualquer autor. A leitura das atas da confraria não revela qualquer contratação neste período nem outros factos que possam contribuir para esclarecer esta questão (Marques, 2009). O Jornal de Horticultura Prática de 1877 refere que se encontram em curso, nesse ano, obras no parque mas não aponta o seu autor o que nos leva a excluir a possibilidade de terem sido realizadas pelo estabelecimento hortícola de José Marques Loureiro e C.ª a quem o Jornal pertencia e que executava parques e jardins um pouco por todo o país (ibid.). No entanto, a consulta dos 'Livros de Despesas do Tesourado das Esmolas' revelou que foram pagas despesas a José Marques Loureiro e Cª, nos anos de 1878, 1879 e 1882, apenas relativas à aquisição de plantas para o parque sem que, de facto, tenham sido encontrados comprovativos de pagamentos de serviços pela execução de trabalhos no parque (ibid.). Em 1885, Oliveira Júnior, redator do Jornal de Horticultura Prática refere nesta publicação as *'plantações importantes e as obras dispendiosas* [que se fizeram três anos antes] *para alindar a montanha'* coincidentes, portanto, com a data de venda de plantas por Marques Loureiro. Todavia, não avança com mais detalhes sobre a intervenção.

A 24 de outubro de 1885, o jornal bracarense, "Cruz e Espada" anunciava que a Mesa da Confraria planeava, para breve, a realização, no Bom Jesus, de "*importantes aformoseamentos"* e que seria Jeronymo Monteiro da Costa o responsável por dirigir esses trabalhos. Jeronymo Monteiro da Costa foi um importante paisagista sediado na cidade do Porto e que se notabilizou pelas praças ajardinadas e jardins públicos que concebeu para a cidade do Porto e outros locais do país, nomeadamente no contexto da Companhia Hortícolo-Agrícola Portuense que viria a formar com Marques Loureiro em 1890 (ibid.). Contudo, esses melhoramentos, a terem existido, não terão sido da responsabilidade de Monteiro da Costa dado que nas atas da confraria, no Jornal de Horticultura Prática e noutros registos analisados não há qualquer menção à sua realização. De facto, a primeira referência que encontrámos a trabalhos executados por um paisagista surge mencionada nos livros de despesas sendo relativa a pagamentos, nos anos de 1902 e 1903, a José Martins

Branco, horticultor e paisagista portuense, devidos pelos trabalhos na direção das obras de construção da gruta em betão armado junto ao antigo *chalet*, e que viria a ser designada de gruta nova por oposição à gruta de pedra junto ao lago grande, e a outras obras no parque (ibid.).

A PAISAGEM E O LUGAR HOJE

Desde as descrições de Alberto Feio, em 1930, até à atualidade, a cidade de Braga sofreu uma grande expansão, tendo-se vindo a perder a 'extensa bacia de vegetação resplandecente' que então a rodeava. Em 1948, pela análise da carta militar publicada nesse ano, observa-se que a cidade de Braga ainda preservava características e formas descritas por este autor, a área urbana tinha os seus limites bem definidos e predominava a ocupação agrícola no vale do rio Este. Contudo, comparando essa carta com a de 1997 e a carta de uso do solo de 2006, verifica-se que a paisagem se transformou significativamente, notando-se uma incremento das áreas urbanizadas, de características mais densas ou mais difusas, e das áreas industrializadas. Este aumento fez-se à custa da ocupação das zonas agrícolas, contribuindo para uma alteração significativa do caráter da paisagem.

No entanto, e apesar desta alteração, a relação do Santuário do Bom Jesus do Monte com a cidade de Braga mantém-se indissociável. O santuário preserva a sua forte ligação com a avassaladora paisagem de serranias, mais distante, e com a cidade que tem crescido a seus pés. Do mesmo modo, ainda hoje a relação visual direta da cidade para o monte, e em particular da Avenida Central para o Santuário do Bom Jesus, permanece.

Passados 84 anos sobre as descrições elaboradas por Alberto Feio, à entrada no pórtico, ainda hoje podemos presenciar o que ele então registou: *«Murmurando do alto da colina, a água escorre a alimentar a folhagem nascente e rasteira, que exuberante cobre o solo, donde a onde soerguido por penhascos coloridos pelos líquenes e pelos musgos veludosos. Em desalinho, estendendo ao longe suas sombras, velhos troncos de carvalha, cingidos de heras e inundados de seiva nova, lançam seus ramos curvos em abóbada, em que a renda de folhagens rijas apenas consente a entrada frouxa do sol, enchendo de penumbras emocionantes aquela moradia encantada do deus do silêncio».*

Bibliografia

AZEVEDO COUTINHO, João (1899). *Bom Jesus do Monte: Esboço Historico e Descriptivo.* Braga, Livraria Central de Laurindo Costa.

CASTIÇO, Fernando (1884). *Memória Histórica do Santuário do Bom Jesus do Monte, Subúrbios de Braga, Por Ocasião do Centenário do Lançamento da Primeira Pedra nos Alicerces do Templo Atual.* Braga, Typographia Camões.

COSTA, D. António da (1874). *No Minho*. Lisboa, Imprensa Nacional.

FEIO, Alberto (1930). *Bom Jesus do Monte*. Braga, Confraria do Santuário do Bom Jesus do Monte

FERREIRA, N., DIAS G., MEIRELES C.A.P. e Braga M.A.S. (2000). *Notícia Explicativa da folha 5D-Braga da Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000*. Lisboa, Instituto Geológico e Mineiro.

PORTELA MARQUES, Teresa (2009). *Dos Jardineiros Paisagistas e Horticultores do Porto de Oitocentos ao Modernismo na Arquitetura Paisagista em Portugal.* Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Agronomia.

MONTEIRO, Manuel J. R. (1905). *Braga - O Bom Jesus do Monte.* In: «A Arte e a Natureza em Portugal» Vol. V. Porto, Emilio Biel & Cª Editores.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de; MOURA, Eduardo Souto; LOPES, João (1982). *Braga. Evolução da Estrutura Urbana.* Braga, Câmara Municipal.

PIMENTEL, Diogo de Sampaio (1844). *Memórias do Bom Jesus do Monte,* (1.ª ed.). Coimbra, Imprensa da Universidade.

PIMENTEL, Diogo de Sampaio (1883). *Memórias do Bom Jesus do Monte*, (4.ª ed.). Lisboa, Lallemant Frères, Typ.

PINHO LEAL, Augusto S. de (1875). *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.

VIEIRA, José Augusto (1886). *O Minho Pitoresco*. Vol. II, Lisboa, Livraria António Maria Pereira.

O Santuário do Bom Jesus do Monte no contexto dos Montes-Sacros

PORTELA MARQUES, TERESA; ANDRESEN, TERESA *

O santuário do Bom Jesus do Monte insere-se num conjunto de realizações que tiveram como objetivo primeiro a conceção de *viae--crucis* a partir da recriação do percurso realizado por Cristo na sua Paixão, desde os momentos que antecederam a sua prisão na cidade de Jerusalém até à crucificação no Monte Gólgota.

Germain Bazin, ao traçar a história destas vias-sacras, refere vários exemplos de calvários, particularmente na Alemanha e em França, criados a partir de finais do século XV com o objetivo de favorecer aquilo que designa de "*peregrinações de substituição*" (Bazin, 1963). Contudo, no seu entendimento, será com o monte sacro de Varallo, Piemonte, iniciado no final do século XV, que se inaugura o tema do monte sagrado que abrirá caminho para a expressão barroca onde o Bom Jesus do Monte se inscreve: «*Le chemin de croix étant une 'montée au Calvaire', il était normal qu'on le situe sur la pente d'une montagne; le titre Den Berch van Calvarien* [livro em flamengo (1499?) que favoreceu a expansão da devoção nos países baixos] *contient cette idée. Mais dès 1491 le célèbre sanctuaire de Varallo (…) inaugurait ce thème du sacro monte (…) qui allait devenir un des grands sujets de la scénographie religieuse baroque*» (ibid.: 195).

Mário Barata, no seu texto "Origem dos Santuários tipo 'Bom Jesus do Monte' em Braga, nos 'Sacro-Montes' do Norte da Itália (Piemonte e Lombardia), dos séculos XVI e XVII – Exemplo do de Varese", relembra esta tese de Bazin e reforça a associação com o

* Doutoras.

Bom Jesus do Monte: «*Nos exemplos de Braga e Congonhas, esse esquema de manifestação religiosa e artística não exprime, originalmente, uma necessidade surgida no 700 – pois o protótipo dos 'montes sagrados' está na Itália, havendo surgido com o 'Sacro Monte' de Varallo (…) e atingido plena expressão e magnificência no exemplo de 'Santa Maria del Monte Sopra Varese' (…) O seu aspeto cenográfico deve ter comovido os fiéis e levado a que no século XVIII ele funcionasse num sistema de devoção (…) expandindo-se, em casos menores, em outras áreas católicas da Europa, destacando-se então o Santuário de Braga, em Portugal, que atingira novo esplendor (…)*» (Barata, 1973: 4).

A análise dos *Sacri Monti* de Piemonte e Lombardia surge, assim, como uma questão essencial e incontornável na procura de influências, diretas ou indiretas, para a construção do Bom Jesus do Monte e, simultaneamente, para a identificação das especificidades deste santuário português – monumental escadório encimado pela igreja, geometria e simetria da composição, forte presença de elementos de simbologias várias em granito, sobretudo esculturas e fontes, amplas escadarias e muros, entre outros aspetos que concorrem para o forte caráter barroco do conjunto.

Nos documentos de inscrição dos *sacri monti* italianos na lista do património mundial é referido que terá constituído uma decisão dos monges franciscanos, de particular devoção pela via-sacra, a construção de um santuário em Braga: *«Les Franciscains, qui à Jérusalem étaient gardiens des Lieux Saints, contribuèrent tout particulièrement à la propagation de cette dévotion, si spécifique de leur Ordre que chacun de leur couvent comporte une via crucis»* (Bazin, 1963: 195). De facto, o texto produzido pelo ICOMOS para avaliação da candidatura dos Sacri Monti de Piemonte e Lombardia refere: *«The phenomenon of sacrimonti ("sacred mountains") began at the turn of the 15th and 16th centuries with the aim of creating in Europe places of prayer as alternative to the Holy Places in Jerusalem and Palestine, access to which was becoming more difficult for pilgrims owing to the rapid expansion of Muslim culture. The Minorite guardians of the Holy Sepulchre selected three sites – Varallo in Valsesia, belonging to the Duchy of Milan, Montaione in Tuscany, and Braga in northern Portugal – at which to build "New Jerusalems" designed to be similar in topography to the original. Within a few years, especially after the Council of Trent in 1535, this model, and in particular that of Varallo, built around 1480, was used*

for another purpose, and especially in those dioceses coming under the jurisdiction of the Milan Curia. This was to combat the influence of Protestant "Reform" by promoting the creation of more Sacri Monti as concrete expressions of their preaching. These were dedicated not only to Christ but also to cults devoted to the Virgin Mary, Saints, the Trinity, and the Rosary» (ICOMOS, 2002).

De acordo com Mário Barata, terá sido a historiadora de arte de Milão, Maria Luísa Gatti Perer, que, nos seus estudos publicados em 1963 e 1964, destacou «(…) *o relacionamento entre a expansão desses montes sagrados – com o seu apelo à sensibilidade humana e aos efeitos teatrais – à religiosidade e à luta contrarreformista de São Carlos Borromeo para conter, "intra-alpi", a expansão do protestantismo»* (Barata, 1973: 5).

Embora não nos tenha sido possível, até à data, ter acesso às fontes de informação que instruíram a candidatura dos *sacri monti* italianos e, portanto, analisar a referida intenção dos frades franciscanos de se construir em Braga uma "nova Jerusalém"[1], o que é facto é que Braga constituía um poderoso centro de religiosidade e, portanto, um bastião de irradiação do ideário cristão, facto este que poderá dar consistência àquela afirmação. Por outro lado, na vertente Oeste da serra de Espinho existia, pelo menos desde 1373, uma ermida que abrigaria a Santa Cruz, a qual foi substituída por outra em 1494, por ordem do arcebispo de Braga, D. Jorge da Costa, e, em 1522, reedificada e ampliada por ordem de D. João da Guarda, deão da Sé de Braga, verificando-se, desde cedo, a devoção da Santa Cruz. A criação da Confraria do Bom Jesus, em 1629, e a construção de uma primeira via-sacra a irromper o monte confirma a permanência da devoção e, possivelmente, o seguimento de modelos formais e devocionais já experimentados noutros locais, nomeadamente nos montes pré-alpinos. A forte proximidade pessoal entre Carlos Borromeu (1538-1584), cardeal e arcebispo de Milão, descendente por via feminina da família Médicis e canonizado em 1610, e Frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590), arcebispo primaz de Braga (1559-1581), poderá ter contribuído para apoiar esta realização, mesmo considerando

---

[1] Nos arquivos da Confraria do Bom Jesus do Monte não existem documentos que comprovem este facto e até à data nada foi escrito sobre esta questão.
O facto de se ter construído, a partir do início do século XVI em Montaione, o Sacro Monte de San Vivaldo, conhecido como "*la Gerusalemme di Toscana*'', no local onde já existia um mosteiro franciscano e em ligação com o trabalho a decorrer em Varallo, poderá apoiar a afirmação geral presente no referido relatório do ICOMOS.

que só após a morte deste e a constituição da Confraria se terão levado a cabo iniciativas de maior impacto material e segundo os modelos já em prática em alguns sacro-montes.

De acordo com Carlos Alberto Ferreira de Almeida no seu texto 'Em Torno do Bom Jesus de Braga' (1991) Mário Barata terá tido um papel determinante na difusão da associação entre o Bom Jesus de Braga e os *sacri monti* italianos. Contudo, Ferreira de Almeida aponta para outras realizações que, no seu entendimento, terão sido decisivas para a criação do Bom Jesus do Monte. Refere, em particular, a cerca do convento do Pópulo, em Braga, onde foram construídas, no início do século XVII, sete ermidas da Paixão de Cristo *«…a que chamam Jerusalém, subindo de umas para outras, quase em caracol, e por remate destas Ermidas huma grande varanda com desimpedida vista»* conforme descrição da "Corografia Portugueza" do padre Carvalho da Costa, de 1706. O fundador deste convento e encomendador da obra foi o arcebispo de Braga, D. Agostinho de Castro (1588-1609), anteriormente provincial e vigário-geral da Ordem dos Eremitas Descalços de Sto. Agostinho, na Alemanha Superior, *«região onde, desde os finais do século XV, desde Nuremberga a Lubeck, se concentravam os mais celebrados santuários deste género, os quais devem ter influenciado a obra deste arcebispo. E esta pode ter sido a primeira Jerusalém arquitetónica, de capelas, em Portugal»* (Almeida, 1991: 74).

Na realidade, Bazin (1963) refere que na Alemanha, assim como noutras partes da Europa no final do séc. XV, se assiste ao desenvolvimento da devoção da via-sacra devido às peregrinações realizadas à Palestina, nomeadamente em Dusenbach (Alsácia, 1484 com 3 estações), Lubeck, (1467), Nordlingen (1474), Berlim (1484), Hochstät (1490), Ediger (1488), Görlitz (1480, e que se tornou uma das mais famosas e copiadas), Nuremberga, (Passos da Paixão de 1508, uma das *viae-crucis* mais célebres no país).

A cerca do convento do Pópulo e suas capelas já não existem, nem tão pouco se conhecem registos iconográficos que nos permitam compreender a implantação e a forma desta via-crucis. Contudo, se a ideia da 'recriação de Jerusalém' poderá ter acontecido noutros locais, nomeadamente em conventos e no espaço público de povoações, anteriormente à construção da via-sacra do Bom Jesus, a ideia de a construir num monte, exposta à devoção e à prática religiosa de muitos fiéis desejosos de visitar Jerusalém e experimentar o percurso da Paixão de Cristo, poderá ter-se iniciado, em Portugal,

com o Bom Jesus. Dentro desta perspetiva, será perfeitamente compreensível a escolha de um monte sobranceiro à devota e profundamente religiosa cidade de Braga cuja corte arcebispal seria particularmente conhecedora deste tipo de realizações religiosas e artísticas. A via-sacra do Convento do Buçaco, iniciada em meados do século XVII com a colocação de cruzes na cerca (substituídas por vinte pequenas capelas no final do mesmo século) estará também entre as primeiras vias dolorosas que, em Portugal e ao longo da encosta de um monte, recriam a Paixão de Cristo. Também no convento franciscano da Arrábida se verificou a construção de alguns passos da Paixão e, em meados do século XVII, a construção da capela do Bom Jesus. Contudo, trata-se de representações criadas no espaço privado, reservado aos monges, e que nunca atingiram nem a complexidade iconográfica e arquitetónica nem o impacto paisagístico e social do Bom Jesus do Monte, em Braga.

Deste modo, tal como Bazin (1963) sugere, torna-se imperativo olhar para outros sacro-montes construídos previamente ao Bom Jesus de Braga, nomeadamente para os designados *sacri monti* pré-alpinos cuja posição geográfica, entre territórios católicos e protestantes, e topografia acidentada permitiriam a recriação da experiência de subida ao monte Gólgota, em "peregrinações de substituição" conferindo-lhes, naturalmente, o caráter de montes sagrados. O sacro monte de Varallo, o primeiro a ser construído ainda em período de Pré-Reforma, constituiu um modelo para posteriores realizações devido à originalidade da sua conceção e à forte presença de referências artísticas e espirituais. Iniciado em finais do século XV por ação do frade franciscano Caimi, para a via-sacra de Varallo foram erigidas capelas seguindo a simplicidade franciscana, materiais e artesãos locais. Contudo, o enriquecimento do percurso devocional continuou no século seguinte, sendo de destacar o envolvimento de artistas na construção de novas capelas, estátuas e frescos e na organização da narrativa religiosa, do espaço e estruturas físicas, merecendo a proteção de nobres e de eclesiásticos: *«(…) after the Council of Trent, the new spirituality, which had risen from it, found on this holy way an effective instrument for the new devotion. It became more and more fervent for the example of ecclesiastics who were a great point of reference as Carlos Borromeo, archbishop of Milan, who climbed four times the Mount of Varallo for the spiritual exercises and, during one of these visits, in November 1584, began his tormenting agony»* (Pacciarotti, 2008: 35).

Mário Barata reforça o valor deste modelo narrativo de forte realismo, marcado pela construção de capelas e de conjuntos escultóricos presentes em cada uma delas: *«Tanto em Varallo, como em Varese ou em Orta e nos demais "sacro monte" italianos, cada capela contém esculturas, em tamanho natural ou maior do que este, coloridas, figurando os personagens da História Sagrada. (…) O arcebispo de Milão teria compreendido o valor da exaltação religiosa e sentimental promovida pelo recurso a esse tipo de representação quase "ao vivo" substituindo os meios iconográficos mais antigos do baixo-relevo e da pintura, fortalecendo as convicções católicas das populações (…)»* (Barata:1973: 5).

Na sequência de Varallo, um conjunto de outros santuários de características formais idênticas foram construídas no mesmo território pré-alpino, particularmente nos séculos XVI e XVII: Orta, Crea, Varese, Locarno, Ossucio, Oropa, Ghiffa, Domodossola, Belmonte, Brissago[2]: *«The strengths and the intensity of the message of the Sacred Mountains were alive over the troubled XVII century and a multitude of architects, sculptors and painters, many of them of great importance, worked in those years. On the late seventeenth century the works were accomplished in almost all the yards, even if they have been interrupted either for unfavourable reasons or too ambitious designs (…)»* (Pacciarotti, 2008: 38)[3].

O santuário do Bom Jesus do Monte, fundamentalmente uma monumental via-sacra que se impõe no monte sobranceiro a Braga, insere-se neste fenómeno de construção de sacro-montes. Contudo, o incremento que se opera a partir das primeiras décadas do século XVIII, por iniciativa de D. Rodrigo de Moura Telles, e que recebe novo fôlego já perto do final do século por vontade de D. Gaspar de Bragança, imprime-lhe uma grandiosa dimensão física e cénica, uma monumentalidade arquitetónica, uma riqueza decorativa e simbólica que o diferencia dos santuários pré-alpinos referidos. O seu

---

[2] Com exceção de Locarno e Brissago que estão em território suíço, os restantes sacro--montes italianos, integram a lista do património mundial desde 2003.

[3] Interessa referir que nem todas estas realizações são santuários cristológicos, dedicados à narração da Paixão de Cristo, casos de Varallo, Domodossola e Belmonte, embora todos sigam o princípio, iniciado em Varallo, da ascensão à montanha sagrada através de um percurso devocional. Os santuários de Crea (Sacro Monte di Santa Maria Assunta), Varese (Sacro Monte del Rosario) Ossuccio (Sacro Monte di Madonna del Soccorso) e Oropa (Sacro Monte della Beata Vergine) são dedicados à vida de Nossa Senhora e aos mistérios do Rosário. O Sacro Monte de Orta é dedicado à vida de S. Francisco de Assis e o de Ghiffa à Santíssima Trindade.

desenvolvimento no período barroco impõe-lhe características próprias como a simetria gerada pelo grande eixo estruturante central que, iniciando-se no pórtico, acompanha a grande escadaria até à Igreja, dirigindo as vistas para esta e unindo-a ao céu, ou as escadarias compostas, de grande complexidade formal, imprimindo ritmo e movimento, ricamente decoradas com fontes e estátuas segundo um elaborado programa alegórico. Da aparente revelação de todo o lugar, com um breve olhar, ao confronto com elementos geradores de surpresa e contraste, o Bom Jesus do Monte apresenta um dramatismo que favorece a experiência do sofrimento da subida ao Calvário. Como refere Bazin: *«Le sacro monte de Braga, avec tous ses paliers successifs, chacun chargé de symboles, proposant au fidèle la peineuse ascension au ciel, n'est-il pas comme une gigantesque zikkurat chrétienne? Tranché du monde profane par l'enclos qui délimite l'espace sacre, ce lieu privilégié est un microcosme, ou le temps lui-même, soustrait à l'écoulement, est un temps mythique»* (Bazin, 1963: 218).

A arte milenar de lavrar o granito em estatuária, fontes e um sem-fim de elementos estruturais e decorativos, manifesta-se de forma exclusiva, sem paralelo, imprimindo um caráter único e distinto do dos *sacri monti* pré-alpinos. Contudo, os interiores das capelas – frescos recriando cenários e enquadrando grupos escultóricos mais ou menos complexos – seguem inteiramente as propostas encontradas nos *sacri monti* pré-alpinos, de onde terá emanado esta ideia de representar, através da criação de figuras de dimensão real, uma narrativa evangelizadora. Barata (1973: 5) não hesita em confirmar esta herança dos *sacri monti*: «*Nisso, o sistema plástico-religioso foi legado a Braga ou a Congonhas do Campo».* E, tal como nestes *sacri monti*, no Bom Jesus repete-se a experiência da apreciação da paisagem até longas distâncias – vales e serras, campos agrícolas e matas, vilas, aldeias e construções dispersas e imensidão de céu – permitida pela elevada posição topográfica dos santuários, num percurso revelador de cenários surpreendentes, matizes de cores e diversidade de formas.

Estudiosos como German Bazin e Monica Massara, que se dedicaram à investigação dos montes-sacros em várias regiões, consideram que o valor artístico e histórico do Bom Jesus é de enorme significado. Bazin aponta a sua distinção relativamente aos santuários europeus da Paixão de Cristo: *«(…) le Bom Jesus de Braga, qui en Europe est sans doute le plus poétique des sanctuaires*

qu'ait fait maître la dévotion au Chemin de la Croix» (Bazin, 1963: 190) identificando-o como '*o santuário mais perfeito*', uma declaração que se tornou paradigmática e central para a afirmação do valor do Bom Jesus do Monte no contexto internacional: *«Ainsi la montagne sacrée de Braga nous offre sans doute le sanctuaire le plus parfait qu'ait réalisé le christianisme, celui qui, par la multitude et la polyvalence des symboles et par une association essentielle avec la nature, nous propose l'image précellente du lieu sacré, microcosme, ou tous est reflété (…)»* (Bazin, 1963: 218).

Monica Massara, na sua obra 'Santuário do Bom Jesus do Monte-Fenómeno Tardo Barroco em Portugal', começa por referir o lugar do santuário do Bom Jesus no contexto de realizações afins – *«o Bom Jesus do Monte (…) não é uma exceção no conjunto dos santuários europeus mas, pelo contrário, reforça um facto concreto na construção destes templos de peregrinação»* (Massara, 1988: 25) – para concluir sobre o seu valor excecional no espaço europeu: *«O Bom Jesus do Monte é, indubitavelmente, o mais completo e monumental santuário da via-crucis construído na Europa. É o exemplo mais perfeito desta prática religiosa (…).»* (Massara, 1988: 88).

Também vários historiadores têm vindo a refletir sobre o interesse deste santuário no contexto da história da arte portuguesa. Refere José Fernandes Pereira em "O Barroco do séc. XVIII": *«o Bom Jesus do Monte mais que uma obra de arquitetura é um vasto espaço onde a cenografia é um valor estético permanente. Qualquer que seja o ponto de vista, o espetáculo impõe-se. (…) Os dois escadórios que, enquanto obra de arte, se unem num só, apresentam-se como uma massa compacta e branca, contrastando com o escuro granito que em linhas sucessivas os vai debruando ao mesmo tempo que sublinha os seus ritmos essenciais»* (Pereira, 1999: 69). Sobre a distinção do Bom Jesus do Monte refere, também, Victor Serrão (2003: 270): *«O projeto do sacromonte de Braga é inusual, pela elaborada carga simbólica e pela grandiosidade da escala arquitetónica, remetendo a lição tridentina, assaz refinada no seu discurso, para o espectáculo narrativo que se glosa na decoração das várias capelas peregrinatórias* (…)». Também para Paulo Pereira (2011: 723) o santuário do Bom Jesus do Monte *«é um dos maiores e mais importantes sacromontes de todo o mundo»* e Natália Ferreira-Alves elege o Bom Jesus como caso modelar da manifestação do período barroco: *«a nossa derradeira escolha recai sobre o esplendoroso conjunto escultórico do Bom Jesus do Monte (Braga) que, pela complexidade*

da estrutura e simbologia, consideramos o modelo paradigmático do espírito barroco, representando um dos momentos mais altos da criação artística portuguesa» (Ferreira Alves, 2003: 754). E reforça o seu valor artístico, espiritual e intelectual afirmando: *«Magnífica e gigantesca estrutura, com uma densa linguagem iconográfica ligada à Paixão de Cristo, a que o barroco conferiu toda uma simbologia complexa, o Santuário do Bom Jesus do Monte é, a nosso ver, o exemplo mais elaborado dos sacri monti do Mundo Católico, e aquele que melhor representa o espírito da devotio moderna, já que dá uma resposta direta às necessidades da gente simples, que precisa sentir de forma palpável o poder da visualização imagética no cumprimento dos seus atos devocionais, mas que também se dirige aos espíritos eruditos a quem a complexidade simbólica faz mergulhar nos escritos que servem de inspiração aos modelos artísticos. Destacando-se pela sua monumentalidade, o santuário surge inserido numa linha de representações artísticas onde se enquadram as Jerusaléns, as Viae--crucis, os Calvários e os Passos da Paixão e, embora obedecendo ao mesmo espírito ligado à Paixão de Cristo, desde a sua génese até à organização atual, desenvolve uma proposta espiritual de complexa elaboração ao longo da subida vertiginosa»* (Ferreira-Alves, 2010: 458).

Por outro lado, são variadíssimas e recorrentes as alusões ao Bom Jesus do Monte enquanto modelo para a criação de outros santuários em montes, dentro e fora do país. Sobre isto refere José Fernandes Pereira (1999: 69-70): *«O exemplo do Bom Jesus do Monte frutificou um pouco por toda a parte, em Portugal e no Brasil. (…) o escadório introduziu uma ligação de harmonia e contraste com a Natureza que os exemplos seguintes irão registando»*. De facto, investigadores convergem no entendimento sobre a influência que o Bom Jesus do Monte, em Braga, teve na realização do santuário de Congonhas do Campo, em Minas Gerais. Essa influência foi também assumida e registada no texto da candidatura deste santuário brasileiro a património da humanidade. Também segundo Germain Bazin (1963: 190): *«(…) le site de Congonhas do Campo n'évoque pas le Bon Jesus de Matosinhos, édifié en bordure de mer, mais plutôt un autre lieu de pèlerinage portugais consacré à la Passion, le Bom Jesus de Braga (…)»*. E não hesita em afirmar, de modo inequívoco (ibid: 217): *«(…) Congonhas do Campo, la replique brésilienne de Braga (…)»*.

A este respeito, refere também Mónica Massara (1988: 30): *«São da região norte (…) os portugueses que maciçamente afluem*

para Minas, levando consigo não só a vontade de enriquecer mas também o germe e a essência da arte barroca (…). É aí que reside a explicação para a constatação de tantos pontos em comum entre a arte minhota e mineira, já tantas vezes salientada por investigadores como Robert Smith e Germain Bazin». E acrescenta*: «É inegável que o santuário de Congonhas do Campo reúne elementos procedentes dos santuários setecentistas do norte de Portugal, nomeadamente o Bom Jesus de Braga e o Bom Jesus de Matosinhos. A fachada da sua igreja é portuguesa, a cartela colocada em seu adro é comparável aos trabalhos de André Soares, as indumentárias e gestos dos seus profetas copiam as dos profetas e personagens bíblicos de algumas localidades portuguesas»* (*Massara,* 1988: 31). Os textos de John Bury, reunidos na publicação "Arquitetura e Arte no Brasil Colonial" organizada por Myrian de Oliveira em 2006, apresentam, igualmente, relações entre o santuário de Congonhas do Campo e obras similares em Portugal.

Por outro lado, são também conhecidas as influências do Bom Jesus na realização, em Portugal, de sacro-montes com vias-sacras e capelas. Alguns desses santuários têm na sua base uma construção de fundação remota, uma cruz, uma ermida, mas verifica-se que a sua expansão física e maior complexidade formal e, em particular, a construção de escadarias mais ou menos elaboradas, que lhes imprimem uma maior importância na paisagem, acontecem após a afirmação barroca do Bom Jesus do Monte. Na região do Minho são exemplos o Santuário da Senhora da Abadia, em Terras de Bouro, com sete pequenas capelas com estatuária, ao longo do caminho de acesso ao templo principal representando sete passos da Paixão de Cristo no monte Calvário. No final do século XVIII, procede-se à construção dos passos da vida de Nossa Senhora – oito capelas de planta octogonal e cobertura em forma de pirâmide, tendo no interior grupos escultóricos (Araújo, 1962); o Santuário da Franqueira, Barcelos, iniciado a partir de ermida de fundação medieval dedicada a Nossa Senhora. Em finais do século XV assiste-se à fundação do mosteiro habitado por frades franciscanos e, no início do século XVIII, principia-se a construção de seis capelas dos passos da Paixão de Cristo, desde a base do monte até à igreja do convento da Franqueira; o Santuário da Senhora do Pilar, em Lanhoso, cuja igreja ainda estaria em construção em 1712. Ao longo de um caminho íngreme, desde o sopé do grande batólito até ao terreiro da igreja, foram construídas capelas de planta quadrada e cúpula piramidal e duas capelas de

planta hexagonal, possivelmente edificadas posteriormente, uma no alto do monte e outra na base deste (ibid.). No total, são onze capelas das quais nove representam Passos da Paixão (Dinis, 2005); o Santuário da Falperra, em Braga, na proximidade do Bom Jesus do Monte. Do século X existe a referência à ermida de invocação de Santa Marta, edificada no "alto das cortiças" que viria a ser reedificada, entre 1505 e 1532, pelo arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, e remodelada no séc. XVII. No século XVI existia também, na mesma linha de cumeada mas mais a norte, uma ermida com a invocação a Santa Maria Madalena. A partir de finais do século XVII, procede-se à construção de um templo maior, terreiro e alameda para procissões e em 1758 dá-se início à construção de um escadório seguindo o alinhamento da igreja com a cidade de Braga (Araújo, 1962); o Santuário da Senhora do Porto d'Ave, em Lanhoso, na margem direita do Ave, no pendor sul de um monte, é iniciado em 1744 pelo arcebispo de Braga D. José de Bragança que tomou a ermida de Nossa Senhora dos Milagres sob sua proteção e «*iniciou a sua transformação num vasto santuário que passou a rivalizar em grandeza com o do Bom Jesus do Monte. (…) Foi por essa encosta acima, e partindo da igreja situada na sua falda, que se lançou um extenso escadório ladeado de pequenas ermidas onde se representam diferentes «passos» da vida da Virgem, desde o seu nascimento até ao seu passamento*» (ibid: 184)*;* Santuário da Senhora da Peneda, Soajo, construído no local onde terá existido uma ermida de fundação medieval para veneração da imagem de Nossa Senhora das Neves ou da Peneda. O santuário atual ficou concluído em 1857 (Almeida, 2012) e em 1866 concorria já em monumentalidade com o do Bom Jesus do Monte (Araújo, 1962). É constituído por escadaria, pórtico, terreiro octogonal com as seis primeiras capelas com os passos da vida de Cristo, sucessivos lanços de escadas ao longo do monte com capelas de planta quadrada (mais antigas) e de planta hexagonal (estas já do séc. XIX) que terminam no pórtico dos profetas e terreiro. Mais acima, outro terreiro com quartéis e casas da confraria, chegando-se ao templo, erigido na base da grandiosa penedia granítica, subindo uma escadaria composta segundo os modelos barrocos, semelhante ao escadório dos cinco sentidos do Bom Jesus do Monte; Santuário do Couto de Cambeses, de pequena dimensão, com calvário com escadório em ziguezague que remata, superiormente, no adro da capela do Bom Jesus, datada de 1678, sendo acompanhado por sete capelas quadrangulares com imaginária no interior. Obra de

1871, é claramente inspirada no Bom Jesus do Monte tendo mesmo acolhido, nas suas capelas, alguma da estatuária proveniente do Bom Jesus de Braga (Almeida, 2012); e ainda o Santuário do Senhor do Socorro, em Labruja, Ponte de Lima, o Santuário do Monte do Faro, em Valença, ou o Monte do Calvário em Vila Praia de Âncora.

Fora da região do Minho, importa referir sacro-montes como o Santuário de Santa Maria do Castelo em Mangualde, o de São Salvador do Mundo em S. João da Pesqueira, o de Nossa Senhora das Preces, em Oliveira do Hospital, o de Nossa Senhora de Montalto, em Arganil, o de Santa Quitéria, em Felgueiras e, naturalmente, o Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego, que, construído a partir da capela seiscentista dedicada a esta devoção, é de todos o que mais se aproxima do modelo formal do Bom Jesus do Monte. Com escadório monumental de feição barroca, acompanhando a vertente do monte, ricamente adornado com estatuária, fontes e balaustradas em granito, culminando no Pátio dos Reis que antecede o adro da igreja: *«As similitudes estruturais são mais que notórias, a proximidade temporal também, pelo que será legítimo afirmar que o escadório do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios é uma réplica do escadório do Bom Jesus do Monte, em Braga, como também será o escadório do santuário de Nossa Senhora da Peneda»* (Pinto, 1997) embora apenas tenha sido construída uma capela de entre o conjunto que se planeou edificar.

O Bom Jesus do Monte apresenta-se, assim, como uma obra maior do culto da Santa Cruz e da Paixão de Cristo, como tantos calvários construídos no mundo cristão e, em particular, dos que tiraram partido das encostas de montes para recriarem a penosa ascensão até ao Monte Gólgota. Pela sua invulgar complexidade arquitetónica, decorativa e iconográfica, pela sua grandiosidade, valor alegórico e cenográfico, constitui-se como uma realização ideal do barroco, sem paralelo ao nível dos sacro-montes europeus. O seu interesse artístico e religioso e o seu papel doutrinário fazem dele um expoente da Contra-Reforma e, naturalmente, um modelo para a construção posterior, no país, de santuários com o mesmo sentido evangelizador e similar organização e composição formal reservando-se, contudo, para o Bom Jesus, o lugar de eleição no contexto dos sacro-montes portugueses.

Bibliografia

ALMEIDA, C. A. Ferreira de (1991). Em Torno do Bom Jesus de Braga. In *Estudos de História Contemporânea Portuguesa: Homenagem ao Professor Victor Sá*. Lisboa, Livros Horizonte, pp. 69-81.

ALMEIDA, C. Brochado de (2012). Santuários de Peregrinação do Entre Douro e Minho Barroco. In Oliveira, A. de et. al (coord.) *O Barroco em Portugal e no Brasil*. Maia, Edições ISMAI, pp. 97-127.

ARAÚJO, I. Alves de (1962). *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*. Lisboa, Direção Geral dos Serviços de Urbanização.

BARATA, Mário (1973). Origem dos Santuários tipo 'Bom Jesus do Monte' em Braga, nos 'Sacro-Monte' do Norte da Itália (Piemonte e Lombardia), dos séculos XVI e XVII – Exemplo do de Varese. *Separata da revista Bracara Augusta*, vol. XXVII, FASC. 64 (76).

BAZIN, Germain (1963). *Aleijadinho et la sculpture baroque au Brésil*. Paris, Le Temps.

CASTRO, Augusto Simões de (1883). Guia Histórico do Viajante no Bussaco. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2ª ed.

COSTA, António Carvalho da (1706). *Corografia Portugueza*. Tomo I. Lisboa, Valentim da Costa Deslandes.

COUTINHO, João Azevedo (1889). Descrição do Santuário e Romaria de N. S.ª do Porto de Ave. Confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave.

DINIS, António (2005). Santuário de Nossa Senhora do Pilar. [Internet] Disponível em <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21923> [Consult. 14 de fevereiro 2014].

FERREIRA-ALVES, Natália (2003). Pintura, Talha e Escultura (séculos XVII e XVIII) no Norte de Portugal. *In Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património.* Porto, I Série, vol. 2, pp. 735-755

FERREIRA-ALVES, Natália (2010). A Presença do Brasil no Santuário do Bom Jesus do Monte (Braga). *In* Natália Ferreira-Alves (coord.), *A Encomenda. O Artista. A Obra.* Porto, CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, pp. 457-471.

ICOMOS (2002). *Sacri Monti (Italy).* [Internet] Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/1068.pdf> [Consult. 2 de setembro 2011].

MASSARA, Mónica (1988). *Santuário do Bom Jesus do Monte: Fenómeno Tardo Barroco em Portugal*. Braga, Confraria do Bom Jesus do Monte.

OLIVEIRA, Myrian de (org.) (2006). *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*. Brasília, IPHAN/MONUMENTA.

OLIVEIRA, Myrian de (2012). Congonhas e Bom Jesus de Braga: duas interpretações de um ideário formal e simbólico. In Oliveira, A. de et. al (coord.) O Barroco em Portugal e no Brasil. Maia, Edições ISMAI.

PEREIRA, J. Fernandes (1999). O Barroco do séc. XVIII. In Paulo Pereira (dir.), 1999, *História da Arte Portuguesa*, vol. III, 3ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 51-181.

PINTO, Lucinda (1997). O Santuário de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego. Contributo para o estudo da sua construção 1750-1905/69. Dissertação de Mestrado em História da Arte. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SERRÃO, Victor (2003). *História da Arte em Portugal – O Barroco*. Lisboa, Editorial Presença.

SINGUL, Francisco (1996). I Sacri Monti della Penisola Iberica', In: *All'Atlante dei Sacri Monti- Calvaria e Complessi Devozionali Europei*, Centro de Documentazione dei Sacri Monti, 1996.

O Bom Jesus do Monte

(I. As origens. II. As devoções) *

AURÉLIO DE OLIVEIRA **

O PROJECTO PATRIMÓNIO

Por iniciativa da Confraria, estão neste momento iniciadas diligências para instruir e viabilizar uma candidatura do Bom Jesus do Monte e seu complexo a Património Mundial.

Um objectivo muito difícil de concretizar, embora o Bom Jesus do Monte nas suas múltiplas dimensões e, em particular, no despoletar e no materializar de fenómenos colectivos ao longo dos tempos (hoje dimensão tão exigida para a atribuição do galardão) disponha – como se verá – de todas as condições para isso. Desejamos o melhor sucesso a essa iniciativa e a essa candidatura. De qualquer modo, irão certamente ser produzidos alguns estudos que, sobre o que já existe, e por vezes sobejamente conhecido, nos esclarecerão e alargarão ainda mais os conhecimentos históricos que vamos tendo sobre o Bom Jesus, e nas suas diversas dimensões.

Tivemos oportunidade de numa recente palestra sintetizar, em três ou quatro items aqueles aspectos que, do nosso ponto de vista, nos parecem, à partida, fundamentais de salientar relativamente ao Bom Jesus: O Bom Jesus do Monte como *património histórico* (regional-nacional ou até ibérico – como aqui salientaremos também); *como património arquitectónico e artístico*; *como património paisagístico e ambiental* e, finalmente, *como património etno-antropológico*. (Isto, para além, naturalmente, de outras dimensões que os respon-

---

* NB: Vai escrito em português. (Não respeitamos a ‘‘martelaçom’’ ortográfica).

** Faculdade de Letras do Porto. Ap. Instituto Universitário da Maia).

sáveis por tal projecto alargarão e certamente enriquecerão. Tentando sair do lugar-comum, (ainda que de modo abreviado), deixamos aqui alguns dados e considerações, sobre o primeiro e o quarto desses items).

I. NAS ORIGENS DO BOM JESUS

1. Já no Boletim da Associação Cultural de Palmeira (de 2011) abordámos o Bom Jesus do Monte como centro de devoção e romagem, quando tratámos de devoções e diversões no século XVIII, tendo salientado o Bom Jesus como o maior centro de romagem e peregrinação (e festa) que Portugal no século XVIII conheceu. Aí se referiu também o "pitoresco" e importante testemunho do Prior de Tenões nas *Memorias Paroquiais* dos meados do século e, ao mesmo tempo, a rara e exacta descrição do conjunto pelos anos de 1750-58. Isto é, a primeira e mais próxima descrição do complexo resultante da intervenção de D. Rodrigo de Moura Teles e antes grandes intervenções de D. Gaspar de Bragança.

Em 2011 em dois breves artigos insertos no "Diário do Minho" que visaram, essencialmente, chamar a atenção para o Congresso Luso-brasileiro do Barroco, com que a Confraria entendeu, em boa hora, comemorar os 200 anos da conclusão do Templo e, com ele, dar início também a uma candidatura a Património Mundial – como ficou manifesto por parte da Confraria. Aí referimos, de modo muito sucinto, e do nosso ponto de vista, a primeira origem do actual complexo do Bom Jesus do Monte.

Sintetizámos em 4 ou 5 os momentos principais do percurso arquitectónico do actual conjunto tendo remetido a primitiva fundação de uma capela ou ermida – sob invocação *de Santa Cruz,* com caracter definitivo, para a circunstância de um acontecimento histórico nacional e ibérico muito importante – a batalha do Salado. Com certeza a implantação de uma ermida pelos anos de 1341/42 (nunca além de 1348), embora durante muito tempo se tenha julgado de fundação posterior: – fins do século XV – inícios do século XVI e, outras vezes, acompanhada ou enovelada nos fumos da lenda.

Muitos autores assim o sustentam para estes últimos tempos (e assim o vemos ainda no Site do IGESPAR como também na recente História do Minho – *Minho Tradições e identidades*. Braga. 2007. 546) certamente todos influenciados pela constante referência

a essas datas e pela muito antiga nota de D. Rodrigo da Cunha (que, entre as obras mandadas fazer por D. Jorge da Costa – o Alpedrinha – refere que "obra sua" foi também "a Santa Cruz do Monte meya legoa desta Cidade"[1]. Posição depois muito divulgada com o primeiro trabalho de natureza histórica – ou melhor, historico-devocional – como é a *Descripção do Prodigioso Sanctuario do Bom Jesus do Monte*[2], quer na versão editada de 1793, quer numa versão manuscrita (de 1787?) com algumas diferenças em relação à impressa. Por essa altura iniciavam-se as obras do novo complexo arquitectónico.

Cerca de cem anos depois, por alturas do primeiro centenário do actual templo, surgiram várias obras. Entre elas, duas quase simultâneas, a de Fernando Castiço (*Memoria Historica do Santuario…* de 1884) e a de Azevedo Coutinho (*Bom Jesus do Monte Esboço Historico* de 1899), prefaciada esta, pela larga informação do polígrafo Pereira Caldas (que introduz a "memória" de Coutinho com uma recensão histórica das obras e escritos publicados e conhecidos até ao ano de 1889. Deixaria este, também, alguns apontamentos sobre o Bom Jesus espalhados por escritos vários[3]. Nelas se sustentam e se referem alguns passos quanto aos primórdios desta ermida dedicada Santa Cruz. Este último – Coutinho – sobretudo, alargando-se sobre toda a história do mesmo Santuário, ainda mais contribuiu para firmar essa convicção sustentando e divulgando esse ponto de vista. Salienta, porém, de modo particular, uma reedificação praticamente "à fundamentis" isto é, uma nova construção em 1522, da responsabilidade do Deão da Sé – D. João da Guarda.

Importará referir que cerca de 1764 Manuel José da Silva Thadim[4] tomando informações documentais, atribuía também a "fundação" precisamente a D. João da Guarda" em 1522, contrapondo-a à notícia de D. Rodrigo da Cunha que não achou devidamente fundamentada:

"Supposto que o Ex.mo Arcebispo D. Rodrigo da Cunha… escrevendo a vida de D. Jorge da Costa – diga …como obra sua Santa Cruz do Monte… contudo não diz que fez, mas parece que…..

---

1 *Historia Ecclesiastica*. Braga. 1635. II. 285.
2 De autoria de P. Manoel António Vieira (ou Vieira de Araújo).
3 Entre outros, *Apontamentos gerais sobre os mais notaveis objectos que podem atrair as atenções de SS. MM. FF., na sua viagem pelo distrito de Braga em 1852.*
4 Em *Memorias Bracarenses* (Ms).

Nestes termos me inclino que a Capella de Santa Cruz he mais moderna e a fundou D. João da Guarda… e eu assim o vi escrito (também) em hum Cathalogo manuscrito dos Deaons de Braga que escrveo Valerio Pinto de Sá[5] "…este Deam foi que fundou a Capella do Senhor do Monte e se faz mençam delle no letreiro da dita Capella… por sua devoção, aos 17 de Julho de 1522" ….(e) a pedra que estava em o Bom Jesus que tinha este letreiro a mandou o Senhor Arcebispo D. Rodrigo… meter nos alicerces quando compôs de novo a Capella do Bom Jesus"[6]. Na verdade, posta à luz juntamente com o brasão de D. Jorge da Costa aquando das obras posteriores (Sobre estas datas, e legendas dissertaria, Albano Belino)[7].

O certo é que o brasão que ainda se pode ver no Bom Jesus assinalando a "fundação", é do Alpedrinha e não do irmão do mesmo nome e também Arcebispo de Braga. A Ermida de D. Jorge da Costa dataria dos finais do século XV (de c. 1498).

Ora uns, ora outros tomaram estas informações por seguras passando-as a divulgar como datas da verdadeira fundação da ermida – a do Arcebispo D. Jorge da Costa ou a do Deão D. João da Guarda.

Durante o século XIX, (sobretudo de 1840 em diante), quer em jornais locais (como por exemplo *O Moderado* N.º 2. 6. 12. 1853. *Notabilidades do Minho* por P. C., *A Correspondência do Norte* – 1880-1906), quer nos de circulação nacional (como *O Occidente* ou o *Archivo Pittoresco*, não sendo de menor importância o que inseriu Pinho Leal no seu *Portugal Antigo e Moderno* (1873) ou José Vieira em *O Minho Pitoresco*. (1886) T. II), é sempre essa a versão que genericamente vemos reproduzida e difundida.

2. A CONFRARIA

Todavia, na edição de Coutinho de 1899 vem inserta uma nota histórica de um conhecedor e curioso das coisas bracarenses – o antiquário José de Sousa Machado de Vasconcelos – de particular

---

5 NB: Genealogista bracarense – 1681-1759.

6 Silva Thadim, ob. ct.

7 Albano Belino, *Archeologia Christã*. Lisboa. 1920.
NB. Sobre alguma confusão entre o D. Jorge – o Alpedrinha – e o irmão do mesmo nome, ver Monsenhor José Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais*. Vol. II. 334-364. Ver também José Marques, *O Arcebispo D. Jorge da Costa e os primórdios da imprensa em Portugal.* Em "Forum". N. 4. Braga. 1988.

importância mas que, na realidade, praticamente se perde no conjunto do texto de Coutinho:

Machado de Vasconcelos refere que teve e guardava em mãos uns estatutos, redigidos 1373 (aprovados em 1378), de uma confraria sediada em Braga – Confraria de Trindade. Neles se "ordeñava" que, por exaltação da Santa Cruz de Jesus Cristo, "por dia de S. Joane do mes de Mayo de cada anno" (NB: S. João Evangelista – dito da Porta Latina – celebrado a 6 de Maio), se fizesse procissão à Ermida de Santa Cruz do Monte. Quer dizer: todos os anos os confrades e, certo, mais povo que os acompanhava, subiam em romagem e procissão de Braga a Santa Cruz do Monte! Outra nota, de facto importante e aí inserta: consagrava-se por escrito uma prática já antiga, pois se dizia igualmente nesses mesmos Estatutos, que era costume assim fazerem seus pais e avós havia já uns trinta ou quarenta anos!

Estas "modestas" notas são de decisiva importância para a História de Santa Cruz – hoje Bom Jesus do Monte. Assim o vemos "agora" também referido no trabalho de Alberto Feio, datado 1930[8], tomando esse testemunho de José Machado como seguro e decisivo. Com outras preocupações, relevava, porém, a "construção" (reconstrução) de 1522.

Temos, assim, uma primitiva construção muito antiga. Na verdade, ela não só existia a alturas de 1373-78, como vinha já dos tempos anteriores. Muito longe, pois, dos finais do Século XV – inícios do XVI reforçando e confirmando, por seu turno, o testemunho de Monsenhor José Augusto Ferreira quando referira a existência dessa ermida já ao tempo de D. Fernando da Guerra pelo primeiro quarto do século XV (pelos anos de 1420-25) que, dos autores "modernos" nos parece ser a mais antiga referência à Ermida de Santa Cruz do Monte[9].

Logo, por estas referências e dados, se vê que esta ermida, nada teve a ver com a pretensa fundação de D. Jorge da Costa (1.º ou 2.º isto é, o Alpedrinha ou seu irmão – do mesmo nome), como da outra pretensa fundação atribuída a D. João da Guarda de 1522[10]. Tratou-se, quer num caso, quer noutro de reconstruções

---

[8] *Bom Jesus do Monte*. Braga. 1930.

[9] Monsenhor J. Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais*. cit.

[10] Terá obtido a dignidade pelos anos de 1509/10. A lápide comemorativa assinala a conclusão da obra em 1522.

embora a última, certamente pela sua grandeza e pelo seu novo aparato, com toda a certeza no novo "estilo" manuelino ou Renascença-manuelino (se é que a de D. Jorge da Costa o não era já), tenha sido sublinhada como uma "construção em grande". A lápide encontrada assinala-a, na verdade, também como uma "Igreja" – (ou "Capela"). Cremos, pois, que um edifício mais amplo e com mais dignidade que o anterior.

Diga-se que estamos numa altura em que Braga como, aliás, pelas melhores terras, o reino se encheu de novas construções ao novo gosto – dito manuelino. Sirva o testemunho de Resende sobre esses tempos de D. Manuel:

Vimos seu edificar
no Reino fazer alçar
paços, igrejas, mosteiros…
Vi o Reino renovar[11].

Assim em Braga.

Nunca Braga presenciou tantos artistas e todos de tão grande nome entre estrangeiros e nacionais (como os biscainhos entre eles João de Castilho, tais os franceses Chanterenne, João de Ruão, Hodart, e bem presumivelmente outros, além de mestres de Coimbra). Uma caterva de mestres e notáveis oficiais que refundariam (ou assentariam) uma nova cidade. Esta construção do tempo de D. Diogo (na realidade um mecenas que inevitavelmente ditava o gosto artístico na "nova" cidade), naturalmente que obedeceu aos mesmos cânones arquitectónicos e formais – como nos mostra, aliás, algum vestígio que nos ficou desta construção (reconstrução) de 1522.

3. FACOS HISTÓRICOS

A maior parte dos centros de devoção, grandes ou pequenos, andam quase todos conotados com lendas e assim se supôs também para as muitas ermidas dedicadas a Santa Cruz, por quase todo o lado. (Por mais próximo, vide Fr. Pedro Poyares, *Tractado panegyrico em louvor da villa de Barellos por rezão do aparecimento de cruzes que n´ella aparecem.* Coimbra. 1672). Também com esta

---

[11] Garcia de Resende. Miscelânea Garcia de Resende*, Cronica de D. João II e Miscelânea.* Reprint. Lisboa. 1973. 343.

Ermida do Monte acontece o mesmo. Vários o referem. Ficou registada, por exemplo, em Fernando Castiço.

Todavia, baseados em informes que aqui coligimos e para os quais nos permitimos chamar a atenção, na sua origem não encontramos lendas, ou não precisamos mais de nos socorrer de lendas. Temos factos históricos. E factos históricos importantes. Referimo-los muito sucintamente naquele artigo de 2011: a sua mais que provável (eu penso que segura) localização no tempo – isto é, pelos anos de 1341/42) deixando a incerteza de "em tempos anteriores a 1373".

Deixemos agora o subsequente destino arquitectónico e artístico do actual conjunto e desta Capela ou Ermida de Santa Cruz do Monte (como o das épocas devocionais – que não foram sempre idênticas e que abordaremos de seguida). Venhamos aos acontecimentos e factos históricos que, do nosso ponto de vista, permitirão localizar no tempo, com segurança, esta primitiva construção da Ermida de Santa Cruz do Monte, sublinhando, por seu turno, a sua relevância.

3.1. A Batalha o Balado – 1340

Portugal tinha-se visto livre da presença política e militar árabe quando Afonso III logrou a conquista definitiva do Algarve em 1249. Os confrontos militares com os árabes nesta faixa ocidental terminaram aí, antes de se passar a reivindicar o *Algarve d´Além* isto é, o Norte de África como, logo de seguida, o começou a fazer D. Dinis[12] Todavia, um osso muito duro de roer continuou encravado na Península e cujo principal encargo de digerir continuou a ser encabeçado pelo Reino das Castelas (Leão-Castela a Velha) defrontados com o poderio do reino de Granada e com os auxílios que constantemente lhe chegavam sobretudo do Norte de África. A situação tornou-se crítica ao tempo de Afonso XI de Castela, "mal casado" com a filha de Afonso IV de Portugal. (Afonso XI repartia as suas "obrigações" conjugais com uma formosa amante – D. Leonor de Gusmão! Trazia desgostosa D. Maria; embravecido o Bravo e irritado próprio Papa)!

Viu-se então, Afonso XI, seriamente entalado entre graves problemas internos e a reforçada pressão muçulmana do Reino de Granada. Seriamente apertado, em 1339-1340 pediu auxílio ao

---

[12] Vide Aurélio de Oliveira, *História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*. Universidade Aberta. 2.ª Edição. Lisboa. 1999.

sogro através da filha. Depois, contrafeito, o faria também directamente a Afonso IV – "reconhecendo que por si soo nom era poderoso pera regestir a tamtos temores". Congraçaram-se então os dois "com gramdes amyzades e perdões de parte a parte"[13] O "Bravo acedeu ao pedido da filha e do genro aprestando-se a dar uma "ajudinha" ali ao lado.

Não era a primeira vez que isso acontecia. Ultrapassando sérias antipatias que vinham desde Afonso Henriques, já Afonso II tinha feito o mesmo em Navas e Tolosa em 1212. O perigo juntou-os novamente a todos. O recontro com os muçulmanos, em que a colaboração portuguesa foi decisiva, deu-se – como sabemos – nas margens do rio Salado (região de Cádiz) em 30 de Outubro de 1340.

3.2. *Neste* (por este) *sinal da Vera Cruz... vencereis seus Inimigos*. (Ruy de Pina, *Chronica d´El-Rei Dom Affonso IV.* Ed. Biblion. Lisboa. 1936. 168).

Nas hostes portuguesas de Afono IV que estiveram no Salado, participou o Primaz de Braga – D. Gonçalo Pereira – juntamente com seu filho – D. Álvaro Gonçalves Pereira – recentemente feito Prior do Crato (1335-1339).

O primeiro facto a ressaltar neste acontecimento é que as hostes do Arcebispo e seu filho se abrigaram, se "arregimentaram" sob um estandarte com a imagem da Cruz de Cristo e, – referem os cronistas – levando um pedaço do Lenho que se guardava no "seu" então mosteiro de Marmelal (ou Marmelar) – termo da Vila de Portel[14]. Marmelar era mosteiro da fundação dos Hospitalários e era, agora, do senhorio de D. Álvaro – filho do Arcebispo D. Gonçalo.

NB: Esta preciosa relíquia – segundo se crê – trazida da Palestina a quando da 7.ª Cruzada – 1248-1250. Converter-se-ia, desde aqui, num foco e num elemento de difusão da devoção a Santa Cruz. Esta devoção ia-se difundindo contando já com outro foco (primeiro) de influência devocional à mesma Santa Cruz que, desde finais do Século XII – inícios do Séc. XIII (1099 – 12...) foi

---

[13] Cristóvão Rodriguez Acenheiro, *Cronicas dos Reis de Portugal*, em "Collecção de Ineditos de Historia Porugueza". T. V. Lisboa. 1936. 103.

[14] Cristóvão Rodriguez Acenheiro, *Idem.* 105.

irradiando também a partir de Coimbra (Santa Cruz) onde se guardou ou guardava outro pedaço da mesma Cruz de Cristo[15]. Factos também a ressaltar para a "crónica" da génese e difusão em Portugal desta devoção a Santa Cruz, a que esta ermida do Monte está naturalmente ligada.

O incremento das devoções é decisivo, quando se conotam com milagres. Na génese de uma devoção está quase sempre um milagre. Tanto de mais renome, quanto mais e maiores os milagres e/ou as personalidades que deles "categoricamente" beneficiaram. (Em apontamento lateral se diga que a "santidade" medieval isto é, a galeria dos Santos, é essencialmente uma galeria "aristocrática").

Consagraram o feito e a devoção, e consequente "milagre", praticamente todos os cronistas nacionais e logo no primeiro deles, o Conde D. Pedro de Barcelos no seu *Livro de Linhagens* que todos seguiram. Rui de Pina, se é que não copiou o texto mais modelado de outros cronistas anteriores – como, aliás, é mais seguro que o tenha feito (como o referiu o probo Damião de Góis), consagrou definitivamente essa versão.

Deixando as peripécias do relato (e relatores)[16]. todos glosaram, na verdade, o primeiro e praticamente imediato testemunho deixado ou lançado no *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro (falecido em 1354).

Deixados os pormenores, venhamos ao facto:

a relevância das hostes do Arcebispo e do filho-Prior nessa batalha e a manifesta devoção que tinham pela Santa Cruz cuja protecção invocaram e a cuja sombra se abrigaram "com sua gemte sob o pendão do lenho da Cruz"[17]. Diga-se que, apesar de curto, é o episódio histórico mais largamente descrito neste Livro de Linhagens[18].

É da crónica, e ficou praticamente em todas as versões posteriores, que seu filho D. Álvaro Gonçalves Pereira, recentemente Prior do Crato, levava consigo a própria relíquia, – um pedaço do

---

[15] Consta também que existiria uma relíquia do mesmo tipo no primitivo mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia, que se crê ali introduzida pela mesma altura. [João de Barros, *Geografia d'Entre Douro e Minho* (c. 1543) Porto. 1919. 43; A. Carvalho da Costa, *Corografia,* cit. I. 320].

[16] Vide José António Saraiva, *O autor da narrativa da batalha do Salado* Em "Boletim de Filologia". CLUL. Lisboa. Ano 1971.

[17] Acenheiro, cit. 106.

[18] *Portugaliae Monumenta Historica*. *Scriptores*. Vol. I. Fasc. II. Olissipone. 1940. 185-190.

Lenho – arvorada em estandarte que retirou da "sua" Igreja de Marmelar – "donde o levou D. Álvaro à batalha do Salado". Sublinha o Nobiliário: *arvorada em hûa grande asta* (de tal forma) *que a podesem ver de todas as partes*"[19].

Sob essa relíquia se abrigariam as gentes do Arcebispo e do Prior levando-a na proa das suas hostes "*alevantada como bandeira*".

Ante receios pela superioridade inimiga, a certeza e a fé de D. Gonçalo e do filho, instigando o próprio monarca: *Senhor tende fee e devaçam neste sinal vitorioso da Vera Cruz, (*porque*) por sua virtude vencereis hoje seus inimigos*[20]. E "levando-a diante de si, cometerão tão rijamente os mouros que logo com a virtude da Cruz milagrosamente se mudou a ventura"[21].

Esta batalha do Salado foi uma das decisivas batalhas travadas na Península marcando uma etapa decisiva na prossecução da Reconquista, travando a contra-ofensiva muçulmana – aspecto bem sublinhado, aliás, na dita Crónica de D. Pedro: – "dos Mouros que ***querião de novo*** ganhar toda a Espanha"[22]. Já houve quem a comparasse até, à célebre batalha de Poitiers em que Carlos Mardel em 732, cortou definitivamente o avanço dos muçulmanos sobre as Gálias e o coração da Europa obrigando-os ao refluxo peninsular.

No Salado, por parte dos cristãos, operou-se o processo inverso: abriu definitivamente as portas ao avanço da Reconquista – ainda que sempre num processo moroso e difícil que as lutas intestinas das Castelas (dos reinos Cristãos peninsulares) sucessivamente complicaram e retardaram. Travou-se, aqui, porém, a tentativa de "retoma" muçulmana abrindo, desde logo, aos cristãos as fronteiras até ao Estreito de Gibraltar que, logo depois levaria ao cerco de Algeciras em 1342 (e onde participou novamente ajuda portuguesa) acabando na consequente queda em 1434, O Reino de Granada ver-se-ia, desde aqui, sucessivamente encurralado.

Importa sublinhar que para além de várias repercussões que a partir daí vão fomentar a devoção a Santa Cruz por várias terras (a própria igreja do Marmelar passaria depois a Santa Cruz do Marmelar), a celebração da vitória ficaria selada com construções votivas – o que, aliás, era corrente. Já Afonso II, em acção de graças, após a conquista de Alcácer do Sal, em 1217, fundaria, a

---

19 *Livro de Linhagens*. 186.
20 Rui de Pina, *Chronica de ElRey Dom Afonso o Quarto*. Lisboa. 1936. 168.
21 Idem, 170.
22 *Livro de Linhagens*, cit. 186. Sublinhado, nosso.

ermida de Santa Catarina. (O exemplo mais espectacular, o Mosteiro da Batalha, dedicado a Santa Maria pelo sucesso das armas portuguesas em Aljubarrota). Construções votivas, maiores ou menores, como simples ermidas que, por seu turno, se foram tornando centros de devoção e, até, de peregrinação.

Assim aconteceu por parte de Afonso XI de Castela. Na verdade, num local relativamente próximo do cenário da batalha, mandaria o monarca erigir um santuário sobre uma modesta ermida pré-existente dedicada à Senhora de Guadalupe, a quem o monarca Afonso XI, atribuiria, por sua vez, o sucesso das suas armas. Construção (reconstrução) em grande e que, rapidamente, e depois com o andar dos tempos mais se engrandeceria transformando-se num grande e aparatoso complexo. Volver-se-ia, desde aí, num importante centro de peregrinação em toda a Andaluzia e em toda a Espanha. Para tal, muito contribuiria o favor permanente dos monarcas das Castelas como dos grandes. Até monarcas portugueses o fizeram, como é o caso de Afonso V, D. Manuel e D. Sebastião como alguns dos grandes nacionais como a Mitra de Évora e o próprio primaz e Braga D. Fernando da Guerra que, no seu arcebispado, veio a permitir a colecta de esmolas para o Santuário de Guadalupe.

Assim nasceria o grande e magnífico Mosteiro de Guadalupe aliás, com lendas primitivas – quando ainda ermida – ligadas já a episódios da guerra entre cristãos e muçulmanos e seladas agora com o recente episódio.

3.3. Uma construção votiva

Ora, o mesmo aconteceria aqui nas imediações de Braga quanto a fundação votiva. Naturalmente com outra dimensão – até porque a vitória não era propriamente portuguesa. Não, do mesmo modo, quanto ao sucesso e aparato que viria alcançar por esses tempos.

O Arcebispo esteve aí, com Afonso IV e teve aí papel importante com as suas hostes e as de seu filho – D. Álvaro Gonçalves Pereira. (Isto, não obstante Alberto Feio o ter minimizado ou opinado em contrário). O Primaz, como seu filho atribuíram directamente essa notável e decisiva vitória à intervenção de Santa Cruz de quem eram devotos, segundo os parcos testemunhos que nos ficaram.

Não temos dúvida que esta construção votiva e comemorativa de Santa Cruz do Monte em Braga se deveu à iniciativa de

D. Gonçalo Pereira selando a sua devoção e o reconhecimento da vitória das suas hostes à invocada Santa Cruz.

Naturalmente uma construção definitiva, erguida seguramente pelos anos de 1341/2. A sua morte ocorreria em 1348, sem dúvida, uma data limite para esta primeira construção. Um imóvel definitivo, por modesto que tenha sido e não uma referência amovível e perecível de qualquer cruz, para mais de madeira, ali implantada.

Como sublinhamos, foi uma construção com carácter definitivo. Implantou- se sobre umas penhas ou penedias como consta da primeira nota sucinta que nos ficou: erguida sobre umas fragas – "uns penedos altos asima da herdade de santa cruz que ora chamão chão do monte onde dizem que ali acabava os limites de s.tª ovaja cõ s. pedro destes". Sobre esses mesmos "penedos" se efectuariam depois as posteriores (re)construções.

E a prova de que assim era, é que os já aludidos Estatutos da Confraria da Trindade, referem que à altura 1373-78 já os antepassados iam *a uma ermida*, haveria a uns 35-40 anos. Isto é, neste indefinido "haveria", pelos anos de 1340-1348. Por esta altura, não há outro acontecimento mais memorável que este do Salado e esta presença do Primaz de Braga – aliás, personagem relevantíssima nos meios políticos e religiosos do Reino como, até, da Cúria papal.

Quer dizer: duas construções votivas e evocativas do mesmo acontecimento. Uns, atribuindo a virtude do sucesso a Santa Cruz; outros, à Senhora de Guadalupe, como dissemos, já então conotada com episódios vários, de conflitos entre cristãos e muçulmanos – conforme se fixou em lendas várias.

Guadalupe, enormemente engrandecida por ser construção real e beneficiando sempre dos enormes favores régios prodigalizados e beneficiando também de uma comunidade de religiosos ali instalada. Assim se volveria, muito em breve, num dos maiores centros de peregrinação em toda a Andaluzia e em toda a Espanha – diria – em toda a Península. Paragem e trajecto obrigatórios nos caminhos de Santiago com todas as vantagens que isso representava.

Que esta ermida de D. Gonçalo Pereira se tornou desde logo também centro de devoção e peregrinação local, não restam também dúvidas, do nosso ponto de vista. A Ermida, desde aí, foi reunindo devoções e atraindo devotos, nesta primeira fase, essencialmente da cidade de Braga. Uma peregrinação ou romagem, ainda que de âmbito local, a inscrever nas peregrinações medievais conhecidas. Vimos que pelos anos de 1373 se "institucionalizou" essa peregrinação local

(não sabemos se alguma vez, por então, ou pouco depois, já regional). Na verdade, ficou claro que os Irmãos da dita Confraria – pelo menos – iam *"de Braga à ermida de Santa Cruz pelo dia de S. João, do mês de Maio, de cada ano, pelo exaltamento da Santa Vera Cruz de Cristo*". Outro dado a assinalar: o principal caminho que lhe dava acesso ficaria marcado desde muito cedo como o *caminho de Santa Cruz,* tal como a respectiva ponte – *a ponte de Santa Cruz* dita, a meados do Quinhentos, como sendo "*Ponte mui antiga".* Sinais claros de habitual e muita frequência em direcção a esta Ermida marcando, pela onomástica, o principal e habitual itinerário.

NB: Uma recente "obra de arte" em betão destruiu esta antiga passagem do rio em S. Pedro Deste. Pessoas mais idosas da freguesia me referiram que era uma ponte em arco com guardas de pedra e que o lugar – hoje também com outro nome – se chamava *Lugar da Ponte*. No leito do rio, sob a actual "obra d´arte" pode ver-se ainda uma fiada de pedras grandes, alinhadas sem dúvida pertencentes aos alicerces dessa ponte. A não ser mais antiga, era seguramente uma passagem medieval. Naquele caso, a ser mais antiga, (romana – como parece) maior significado revestiria pois a partir de determinada altura – ao tomar o nome de *Ponte de Santa Cruz* – sublinharia, naturalmente, a relevância e a muita frequência daquela passagem (e caminho) para as gentes que subiam até ermida de Santa Cruz de tal modo que baptizou de outro modo, a antiga ponte. (Um nome e uma memoria histórica que os seus habitantes poderiam tratar de rebaptizar)! Continuou com tal designação merecendo várias vezes concertos ao longo do século XVI. Sirva de exemplo o ano de 1568 em que, dada a frequência, todos "acordarm mamdar comcertar a ponte de Samta Cruz[23]".

4. OUTROS FACTOS

A celebração e evocação desse favor, passou desde muito cedo (melhor diria – de imediato), para os cânones obrigatórios da liturgia bracarense e isso me parece também muito importante e particularmente de sublinhar. Refere-o Silva Thadim ao anotar que (certamente como fruto desta devoção e reconhecimento de D. Gonçalo Pereira e mantida pelos que lhe sucederam), passou esta vitória e

---

[23] Doc. em "Bracara Augusta". Ano. 1992-93. 583.

milagre a ter comemoração estatuída na igreja e Braga – "como consta dos seus breviários antigos"[24].

Ora, também é possível e seguro localizar no tempo esta inclusão da festa no Rito Bracarense. Nada espanta, e pelo contrário tudo indica, que isso se deveu ao arcebispo e aos que imediatamente lhe sucederam e lhe deram continuidade.

Sem nos metermos em outros pormenores, (onde seria de assinalar um muito mais antigo que teve a igreja de "S. Vitouro" do tempo de Sancho I), de facto, os primeiros breviários e os do séc. XV consagram esta "festividade", esta efeméride. Sabemos também que estes breviários geralmente se copiavam muito uns aos outros, como aconteceu com o Breviário dito do Cónego Soeiro. Ora, no mais antigo de todos (um ou dois) datando de meados do século XIV nele(es), andava consagrada esta efeméride e esta devoção. Mons. José Augusto Ferreira diz ser esse desaparecido breviário, anterior a 1340 (embora refira também que pode muito bem datar de ao redor de 1340[25]. Se de facto é anterior, foi-lhe acrescentada, desde aí, a festividade evocativa do Salado, assinalando o "milagre" da Santa Cruz, pois constava neste antiquíssimo breviário! Facto – nos parece – particularmente relevante e aqui de sublinhar, muito em especial.

(NB: Possivelmente anterior.

As *Memórias Geográficas* – (c. 1720-21) – dissertando sobre os pergaminhos da Sé de Braga, dizem que o breviário mais antigo teria, à altura, mais de quatrocentos anos. Assinala o relator: "o manuscripto mais antigo da See que mal se pode ler he hum Breviario Bracharense escripto em pergaminho q tera mais de quatrocentos annos". Isto é, "atirando" para antes de 1340[26].

Já agora se diga, e como mais uma nota que é também de aqui referir, que este breviário foi – ao que parece – também conhecido e alguma vez denominado o *Breviário Moçárabe* da Catedral. Pelos anos 1820-1830, um curioso viajante que muito queria e muito desejava ver essa preciosidade, refere que tal *Breviário Moçárabe* "primitivamente se conservava numa pequena capela anexa ao edifício (Capela-mausoléu de D. Gonçalo Pereira?[27]), onde se praticava

---

[24] Silva Thadim, cit., fl. 2v.

[25] *Estudos histórico-litúrgicos*. *Os ritos particulares de Braga e seu termo*. 274-275.

[26] Biblioteca Nacional. Ms. N.º 8.750. fl. 395v-396.

[27] Assim pensamos.

o serviço litúrgico para eventualmente ser aperfeiçoado – segundo as antigas formalidades prescritas por este antigo ritual". Todavia – continua – "tinha sido removido para a sacristia e o sacristão não o pôde encontrar. Deste modo – lamenta – ficámos desapontados com a nossa visita de pretendermos ver este livro" – esta rara preciosidade[28].

Quer dizer: em qualquer dos casos, passou a efeméride e a devoção a ser consagrada na liturgia bracarense logo no ano imediato ou imediatos a 1340 tomando, sem dúvida daqui prioridade sobre o que sucederia por alguns outros (muito poucos) lugares do Reino, onde, por uma ou outra lápide, ficaria também assinalada. Não restará agora também dúvida acerca desta primazia bracarense, no assinalar o feito, para mais inscrita no seu ritual litúrgico. Ora, também isto me parece deveras particularmente significativo: o ter sido incluído, desde então, no próprio Ritual Bracarense! Dois testemunhos de peso que, do nosso ponto de vista, se cumulam ou se completam sobre datas bem precisas.

Os efeitos sobre o alastrar desta devoção parecem evidentes não só em Braga propriamente dita como em toda a Igreja Bracarense. Não temos dúvida também da determinação directa de D. Gonçalo Pereira e da relevância que Santa Cruz do Monte iria tomando, caucionada por tão ilustre prelado e por uma Confraria que imediatamente enquadrou também essa devoção, naturalmente a consolidando e a divulgando, pelo menos, localmente [29].

Diga-se que estas Confrarias da Trindade – tal como a Ordem da Trindade, de que dimanaram – se dedicavam essencialmente, entre outras devoções pias e de confraternidade, ao resgate dos cativos e escravos cristãos em posse dos muçulmanos. Ignoramos a data da fundação desta Confraria em Braga. Julgo que não dataria de tempos muito anteriores, a 1340 se é que não é da mesma altura. De qualquer modo seguramente posterior à fundada em Lisboa por D. Isabel e de que foram primeiros confrades o próprio D. Dinis e seu filho – futuro Afonso IV. Por seu turno, a Festa da

---

[28] Ver nosso, *Kinsey de visita aos "Abades" de Tibães, a Braga e ao Bom Jesus*. Em "Diário do Minho" 19-02-2014.

[29] Ver na segunda parte a referência também muito precoce a uma ermida de invocação de Santa Cruz (que datará da mesma altura) nas imediações ou nas cercas do mosteiro de Rendufe. Ermida anexa ao Mosteiro – como refere o P. Avelino de Jesus Costa.

Trindade seria apenas instituída e "universalizada" pelo papado praticamente pela mesma altura – 1334[30].

NB: Braga foi também durante os tempos medievais importante lugar de peregrinação quer como destino quer, sobretudo, como passagem obrigatária para as afamadas peregrinações a Santiago de Compostela como sabemos, por seu turno, ligado à reconquista cristã. Esses peregrinos, de passagem ou não, desciam habitualmente a S. Fructuoso. Não temos provas e, por isso, apenas conjecturamos que muitos desses romeiros e peregrinos subissem à Ermida de Santa Cruz ligada ao importante recontro do Salado entre cristãos e muçulmanos, isto é, à Cruzada e à Reconquista (Ver o que acima dissemos acerca do *caminho de Santa Cruz* e *ponte de Santa Cruz* e sua relevância). E o facto é que a realidade continuava assim pelos inícios do Seculo XVI. Na verdade entre as razões principais da fundação e depois atribuição do Hospital de S. Marcos à Misericórdia, ordenado por D. Diogo de Sousa em 1508, se refere a necessidade de auxilio aos enfermos *e apoios aos muitos peregrinos* que chegavam ou passavam por Braga[31]. O que bem denota a frequência destes na cidade, quer como destino quer como caminho de passagem para Santiago[32].

Creio que não é arriscado tirar daqui impactos para aquilo que José Marques constatou acerca da difusão desta devoção a Santa Cruz em Portugal. Para além de uma ou outra onomástica que vinha já de tempos anteriores, conclui: "É na zona centro-norte particularmente na antiga Arquidiocese de Braga que se concentra a maior parte dos testemunhos do culto à Santa Cruz" a que acresce também – continua – "a maior frequência de confrarias ou irmandades a ela dedicadas"[33].

E, neste contexto, será de sublinhar depois o papel de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires com a fundação de um novo templo dicado a Santa Cruz no seu Arcebispado, em Viana do Castelo na década de 1560 (1566-1571), ainda que agora naturalmente mais enquadrado no movimento da Contra-Reforma – *que poderá ter tido* algum impacto no incremento da devoção a esta Santa Cruz do Monte (ou seu reflexo). Inócuo o exemplo que tinha fora de portas? Talvez sim e… talvez não. Voltaremos aqui)!

---

30 J. Augusto Ferreira. Ob. cit. II. 181. Como vemos também, tudo circunstâncias muito próximas.

31 Sublinhado, nosso.

32 Doc. em Maria de Fátima Castro, *A Misericórdia de Braga*. Vol. IV. Braga. 2008.

33 José Marques, *O Culto da Santa Vera Cruz em Portugal.* 45-46.

5. DA CRÓNICA À TROVA. AS CANCÕES ÉPICAS-CANÇÕES DE GESTA.

Poder-se-iam ainda alargar os impactos e as similitudes *de lá* e *de cá* nos relatos de caracter épico a que o Salado deu origem, tanto em Castela como em Portugal. O feito acabou, na verdade, consagrado e divulgado em canções épicas – "canções históricas" – verdadeiras Canções de Gesta. Para além do texto em si, sublinhe-se a enorme repercussão destas canções, deste tipo de relatos, pois são recitadas, glosadas, cantadas e "tangidas" nos cantos dos trovadores por todo o lado, para além das histórias de que saíam versões várias, ao gosto do contador, com que se entretinham os cavaleiros e os peregrinos nos "passos" obrigatórios das peregrinações em direcção aos maiores centros como eram este de Guadalupe, naturalmente Santiago, para não falar, no contexto peninsular, também de Monserrate.

Ora, do lado português existiu, pelo menos, um desses relatos em (Canção de Gesta), de um tal Afonso Giraldes que, entre outros trovadores, esteve também no Salado com as hostes do Arcebispo, do filho e de Afonso IV. Ora, o Afonso Giraldes (cuja exacta naturalidade ignoramos), "descreveu em rimas portuguezas a batalha, no próprio anno em que sucedeu".

Nada se poderá adiantar, porém, quanto ao relato e ao seu conteúdo completo, bem como às peripécias ocorridas ou relacionadas com batalha e focadas por essa canção, pois acabou por nos ficar apenas pequeno fragmento. Que circulou desde aí e por muito tempo depois, em versão completa, não restam, porém, quaisquer dúvidas[34]. Mais: esta Canção do Salado, parece ter tido segura repercussão e influências em outras do mesmo tipo que a partir dela se difundiram e certamente a glosaram[35].

6. CONCLUINDO:

Teremos, assim, que o Bom Jesus do Monte na sua primitiva forma como templo ou Ermida de Santa Cruz se encontra, desde as suas origens, rodeado de uma série de factos e circunstâncias que me parecem inequívocas, marcando a sua antiguidade e localização

---

[34] Teophilo Braga, *Trovadores Galecio-portugueses. Séc. XII a XIV.* Porto. 1871.
[35] Idem.

no tempo (c. 1341/1342) como numa série de circunstâncias, históricas como devocionais, litúrgicas e literárias. Isto é, marcadamente inscrito, de modo mais ou menos directo ou indirecto, não só nos anais da história eclesiástica da Primaz das Espanhas, como na História Nacional, com relevo para a acção decisiva de Afonso IV no Salado onde – sob o pendão de Santa Cruz do Primaz e seu filho – se consagraria como "O Bravo" – que na batalha, deixaria todos de boca aberta pela sua conduta, força e bravura, (apesar de sua idade**),** e outros com ela fechada para sempre!... Depois, na própria história Peninsular dadas as suas íntimas relações com este recontro que traçou – diria que definitivamente – o destino dos reinos cristãos e da presença muçulmana na Península por longo tempo que esta ainda tenha resistido. Sempre, porém, desde aí, em retracção constante até à queda em 1492 quando os Reis Católicos conseguiram, finalmente – posto cobro às permanentes quezílias e disputas internas dos reinos peninsulares – lançar-se ao assalto final do Reino de Granada.

II. BOM JESUS DO MONTE. AS DEVOÇÕES E AS CIRCUNSTÂNCIAS[36]

1. DA ERMIDA DE SANTA CRUZ À CONFRARIA (E TEMPLO) DO BOM JESUS DO MONTE. 1341/2 – 1629/1640.

Referidos os acontecimentos e as circunstâncias que rodearam a fundação da Ermida de Santa Cruz, importará seguir agora o devocionário tentando, a jeito ensaio (naturalmente fundamentado), seguir o percurso das circunstâncias do tempo: religiosas e mentais como necessariamente materiais (económicas), isto é, as épocas ou principais épocas ou etapas devocionais em torno desta Ermida, justificativas também das diversas fases plásticas por que o templo (e conjunto arquitectónico) foi passando. (ou foram passando) e que remetem este lugar de devoção e romagem para todo um património ento-antropológico único no país e possivelmente na Europa.

A circunstância temporal da fundação (1341/42 com data limite em 1348), documentará um primeiro momento devocional caracterizado pelo desencadear da devoção a Santa Cruz. A sua irradiação,

[36] NB: Sobre um texto alongado que a seu tempo virá à luz na sua versão completa.

porém, logo deve ter transcendido o mero localismo. O mesmo se diga para o que se passou depois, nos tempos posteriores.

Por meados do séc. XIV chegava-se ao fim do "mundo pleno" da Idade Média – 1348-1350[37]. Daí em diante irá assistir-se a um longo movimento de sinal contrário, isto é, de quebras, crises e sucessivos desaires (de variado tipo) que se alongarão até aos anos de 1450-460/70. Entre outras circunstâncias muito graves, os tempos dramáticos da Peste Negra e últimos episódios da Guerra dos 100 anos. Somaram-se a instabilidade político-militar e o rosário das grandes revoltas e motins populares.

A *Morte* tornou-se uma realidade, uma "personagem" quotidiana desencadeando fenómenos físicos, religiosos e comportamentais de todo o tipo. NB: Foi ainda dentro desta conjuntura muito difícil e degradada que em Braga se desenvolveu a reforma administrativa do Arcebispo D. Fernando da Guerra (1416-1467) em grande parte motivada pelo despovoamento das paróquias e igrejas rurais. Por sua vez, esta difícil situação tende a extinguir-se, melhor dito, a reconverter-se a partir de c. de 1450/1460-70.

…/…

Por sobre este quadro tão sintecticamente traçado, perguntar-se-á que possíveis efeitos sobre o incremento e consolidação destas devoções em torno da Ermida.

Não temos provas documentais explícitas sobre os reflexos desta situação e desta conjuntura grave sobre o devocionário a Santa Cruz e sobre esta Ermida. Todavia, conhecem-se a nível geral os reflexos: um crescendo das devoções religiosas, o incremento das romagens em torno de igrejas e ermidas impetrando os favores do Céu para estas calamidades que levavam a doença e a morte precoce, proximamente inevitável. Logo também, o pagamento de promessas, com procissões, romagens e com esmolas, difundindo o gosto e a expiação ou impetração dos favores divinos. Em torno de certas ermidas e centros de devoção, com representações dramáticas do Calvário ao vivo – o ponto culminando do sofrimento na liturgia cristã rematado com a dramática morte de Cristo. Cenas e "devoções" que ficaram bem plasmadas também nas frequentes procissões e romagens de flagelantes a que se assistiu por estes

---

[37] Poderia lembrar-se o ter ficado a fase mais notável do crescimento urbano de Braga precisamente por estes tempos que agora se terminavam (c. 1350) e coincidentes com os tempos de D. Gonçalo Pereira (1328-48).

tempos (e que se repetiriam novamente em tempos posteriores particularmente difíceis).

Em remate: um tempo particularmente propício a certos centros de devoção, à construção de novas ermidas ou lugares de culto ou ampliação dos existentes. O culto de Santa Cruz em torno desta Ermida aumentou seguramente, para mais como dizemos, evocativa do Calvário de Cristo. Cresceram os devotos, os romeiros e romagens e as esmolas. "Perdido" o corpo, era necessário salvar a alma)

.../...

Foi, seguramente também, o primeiro momento das representações dos Passos da Paixão em torno dos primeiros Calvários que foram surgindo. O mesmo terá acontecido nesta ermida dedicada a Santa Cruz, evocativa do Calvário. Não, através de representações fixas como depois as conhecemos e como aconteceu por muitos lados, mas por meio de representações teatrais, ao ar livre, dramatizadas ao extremo, despertadoras de paroxismos individuais e colectivos como era típico das referidas procissões dos flagelantes e de que um dos "Passos" – a Flagelação – era particularmente evocativo. Não estamos num tempo do *sentir vendo*, mas do *sentir vivendo, encarnando* as situações. Expiando diante de "estações" normalmente ainda assinalados por simples cruzes e normalmente ainda perecíveis, pelo menos na maior parte dos casos.

Depois, com o minorar do flagelo (pelo último quarto século XV e depois ao longo do século XVI, esses *Passos* passaram a ser assinalados por estações fixas, mas ainda ao princípio perecíveis – como dizemos: simples cruzes de madeira, modestos nichos – tipo alminhas – com resguardos de madeira protegendo representações pictóricas alusivas aos respectivos "Passos" – o que, nesta fase ainda, não dispensava, em simultâneo aquelas representações dramáticas – de teatro ao ar livre nos respectivos terreiros ou patamares em frente desses cenários rústicos e perecíveis, ou mais ou menos perecíveis.

Mas... viriam novos tempos. Entrado o século XVI, as agruras materiais e os flagelos do tempo melhoram muito consideravelmente. A *festa* e a *folia,* com o gozo material dos prazeres, dispensou cada vez mais essas representações dramáticas violentas e castigadoras da carne[38].

---

[38] É o tempo da festa e da folia dos autos de Mestre Gil. Ver nosso, *O tempo económico no tempo de Gil Vicente*. "Revista de Guimarães". Ano. 2002.

Daí que, a simples visão da representação pictórica ou escultórica tivesse substituído rapidamente, sobretudo desde os inícios do seculo XVI a antiga violência, pessoal ou colectivamente incarnadas. Está naturalmente aqui – nestes dois momentos – a primeira origem das Colinas Sagradas. Uma de vivência, outra sucessivamente de "bancada" – se assim o poderemos dizer, sem que se excluíssem ainda mutuamente.

.../...

Para além desse ambiente geral durante esses dois momentos do tempo, refiramos dois ou três factos em torno da Ermida e da devoção a Santa Cruz do Monte que – do nosso ponto de vista – o poderão ilustrar:

Em primeiro lugar, juntamente com outras igrejas, a anexação da ermida à igreja de Tenões. Documentam-se os tempos difíceis de que falámos mas aqui, sobretudo, de salientar o facto de a paróquia de Tenões ter ou possuir uma notória fonte de recursos: as esmolas da ermida de Santa Cruz, que lhe permitiam manter-se como paróquia principal e independente. Escapou à extinção ou anexação, creio que em grande parte devido à fonte de recursos da ermida que lhe foi anexada. Por outro lado, mostrando seguramente, uma afluência de romeiros e peregrinos que se deve ter avolumado por esses tempos e que não convinha extinguir. Penso que documentando o que acima sintecticamente se referiu. Justificando certamente também depois a "fundação" de D. Jorge da Costa (c. 1496-1498), i.é, a reconstrução da referida ermida. De qualquer modo, a expressão clara da persistência e incremento da devoção a Santa Cruz do Monte. Tenões e sua ermida andavam, por seu turno, desde havia tempos sempre empossadas em Cónegos ou grandes personalidades de cúria bracarense. Nos inícios do século XVI passariam ao deado da Sé. Um testemunho – me parece – do incremento da devoção e, naturalmente, da importância das esmolas que recolhia a referida Ermida de Santa Cruz. Pouco depois viria a cair nas mãos de um poderoso e ilustrado Deão da Catedral, favorecido já por D Jorge da Costa e, sobretudo, por D. Diogo de Sousa – D. João da Guarda. Tenões com sua Ermida parece, pois, ter sido um Benefício pingue!

Ora, isto documentará primeiro, a importância que a ermida passou a ter, em termos de frequência romeiros e devotos que aí acorriam e o crescendo ou importância das respectivas esmolas com uma Confraria da Trindade que continuava, cada vez mais, a enquadrar este devocionário que se avolumou com estes primitivos tempos

difíceis. Por outro lado, a toponímia marcada nos caminhos de acesso: a referida *Ponte de Santa Cruz* e *Caminho de Santa Cruz* que se dizem ser itinerários de acesso à ermida, muito antigos.

2. DA ERMIDA "MODERNA", À CONFRARIA. DA CONFRARIA A MOURA TELES (1500-1629; 1715/1728). 1500-1629/1640. (Primeiro Santuário)?

É dentro deste ambiente devocional, mas também dos novos tempos, já libertos de dificuldades, aliás, tempos de bem-estar, de folguedos e festas continuadas, testemunhados por várias fontes documentais. Um período de crescimento a nível geral, e de bem-estar mais generalizado que se observa desde os inícios do século XVI. Aqui se dará, então, a nova e podemos dizer "grande" intervenção arquitectónica nesta Ermida. Precisamente, com um Deão da Sé, "familiar" de D. Diogo de Sousa – o referido D. João da Guarda. Podemos dizer tempos de prosperidade e libertos já das grandes dificuldades, muito graves desde meados do seculo XIV[39].

.../...

O que importa aqui:

Estaremos naturalmente, perante a um novo ambiente devocional que levou à fundação ou remodelação, com outra amplitude que a intervenção de 1496-98 não continha. Dizem alguns que por ameaçar ruina. Na realidade não o sabemos. Pensamos, preferentemente, que por ser já demasiado exígua para o volume de devotos e romeiros que aí acorriam.

O que é certo, é que esta intervenção foi tida como "construção em grande", tendo tomado até o designativo de *Igreja* de Santa Cruz (a par de *Capela* de Santa Cruz). Um designativo que corresponderá a estes novos tempos de renovação e construção arquitectónica. Nasceria um edifício mais amplo, destinado a albergar cada vez mais romeiros e devotos que aí ocorriam em pagamento de promessas, vivendo ou revivendo naturalmente as cenas do Calvário, mas agora, também cada vez mais, caldeados com diversões ou com as "devoções" mundanas da diversão e da *Festa,* que os novos tempos propiciavam. Assistiu-se, então, a uma enorme caldeamento do sagrado e do profano. Coisas que, aliás, não eram incompatíveis mas que este "novo tempo" cultivou, sobrema-

---

[39] Vide, *O tempo económico no tempo de Gil Vicente*. Cit.

neira. Proliferavam os centros de romagem por toda a parte, citando-se vários por esta altura (meados do XVI) aqui nas redondezas. Enfim: exemplos bem demostrativos dos novos tempos. Era "o tempo" de esquecer aflições. As grandes dificuldades eram passadas, já lá iam!... Como mero exemplo e pela mesma altura, "cantava" agora o trovador:

> *De Médicos nem sangrias?*
> *não curemos!* (i. é: estas dificuldades eram passadas)
> ***Boas são as Romarias***
> *De mais longe, e sem Marias*
> *Porque não nos amarremos!* [40] (i. é: passemos aos folguedos, à festa e romarias, de longe – se possível)!

Eis o quadro que, sem dúvida, se viveu, então, também em torno desta Ermida com uma já longa tradição de piedades e de romagens vindas dos tempos anteriores. Já se queixavam agora os Visitadores de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires (meados do século XVI) que, mais que as devoções, se buscavam agora por estas ermidas e capelas, sobretudo as diversões mundanas! Presença de novos tempos, novas circunstâncias. Um testemunho directo (c. 1550) diz que os portugueses, por aqui e por fora, eram *"desmedidos em festas".* (Quer dizer – parecem i. é, estão, esquecidos ou passados os tempos das penitências)!...

O facto de ter ficado selada, esta construção de 1522, como *Igreja,* mostra – como penso – que seria bem mais ampla que a anterior (.../...). Factos que, talvez, nos possam permitir falar do *primeiro Santuário* de Santa Cruz do Monte[41].

Importa, entretanto, aqui referir o que nunca tenho visto anotado:

As romagens continuavam-se a fazer pelo mês de Maio. Todavia, (embora não saibamos quando), outras romagens se começaram a fazer no decurso do ano. E a maior delas, ao que parece, pelas Oitavas do Espírito Santo. Se não ultrapassando em importância a romagem da primeira data, ao menos, ombreando já com ela.

Na verdade, surpreendemos, precisamente nesta altura do século XVI (primeira referência 1570-72) que esta Ermida andava ou andaria então designada, ou também a ser designada, de *Ermida do*

---

[39] Trovas de Manuel Machado precisamente, a partir deste quadro geográfico que estamos tratando (NB: Abastado senhor das terras entre Homem e Cavado).

[40] Deixo aqui o problema semântico e cronológico em torno de *santuário*.

Espírito Santo do Monte.[42] A ser assim, naturalmente sublinhando, a importância das romagens que se faziam também ou agora, ou principalmente pelas Oitavas do Espírito Santo.

…/…

Uma data anual que irá marcar desde aí uma tradição e devoção festiva muito importante em torno desta Capela mesmo quando passou à designação de Bom Jesus do Monte.

A ser assim também, para além do devocionário em si, esta data do calendário religioso assume – como penso – um significado muito importante e aqui particularmente de sublinhar.

…/…

Parece-nos que o culto da Santa Cruz algo se acompanhava agora com a devoção-festa do Espírito Santo. Certamente por alguma mudança neste "devocionário do sofrimento". Pelo devocionário da ressurreição – isto é, da festa litúrgica, fora do ciclo do sofrimento. (A diminuição das práticas públicas dos flagelantes é, por agora, um facto). Teremos, pois, que na altura das festas do Espírito Santo, aí acorreria mais gente. E, na verdade, surpreendemos agora a presença de romagens a esta *Ermida do Espirito Santo do Monte*- como deste modo (e para surpresa), nos aparece designada. Não vemos que possa ser outra (com esta designação), que a mesma Ermida de Santa Cruz assinalando, deste modo, a importância da romagem pelas Oitavas do Espírito Santo. (Talvez aqui alguma razão para se dizer, em 1629 – a quando da constituição da Confraria – que o culto de Santa Cruz se extinguia ou mesmo se encontrava extinto).

Salientemos, por isso:

Em primeiro lugar, este novo designativo da Ermida por meados de Quinhentos por momentâneo que fosse. Em segundo lugar, assinalando a importância da romagem a esta *Igreja ou Capela* pelas Oitavas do Espirito Santo, de tal modo importante que deu nome (ou um segundo nome) à mesma Ermida – que até aqui nunca tínhamos visto assim referenciada. Em terceiro lugar: solicitando o Procurador da Confraria Trindade licença pera tirar esmolas "*na Ermida do Espírito Santo do Monte"*, documentará, sem dúvida, a importância do centro como colector de esmolas, mostrando o afluxo (considerável) de romeiros que aí acorreria nessa ocasião ou em diferentes outras ocasiões ao longo do ano litúrgico.

---

[42] Não vemos outra. A de Nogueiró acabava de ser erecta e não vemos que atraísse ainda romeiros.

Qual a finalidade destas esmolas que a Confraria "tirava", aliás, por muitos outros locais? Apenas para redenção dos cativos? (…/…). Nestas circunstâncias, o início da construção de capelas da Paixão nesta ermida? Construções agora definitivas, por modestas que tenham sido?

Na verdade, parece que assim aconteceu. A quando da fundação da Confraria do Bom Jesus em 1629 se diz que, a partir daí, se envolveu a Confraria na construção *de capelas mais amplas*, substituindo o que antes, ou até aí, eram apenas *nichos onde não cabiam as figuras.* (Logo, já com representações escultóricas) que aí mal se acondicionavam "*pela pequenez das mesmas capelas*" (sublinhado nosso).

3. O PERCURSO DEVOCIONÁRIO E PLÁSTICO. OS PASSOS FIXOS DA PAIXÃO

A fixação dos Passos do Calvário em construção estáveis ou definitivas (independente de renovadas ou não, ainda de mistura ou não com representações teatrais) aconteceu, pois, desde esta altura. Parece não restar dúvida. Que estas primeiras construções fixas definitivas se deverão a um ermitão – ao Ermitão Pedro Anes que, em 1549, é referido como adstrito a esta Ermida, também me parece como mais seguro – o que é também de sublinhar.

Na verdade, embora não saibamos desde quando, nesta data – 1549 – havia já aí um ermitão residente – o referido Pedro Anes. Naturalmente com casa, com alojamentos próprios por modestos que fossem mostrando, por sua vez, que havia uma frequência de devotos que iria, até, para além da festa ou festas anuais (de inícios Maio) e a cristalizar-se na Oitava Espirito Santo. Parece-me ter tido este ermitão um papel relevante neste calvário com estruturas materiais definitivas – por modestas que tenham sido.

4. CONSTRUAMOS POR ISSO DESDE AQUI, UMA SUB-ETAPA EM TORNO DESTA ERMIDA ATÉ À FUNDAÇÃO DA CONFRARIA ATÉ 1629.

Mais uma vez, as circunstâncias do tempo: materiais e emocionais (devocionais).

…/…

Em termos gerais, a segunda metade do século XVI apresenta-se com uma feição bem diferente daquela que decorrera de até meados do século.

Houve dois períodos particularmente difíceis: a partir de 1569 com o desencadear da peste praticamente por todo o reino. Ficaria até conhecida como *A Peste Grande*. Pelos anos de 1573-75 novo grande surto de doenças e mortes afectando, sobremodo, o Entre Duro e Minho. Em Braga e sua região, duravam ainda estas mazelas pelos anos de 1580-82.

Um segundo momento de adversidades económicas, de más colheitas fomes, epidemias e uma onda de morticínios acabando, também por vários lados, em motins populares – motins da fome. Voltaram às ruas de Braga as procissões dos flagelantes. Passando outros testemunhos, eis como Severim de Faria assinala estes tempos muito difíceis: "depois dos estragos destes anos passados (referia-se às carestias, doenças, epidemias e mortes da soldadura do século e até o ano de 1604) – *não se viam por todo o reino senão mortos e miseráveis*". A situação só voltará a melhorar e a recompor-se depois da primeira década de Seiscentos (c. 1610-1614) prolongando-se até cerca de 1640-1641.

Possíveis reflexos no devocionário religioso e, logo, em torno desta Ermida de Santa Cruz?

Parece-nos que estes períodos difíceis da segunda metade do século XVI e até aos primeiros anos do século XVII, diminuíram consideravelmente o ambiente de festa e diversão que até aqui condimentavam estas manifestações religiosas, e terão seguramente feito minguar as emolas que aí ocorriam. Por isso sustentamos que os primeiros Passos com carácter definitivo se construíram na primeira metade do século XVI e até cerca de meados desse século e não na segunda metade. Todavia, as romagens não devem ter diminuído muito. Possivelmente aumentado impetrando novamente os favores do Céu. Por outro lado, alterando-se consideravelmente as condições materiais, a partir, grosso-modo, da primeira década do seculo XVII, o que se apura por alturas da criação da Confraria em 1629, é que coincide com um momento de superação das dificuldades materiais, não obstante andar muito inculcado o contrário. Um enquadramento que me parece igualmente importante para a circunstância do aparecimento da Confraria: Não, obviamente, "por causa de"... mas "dentro" deste novo quadro.

Quer dizer: a devoção continuava e depois de tomar a invocação de Santa Cruz e/ou Ermida do Esprito Santo, trasmudava-se agora, ou fixava-se agora, (c. 1629) na imagem e última representação do Calvário – do Cristo Crucificado – o *Bom Jesus* do Monte[43]. A Confraria – outro aspecto a sublinhar – limitou-se a tomar a nova invocação que à altura já corria entre os devotos e romeiros.

Alterava-se o devocionário, a invocação – como vimos – mas não a afluxo das gentes.

A Confraria, nada mais fez do que assumir o nome que os devotos *lhe tinham colocado*. No momento da fundação da Confraria se diz que os devotos *haviam colocado* nessa igreja ou capela *huma santissima imagem de Jesus Cristo na figura de Crucifixo com o título de Bom Jesus do Monte. O que se fez como resultado do abandono a que tinha chegado o Culto a Santa Cruz.* Desde quando, realmente, não sabemos. Mas a meados do século, pode estar em curso este processo[44].

Em segundo lugar, é muito também de sublinhar que os recursos para o "Santuário" provinham naturalmente das esmolas, mas também dos proventos obtidos com as representações teatrais e *"bailos"* que aí se faziam com cantos e representações ao vivo e que a Confraria pretendia incrementar para fazer face às obras que aí iniciava. Neste aspecto, não teria também criado nada de novo. Incrementado sim, caucionando tais "devoções" e procedimentos, tanto ao gosto da religiosidade popular. Não se criaram com ela. A Confraria deu-lhes apenas prossecução…

A afluência nesta altura, ao contrário do que se refere, seria grande e a prova é que, logo de imediato, diligenciou a Confraria, a construção de quartéis (instalações fixas) para a acomodação dos peregrinos, romeiros e devotos. Remodelou-se ou construiu-se uma nova igreja ou capela. Naturalmente porque os romeiros e devoções aumentavam.

Resultaria depois de 1629, uma igreja mais ampla que satisfaria às necessidades logísticas e devocionais, até à intervenção de D. Rodrigo de Moura Teles. Uma estrutura plástica já muito próxima do ''esquema" actual e que informará "pouco depois" a intervenção de Moura Teles.

---

[43] O próprio novo atributo de *Bom* pode ter algum significado.

[44] Sublinhados, nossos.

5. UMA DERIVA RÁPIDA, MAS MUITO NECESSÁRIA.

Tem-se dito e divulgado muito (toda a gente o sublinha), que o culto da Cruz e dos Calvários são o resultado das determinações saídas do Concílio de Trento. Para mais no caso desta Ermida, dada a presença em Trento de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e a influência que sobre ele exerceu S. Carlos Borromeu que, por outro lado, se diz o principal instigador desta devoção dos Calvários e dos Montes Sagrados – os Sacri-Monti italianos. Também se inculcando sobretudo, que como reacção e contra-ofensiva à Reforma Protestante e, logo, uma característica fundamental no devocionário da Contra Reforma e das determinações do Concilio. Que, após Trento e dada a inacessibilidade aos Lugares Santos, se recomendava, em alterativa, os Calvários locais, isto é, "caseiros"... Até aí era (seria) fácil e frequente esse itinerário de peregrinação aos ditos Lugares Santos.

Uma "tese" (justificação) corrente, mas assaz difícil de aceitar por cheia de anacronismos e contradições.

.../...

Confinemo-nos ao caso nacional.

Sintecticamente:

a) Sabe-se, praticamente, da nulidade do impacto da Reforma em Portugal.

b) Nunca houve interrupção das viagens à Terra Santa.
Em vários pontos da formação política turca, puderam muitos cristãos circular mais ou menos facilmente. Mesmo por entre hostilidades se realizaram contactos e viagens. Vários testemunhos históricos (que aqui passamos) o documentam. Mesmo depois da Tomada de Constantinopla (1453) "as caravanas dos cristãos continuam a circular com regularidade muito para além, do dito "insuperável fanatismo religioso". Por meados do século XVI, (à altura do Concílio de Trento) eram volumosas as trocas entre estes dois hemisférios[45]. Sempre se propiciaram abertas possíveis. (.../...). Diga-se que os próprios sultões do Egipto estavam interessados em manter o acesso aos lugares santos, dados os lucros que daí retiravam, tal como os venezianos em assegurar as

[45] Vitorino Magalhães Godinho, *Descobrimentos e Economia Mundial*. Passim e *Mito e Mercadoria.* Passim.

viagens por mar. Em Fr. Diogo de Mérida, por exemplo, não há mostras significativas de intolerância (racial ou religiosa) entre os povos que aí habitavam e por aí circulavam. Bastantes peregrinos cristãos. De todo o lado. Entre os mamelucos do sultão, muitos espanhóis e portugueses. Fr. António de Albergaria na sua *Viagem* (*Itinerario*) várias vezes refere *O Regimento do Peregrino* denotando seguramente a continuidade desses viagens[46]. Quer dizer e em resumo: nunca houve interrupção ou bloqueio completo.

c) O que se verifica na fundação de alguns destes Calvários pela Europa /Espanha /França /Alemanha) é que eles tanto acontecem antes como depois da tomada de Constantinopla. Tomem-se exemplos, quer de Espanha (Córdova) como, sobretudo da Alemanha. Desta última, aponte-se a região de Nuremberga. Só daqui, por exemplo, se atestam e documentam umas trinta sete viagens ou peregrinações entre 1453 e 1500! E assim se continuaria pelos primeiros anos de 1500!

NB: A buscar influências directas ou indirectas seria, então, preferível buscá-las aqui em cujo eixo geográfico assentavam, aliás, as preferências ou o grosso das nossas relações mercantis (e até culturais) durante os séculos XV e XVI.

d) Outra observação que me parece importante de sublinhar: As peregrinações à Terra Santa foram, entre nós, muito raras. Peregrinos muito selecionados. Nenhuma ou muito pouca desta clientela tem a ver, ou circula, pelos afamados Calvários ou Montes Santos que por vários lados se foram estabelecendo.

f) Estes fenómenos de práticas e devoções de religiosidade popular ou de origem nas comunidades mendicantes que nas suas moradas conventuais recriam física e espiritualmente essa *Via Sacra* (e depois a representam por vezes

---

[46] *Fray Diego de Mérida, Viaje a Oriente 1512.* (Ed. e estudo de A. Rodriguez Moñino. Barcelona. 1946.
Itinerário à Casa de Santa Jerusalém de frey António de Albergaria. 1555. BN-ALC. 303.
É evidente que viajar por esta altura era correr riscos grandes mesmo em terra de cristãos (roubos, assaltos, portagens, saques, violências de todo o tipo). Por isso, os mais poderosos faziam-se acompanhar verdadeiras hostes (guardas armadas), solicitando salvo-condutos aos senhores das terras ou monarcas para mostrar que eram gente de paz e não de guerra!

nas colinas das suas Cercas), repetem-se, germinam sem necessidades miméticas de cópias e influências directas. Ora, onde não há contactos atestados, temos de buscar e aceitar práticas e atitudes semelhantes que idêntico, ou assemelhável, quadro religioso e devocional proporcionam, sempre muito colados às circunstâncias materiais dos tempos. Mais uma vez, *a circunstância* – devocional / emocional e material.

(NB: sobre o caso dos calvários conventuais não está tudo dito. Por exemplo aqui nos arredores de Braga, em Tibães, ficou implantado um, desde meados do século XVI (aliás, muito longe do que se afirma como apenas se tendo verificado no século XVIII e, então, como cópia e modelo do Bom Jesus do Monte .../... (!). É seguro também que o mosteiro de Rendufe teve anexa uma ermida dedicada a Santa Cruz – podendo ter tomado feição de Calvário. Acabando dentro da Cerca. Capela esta que com o tempo foi acrescentada de outras transformando-se efectivamente num Calvario completo com as sete capelas habituais[47].

Por outro lado, esta realidade e práticas "monacais ou conventuais" impõem outras observações pertinentes que aqui passamos. .../…obrigando a cuidados especiais nos possíveis impactos exteriores.

g) Finalmente, sobre as tão propaladas influência dos Sacri Monti italianos no Bom Jesus de Braga:

Se bem repararmos, nestas últimas datas que acima referimos, já havia começado o movimento dos Montes Santos. Ora, todos os Sacri Monti italianos mais conhecidos são posteriores. Por outro lado, nos casos acima referidos e desta Santa Cruz do Monte, em particular, existe e está em "funcionamento" um Calvário neste monte sobranceiro a Braga, muito antes de S. Carlos Borromeu e de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, como antes da Reforma de Lutero, como antes do Concílio (fechou em 1563 – que alguns apontam como factos decisivos na génese deste mesmo Bom Jesus de Braga, como dos tão referidos e invocados bloqueios turcos. .../…

---

[47] Por mais recente ver nosso *O mosteiro de Rendufe. Uma presença económica e cultural (artística) nas terras de Amares*. Em "História do Concelho de Amares". No Prelo.

Passemos agora mais considerações, para dizer somente que, quanto a nós, esta como outras formas de religiosidade popular podem transcender (isto é, transcendem) em muito, a simples mimética de cópias mais ou menos longínquas aqui – como vemos – bem difíceis de sustentar. Fenómenos destes se registam, como de criação, de evolução espontânea das populações tenham tido ou não na sua génese actos comemorativos e intervenção de altas personalidades e depois enquadradas, ou não, pelas hierarquias.

Quer dizer: para além do acto fundacional de D. Gonçalo Pereira, estamos perante uma realidade criada e mantida por um todo colectivo (de que a Confraria da Trindade é o primeiro selo documental) tanto de um devocionário, como das diversas fases de expressão plástica porque foi passando, seja vivida, seja representada-figurada.

…/…

Uma deriva de síntese, mas necessária, para mostrar a antiguidade deste devocionário e deste Monte Santo, seja na primitiva devoção à Cruz de Cristo – que salvou a cristandade peninsular no Salado – seja na deriva ou simultaneidade (creio que breve) de invocação do Espirito Santo, seja depois, com a invocação, que passou a definitiva, de *Bom Jesus do Monte* (a partir de 1629). Deste modo, e do meu ponto de vista, creio que independente dos bloqueios turcos, dos cânones Tridentinos e das tão propaladas influências de S. Carlos Borromeu e deste, sobre D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, e dos Sacri Monti italianos. A Ermida de Santa Cruz do Monte, nascida de um voto de agradecimento, vem desde 1341-42 (limite máximo – 1348). Desde muito antes de tudo isto. É pois, um raro exemplo não só entre nós como no próprio contexto europeu.

Quer dizer – me parece – um caso único de antiguidade, de longevidade, de persistência e de autenticidade devocional e plástica (nas múltiplas dimensões destas, com naturais momentos (fases) cíclicas que as “circunstâncias do tempo” – material e psicológico – naturalmente explicam. Primeiro, numa fase local, depois regional e depois extra regional, em breve de todo um reino, ultrapassando isto é, dispensando bloqueios turcos, mimetismos de plágio e influências directas de fenómenos assemelháveis e de influências e contactos não documentados. Veremos também, que depois transportada por estas gentes e até por alguns responsáveis eclesiásticos para outros cenários e para outros espaços geográficos originando e alimentando comportamentos etno-antropológicos, evidentemente não

copiados, mas assemelháveis, numa recreação permanente incrustando essas manifestações com matizes próprios da religiosidade e comportamentos "pessoais" sejam individuais sejam colectivos, desses diferentes espaços humanos e geográficos como foi o caso paradigmático e documentado da irradiação ultramarina, isto é, no Brasil. (E aqui, como diremos, pode ser que não apenas relativamente a Congonhas).

6. O CALVÁRIO MODERNO (1629/1640-1715/1728).

Também este período está enquadrado por circunstâncias materiais e devocionais específicas: de 1614 a 1640 e daqui aos fins do século e inícios do século XVIII.

Passando tudo o mais:

1629. Representa uma nova e importante etapa deste local de devoções religiosas mais ou menos ortodoxas não necessariamente ofensivas da religiosidade cristã.

Foi um momento decisivo e importante particularmente relevante até cerca de 1640/41 e daí acerca de 1680/90.

Rapidamente:

Este primeiro momento de reconversão da ermida de Santa Cruz agora sob a invocação de *Bom Jesus do Monte,* acaba por cair dentro desta nova realidade, embora não lhe atribuamos uma causa directa e imediata – como será evidente. Mas a "circunstância" material está aí, isto é, coincide. Logo, também a circunstância devocional, com a dimensão do incremento ou renovo da festa. Em síntese, (por que o lugar mais não permite), é o período em que, por Braga as festas urbanas laicas e religiosas ganham aparato e dimensão (mas não só em Braga – diga-se de passagem).

A afluência aos centros das romarias tradicionais acompanhou naturalmente este ambiente. É o caso manifesto agora no Bom Jesus do Monte. Documentam-se desde antes mas depois logo encorajadas pela recém-criada Confraria.

O percurso no caminho do monte, os Passos anteriores da Paixão modestamente representados e protegidos (testemunho importante do que anteriormente já se havia aí "construído" preferentemente – como dissemos até meados do século XVI), *dão lugar a capelas mais amplas* de modo a caberem condignamente as imagens (como se vê – esculturas) já que – como se testemunhou –

nas que havia, *mal cabiam os figurados*. Por conseguinte, um tempo muito favorável a nível geral e que a devoção agora, ao *Bom* Jesus aproveitou (minorada a Santa *Cruz*). Alargaram-se os espaços e caminhos de romagem, dotaram de fontenários, construíram-se (ou alargaram-se) albergues e outras estruturas de apoio. Que dizer: a primeira feição arquitectónica e logística, aproximada do que hoje temos, operou-se a partir de 1629.

Seguiu-se depois de 1640/41 um período de "apertos" vários. Depois veio um curto espaço de desafogo que normalmente cobre os anos a partir de 1670 e até certa de 1695. Nestes anos Oitenta de Seiscentos indicia-se que voltaram ou, melhor, cresceram os romeiros, os devotos e as romagens com a sua feição habitual. Assistiu-se a um novo ciclo de obras: o preenchimento do interior da Igreja com novas talhas, capelas, etc.

6.1. Não podemos passar este momento – 1629 – e sobretudo 1640-1680/90 – sem outro enquadramento circunstancial mais alargado, mas importante.

Na verdade, assistiu-se uma onda de fervor religioso em torno desta ou de outras devoções tradicionais. Estamos no contexto dos últimos anos da Dominação Filipina e depois, nas Guerras da Restauração (1641-1668).

Era necessário "mostrar" a todos, e a Castela em particular, os favores do Céu para com a Terra portuguesa e os milagres com que a Providência a vinha ou estava distinguindo. Depois de 1640 protegendo, "obviamente", a causa de D. João IV.

.../...

Passemos mais considerações e refiram-se apenas algumas obras lapidares, destinadas a demonstrar a "predilecção" do Céu para com a Terra de Portugal. Assim, *as Flores de Espanha e Excelencias de Portugal* (de António Sousa de Macedo. Lisboa. 1631): Depois, obras de carácter cronístico-religioso, *O Agiólogo Lusitano* (Jorge Cardoso); *O Ceo aberto na terra* (de Portugal – logo se vê!) de *Fr. Francisco de Santa Maria*, *o Santuário Mariano* Fr. Agostinho de Santa Maria, (passando outras), onde se reportam muitas aparições da Virgem, muitos milagres na terra portuguesa e, em consequência, novas ermidas e santuários. Podem ainda ser bons exemplos quer o aparecimento de Nossa Senhora da Luz, e suas obras maravilhosas ou a Senhora do Bom Despacho de Cervães aqui nos "subúrbios" de Braga.

Por sobre as dificuldades do tempo, um rosário de aparições e milagres que atraíram aos lugares de devoção, antigos ou recentemente criados, fiéis e cada vez mais peregrinos. Isto é, uma onda de fervor religioso assente em lendas ou factos, de milagres "comprovados" por todos estes tão circunspectos "cronistas".

Ora, também neste Santuário de Bom Jesus do Monte se deu um desses aparatosos milagres de predestinação que, naturalmente, o veio engrandecer e atrair mais romagens: o aparecimento de uma hóstia – nos Céus da Roma Portuguesa, sobre a capela do Senhor do Bom Jesus – a par do que, entretanto, acontecia em Lisboa: o braço de Cristo que se desprendeu do crucifixo para abençoar D. João IV e a nova "cruzada", ou ainda o milagre da Senhora da Piedade e o Cristo Crucificado em Santarém que aspergia sangue – como presenciaram "calificadas testemunhas".

Tempos de fervor e "misticismo". E se a vertente da festa diminuía, a romagem por entre tempos mais difíceis não parece ter abrandado. Para mais com estes recentes e "comprovados" milagres.

Ao fim deste período 1640/-1700) Carvalho da Costa refere o aparato e a grande afluência a que o Bom Jesus chegara em romeiros e devotos. O fluxo de gente parece, de facto, ter aumentado. Por esta altura (1700-1707) no santuário do Bom Jesus do Monte anota: "uma *formosa* Capela que fizeram os devotos do Bom Jesus do Monte – *imagem milagrosa* – visitada de *muita romagem*, *assistida por ermitães* (agora, mais que um?) e *festejada com grandes despesas* pelos melhores da Cidade".

7. **DE MOURA TELES (1704-1728) AOS INÍCIOS DO SÉC. XIX**.

As suas grandes intervenções, tanto aqui, como em várias novas construções ou reconstruções e embelezamentos que operou na cidade, correspondem, do ponto de vista económico, ao melhor período do século XVIII. Em termos gerais, os tempos que decorrem depois de 1714/15, e particularmente notável e visível até certa de 1768-70. Que dizer: um bom momento que irá suportar ou "dentro" do qual cairão estas realizações monumentais de Moura Teles.

Deixadas aqui as banalidades causais dos ouros e diamantes do Brasil, diga-se que estas obras do arcebispo, como de outras instituições bracarenses de então, foram suportadas por este excelente momento do engrosso e crescimento das rendas fundiárias destas instituições. Deixemos a fase posterior das obras

e o âmbito da intervenção do arcebispo e da Confraria – que outros descrevem.

Digamos, tão só, que com esta intervenção, o santuário, (com pequenas alterações), adquire a forma monumental com que hoje o podemos ainda observar. Tudo construído confessadamente agora como uma *Nova Jerusalém* (que só agora aparece assim denominada). Moura Teles, falecido em 1728, não veria a conclusão de todas essas obras.

Estamos também dentro de um novo tempo. A festa e a diversão iriam assumir dimensões como nunca: festas, nos salões e nas ruas e praças da(s) cidade(s), nos meios rurais por ermidas e santuários. Chegou o *Feliz Século XVIII* em que a *Festa* nas suas várias dimensões laicas e religiosas ou sacro-profanas e, logo, a romaria, atingiram uma dimensão e riqueza etno-anropológica fora do comum. Tudo caucionado, isto é, dentro de um ambiente de notórias melhorias materiais – como acima referimos.

Em Braga, tudo virou" festas e romarias". Deixando outros, sintetizemos numa só frase e num só testemunho directo: "A música e toda apatrulha musical também entraram Caza Sagrada". "Em Braga só se tratava de festas e para elas poucos deixavam de oferecer a sua esmola"[48]. Mesmo pelos tempos que se começavam a inverter, após a década de 1770, este ambiente não abrandou, não abrandaram de frequência e espalhafato entre as "gentes da cidade e de fora da cidade", ultimamente incentivadas por outro arcebispo régio – D. Gaspar de Bragança. Foram os tempos do aparato e do espalhafato barrocos: plasmados nos edifícios, nos gostos, nos comportamentos e nas "devoções", sacras e sacro-mundanas, isto é, cada vez mais mundanas do que sacras.

Em testemunhos rápidos, uma imagem deste ambiente de festa e romagem cristã que conheceram estes tempos cada vez mais eivados de laicismo, profanismo e diversão, assinalando a múltipla dimensão desta "piedade" barroca que acabou por "subir" também, em força, ao Calvário do Bom Jesus do Monte…

…/…

Tudo, naturalmente, para além do facto indesmentível de que a romagem, a romaria e a devoção são inseparáveis dos aspectos laicos e mundanos que, indubitavelmente carreiam com elas. Quando não, e agora, se transformando no primeiro ou principal objectivo.

---

[48] Ignacio José Peixoto, *Memórias particulares*, cit.

Tempos bem mudados. Diferentes. Fique o testemunho de um dos párocos destes tempos (c.1750-60): "*a participação nas festas religiosas faz-se* (hoje) *mais por divertimento. A devoção está acabada*". Vários outros testemunhos que se passam, vão no mesmo sentido.../...

Por todo lado – "multidão de Ermidas e romarias... de sorte que poucos são os dias daquele mês de Agosto em que não encontrasse pelas estradas bandos de gente com galhofas, violas, rebecas, pandeiros, castanhetas, grandes cestos de comer, e condessas, muitas borrachas de vinho penduradas na cinta, e quase todos banhados em suor e inundando os caminhos, as estalagens e as vendas e as tavernas". Ora, tudo isto ia "desaguar" nos terreiros das ermidas e santuários. Um deles, (o mais importante na Província e agora já em todo o Reino) era, precisamente, o Bom Jesus do Monte!

Passemos outros curiosos e lapidares exemplos.

Resultado: alargavam-se neste Santuário os dias de devoção, de romagem e de festa: da Santa Cruz e Oitavas do Espirito Santo passava-se a outras festividades. Não espanta por isso que o pároco de Tenões tenha sublinhado a continuidade e este grande afluxo ao Bom Jesus do Monte reportando que *todos os dias* "fúrias de romeiros" acorriam a este Santuário: "Ao Bom Jesus do Monte acodem muitos romeiros havendo casa para sua acomodação. Quase todos os dias *fúrias de gente* em que muitos gastam a sua sustância, uns com a varriga outros por pecados ofendendo a Deus *servindo-lhe o mesmo senhor de escudo para o virem ofender. Enfim, é um sítio para onde corre tudo: o bô e o mau*" (!...). No final, o mesmo testemunho do referido pároco do Fundão: "*a participação nas festas (*dos Santos*) faz-se* (agra) *mais por divertimento. A devoção está acabada*".

O Bom Jesus atraía gentes de todo lado, de toda Província e não só. Tinha-se transformado no maior centro de romagens em todo o reino e com uma irradiação de cópias e réplicas por todo o lado chegando às longínquas terras do Brasil – em grande parte uma continuidade étnica e antropológica do formigueiro humano, e das "piedades" deste Entre Douro e Minho (vide infra).

É neste ambiente e nesta enorme afluência de devotos, em que se transformara o Bom Jesus, que surge a declarada intenção de o alargar ainda mais, transformando-o num *Santiago* português, em directa e intencional vontade de concorrer com o centro galego o que, por sua vez, traduz toda esta realidade que vimos sublinhan-

do face a esta enorme relevância e afluência de gentes e estes devotos "modernos" (na feição que vimos descrevendo).

Surgiu, assim, pelos anos de 1770 um movimento entre devotos e "muitos moços" que frequentavam o Bom Jesus de engrandecerem o Santuário transformando-o num concorrente de Santiago de Compostela – um Santiago de Portugal "visto o grande e numeroso concurso de peregrinos assim de Portugal como estranhos" que concorriam ao santuário. "Principalmente os moços (mas não eram apenas eles), entrarão a publicar grandes vantagens do Santuário e a supor que seria como Santiago da Galiza". Faltava apenas a bênção do papa, as bulas papais com as indulgências para que o lugar se "re-santificasse "*para que se não fosse aí apenas para diversão mas para "obter indulgências e meditar na Paixão".*

Concederam-se alargadas indulgências plenárias que enriqueceram o Santuário. Privilégios espirituais comparáveis apenas aos concedidos a Santiago e aos Lugares Santos! Refere-se como justificação o muito "*concurso nos nossos dias de inumeráveis pessoas devotas assim deste Reyno, como dos estranhos a visitar o magnifico Santuario do Bom Jesus do Monte …/*…).

Prepararam-se grandes festas em Braga e no Santuário para a consagração definitiva e a divulgação "do Grande Jubileu". Todavia, para que as bulas "corressem" era necessário Beneplácito Régio. Foi solicitado. Veio o desaire: anulação das bulas por parte de Pombal! Corria o ano de 1774.

A proibição das bulas e das festas do Jubileu foi, porém, um percalço momentâneo. Enxotado Pombal (em 1777), tudo regressou ao habitual. Foi a altura de promulgar e fazer valer as ditas indulgências proibidas e acrescentar outras para as festas que aí passaram, desde havia tempos, a celebrar-se. Acresceriam novos e renovados breves pontifícios e arcebispais que favoreceram o santuário e, logo, concurso das gentes.

O que importa aqui sublinhar:

Passando a análise desta intervenção (que importará enquadrar, sem paixões emotivas ou valorativas sobre a iconoclastia de Pombal), sublinhar o que ela representa, de facto, na circunstância devocional e material relativamente ao que já se passava neste santuário**:** a prossecução da fama com o incremento das romagens que estes privilégios espirituais propiciavam. Cada vez maior incremento do tipo de diversões, mais ou menos ortodoxas, a que davam azo. Pela concorrência das gentes, um centro de captação de esmo-

las fora do habitual. (Há testemunhos insuspeitos e inequívocos sobre esta realidade "devocional").

.../...

Pelos anos de 1780 a antiga igreja de D. Rodrigo de Moura Teles será substituída por novo templo. Por ameaçar ruina, mas também, certamente, para melhor sustentar o "desafio" com Santiago. Tudo exigia um templo mais majestoso. Projectou-se um novo edifício. A Igreja de Moura Teles seria levada para um patamar ligeiramente superior. Dentro do novo estilo – o neo-clássico. Com outra grandeza e aparato. Para o novo templo, optou o Arcebispo pelo risco de Carlos Amarante: mais grandioso, mais amplo de modo a acolher cada vez maior concurso e devotos, romeiros e peregrinos. As obras começaram em 1784 e terminaram em 1811. A solene consagração só viria a acontecer, porém, em 1857. Uma longa demora que tem também alguma ou boa justificação circunstancial:

Os anos da década de noventa do Seculo XVIII são de crise. Dificuldades, graves que se iriam prolongar até cerca de 1812/13. Diz o "cronista bracarense: "os tempos não corriam favoráveis aos frutos; encareceram muito os géneros e a pobreza era multiplicada. Durou a fome pelos anos seguintes que também foram funestos com notáveis epidemias"[49].

Somaram-se em 1807 as Invasões francesas. A segunda a invasão (de 1809) castigou, sobremodo, estas terras do Minho. O santuário com os seus "quartéis", seriam saqueados e ocupados pelas tropas francesas. As receitas e as esmolas diminuiriam. A construção do novo templo e mais obras seriam naturalmente afectadas. Valeu, nesta altura, o muito contributo de comerciantes e "industriais" da cidade residentes ou emigrados por várias partes. Alguns com grossos interesses mercantis na capital e em vários espaços ultramarinos – do Brasil ao Oriente. A fama e a devoção ao Bom Jesus do Monte, congregou (ou congregava) toda esta diáspora. De todos os lados chegaram contributos, numa acção colectiva impressionante. As populações locais, na escassez da esmola pecuniária, contribuíram com bens pessoais e com serviços como foi o inestimável concurso dos lavradores das imediações que se apres-

---

[49] Ignacio José Peixoto *Memorias particulares* 105. Vide nosso, e por outros, *Clima e colheitas em Portugal 1500-1850*. Ver nosso também, *As crises cerealíferas nos fins do Antigo Regime*. Actas do Colóquio do CENPA. Porto. 1993.

taram para os carretos de pedra e outros materiais de construção. Uma onda de devoção colectiva que minorava as dificuldades do tempo.

8. O SÉCULO. XIX.
Novas circunstâncias materiais e comportamentais.

.../...

8.1. Depois, uns longos anos de instabilidade social e política se sucederam até meados do século: guerras e graves amotinações populares até à expulsão definitiva dos franceses em 1813/14; revoltas do Liberalismo, (desde 1817-1822); conflitos e revoltas consecutivas que se seguiram (guerras civis) até ao grave momento da revolta dos povos do Minho – revoltas populares da Maria da Fonte – desembocando na guerra civil da Patuleia 1846-48. Enfim, só com a Regeneração (a partir da década de 1850) se acalma este largo momento de instabilidade política e social e, naturalmente, de dificuldades materiais. A sagração final do templo apenas em 1857 parece, na verdade, sublinhar toda esta conjuntura da primeira metade do século.

Parece claro que os antigos tempos de esplendor das romagens, devoções e divertimentos que caracterizavam o Bom Jesus, terão esmorecido. Mas não acabaram. De modo algum. Um ou outro testemunho de nacionais e estrangeiros, assim o atesta. Refere-se o permanente concurso de gente que se continuava a fazer. (Mais uma vez, creio: a circunstância de apertos materiais, pressionando as devoções). Um Santuário com enorme fama e repercussão em todo o Reino. Por 1827 refere-se um *Bom Jesus do Monte, anualmente visitado por numerosos peregrinos vindos de todas as regiões do País*. Anota-se, ao mesmo tempo, a grande devoção que as gentes tinham pelo Bom Jesus do Monte e a sua milagrosa intervenção nas aflições do quotidiano: uma renovada devoção nas aflições e inclemências do tempo e das maleitas dos corpos.

8.1. 1850/60 – Inícios do seculo XX.

Estamos agora, bem dentro já dos tempos Contemporâneos marcados por duas ou três linhas de força fundamentais, tanto do ponto de vista cultural e religioso como de circunstâncias materiais, que importará salientar:

Em primeiro lugar, a difusão de novas sensibilidades principalmente com nova corrente cultural e "filosófica" do Romantismo. Em paralelo, novas correntes culturais e comportamentais: uma laicização crescente que, vinda dos finais do século XVIII, se acentuou durante este período e muito particularmente nesta segunda metade de Oitocentos. Generalizam-se as ideias anti clericais e anti religiosas a par das novas "filosofias" políticas.

Do ponto de vista económico e material, a reconversão e uma sucessiva industrialização criando uma "nova" capa social – a burguesia. Os novos recursos e níveis de riqueza proporcionam o gozo dos prazeres laicos, da diversão e fruição dos tempos livres. Generaliza-se a procura de lugares de descanso e de repouso e o "gozo" dessas *estâncias* por parte desta clientela, Buscam-se os locais de repouso, lazer ou até com "capacidades" medicinais. Estâncias, para lazer e para medicina. Invariavelmente presente o "simples" gosto de fruição e apreciação da natureza, o prazer de viajar. Um fenómeno novo que abre, na realidade, para aquilo que podemos qualificar do turismo. O Turismo "moderno".

Ora, dentro desta corrente do Romantismo, o gosto e o prazer e *fruição da paisagem* e da natureza representam uma nova e alargada dimensão. As matas, os ermos, a paisagem, são lugares predilectos do romântico que os introduz nas manifestações das suas criações culturais desde a Literatura, à Pintura, da Escultura, à Música.

.../...

Por outro lado, a generalidade destes centros, (Ermidas, Capelas ou Santuários), implantaram-se em locais de inegável beleza física e paisagística, agora particularmente buscadas. Ora, dento desta realidade ou desta dupla realidade, os santuários de maior nomeada atraem o novo "devoto" seja crente, seja céptico seja descrente e até anti clerical. A onda romântica sobe a estes locais paradisíacos, palcos únicos também de variadas manifestações etnoculturais que o romântico tanto aprecia (e que "grava e divulga").

O Bom Jesus do Monte continua com poderosas marcas tradicionais. O bulício da festa, agora com outros enquadramentos e outros atractivos, cresceriam ao lado do fenómeno religioso. Mesmo que seja cada vez mais para ver e apreciar "de fora", o Bom Jesus torna-se um lugar privilegiado sobre vários destes pontos de vista. Aqui veio desaguar, naturalmente muito desse romantismo.

... /...

8.2. Segunda metade do século XIX.

O século XIX com a corrente do Romantismo marca, pois, uma etapa importante e decisiva. A fruição física e anímica da paisagem, de certos locais, foi intencionalmente buscada e procurada. Chega outra onda de "devotos"!

Durante todo o século XIX se ampliou essa tradição romeira do Bom Jesus com essa inevitável componente "sacro-profana" do comportamento e expressão populares ou do "ilustrado" romantismo. E assim se foi avolumando essa componente laica das romarias ao Bom Jesus de Braga, de tal modo que pelos finais do século XIX nos ficaram testemunhos exemplares. O Bom Jesus parece que se tornava – nesse século, em que o laicismo se espalhava cada vez mais e em que doutrinas contestatárias começam a espalhar-se com mais à vontade, mais num centro laico, descomprometido, de lazer e distracção mundanas, do que lugar de sentida a e recolhida meditação religiosa. Todos procuram o devaneio, individual ou colectivo (de grupo), o remanso, com o encanto paradisíaco do lugar, o vergel da mata e a beleza dos alargados horizontes. O Camilo ateu e panfletário, não se escusava de subir esta montanha sagrada e de ali se recolher e extasiar muitas vezes em meditação e repouso ajoelhando-se perante Natureza. O Bom Jesus transformou-se, de facto, no "santuário português por excelência"[50]. Tanto para rústicos como para selectos ilustrados. Os festejos do Espírito Santo eram, então os mais aparatosos como se testemunhou em vários momentos …/…

Aquilo que relata uma testemunha de 1876 – a quando da "criação" do Santuário do Sameiro – constitui, por seu turno, uma alusão directa aos "arraiais" em que se convertera o Bom Jesus e ao contraponto que se passava a estabelecer: "ali (isto é, no recente Sameiro), não havia nem arraial, nem iluminação vistosa, nem tão pouco se ouvia o ribombo dos morteiros, nem o tanger das violas e tambores... ali não se viam as danças nem se ouviam as cantigas nem o destempero dos farnéis"! Testemunharia um visitante estrangeiro: "as romarias e as peregrinações aos lugares santos são as principais ocupações e tomam um largo espaço da vida social quer dos campesinos quer das classes mais elevadas (John Latouche c. 1780-85). O Bom Jesus, era o melhor e o mais aparatoso exemplo em todo o Portugal.

---

[50] José Augusto Vieira. *O Minho Pittoresco* 1880-1890.

8.3. É no meio já deste ambiente de centro religioso e, agora, cada vez mais profano-turístico, que um acontecimento circunstancial vem projectar ainda mais o Bom Jesus do Monte: as comemorações do primeiro centenário do início da construção do actual templo, em 1884.

Realizam-se grandes cerimónias, alargados festejos que atrairiam, como nunca, multidão de fiéis e devotos ou simples curiosos. Muitos "notáveis". *Gentes de todo o lado, intelectuais de toda a formação.* Realizaram-se festas esplendorosas por entre aplausos de crentes e não crentes – como se vê da presença, como da crítica mordaz de alguns deles quer nas suas obras, quer nos jornais do tempo em que escreveram e o testemunharam.

…/….

O Bom Jesus ganhara dimensão, ou outra dimensão: a este tipo de religiosidade ajuntara-se o laico *na dimensão romântica* (profana). Transformava-se em *Estância.* De recreio e lazer e de fruição das belezas da paisagem natural, e da paisagem humana. Um lugar privilegiado de bucolismo ou neo-bucolismo! Um local, por isso, que passa a atrair as mais variadas figuras da sociedade, da hierarquia católica, da política, e os "devotos" desta "nova" cultura. De monarcas e príncipes, a altas figuras da aristocracia e da cultura. Algumas destas altas personalidades assumem-se ora como mesários ora como patronos da Confraria e do Santuário (desde D. João VI a D. Miguel a D. Maria II a D. Luís a D. Manuel II; de toda a hierarquia eclesiástica. De Arcebispos e Bispos a Legados Pontifícios). Por esta altura é referido, entre outros notáveis testemunhos, como *uma das sete maravilhas do mundo*. Uma referência notável e de sublinhar – me parece!

O Bom Jesus acabara por se tornar um "distinguido" Santuário entre todos os mais do Reino. Vinha, aliás, chancelado como *Santuário e Confraria de Protecção Real* desde 1822.

Por aqui passam dos maiores nomes das letras nacionais (e algumas estrangeiras) fossem crentes e devotos …/… fossem ateus e descrentes como Camilo. Há também críticos e anti-clericais demolidores como Bordalo Pinheiro e Ortigão ou o viperino Fialho – anti clerical e ateu: Outros, porém, não menos acutilantes, como o Herculano das *Considerações pacíficas*, embora também o "tangedor" da *Harpa do Crente*. O Bom Jesus – um centro único e especial, por sobre um alargado argumentário para atrair visitas e devoções, de todo o tipo, sejam antigas, sejam recentes, sejam religiosas, sejam agnósticas de todo o tipo.

Ficaria então, este Bom Jesus, com a vertente essencialmente laica, turística, dotado cada vez mais com os modernos atractivos da *viagem* e deste turismo moderno que, pelos finais do século XIX e inícios do século XX, se incrementava. Passaria a ser local dos mais frequentados, dispondo e construindo acomodações consentâneas: parque de diversões, novos quartéis, os hotéis para estância e repouso, Por entre gostos discutíveis, a construção de lagos, grutas artificiais e matas e recintos ajardinados. Tudo o requerido para "embelezarem" o lugar, ao gosto *naif* desta nova burguesia endinheirada que tanto o visita e frequenta.

…/…

9. CÓPIAS E RÉPLICAS; IMITAÇÕES E INFLUÊNCIA (irradiação nacional e extra nacional)

Tem sido, justamente, muito sublinhada a influência directa ou indirecta desde Monte Santo, deste Calvário e deste Santuário que, nas devoções e até na sua expressão plástica, para além de traços permanentes, se foi trasmudando através dos tempos. Influências agora claras e atestadas por muitos locais, quer na Província, quer no conjunto do território português, (incluindo a Galiza), tal como em terras distantes, como é o exemplo mais conhecido do Brasil sobretudo através da imitação confessa do Bom Jesus de Congonhas. Exemplo que constitui uma dimensão muito divulgada ainda que não se tenha dito tudo sobre isto. Este aspecto mereceria um estudo aprofundado para se verificar onde há efectivamente cópias, réplicas ou reflexos que podem ultrapassar a simples mimética plástica – como aqui sublinhámos.

Para além de tudo, deve pois, sublinhar-se e em síntese, que o impacto directo ou indirecto deste Santuário e das devoções que consagrou, foi notável. Em suma, um inestimável património devocional (étnico e antropológico) e naturalmente plástico que se desenvolveu por muitos lados a partir do exemplo deste Monte Santo do Bom Jesus de Braga.

…/…

Alguns são mais conhecidos e referidos pela sua importância devocional e pela sua mimética plástica e devocional. Assim dos mais nomeados, a Senhora da Peneda, O Bom Jesus de Matosinhos, a Senhora dos Remédios de Lamego e outros. Há mais alguns exemplos como de contacto directo ou muito próximo que não têm

sido referidos e que importaria trazer aqui, seja em Braga (Santuário do Bom Despacho), seja em Barcelos, (Santa Cruz), seja em Viana do Castelo (Bom Jesus do Calvário), seja em terras de Guimarães.

Depois, o mais celebrado de todos, fora do espaço metropolitano – O Bom Jesus de Congonhas no Brasil – filho confesso do Bom Jesus do Monte.

Não vamos aqui repetir o que tanto se tem escrito sobre Congonhas. Diremos, tão só, da sua directa filiação no Bom Jesus de Braga. Em dois momentos diferentes e atestados: Na fundação, em que o fundador, logo no acto do nascimento, confessadamente quis construir um santuário devotado ao Bom Jesus e "*tal como havia em Braga*". Depois, na feição plástica de que se revestiu nos temos posteriores.

NB: Vemos também contactos mais ou menos directos nas origens do *Bom Jesus de Iguapé* como no *Bom Jesus da Lapa*, na Baía. Todavia, se mais não restar, bastaria o celebrado exemplo directo de Congonhas – um filho, tardio relativamente ao Bom Jesus, mas um filho directo e confesso que hoje – como sabemos – está consagrado como Património da Humanidade.

Quer dizer: das pequenas ermidas aos grandes centros devocionais e romeiros, este Bom Jesus "resolveu-se" uma panóplia de influências verdadeira mente notável e creio mesmo que único entre todos os Santuários do mesmo tipo peninsulares ou europeus.

10. RELEVÂNCIA NACIONAL E EUROPEIA

Finalmente, apenas dois ou tês dos muitos testemunhos, tanto de nacionais como estrangeiros, que ao longo dos tempos tem peregrinado ou visitado este Santo Monte do Bom Jesus de Braga…:

Seria redundante assinalar e deixara qui todos esses testemunhos – que dariam, aliás, uma bela antologia documental. Aqui apenas:

c. 1750-1780 – "Uma das sete maravilhas do Mundo…" (Memorias bracarenses. (Silva Thadim)

c. 1827-28 – *Eis o belo templo do Bom Jesus do Monte, anualmente visitado por numerosos peregrinos vindos de todas as regiões do País…. O principal lugar das práticas (devocionais) do povo português* (W. M. Kinsey).

…/

c. 1840-50 – “Em razão destas capelas e ermidas este grande Santuário é o maior de Portugal e talvez o maior de toda Europa” (*Memorias para Historia Eclesiástica do País Bracarense. (*BN Cod. 862).

c. 1842 – “Bom Jesus do Monte (o mais célebre) lugar de romaria sobre uma montanha recoberta de vegetação até ao cume. A mais notável das igrejas portuguesas que são visitadas por inúmeros romeiros... Que formoso quadro de verdura ... Falta apenas um grande rio no vale para termos aqui um dos mais belos e encantadores lugares do Mundo” (Principe Felix Lichnowisky)

c. 1860-1864 – “O Bom Jesus do Monte é o primeiro dos santuários de Portugal, quer na grandiosidade dos edifícios, quer no aprazível do lugar, quer na popularidade do nome e na concorrência de fiéis”. (Vilhena Barbosa)

c. 1880-90 – “O santuário por excelência do Minho – e de Portugal”. (José Augusto Vieira).

c. 1880-85 – “As romagens ao Bom Jesus são as mais importantes, e afamados do todo o Reino. Ocupam três a quatro dias consecutivos e atraem gente de todas as classes de todo o Portugal. Grupos enormes que se estendem pelas estradas e caminhos em grupos que chegam a 200 e 300 pessoas. Alojam-se por outras tantas noites dormindo ao relento. No local cozem o pão em fornos de pedra que se alinham nos terreiros em filas de duzentos / trezentos, onde também cozinham e comem. Nestas romagens misturam tudo: ouvem práticas e sermões, cumprem votos religiosos e promessas e, o que tanto é ao gosto destas gentes, depois, num imenso alarido riem, tagarelam, cantam, tocam, dançam sem cessar”. (John Latouche).

c. 1930-40 – “Um lugar ímpar em que a obra monumental se entretece com a vegetação, onde o Homem soube entrelaçar a pedra e a árvore para formar um conjunto admirável de poesia tal como sucede nos Jardins de Villa D´Este ou no incomparável Versailles. Na verdade, muito poucos lugares do mundo se igualam aos Jardins de Versailles, aos da Villa Deste ou aos jogos de água de Ragusa. Assim, este Bom Jesus de Braga” (Albert T´Serstevens, *L´itinéraire Portugais*. Grasset Ed. Paris. 1940).

Por sobre tudo isto (e o mais que se omite), o testemunho de um bom e alargado conhecedor do barroco europeu: “Bom Jesus Monte – o mais monumental exemplar em pedra de todas as via-

sacras conhecidas" (Germain Bazin, *L´Architecture réligieuse au Portugal.* 1949).

Por último e por sobre outros "recentes" testemunhos, tomemos e fiquemos com a inolvidável recordação que levou o Abade anglicano – sobre este magnífico património etno-antropológico, monumental, natural e paisagístico, ele – que conheceu e palmilhou por muitos e belos lugares e santuários da Europa:

A vista panorâmica de Braga tirada do alto deste Santuário e para além dele, …com os vales que se estendem e com as montanhas que os rodeiam… – …desdobrando-se a nossos pés numa vasta linha de montanhas, vales, florestas, cidades, aldeias e mosteiros e, lá longe, o Oceano fechando a paisagem brilhando como uma folha de prata sob um sol radioso… Ainda que numa escala inferior à grandeza e beleza alpina que se toma de Superga sobre o fértil Vale do Rio Pó e a bela cidade de Turim, esta visão permanecerá para sempre na memória do viajante como uma esplêndida, única, inolvidável recordação (Kinsey. 1827)[51].

11. O BOM JESUS DO MONTE – TESTEMUNHO E SÍMBOLO

Selando as devoções, sacralizando o trabalho, as dores e as diversões surgiria por fim, um admirável conjunto que, de facto, nos desperta mais o êxtase que a apreciação mais fria e formal da análise arquitectónica e decorativa, dos estilos e da arrumação das formas, embora estes, nos moldes em que se materializaram, sejam um poderoso contributo para esse despertar de sentimentos. Talvez que o mais importante da valoração artística que se extrai deste mesmo conjunto seja isso mesmo: o ter conseguido uma perfeita simbiose entre o quadro natural, a materialização artística e a fruição estético-anímica que o conjunto desperta, seja no viandante despreocupado, seja no "perito" que aqui se apresente de luneta e tesoura para o estudo artístico e arquitectónico da Obra de Arte, (quedando-se quase sempre, porém, pela descrição física da obra humana).

Uma globalidade e simbiose entre o menor dedo humano aí impresso e a grandiosidade e beleza do quadro natural que daí se

---

[51] Tradução nossa. Ver *Kinsey de visita aos "Abades" de Tibães, a Braga e ao Bom Jesus.* Em "Diário do Minho" (19-02-2014).

desfruta. Aqui, de facto, o encanto e o livre capricho e "expressão" da natureza não chega a ser perturbado pelo artifício da montagem arquitectónico-decorativa construída. Mas, afinal, talvez seja esse mesmo um dos méritos grandes quer do Templo – que parece encimar toda a Montanha – quer das peças maiores que o integram que acabaram por compor, com mestria, um admirável e magnífico conjunto.

Panorama natural, mas também panorama anímico que se usufrui, de permeio com toda essa simbologia que a realização plástica introduziu e que só do cimo desta montanha, ombro a ombro com as outras que a continuam e que daqui se vão a perder na linha do Oceano que refulge, lá longe, em revérberos ora de ouro, ora de prata quando o Sol, ao fim da tarde ali se anoita, fechando todo este magnífico cenário.

O espectador arrisca-se assim, incauto, mas inevitavelmente, a ser tomado de assalto pelo êxtase, pelo desconcerto dos sentimentos, pela poesia, pela beleza, pelo enleio.

Confessou o ateu: "As mais duras índoles quando aqui se defrontam com esta santa melancolia dos bosques novamente se recolhem... A tristeza deste remanso é generosa, é despertadora de similares pensamentos e joeira por onde os nocivos se estremam. São estas árvores (e estes horizontes) uns grandes livros abertos onde todos deletreamos coisas que não constam da Via-Sacra nem dos livros de Memórias..." (Camilo)[52].

---

[52] Um centro de "religiosidades" com as outras dimensões desta etno-antropologia das gentes da Província e de todos os que aqui acorreram e subiram ao longo de séculos e que, na actualidade, continuam a acorrer. Nacionais mas agora, cada vez mais estrangeiros. Todavia os antigos atractivos etno-antropológicos afunilaram-se bastantes sobre o fenómeno turístico que se desenvolve hoje sob parâmetros assaz diferentes, e geralmente desconhecedores de todo este conjunto de patrimónios e sua mutação longo dos tempos. O que é facto é que o salto de visitantes, registado dos tempos ligeiramente anteriores, para os inícios do século XX é impressionante. Uma ordem de grandeza dos 10/12.000 peregrinos e visitantes se passa para perto dos 100.000 pelos inícios do século. Esse número rondava os 800.000 em 2008 e em 2013 de 2013 rondará o milhão de peregrinos, romeiros, mas sobretudo agora – como dizemos – visitantes e turistas.

BIBLIOGRAFIA

Albergaria, Frey Antonio, *Itinerario a Casa Santa Jereosalem,* 1555 (Ms. B. Nacional).

Acenheiro, Cristóvão Rodrigues, *Crenças dos Reis de Portugal.* Lisboa, 1936.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, *Em torno do Bom Jesus de Braga*. In *Estudos de história contemporânea portuguesa: homenagem ao Professor Victor Sá*. Lisboa. Livros Horizonte, 1991.

– *Religiosidade popular e ermidas*. Em "Studium Generale". Porto. 1984.

– *Paganismo: sua sobrevivência no Ocidente peninsular*. Em "In memoriam António Jorge Dias". Lisboa: IAC. Junta de Investigações do Ultramar. 1974, vol. 2.

– *Senhora da Abadia.* Em "Revista de Etnografia". Porto. 1964. vol. 2, n.º 4.

Vias medievais Entre Douro e Minho. Porto. 1968.

Almeida Eduardo de, *A Capela de S. Roque e a ermida do Bom Jesus do Calvário.* Em «Revista de Guimarães». Ano 1923.

Almeida Fialho de, *Estâncias de Arte e de Saudade*. Lisboa. 1924.

Alves, Natália Marinho Ferreira /Joaquim Jaime Ferreira Alves, *O Santuário e Bom Jesus do Monte em Braga. Ensaio sobre os Santuários cristológicos em Portugal*. Sevilha. 1995.

– *O santuário do Senhor da Perafita. Aspectos da religiosidade popular na segunda metade do séc. XVIII*. Vila Real. 1997.

Alves Joaquim Jaime Ferreira *O sagrado e o lúdico em movimento: procissões e cortejos nos festejos do duplo consórcio*. Poligrafia". Arouca, 2005.

Barbosa, J. Vilhena – *O Bom Jesus do Monte*. Em "Archivo Pittoresco" Lisboa. 1864.

Barros, D. João de, *Geografia de Entre Douro e Minho* (Ed. Porto. 1919).

Bazin Germain, *Reflexions sur l órigine du Baroque dans le Nord*

du Portual. Lisboa. 1950.

– *L´Architecture Réligieuse du Portugal et du Brésil à Époque Baroque*. Lisboa--Porto. 1949.

Beirão Pe. Joaquim Gonçalves Gomes, *Santuário de Nossa Senhora da Agonia*. Sep. "Roteiro de Viana". 1972.

Belino Albano, *Archeologia Christã*. Lisboa. 1920.

– *Inscripções e lettreiros da cidade de Braga e algumas freguezias ruraes.* Porto. 1895.

Bezerra João Alírio Xavier – *Subsídios para uma outra "leitura" do Bom Jesus do Monte – Santuário de Peregrinaçã*o. Braga: 2002.

Bombelles Marquis de, *Journal d´un Ambassadeur.* 1786-88. PUF. Paris. 1979.

Braga Luís de Almeida, *Grandezas e misérias do Bom Jesus do Monte*. Braga.1940.

Caggiani, João Maria, *Panorama dos escadorios* (Visual gráfico. c.1850).

Caldas, José Joaquim da Silva Pereira – *Notas calendaristicas em relação a 1748 e 1884. Limites do Primeiro Centenario do Inicio do Templo do Bom Jesus do Monte nos Subúrbios de Braga, offerecidas a Fernando Castiço...* Braga. 1884.

– *Memorias bracarenses* (Ms).

– *Apparição d'uma hostia no Ceu em Braga em 1640*. Braga. 1879.

– *Favores do ceo a Portugal na aclamação do rei D. João IV... sucessos miraculosos do braço de Christo, que se despregava da cruz em Lisboa, e da hostia que fôra vista de Braga no ceo*. Porto-Braga. 1871.

Carreira José Nunes, A *Terra Santa nos relatos portugueses de viagens* do Séc. XV-XVII. Em "Cadamo". Ano 2003.

Carvalho José Adriano de, *O Contexto da espiritualidade portuguesa no tempo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártire*s. Em "*Bracara Augusta"*. Vol. XLII. Ano de 1990.

Castelo Branco Camilo, *No Bom Jesus do Monte*. Porto. 1864.

Castiço Fernando, *Memoria Historia do Santuario... por occasião do Centenario*.... Braga. 1884.

Castro D João de, *Ver nosso – D. João de Castro e as suas "*Jornadas no Minho". Em Boletim Cultural de Vila Verde. N.º 3/4. (Anos 2007/2008). Vila Verde. 2010.

Conde, Manuel Sílvio Alves, *A confraria de Santa Cruz de Tomar (1470)* Universidade dos Açores. 2005.

Consagração ao Bom Jesus. *Programa para a solemne consagração da dedicação do templo*... Braga. 1857.

Costa António Carvalho da, *Corografia portugueza, e descripçam topografica*. 2ª ed. Braga. 1868-1869. (I Vol).

Costa D. António da*, No Minho*. Porto. 1874.

Costa P. Avelino Jesus, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga.* Coimbra. 1959.

Coutinho, Azevedo – no *Bom Jesus do Monte. Esboço Historico,* Braga. 1899.

– *Bom Jesus do Monte" e "Guia do Viajante de Braga*. Braga. 1905.

Cunha Arlindo Ribeiro da – *Senhora da Abadia.* Braga. 1977.

Cunha, D. Rodrigo da – *Historia Ecclesistica*. Braga. 1635. II.

Delumeau Jean, *La Peur en Occident (XIV^e^-XVIII^e^ siècles).* Hachette. Paris. 1978.

– *Le Péché et la peur. La culpabilisation en Occident (XIII^e^-XVIII^e^ siècles*). Fayard. Paris. 1983.

Denis Ferdinand, *Portugal Pittoresco.* Lisboa. 1846.

Diego de Meride, Frey, *Viaje a Oriente, 1512.* Ed. Barcelona, 1940.

***Exposição do Prospecto do Santuario do Bom Jesus** com todas as capelas, lamedas, cascatas, fontes, passeios*. Lx.ª 1825.

NB: Explicação a uma prespectiva completa do santuário)

Févbre Lucien, *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle: la religion de Rabelais* / Paris. 1968.

Ferreira, Mons. José Augusto – *Estudos historico-litúrgicos*. *Os ritos particulares de Braga e seu termo*. Coimbra. 1924.

– *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga.* T.II; T. III. Braga. 1931-1932.

Figueiredo Antero de, *Jornadas em Portugal*. 2ª Ed. Lisboa 1918.

Freitas Bernardino José Senna, *Memorias de Braga.* Braga. 1890. 5 Vols.

Garcia Castañeda Salvador, Fray Diego de Merida. Un Viajero espanõl al Oriente en nel siglo XVI. *Em "Boletín de la Asociación Española de Orientalistas*" UAM. **IV.** Madrid. 1968.

Godinho Vitorino de Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial.* Ed. Presença. Lisboa. Lisboa. 4 vols. 1981-1983.

– *Mito e Mercadoria.* e prática de navegar: séculos XIII-XVIII. Difel. Lisboa. 1990.

Gomes, J. B. V, *Prespectiva do Sanctuario do Senhor Bom Jesus do Monte, nos suburbios da cidade de Braga* (Visual gráfico. Ano de 1822).

Gomes Saúl António, *Notas e Documentos sobre as Confrarias portuguesas entre o fim da Idade Média e o Século XVII*.

Isambert Fancois-André, *Fête et réligion populaire*. Paris. 1982.

Latouche John, *Tavels in Portugal*. London 1875:

Lichnowsky Príncipe, *Portugal. Rrecordações do ano de 1842.* Lisboa. 1844.

Lima Maria Luísa Gonçalves Reis, *Carlos Amarante e atransição para o neo-clássico: O santuário de Bom Jesus do Monte*. Bracara. Vol XLIX (2000):

Kinsey W., *Portugal Ilustrated*. London. 1827.

Macedo Antonio Sousa de, *Flores de Espanha e Excelências de Portugal*, Lisboa. 1631.

Marques A.H. de Oliveira, *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa. Sá da Costa. 1987.

Marques, João Francisco, *Teofanias Cristológicas. Milagres e Santuários no Alto e Baixo Minho*. Porto. 2005**.**

Marques, José – *O Culto de Santa Cruz em Portugal*. Sep. da "Revista de Barcelos". N.º 14-16. Barcelos. 2003-2005.

– *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa. 1988. – *O Bom Jesus do Monte Ex libis de Braga.* Braga. 1989.

– *Peregrinos e peregrinações medievais do ocidente peninsular nos caminhos da Terra Santa*. Porto. 2001.

– *As confrarias da paixão na diocese e Braga*. Revista "Teologica". 1993.

Martins Fasto Sanches, *Culto e Devoções das Igrejas dos Jesuítas em Portugal.* Porto.2004.

Martins, Mário – *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média.* Lisboa. 1957.

– *Estudos de Cultura Medieval***.** Braga. 1972.

Memorias bracarenses (Ms. Biblioteca Nacional).

Mercurio Portuguez. Lisboa. 1663-1667.

Monteiro, Manuel, *O Bom Jesus do Monte*. Braga 1905.

Mártires, D. Fr. Bartolomeu**,** *Obras completas*. Introdução de Aníbal Pinto de Castro Lisboa. 2000.

Moreira Manuel António Fernandes, *Subsídios para o estudo das origens do culto à Senhora a Agonia Sécs. XVII-XVIII*. Em "Falar de Viana". Viana. 2013.

Moutinho, José Viale – *Cartas inéditas de Camilo a Fernando Castiço.* Em "Boletim da Casa de Camilo". N.º 2. 983. V.N. Famalicão. 1984.

Notícias de Pais Bracarenses (Ms. Biblioteca Nacional).

Occidente **(O)** (Revista). Anos 1883-1884.

Oliveira Aurélio de, *A Abadia de Tibães-1630 1822.* Porto 1979. Vol. II

A Fábrica bracarense de instrumentos musicais, in "Estudos de História Contemporânea", (Homenagem a Victor de Sá). Liv. Horizonte, Lisboa. (1991).

– *Folias em Braga (no Século XVI)*. Boletim da Associação Recreativa e Cultural de Palmeira. Braga. 1998.

– *O Bom Jesus do Monte em Braga: o "Santuário por excelência do Minho".* (Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida). Porto. 1999.

Notas Etno-antropológicas. V. Devoção e tradições. O S. João de Braga. Em "Boletim da Associação Recreativa e Cultural de Palmeira". Braga. 2006.

– *São João em tempos de Crise.* Em "Diário do Minho". (19. 6. 2006).

– *Bom Jesus do Monte. 200 anos depois*. *Notas Históricas* I – "Diário do Minho". (11. 10. 2011). II – "Diário do Minho". (17.10. 2011).

– *O tempo económico no "tempo" de Gil Vicente.* (Em Revista de Guimarães». 2002.

– *Nas Origens do Bom Jesus* (Diário do Minho. (23. 10.2013).

– *Clima e colheitas em Portugal. 1500-1850*. (Síntese. Em "Homenagem ao Prof. António Marques de Almeida. Colibri. Lisboa. 2006. (Versão alargada no prelo).

– *O Abade Kinsey de visita aos abades de Tibães, a Braga e ao Bom Jesus do Monte*. Braga. 2013.

Oliveira, Eduardo Pires de – *O Bom Jesus em 1884*. Braga. 1995.

Peixoto, José Carlos Gonçalves – *Bom Jesus do Monte.* Braga. 2011.

Peixoto, Ignacio José, *Memórias particulares* (Ms. Biblioteca Pública de Braga).

Pimentel Alberto, *Idílios à beira de água*. Porto. 1870.

Pimentel, Diogo P. Forjaz de Sampaio – *Memorias do Bom Jesus do Monte ...e Roteiro de Braga*. Coimbra. 1844.

Pina, Rui de, *Chronica de El-Rey Dom Afonso IV.* Lisboa, 1936.

***Portugal económico Monumental** e artístico* s/d (1930-1935).

Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores. Vol. I. Fec. II. Ólissipone. 1940.

Rocha Hugo, *Elogio de Braga e seu Termo*. Braga.1951.

Rocha Manuel Joaquim Moreira da, *Construção de Capelas pela Irmandade do Senhor do Passos. Uma via Crucis no espaço urbano*. Porto. 1992.

Rodrigues Manuel Augusto, *Aspectos da presença árabe no "Itinerário da Terra Santa" de Fr. Pantalião de Aveiro.* Coimbra 1971.

Rodriguez Moñino A., *Viaje a Oriente (1511), de fray Diego de Mérida* (Ed. de). Barcelona. 1946.

Rolo Raúl de Almeida. OP., *S. Carlos Borromeu discípulo e protector do bracaremse Bartolmeu dos Mártires*. Em "*Bracara Augusta"*. Vol. XLII. Ano de 1990.

Rosa Maria de Lurdes, *Sociabilidades e espiritualidades na Idade Média.*

A Historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais. "Lusitania Sacra". 2009.

Santa Maria Fr. Agostinho de*, Santuário Mariano*. Lisboa. 1707.

Santa Maria P. Francisco de*, O Ceo aberto na terra.* Lisboa. 1697.

Silva Padre Martinho da, *Manual do romeiro, ou visita ao Real Sanctuário do Bom Jesus do Monte nos subúrbios de Braga*. Porto. 1852.

Sequeira Domingos, *Milagrosa imagem do Senhor Bom Jesus do Monte*... (Visual gráfico-1818. G. F. de Queiroz sculp.)

Soares Franquelim Neiva *A Arquidiocese de Braga no século XVII*. Sociedade *e mentalidades. (1550-1700).* Lisboa. 1997.

– *Visitações e Itinerários Pastorais de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*. Em *"Bracara Augusta".* Vol. XLII. Ano de 1990.

– *Nossa Senhora nas Visitas do arcebispado de Braga no Séc. XVI.* Em "Theogica". Vol. XXIV-XXVI. 1989-91

Sousa Bernardo e Vasconcelos e – *O Sangue, a Cruz e a Coroa. A Memória do Salado em Portugal.* Em "Penélope". N.º 2. 1989.

Soveral – Padre Fr. Roque do, *Historia do insigne apparecimento de Nossa Senhora da Luz, e suas obras maravilhosas*. Lisboa. 1610.

T´Serstevens Albert, *L´itinéraire Portugais*. Grasset. Ed. Paris. 1940.

Vieira P. Manoel António (ou Vieira de Araújo), *Descripção do Prodigioso Sanctuario do Bom Jesus do Monte.* Lisboa. 1793.

Vieira José Augusto, *O Minho Pittoresco.* Vol. I. Lisboa. 1886.

Vilar Hermínia, *A vivência da morte no Portugal medieval: a Estremadura portuguesa (1300-1500)*. Redondo. Patrimonia. 1995.

Artistas que trabalharam no Santuário do Bom Jesus do Monte - Braga

Artists who worked at the Bom Jesus do Monte - Braga

EDUARDO PIRES DE OLIVEIRA *

Inventário das intervenções que os artistas tiveram no Bom Jesus do Monte, Braga, ao longo dos séculos.

We make the inventory of the interventions that the artists made during centuries at Bom Jesus do Monte, Braga.

Palavras-chave: Sacromonte, Bom Jesus do Monte, Braga. Amarante, Carlos. Braga, Arte, séc. XVIII; Braga, Arte, séc. XIX. Braga, Arte, séc. XX.

Key-words: XVIII Century art Braga; XIX century art Braga. Amarante, Carlos. Bom Jesus do Monte sanctuary, Braga.

INTRODUÇÃO

Mais do que um lugar onde trabalharam uma série de artistas, ou para onde conceberam obras alguns dos maiores nomes da arquitectura bracarense – e também portuguesa – do século XVIII, o santuário do Bom Jesus do Monte vale pelo seu todo, pela acção dos homens, tenham sido eles arcebispos de sangue real, eminentes comerciantes de Braga ou Lisboa, ou o povo anónimo que subia o monte e com dificuldade, mas imenso amor, deixava o seu óbolo.

* epoeduardo@gmail.com

Grão a grão enche a galinha o papo, diz o povo na sua imensa sabedoria. E essa sabedoria não tem sido respeitada quando se tem escrito sobre o Bom Jesus do Monte, os autores ficam quase sempre ofuscados pelos grandes nomes que para ali trabalharam.

Desde cedo houve uma estrada para o santuário; desde cedo houve quartéis para os romeiros. Foram estes romeiros, esta massa de povo desconhecido que tornou obrigatória a necessidade de uma estrada, e que tivessem de ser construídos os quartéis. Por muito importantes que tenham sido as idas pontuais do arcebispo D. Gaspar ou do magno comerciante Manuel Rebelo da Costa, o mais importante de Braga no seu tempo, não foram elas que levaram à necessidade de se construir estas obras colectivas.

Sim, é verdade que foi com o dinheiro de Manuel Rebelo da Costa e de Pedro José da Silva que se fizeram obras vultuosas, embora pontuais. Mas o dia-a-dia, que não é menos importante, bem pelo contrário, foi assegurado pelos cêntimos de todo um povo anónimo; foi com esses tostões que a confraria se manteve e se construiu muito do que foi o Bom Jesus e do que hoje é, nas mil e uma mudanças que o tempo fez acontecer.

Foi com esse dinheiro anónimo e, também, com outro que tem sido muito mal valorizado, o dos brasileiros. O dos brasileiros de "torna viagem" e o dos que ainda a morar além Atlântico foram enviando os seus contributos. Piedosamente. Foi devido ao seu importantíssimo contributo que, em forma de agradecimento, um dos hotéis foi baptizado de Sul-Americano, designação que regras incompreensíveis fizeram recentemente perder esse mais do que justificado nome.

O Bom Jesus do Monte é, assim, um cadinho de tempos e de homens. Por essa razão o Bom Jesus do Monte não se pode, nem deve, reclamar do barroco, do rococó, da arquitectura paisagista, das artes do ferro, ou das modernistas. De maneira alguma. Isso seria reduzir a sua mundividência, a sua plenitude! O Bom Jesus é muito, muito mais que um só momento da humanidade. Por isso se tem dito, desde há alguns anos, ser uma obra intemporal e de toda a humanidade. A confraria acordou tarde para a sua efectiva e extraordinária singularidade. Mas, sabemos bem, mais vale tarde do que nunca!

O elenco de artistas que a seguir se apresenta é bem prova disso. Com falhas graves, é certo, pois a informação conhecida não

nos permite valorizar aqui o extraordinário trabalho que, por exemplo, foi feito na mata, que pelo menos no norte do país se tornou no protótipo que foi depois seguido nos demais santuários. É que são muito, muito raras as informações que aparecem na documentação sobre os jardineiros ou sobre o gosto que presidiu, por exemplo, ao gosto pela plantação de espécies exóticas, seja em letra de imprensa ou manuscrita.

E o mesmo se pode dizer sobre a globalidade de informação para o período anterior a 1690. É que o arquivo da irmandade perdeu toda, ou quase toda, a documentação anterior a 1725!

Como é costume num dicionário de artistas, valorizamos por igual toda e qualquer informação sobre todo e qualquer artista, sejam os que com a sua mente, ou com as suas mãos, intervieram na construção deste santuário. Deste Santuário do Bom Jesus do Monte, o santuário mais completo e complexo da humanidade.

Por razões facilmente compreensíveis utilizamos a forma actual sempre que escrevemos os nomes dos artistas. Alguns há em que o seu nome aparece com mais de uma dúzia de grafias pelo que se tornava impraticável a sua desmultiplicação. Quem as quiser conhecer terá apenas que consultar a documentação que é, naturalmente, sempre referenciada.

Entenda-se ainda que este não é um trabalho sobre obras, daí que não refiramos em pormenor as capelas, as esculturas, as pinturas, etc. Esse seria um trabalho completamente diferente. Aqui apenas e só referimos os artistas, sejam os que, repetimos, trabalharam para o Bom Jesus do Monte com a sua mente ou com as suas mãos, ou com ambas essas artes ou saberes.

Diga-se, por fim, que estes artistas foram apenas estudados neste mundo, o do Santuário do Bom Jesus do Monte. Estudá-los na sua globalidade, fazer pequenas biografias de cada um seria, sem dúvida, muito mais interessante; mas é outro tipo de trabalho, e teria uma dimensão incomensuravelmente mais complexa. Neste texto o que conta, diga-se novamente, é uma só unidade, o Santuário do Bom Jesus do Monte.

Braga, 30 de Dezembro de 2014 / 9 de Janeiro de 2015

A

ABREU, José da Costa
Fotógrafo
1886. 4 de Julho
Ganhou um concurso de fornecimento de *estampas photohgraphicas* para o Santuário em que também participaram César Lima e Emílio Biel.
Bibl. "O Regenerador", Braga, 4.7.1886; *Concurso*. "O Constituinte", Braga, 7.7; *Concurso*. "O Constituinte", Braga, 10.7; *Photographias*. "O Constituinte", Braga, 10.11.1886.

AFONSO, Manuel
Pedreiro
1691. 23 de Março
Natural de Caminha. Contratou por 50$000 réis, em parceria com João Pires, de Moledo, Caminha e Francisco Costa, da Ponte da Barca, a construção de uma capela *na maneira como esta a capella da Resurreição*.
ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 453, fls. 147v-148.
Bibl. ROCHA, 1994, p. 11.

ALÃO, Manuel Joaquim Alves e Sousa
Escultor
1805. 30 de Novembro
Em virtude de haver dinheiro, a Mesa decidiu *se desse princípio ao pátio, e escada* [Terreiro do Pelicano e Escadório das Virtudes] e pedir ao autor do projecto, Carlos Amarante, que viesse ao Bom Jesus *para conferir com o mestre, e se tomarem as medidas convenientes a fim de ser completamente executado*. Na sua companhia veio *Manuel Joaquim [Sousa Alão], escultor da cidade do Porto, a fim de fazer o modelo para o monte, e tomar as medidas necessárias para esse fim, se lhe encomendou o mesmo modelo*…
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 137v-138.

1805-1808
Recebeu 69$610 réis *com as estátuas e xapas de santos*…
ASBJM. *Livro de Despesas (Obras da igreja) 1781-1808*, fól. 103v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 12.

1806. 2 de Junho
Recebeu 32$000 réis pelo *modelo do monte e figuras que se lhe tinham mandado fazer pelo termo de mesa a folhas 137v* [ver acima]. As *figuras* são as estátuas que foram colocadas na fachada da igreja.

ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 143v-144v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 13.

1806. 18 de Junho

A Mesa resolveu encomendar a Mestre Manuel Joaquim Alão a execução das quatro *figuras* para a fachada da igreja do santuário. Carlos Amarante ajudaria a Mesa nas negociações com o escultor.
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 144v-145.

ALEXANDRINO, Pedro

Pintor

1822. 8 de Maio

É referido que os painéis deste mestre lisboeta foram oferecidos por Pedro José da Silva. Faz-se o elenco deles.
ASBJM. *Inventário,* 1822, fól. 40v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 243.

1917. 24 de Abril

Põe-se a hipótese dos quadros de Pedro Alexandrino e de Domingos Sequeira serem colocados no Museu do Santuário.
Bibl. AGOSTINHO, José – *Um museu no Bom Jesus do Monte*. "Echos do Minho", Braga, 24.4.1917 (sobre os quadros de Pedro Alexandrino e Sequeira).

1921. 14 de Maio

Os seus dois quadros que estavam colocados em dois retábulos na igreja do Santuário passaram para o Museu da Confraria. Foram substituídos por duas cópias feitas nesse mesmo ano pelo pintor bracarense António Alves.
Bibl. *Dois belos quadros bracarenses*. "Diário do Minho", Braga, 14.5.1921, p. 1.

ALMEIDA, Januário

Engenheiro

1856. 5 de Maio

Diz-se que *apresentara concluídos os seus trabalhos para a estrada do Bom Jesus do Monte*.
Bibl. "Pharol de Braga", Braga, 5.5.1856.

ALVES, António

Pintor

1921. 14 de Maio

Recebeu 250$00 pela reprodução dos dois quadros da autoria do pintor lisboeta Pedro Alexandrino para ficarem em seu lugar na igreja, passando os originais para o Museu do santuário.

ASBJM. *Livro de Despesa do ano de 1920-1921*. Mandado de pagamento nº 266.
Bibl. – *Dois belos quadros bracarenses*. "Diário do Minho", Braga, 14.5.1921, p. 1; LIMA, 1966, p. 155.

1922. 5 de Março

Recebeu 150$00, *importancia da pintura feita em duas telas, ovais, das paredes da capela-mor*...
ASBJM. *Livro de Despesa do ano de 1921-1922*. Mandado de pagamento nº 153.
Bibl. LIMA, 1966, p. 155.

1928. 22 de Março

Recebeu 300$00 réis *por pintar o orgam a branco*... Recebeu também 1.000$00 por *um painel para o mesmo altar do Santissimo feito em tela inglesa com 5 metros de alto por 2,10 de largo representando Cristo Rei*... Recebeu ainda 450$00 por trabalhos efectuados entre Dezembro de 1927 e Fevereiro de 1928 de *restauro de quatro medalhões grupo de meninos no tecto do corpo da igreja*. Recebeu 1.000$00 por trabalhos efectuados entre Dezembro de 1927 e Fevereiro de 1928 de *pintura a branco das colunas da tribuna do altar mor, das almofadas vermelhas das paredes do zimbório e dos vidros de 3 janelas da igreja*. Há outra quantia não indicada, no mesmo período, pelo *restauro da decoração das paredes e do zimbório*. Recebeu ainda 2.500$00 pela *pintura de todo o altar, tecto e paredes da capela do Santissimo com partes novas a ouro fino*. E ainda uma outra de 775$00: *no Calvário pintura do fundo da cruz, pinturas e douramento de quatro sanefas, pintura do banco, limpesa das telas e uns filetes de ouro no altar, etc*.
ASBJM. *Registo de cópia de requisições nº 1*, fól. 26v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 137, 156, 176.

1929. 3 de Julho

Recebeu 1500$00 réis *pelo restauro da pintura das paisagens ao fundo das capelas do Escadório do Bom Jesus*. Recebeu mais 895$00 por trabalhos em que intervieram José Emílio (12 dias, 360$00) e José Pinto (15 dias, 300$00), restauro da capela do Santíssimo (125$00) e paisagem ao fundo com Cristo (65$00).
ASBJM. *Registo de cópia de requisições nº 1*, fól. 39v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 29, 177.

1943. 11 de Março

Recebeu uma quantia não indicada, *importância de reparações feitas no interior do templo*.
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1942-1943*; mandado de pagamento nº 29.
Bibl. LIMA, 1966, p. 177.

1945. 25 de Agosto; 1 e 8 de Setembro

Recebeu 100$00, 100$00 e 120$00 não sendo indicados os trabalhos que realizou.

ASBJM. *Registo de cópia de requisições nº 3*, fól. 54.

Bibl. LIMA, 1966, p. 283.

ALVES, João

Pedreiro

1804. 8 de Agosto

Foi encarregado, juntamente com o mestre José Bernardo, da execução da factura *do telhado do dito zimbório e do seu remate, com a condição infalível de que o façam de sorte de que nunca jamais entre água*...

ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 116-116v.

ALVES, João

Pintor

1751-1752

Recebeu 8$700 réis, juntamente com António José da Rocha, *de pintarem as figuras do escadório fontes e portas da Igreja*...

ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 58.

ALVES, José

Pintor

1760-1761

Recebeu a quantia de 11$600 réis *por fazer o resplendor para o Senhor da última capela* (Assunção).

Recebe mais 3$700 réis *com Matias e José Galego... cinco dias cada um em várias pinturas*...

ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 94.

AMARANTE, Carlos

Engenheiro

1763

Página de rosto com desenho rocaille. Assinada. A verdade é que esta página nada tem a ver com o Bom Jesus pois pertence a um livro do Mosteiro dos Remédios, Mas como foi dada a conhecer ao país através de um livro sobre o Bom Jesus, assinala-se aqui (é a última capa do livro de Alberto Feio abaixo referido).

ADB. Monástico Conventual Mosteiro dos Remédios (Braga). F 339.

Bibl. FEIO, 1930 (capa); ADB – *Inventário do Fundo Monástico Conventual*. 1985 (última capa). OLIVEIRA, 2011, p. 14.

1773. 1 Março; 1773. 16 de Abril

Elaborou o Mapa do Santuário do Bom Jesus do Monte que foi enviado para Roma.

ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos. 1770-1786*, fls. 30v-31; 31-31v.

Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 17. SMITH, 1972 b, p. 22.

1773. 4 de Abril

Recebeu 8$000 réis por trabalhos não identificados mas relacionados com o retábulo das relíquias.
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. *1770-1786,* fls. 31v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 199.

1778. 24 de Julho

Recebeu 1$600 réis pelo risco para o Santuário das Relíquias da igreja do Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 50. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. *1770-1786,* fls. 30v-31; 75.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 18.

1780-1782

Recebeu 6$400 réis, juntamente com José Calheiros de Magalhães Andrade, pela *planta baixa* da igreja.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 56v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 125.

1780. 5 de Julho

A Mesa decidiu que *em o referido Santuário a nova obra da Capela-mor era justo se levassem Mestres e pessoas inteligentes ao mesmo Santuário para efeito de verem e examinarem o sítio e terreno em que a tal Capela se há de edificar, e formar com menos despesa, mas sempre em forma que ela fique boa, e perfeita, sobre o que foi acordado, e em razão da precisão, que há da dita obra, que se praticasse o expendido com a condição porém, que a cada um dos Mestres, e mais pessoas inteligentes de riscos e obras se tomasse o seu parecer e o arbítrio em papel à parte, e fossem ouvidos, e conduzidos ao sobredito Santuário com separação uns dos outros, isto é em diversos dias e que entre os tais Mestres, professores se chamassem a Paulo Vidal, Mestre Pedreiro, e a Carlos José Amarante, e que a despesa destes dois, e mais pessoas fosse por conta da Confraria*...
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. *1770-1786*, fls. 98v-99.
Bibl. LIMA, 1966, p. 40.

1781. 22 de Junho

Carlos Amarante fez, por ordem do arcebispo D. Gaspar, um risco para a nova igreja do santuário. Foi apresentá-lo à mesa.
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. *1770-1786*, fls. 111v-112.

1781. 1 de Julho

Explicam-se as razões porque era necessário fazer uma igreja nova para o Santuário. Conta-se toda a história desde que se tomou essa decisão. Ouvido o arcebispo sobre o assunto, este *se dignou por beneficiar o Santuário referido ir a ele, como foi para o dito efeito, na tarde do dia 16 de Maio deste mesmo ano de 1781 acompanhado da sua família, aonde a Mesa o esperou, e acompanhou, para o que se lhe haviam muito antes*

apresentado os tais riscos, e foram também ao dito Santuário o Mestre Pedreiro Paulo Vidal, e Carlos Luís Ferreira Amarante com os quais, e perante os seus Familiares, e Mesa depois do mesmo Sereníssimo Prelado ponderar algumas coisas sobre o sítio da dita nova Igreja, e sua forma, comprimento, e largura, e ouvir sobretudo isto aos ditos Paulo Vidal e Carlos Luís determinou a este fizesse um risco novo para aquela nova Igreja, e com as circunstâncias, que lhe expressou. Assentando e dizendo que a tal nova igreja se havia de edificar na terra, que fica por cima do paredão, que esta por trás da tal igreja maior que lá se acha…
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. *1770-1786*, fls. 112v-114v.
Bibl. SMITH, 1972 b, p. 37; LIMA, 1966, p. 42-43.

1781. 30 de Novembro

… É o segundo admirável efeito a estimável planta de uns riscos, que liberalizou ao Bom Jesus do Monte para a factura da sua nova e necessária Igreja principal, e a ida que havia antes feito ao seu Santuário na tarde do dia 16 do mês de Maio do ano de 1781 para na presença desta Mesa, e à vista do sítio em que se havia de fazer aquele novo templo melhor recomendar a planta dos tais riscos, como logo aí os encomendou por conta sua a Carlos Luís Ferreira Amarante, seu familiar, e em razão de se lhe não fazerem agradáveis os que tinham diligenciado a mesma Mesa, e lhe havia apresentado para o bom acerto, em que se interessa na nova obra da expendida principal Igreja; e por isso entregue que foi esta Mesa da mencionada planta, logo resolveu com a esperança nas esmolas dos devotos do Bom Jesus do Monte, por sem elas pouco, ou nada poder, que sem perda de tempo, e na forma da dita planta se principiasse a desaterrar e a edificar a reforma Igreja principal…
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. 1770-1786, fls. 123v-126v.

1782. 26 de Janeiro

A Mesa reuniu para deliberar, isto é, *para bem se saber a altura ou adiantamento em que se achava a planta do escadório, que Carlos Luís Ferreira Amarante ficou a dar para complemento do risco, que havia feito por mandado do Sereníssimo Senhor D. Gaspar, Arcebispo Primaz, como parte do mesmo risco, e a fim de bem se saber aonde se devia principiar a edificar a tal nova Igreja primeira e para constar, que pela falta de tal planta do referido escadório se acha tudo parado…*
As palavras são duras em relação a Carlos Amarante: *para bem se saber a altura ou adiantamento em que se achava a planta do escadório, que Carlos Luís Ferreira Amarante ficou a dar para complemento do risco, que havia feito por mandado do Sereníssimo Senhor D. Gaspar, Arcebispo Primaz, como parte do mesmo risco, e a fim de bem se saber aonde se devia principiar a edificar a tal nova Igreja primeira e para constar, que pela falta de tal planta do referido escadório se acha tudo parado…*
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. 1770-1786, fls. 126v-127.

1782. 10 de Abril

Carlos Amarante entregou o projecto: ... *foi entregue nesta Mesa o risco da planta do escadório da nova principal igreja por parte de Carlos Luís Ferreira Amarante*... Decidido dar comissão a um irmão *para saber de um bom arquitecto para bem andar* com as obras.
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. 1770-1786, fls. 127-130.

1783. 24 de Maio

Para se fazer *o calculo do desenterramento que se havia feito para a obra do novo Templo, e dos paredões para se averiguar se o importe da obra absorvia as quantias de dinheiro, que se haviam mandado entregar ao mestre Pedreiro Francisco Tomás da Mota* nomeou-se uma comissão composta pelos *Arquitectos o Doutor José Calheiros, e Carlos Luís Ferreira Amarante, e o mestre Pedreiro António José Lopes morador a calçada da Senhora a Branca com a assistência do Senhor Doutor Vedor das obras, e mais Senhores da Mesa*.
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. 1770-1786, fls. 154-154v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 127.

1783. 7 de Agosto

Em Mesa foi *apresentada a planta de todas as Capelas e lugares do nosso Santuário, que havia debuxado o Arquitecto Carlos Luís Ferreira Amarante por ordem desta Mesa, para se remeter para Lisboa com requerimento a S. Majestade Fidelíssima para formar debaixo da Sua Real Protecção a obra do novo Templo, que se tem principiado, e mandar concorrer-nos com esmolas, que melhor lhe parecesse*... Foi resolvido pagar por este trabalho a quantia de 14$400 réis.
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. 1770-1786, fls. 159-159v.

1784. 2 de Agosto

... visto ficar o Caminho que dá entrada às primeiras capelas e Arco do Santuário incompleto, e terem dado os donos das terras, e propriedades licença para poderem romper o dito caminho em ordem que ficou mais vistosa e agradável a dita entrada alguns membros da Mesa reuniram-se *com Carlos Luís Ferreira Amarante, e o Doutor José Calheiros para com o parecer destes se endireitar de novo o dito caminho, e estacar-se*...
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. 1770-1786, fls. 169v-170v.

1785. 22 de Maio

Foi *aceite por esta Mesa o risco, ou planta para o caminho que dá entrada ao santuário que ofereceu Carlos Luís Amarante, e se mandou continuar o caminho na forma do mesmo risco, ou planta*...
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. 1770-1786, fls. 175-175v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 56.

1785. 3 de Junho

... visto o trabalho que tem tido Carlos Luís Ferreira Amarante em ir repetidas vezes ao Santuário assistir a obra da nova Igreja e ter feito

gratuitamente o risco do caminho que dá entrada ao Santuário, e reformar de novo os riscos da nova igreja para os plantar em umas tábuas, e nunca se lhe ter remunerado os ditos trabalhos, se venceu por todas as favas se lhe mandasse um donativo que não excedesse a quantia de uma moeda de ouro (4$800 réis) até seis mil reis...
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. 1770-1786, fls. 179-180v.

1787. 27 de Julho

Para *emendar o defeito e tortura da dita entrada, e carreira*, isto é, da estrada antes do pórtico, a Confraria recebeu como oferta o terreno necessário. *Para o acerto da mesma obra fez ir ao mesmo santuário Carlos Luís Ferreira Amarante para este medir, e estacar a dita carreira, acrescentando-lhe no fim um círculo ou meia laranja com seus obeliscos, e fontes, que depois reduzido a um risco, muito vistoso e agradável que gratuitamente ofereceu a esta Mesa...*
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 16-17.

1789. 26 de Maio

Atendendo ao seu *conhecido zelo, e trabalho interessante ao mesmo sanctuario* a Mesa nomeia irmãos *sem outra esmola algua... Carlos Luís Ferreira Amarante e sua mulher Luiza Clara Xavier...*
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos 1786-1809*, fól. 47v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 30.

1802. 26 de Agosto

A Mesa decidiu *que o Ilustríssimo Senhor Juiz escrevesse ao Arquitecto participando-lhe que o seu risco fora aprovado por esta Mesa, e que ela esperava houvesse ele de fazer nele algum aditamento e modificações proporcionadas à Majestade do Templo...*
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fól. 100.
Bibl. LIMA, 1966, p. 226.

1803. 7 de Agosto

Apresentou à Mesa da Confraria o risco para os retábulos do corpo da igreja: *... mais apareceu um risco feito pelo Arquitecto deste Reino Carlos Luís Ferreira da Cruz Amarante para os Retábulos dos Altares colaterais, e como este Arquitecto tinha feito o risco do templo e do Retábulo, parece que era justo, depois de ter toda esta obra a aprovação de todo o povo, parece que era justo fazer todos os ditos retábulos pelo risco do mesmo Arquitecto, e andando o Escrutínio se venceu pelo maior numero de favas fossem mandados fazer os ditos retábulos pelo tal risco...*
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fól. 107.
Bibl. LIMA, 1966, p. 234.

1804. 11 de Julho

Fora pedido um risco a Carlos Amarante *para finalizar o zimbório do novo templo do Bom Jesus, para que fosse mais seguro não só para evitar a água da chuva que pudesse entrar no dito Templo pelo zimbório, mas*

também para aformosear o mesmo remate... A proposta foi aceite com algumas alterações. A obra seria entregue *tanto ao mestre Carpinteiro Jerónimo Fernandes como ao Mestre Pedreiro António José Lopes*...
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fól. 115-115v.

1805. 6 de Julho

Foi *apresentado o risco dos púlpitos, assim como o outro risco dos castiçais e cruz para a banqueta do altar mor feitos pelo Arquitecto nosso irmão o capitão de engenheiros Carlos Luís Ferreira da Cruz Amarante [que] foram aprovados por esta mesa*...
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 131-132.
Bibl. SMITH, 1972 b, p. 39; LIMA, 1966, p. 178.

1805. 30 de Novembro

Em virtude de haver dinheiro, a Mesa decidiu *se desse princípio ao pátio, e escada* [Terreiro do Pelicano e Escadório das Virtudes] e pedir ao autor do projecto, Carlos Amarante, que viesse ao Bom Jesus *para conferir com o mestre, e se tomarem as medidas convenientes a fim de ser completamente executado*. Na sua companhia veio *Manuel Joaquim [Sousa Alão], escultor da cidade do Porto, a fim de fazer o modelo para o monte, e tomar as medidas necessárias para esse fim, se lhe encomendou o mesmo modelo*...
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 137v-138.
Bibl. LIMA, 1966, p. 12.

1806. 21 de Abril

Em reunião da Mesa foi decidido *mandarem-se fazer dois ferros na forma do risco dado pelo nosso Irmão Carlos Luís Ferreira da Cruz Amarante, em que se pudessem suspender dois lampadários*... para a capela das Relíquias.
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 142v-143.
Bibl. LIMA, 1966, p. 214.

1806. 18 de Junho

A Mesa resolveu encomendar a Mestre Manuel Joaquim Alão a execução das quatro *figuras* para a fachada da igreja do santuário. Carlos Amarante ajudaria a Mesa nas negociações com o escultor.
Foi também encomendado a Amarante o *risco* para *dois tocheiros para o altar do Santíssimo*.
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 144v-145.
Bibl. SMITH, 1972 b, p. 39. LIMA, 1966, p. 30.

1806. 17 de Julho

A Mesa resolveu chamar Carlos Amarante por causa de *algumas duvidas que havia na obra, e dar providencia a ellas, e outras coizas mais que era necessario*...
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fól. 146v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 270.

1807. 21 de Janeiro

Foi pedido a Amarante *um risco de um sacrário portátil para nele estar o Santíssimo Sacramento e para se administrar aos fiéis na ocasião em que estiver o Senhor exposto na sua Capela*. Esta obra só seria feita *se houvessem Devotos que concorressem para a sua factura*...
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 153-153v.

1807. 25 de Maio

A Mesa pediu a Amarante que fizesse o risco para *um acréscimo à cúpula que cobre a Imagem do Senhor Bom Jesus*.
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 155-156v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 227.

1807. 16 de Dezembro

Foram *apresentados nesta Mesa dois riscos um dos castiçais para os retábulos colaterais, e outro para os lavatórios da Sacristia* da autoria de Carlos Amarante.
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 161-161v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 235.

1811. 16 de Outubro

A Mesa da Confraria determinou *que se rompessem as 4 tribunas da capela mor [da igreja do santuário] pelo modo que assentou o arquitecto, capitão dos engenheiros Carlos Luís Ferreira da Cruz Amarante*...
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 16v-17v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 25.

1812. 20 de Agosto

A Mesa da Confraria mandou que *se fizesse um carrilhão para se tocarem os sinos na forma do risco que para isso deu o nosso irmão e benfeitor o capitão Carlos Luís Ferreira da Cruz Amarante...*
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 32-32v.

1812. 4 de Novembro

A Confraria decidiu emprestar 60$000 réis a Carlos Amarante.
ASBJM. *4º Livro de Termos e acórdãos 1809-1838,* fól. 24.
Bibl. LIMA, 1966, p. 54.

1819. 6 de Fevereiro

Foram apresentados em Mesa *dois riscos para a escada que sobe do pátio grande para a Igreja, um feito pelo Arquitecto o nosso Irmão o benfeitor Carlos Luís Ferreira da Cruz Amarante Capitão de Engenheiros, que Deus em Santa Glória haja, e outro por Luís da Cunha Arquitecto desta cidade*. A opção recaiu no trabalho de Carlos Amarante *em razão da sua beleza e magnificência*. Contudo, de Luís da Cunha aproveitar-se-ia a ideia para *no meio da Escada lhe fazer um pátio*...
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 57v-58.

AMORIM, Joaquim Silva
Vestimenteiro
1884. 2 de Janeiro
Concorreu, mas não ganhou, à obra de um pálio. Ofereceu 745$000 réis...
ASBJM. *8º Livro de Termos e acórdãos 1877-1885*, fls. 107-107v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 159.

ANDRADE, José Calheiros de Magalhães
Médico e arquitecto
1780-1782
Recebeu 6$400 réis, juntamente com Carlos Amarante, pela *planta baixa* da igreja do Santuário.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 56v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 125.

1783. 24 de Maio
Para se fazer *o calculo do desenterramento que se havia feito para a obra do novo Templo, e dos paredões para se averiguar se o importe da obra absorvia as quantias de dinheiro, que se haviam mandado entregar ao mestre Pedreiro Francisco Tomás da Mota* nomeou-se uma comissão composta pelos *Arquitectos o Doutor José Calheiros, e Carlos Luís Ferreira Amarante, e o mestre Pedreiro António José Lopes morador a calçada da Senhora a Branca com a assistência do Senhor Doutor Vedor das obras, e mais Senhores da Mesa*.
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. 1770-1786, fls. 154-154v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 127.

1784. 2 de Agosto
... visto ficar o Caminho que dá entrada às primeiras capelas e Arco do Santuário incompleto, e terem dado os donos das terras, e propriedades licença para poderem romper o dito caminho em ordem que ficou mais vistosa e agradável a dita entrada alguns membros da Mesa reuniram-se *com Carlos Luís Ferreira Amarante, e o Doutor José Calheiros para com o parecer destes se endireitar de novo o dito caminho, e estacar-se*...
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. 1770-1786, fls. 169v-170v.

ANTÓNIO, Baltazar
Pedreiro
1760-1761
Andava a fazer uma *rua* [com] *Manuel do Rio junto a Capela do Descendimento*.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fól. 7v.

ANTÓNIO, Domingos
Imaginário
1759-1760

Recebeu 4$000 réis: *com o custo de um fariseu para a Capela do Senhor pregado na Cruz, ao Imaginário Domingos [Antonio], por pintar*...
ASBJM. *Despesas dos anos de 1759-1760*, fól. 90v.

Recebeu $480 réis por *seis jornais*, juntamente com António José Gonçalves, por *ajudarem a compor as figuras da nova capela*...
ASBJM. *Despesas dos anos de 1759-1760*, fól. 96.

1760. 1761.

Recebeu, juntamente com Manuel José Gonçalves, a quantia de 1$920 réis por andar a compor algumas figuras da nova capela do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 93v.

ANTÓNIO, João
Pintor
1760-1761

Recebeu $720 réis por três jornais de moer tintas para as figuras da nova capela da Assunção.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 95.

ANTÓNIO, João
Entalhador
1807. 16 de Dezembro

Dado que a obra de um dos dois retábulos que José Francisco Moreira da Silva tinha contratado fazer estava com bastante atraso, foi decidido pela Mesa que o pagamento *só lhe devia ser entregue depois de finda a obra, e* atendendo *a necessidade em que esta Mesa estava de que ele se concluísse e que nele se podia trabalhar um oficial chamado João António, do qual se servia o mesmo Mestre para esta obra, se determinou que o mesmo oficial continuasse na obra do retábulo trabalhando no Santuário pelo mesmo preço com que o Mestre o tinha justo por dia, e que só certificados os dias de trabalho pela folha que fizesse o Mestre Pedreiro António José Lopes*...
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 161-161v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 235.

ANTÓNIO, Manuel
Pedreiro
1722. 16 de Dezembro

Arrematou a calçada da Veiga do Bom Jesus a 12 tostões a braça. Será feita na forma da calçada de S. Vítor o Velho.
AMB. *Livro de vereações 40 (1720-1727),* fls. 115v-116.

ANTÓNIO, Manuel
Pintor
1802-1803
Recebeu 5$760 réis por *pintar o Monte da Capela Mor e outras cruzes*...
ASBJM. *Livro de Despesas (Obras da igreja) 1781-1808*, fól. 93v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 11.

ANTÓNIO, Sebastião
Pintor
1774-1780
Pintou e reformou a pintura de todas as imagens do Bom Jesus do Monte recebendo 25$800 réis.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 49-51v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 21.

ARAÚJO, António Pinto
Escultor
1760-1761
Recebeu 18$000 réis por conta da Imagem do Senhor que estava a fazer para a última capela nova no Santuário do Bom Jesus do Monte; e 4$800 de nove jornais de ir acabar de compor as figuras da nova capela para os pintores as pintar.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 93v, 94, 95.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 24.

1774-1780
Recebeu 33$830 réis *por conta das Imagens e figuras que fez e reformou do Passo da Unção*...
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 49.

ARAÚJO & SOBRINHO, Manuel Francisco
Fornecedores de pó de ouro, do Porto
1883. 9 de Março
Receberam 8$175 réis, *importancia de 50 pacotes de pó de ouro que forneceram para a pintura da capella do Santissimo*...
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1882-1883,* mandado de pagamento nº 48.
Bibl. LIMA, 1966, p. 219.

AZEVEDO, António
Pedreiro
1740. 24 de Março
Contratou com seu irmão José de Azevedo a obra de pedraria da capela do Senhor Ressuscitado do Bom Jesus do Monte.
ADB. Tabelião Público de Braga, 1ª Série, vol. 53, fls. 205-207.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 49.

AZEVEDO, João Albertino
Escultor
1839. 9 de Setembro
Foi-lhe entregue a obra das *Estátuas dos Doutores da igreja... pelo preço e quantia de* 19$200 réis cada uma.
ASBJM. *5º Livro dos Termos e acórdãos. 1839-1860*, fól. 8.
Bibl. LIMA, 1966, p. 55.

1840. 30 de Agosto
Ajustou a obra *da Figura da Esperança... pela quantia de cem mil reis metal posta por sua conta e risco no Santuario conforme o requerimento que fez a esta mesa...*
ASBJM. *5º Livro dos Termos e acórdãos. 1839-1860*, fls. 17v-18.

1841. 20 de Março
Pediu *uma gratificação em atenção ao grande prejuízo que teve na factura das três Estátuas de Santo Agostinho, S. Jerónimo e Santo Ambrósio*. A Mesa decidiu dar-lhe 28$800 réis.
ASBJM. *5º Livro dos Termos e acórdãos. 1839-1860*, fls. 20v-21.

1842. 11 de Julho
A Mesa decidiu *que se desse ao Estatuário João* Albertino *a quantia de cincoenta mil reis pelo aumento que fez ou antes pelo desempenho na construção da Estátua da = Esperança = porque além do prometido no contrato foi necessário gastar muito mais tempo para a levar ao estado de perfeição em que se acha bem como pelo maior trabalho além do que justado fora, com as figuras ou Estátuas dos quatro Doutores da Igreja e a colocação delas no seu lugar competente...*
ASBJM. *5º Livro dos Termos e acórdãos. 1839-1860*, fls. 31v-32.
Bibl. LIMA, 1966, p. 55.

AZEVEDO, João António de Sousa
Escultor
1809. 4 de Outubro
Recebeu 29$080 réis de *despeza que se fez com o retabulo doa altares collaterais...*
ASBJM. *3º Livro de Termos (documento avulso)*, bilheta nº 879.
Bibl. LIMA, 1966, p. 237.

1809-1810
Recebeu em dois pagamentos 40$000 réis.
ASBJM. *Livro de Despesas (Obras da igreja) 1809-1863*, fól. 5.
Bibl. LIMA, 1966, p. 237.

1812. 29 de Outubro
Apresentou um relatório muito completo dos gastos que fez, no valor de 11$640 réis, do *enuvellado, e raios e a pomba que foi para o baldequim*

do Senhor do Monte e hum meio capitel para pro huma pilastra da vieira da meia laranja...
ASBJM. *Livro de Contas, documento avulso,* s./f.
Bibl. LIMA, 1966, p. 230.

1813. 23 de Maio
Trabalhou 3 dias a $460 diários nuns bancos para a capela-mor.
ASBJM. *Livro de contas, documento avulso.*
Bibl. LIMA, 1966, p. 26.

1820. 7 de Fevereiro
Recebeu 1.000$000 réis por trabalhos não indicados.
ASBJM. *Livro de contas 1809-1863*, fól. 15v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 232.

AZEVEDO, José
Pedreiro
1740. 24 de Março
Contratou com seu irmão António de Azevedo a obra de pedraria da capela do Senhor Ressuscitado do Bom Jesus do Monte.
ADB. Tabelião Público de Braga, 1ª Série, vol. 53, fls. 205-207.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 50.

1741. 2 de Novembro
Ajustou a obra do lajeado da capela nova da Ressurreição no Santuário do Bom Jesus do Monte a 2$000 réis cada braça.
ASBJM. *1º Livro dos Termos e acórdãos. 1722-1770*, fól. 40.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 50.

1750. 7 de Fevereiro
Contratou a factura da Capela do Assento do Santuário do Bom Jesus do Monte de alvenaria e esquadria a 3$800 réis a braça, em sociedade com Jacob Galego sem a Confraria ser obrigada a dar-lhe cal nem coisa alguma para a obra.
ASBJM. *1º Livro dos Termos e acórdãos. 1722-1770*, fls. 89-89v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 50.

1755. 2 de Outubro
Pediu emprestado 180$000 réis à confraria de Bom Jesus do Monte.
ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 735, fls. 34-34v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 50.

AZEVEDO, José
Carpinteiro? Entalhador?
1878. 2 de Junho
Recebeu 30$300 réis *importância de um caixilho dourado para o quadro de Domingos [sic] Sequeira*...
ASBJM. *Livro de Despesa do ano de 1878.* Mandado de pagamento nº 13 [sic].
Bibl. LIMA, 1966, p. 152.

AZEVEDO, Luís Pinheiro
Pintor
1774-1780
Recebeu 9$600 réis *por conta da pintura que fez no Passo da Unção*...
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 51v.

AZEVEDO, Manuel António
Pintor
1883. 30 de Novembro
Recebeu 3$000 réis por uma obra não identificada de *pintura*.
ASBJM. *Livro de Despesa Orçada e efectuada 1879-1886*, fól. 173v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 172.

1884. 11 de Fevereiro
Ofereceu-se para *encarnar a imagem do Bom Jesus*. A Mesa aceitou *esperando... que... faça um trabalho digno de elogio*...
ASBJM. *8º Livro dos Termos e acórdãos. 1877-1885*, fól. 111.
Bibl. LIMA, 1966, p. 269.

B

BARBOSA, João
Imaginário
1691. 2 de Abril
Contratou a execução de várias *figuras* para o santuário.
ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 453, p.168v-169.

BARBOSA, José
Pintor?
1897. 20 de Junho
Recebeu 7$930 réis *por consertar as pinturas das capellas e templo*.
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1897;* mandado de pagamento nº 154.
Bibl. LIMA, 1966, p. 176.

BARBOSA & IRMÃO, Soares
Oficina de mobiliário, talha, pintura…
1929. 15 de Março
Ordem de pagamento, com valor não indicado, pela *factura de um baldaquino que forneceram para o templo*…
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1928-1929,* mandado de pagamento nº 178.
Bibl. LIMA, 1966, p. 7

BERNARDO, José
Pedreiro
1804. 8 de Agosto
Foi encarregado, juntamente com o mestre João Alves, da execução da factura *do telhado do dito zimbório e do seu remate, com a condição infalível de que o façam de sorte de que nunca jamais entre água*...
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 116-116v.

1815. 15 de Janeiro
Recebeu 12$000 réis pela *empanada… que fez para a porta trabessa da igreja… com a ferrage competente*…
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, s/f.
Bibl. LIMA, 1966, p. 277.

BEXIGA, João
Pintor, dourador
1853-1854
Recebeu uma quantia não indicada por dourar o órgão.
ASBJM. *Livro de contas, documento avulso*
Bibl. LIMA, 1966, p. 133.

BEZERRA, João Álvares
Estucador
1804-1805
Era chamado *mestre do zimbório*. Recebeu dois pagamentos, um de 7$750 e outro de 7$200 réis.
ASBJM. *Livro de Despesas (Obras da igreja) 1781-1808*, fls. 98v-99
Bibl. SMITH, 1972 b, p. 39. LIMA, 1966, p. 163.

1819. 23 de Agosto
Contratou a *obra da escaiola da capella do santoario das reliquias… por cento e cincoenta mil reis, livres para elle mestre*…
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838,* fls. 63v-64.
Bibl. LIMA, 1966, p. 203.

BIEL, Emilio
Fotógrafo
1883. 20 de Fevereiro

Carta de Emilio Biel concedendo autorização a que *figurem nas Memórias do Bom Jesus, do Sr. Forjaz*, algumas *vistas* da sua autoria.
ASBJM. *Actas da Confraria de Bom Jesus do Monte 1877-1885*, fól. 84.

1886. 4 de Julho

Participou num concurso de *fornecimento de estampas photographicas* para o Santuário conjuntamente com César Lima e o padre José da Costa Abreu que veio a ser o escolhido.
Bibl. "O Regenerador", Braga, 4.7.1886; *Concurso*. "O Constituinte", Braga, 7.7; *Concurso*. "O Constituinte", Braga, 10.7; *Photographias*. "O Constituinte", Braga, 10.11.1886.

BRAGA, António Pereira da Silva
Professor de desenho e pintor
1884. 14 de Junho

Já está terminada a obra de pintura do zimbório da igreja. O trabalho que foi executado por Joaquim da Costa Carvalho vai ser analisado por uma comissão de peritos: o professor de desenho e pintor António Pereira da Silva Braga; António Plácido Vasconcelos Peixoto, engenheiro da repartição das Obras Públicas; e o professor do Liceu António Celestino da Silva.
Bibl. *Pintura do templo*. "O Constituinte", Braga, 14 de Junho de 1884. OLIVEIRA, 1999, p. 62.

BRAGA, Domingos de Sousa
Marceneiro. Pai de Manuel de Sousa Braga
1917. 10 de Julho

Foi executado na sua oficina o mobiliário em *estilo Luís XVI* concebido pelo seu filho Manuel de Sousa Braga para o Museu do Bom Jesus.
Bibl. *O Mobilliario no Museu do Bom Jesus.* "Echos do Minho", Braga, 10.7.1917; *Industria bracharense.* "Echos do Minho", Braga, 11.7.1917. OLIVEIRA, 1999, p. 68.

BRAGA, Francisco Oliveira
Mestre-de-obras
Décadas de 1910 e 1920

Segundo informação oral recolhida em Nogueiró e junto de familiares foi um dos construtores de muita da obra cimento imitando troncos de árvores que se vêem em alguns dos locais do parque do santuário.

BRAGA, José Almeida
Torneiro
1883. 7 de Março
Recebeu 1$540 réis pela *obra de torneiro que fez para a capella do Santissimo* da igreja do santuário.
ASBJM. *Livro de Despesa Orçada e efectuada 1882-1883,* fól. 148v. *Livro de despesa do ano de 1882-1883*, mandado de pagamento nº 53.
Bibl. LIMA, 1966, p. 218.

BRAGA, Manuel de Sousa
Marceneiro. Filho de Domingos de Sousa Braga
1917. 10 de Julho
Concebeu o mobiliário em *estilo Luís XVI* destinado ao Museu do Bom Jesus. Foi executado na oficina de seu pai Domingos de Sousa Braga.
Bibl. *O Mobilliario no Museu do Bom Jesus.* "Echos do Minho", Braga, 10.7.1917; *Industria bracharense.* "Echos do Minho", Braga, 11.7.1917. OLIVEIRA, 1999, p. 68.

BRANCO, Martins
Engenheiro
1903. 11 de Agosto
Foi inaugurada no dia 9 uma gruta de cimento localizada junto ao posto da Guarda Nacional Republicana, logo acima da Casa das Estampas. Fora concebida por este engenheiro.
Bibl. "Commercio do Minho", Braga, 11.8.1903.

C

CAMPOS, António
Escultor e imaginário em madeira, barro e pedra
1745-1746
Executou três esculturas em pedra para o Santuário do Bom Jesus recebendo por cada uma 14$400 réis.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fls. 43v-44v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 64.

1747. 16 de Julho
Acertou com a Mesa do Santuário do Bom Jesus do Monte em fazer três imagens de pedra pelo preço de 24$400 réis cada figura, recebendo ainda doze tostões para ajuda da aguçadura dos picos.
ASBJM. *1º Livro dos Termos e acórdãos.* 1722-1770, fls. 76-76v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 64.

1747-1748

Recebeu 33$464 réis pela obra das figuras de pedra que andava a fazer para o Santuário do Bom Jesus do Monte. Recebeu mais 24$000 réis pelo feitio de uma figura.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fls. 47v, 54v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 65.

1748-1749

Recebeu do Santuário do Bom Jesus do Monte 24$400 réis pela imagem de pedra nº 12 e o mesmo valor pela nº 13 e pela nº 14.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fól. 48v; ASBJM. *1º Livro dos Termos e acórdãos*. 1722-1770, fls. 85-85v
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 65.

1749-1750

Recebeu 24$400 réis pela última imagem de pedra que fez para o Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fls. 50-51v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 65.

CAMPOS, Silvestre

Padre. Autor de modelos de imagens. Filho do escultor António Campos

1756-1757

Recebeu 4$640 réis a conta dos modelos que andava fazendo para as figuras da nova capela do Santuário do Bom Jesus do Monte. Recebeu depois 2$560 em ajustamento de doze modelos que fez para as figuras da nova capela.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fls. 76v-77.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 67.

1758-1759

Recebeu $720 réis pelo feitio do modelo para o Senhor Ressuscitado para o Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fól. 88v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 67.

1760. 1761

Recebeu do Santuário do Bom Jesus do Monte $720 réis pelo feitio de dois modelos para duas Marias da última capela nova e, depois, 1$200 por outros modelos.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 4v-9v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 67.

1762-1765

Recebeu do Santuário do Bom Jesus do Monte 1$600 réis pelos quatro modelos que fez para os Evangelistas nas fontes do terreiro.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 15.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 68.

1771-1772

Recebeu 9 1/4 côvados de baeta (?) no valor de 3$330 réis por assentar as figuras da Capela da Ressurreição do Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 41v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 68.

CAMPOS & Cia, Viúva Ferreira

Vestimenteiro

1884. 2 de Janeiro

Concorreu, mas não ganhou, à obra de um pálio. Ofereceu 570$000 réis…
ASBJM. *8º Livro de Termos e acórdãos 1877-1885*, fls. 107-107v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 159.

CARLOS, António

Pedreiro

1755-1756

Recebeu 4$800 réis por uma figura que se fez para o tanque do Jardim no Santuário do Bom Jesus do Monte em que também entrou Domingos Ferreira.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fól. 73v.

CARNEIRO, João Pinto

Entalhador

1805. 5 de Junho

Contratou por 370$000 réis a factura de um retábulo para a capela do Santíssimo Sacramento. Anote-se a seguinte indicação sobre aquele valor: *cuja quantia é toda de esmolas que deram vários Devotos e aplicaram para a dita obra*…
ADB. Nota Geral, 2ª Série, vol. 138, fls. 22v-23; ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 129-129v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 213, 291-292.

CARVALHO, Francisco José Vieira

Ferreiro?

1853-1854

Recebeu 31$355 de ferragens que deu para a obra do órgão.
ASBJM. *Livro de contas, documento avulso. Livro de contas da receita e despesa de aparamentos e alfaias do Sanctuario do Senhor do Monte*, fól. 3.
Bibl. LIMA, 1966, p. 133, 134.

CARVALHO, João José
Pintor
1883. 27 de Janeiro
Concorreu à obra de pintura e douramento da capela do Santíssimo. Ficou em segundo lugar.
ASBJM. *8º Livro dos Termos e acórdãos. 1877-1885*, fól. 83.
Bibl. LIMA, 1966, p. 220.

1883. 9 de Março
Recebeu 8$145 por uma obra de *pintura*.
ASBJM. *Livro de Despesa Orçada e efectuada 1879-1886*, fól. 144v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 172.

1886. 2 de Junho
Recebeu 129$000 réis *pela pintura [do oratório] da sacristia, douramento do oratório da mesma e azulejo*...
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1886-1887,* mandado de pagamento n.º 57.
Bibl. LIMA, 1966, p. 127.

1886. 28 de Junho
Recebeu 290$000 réis por trabalhos de *caiadura e pintura*.
ASBJM. *Conta de ordinários do tesourado das esmolas*, fól. 42.
Bibl. LIMA, 1966, p. 175.

CARVALHO, João José da Silva
Pintor
1789-1790
Recebeu 8$500 réis por uma *pintura do escadório*.
Bibl. ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 75.

CARVALHO, Joaquim da Costa
Pintor
1884. 24 de Abril
Estava a pintar o zimbório da igreja, trabalho avaliado em *dois contos e tantos mil réis*...
Bibl. “Commercio do Minho”, Braga, 24.3.1884; OLIVEIRA, 1999, p. 62.

1884. 14 de Junho
Já está terminada a obra de pintura do zimbório da igreja. O trabalho vai ser analisado por uma comissão de peritos: o professor de desenho e pintor António Pereira da Silva Braga; António Plácido Vasconcelos Peixoto, engenheiro da repartição das Obras Públicas; e o professor do Liceu António Celestino da Silva.
Bibl. *Pintura do templo*. “O Constituinte”, Braga, 14.6.1884; OLIVEIRA, 1999, p. 62.

CASTRO, Augusto
Pintor
1899. 14 de Abril
A pedido da Confraria este *moço artista de reconhecido talento* executou o retrato do conselheiro Pais Abranches que foi colocado na galeria dos beneméritos.
Bibl. – *Conselheiro Paes Abranches*. "O Progressista", Braga, 14.4.1899; OLIVEIRA, 1999, p. 64.

CASTRO, Domingos Ribeiro
Vestimenteiro
1884. 2 de Janeiro
Concorreu, mas não ganhou, à obra de um pálio. Ofereceu 512$000 réis *mas não se cingia as condições postas pela Meza*...
ASBJM. *8º Livro de Termos e acórdãos 1877-1885*, fls. 107-107v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 159.

CINATTI, Giuseppe Luigi
Cenógrafo
1878. 30 de Outubro
Italiano (Siena, 1808), veio viver para Lisboa, onde faleceu (1879). Também exerceu outras actividades como a de arquitectura. O mesário vedor das obras escreveu-lhe pedindo-lhe que examinasse o templo e desse *a sua opinião a cerca das obras a fazer*...
ASBJM. *8º Livro de Termos e acórdãos 1877-1885*, fól. 29.
Bibl. LIMA, 1966, p. 165.

COELHO, João
Pintor
1742. 12 de Setembro
Encarregou-se de *olear de alvaiade a óleo e as inimar (?) com óleos da sua própria cor* várias imagens, como também os plintos e tarjas com todas as letras abertas em preto nas esculturas em pedra no Bom Jesus do Monte pelo preço de 3$200 réis.
ASBJM. *1º Livro dos Termos e acórdãos. 1722-1770*, fól. 46.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 85.

1741-1742
Aceitou pintar as figuras da nova capela do Bom Jesus do Monte por 8$000 réis. E de pintar o tumulto (sic) e portas da capela nova por 5$920 réis.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fól. 36v; 37v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 85-86.

COELHO, João
Oficial de carpinteiro
1813, 8 a 22 de Maio
Ganhava $460 réis diários. Recebeu neste período 12$420 réis.
ASBJM. *Livro de contas, documento avulso.*
Bibl. LIMA, 1966, p. 26.

COELHO, João Martins
Escultor
1821. 16 de Dezembro
Contratou *fazer huma maquineta para a imagem de marfim, que se acha na sacristia*... por 33$600 réis, em metal...
ASBJM. *Documento avulso.*
Bibl. LIMA, 1966, p. 303.

1822. 28 de Fevereiro, 25 de Março; 22 de Junho; 7 de Dezembro
Recebeu quatro pagamentos (40$000, 10$000, 6$400 e 7$200 réis, metal) por trabalhos relacionados com o retábulo das relíquias.
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, s/f; bilheta n.º 4.
Bibl. LIMA, 1966, p. 205, 208.

1822. 3 de Julho; 1822. 10 de Julho
Contratou *a obra do retábulo das Relíquias... em preço e quantia de 255$000 réis metálicos, livre da escultura*... Em 10 de Julho foi-lhe entregue o primeiro pagamento desta obra (85$000 réis). Em 18 de Outubro pediu o segundo pagamento, o que lhe foi concedido.
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 114v-115v; 115v--116v; 120v. ADB. Tabelião de Braga, 2ª série, vol. 171, fls. 105-106v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 205, 206, 207, 304-306.

1823. 27 de Fevereiro
Visto o entalhador estar a pedir dinheiro a Mesa decidiu adiantar-lhe a quantia de 40$000 réis *e só de depois de feito se lhe concluirá o resto do dito ajuste*.
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 123v-124.

1823. 28 de Abril
Recebeu mais 20$000 réis *por conta do último pagamento da obra do Retábulo das Relíquias*...
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 125v-126.

1823. 9 de Junho
Recebeu o último pagamento, 25$000 réis, pela *obra do retábulo das Relíquias do nosso Santuário, por se achar completo e com toda a perfeição na forma do seu ajuste*. Foi também deliberado *gratificar-lhe os serviços que tem feito além do seu ajuste*...

Nesse momento foi-lhe também encomendado *o indispensável escadório para o trono do mesmo retábulo para inteiro complemento* do retábulo.
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 128v-129.

1823. 2 de Agosto

Recebeu 75$000 réis *por se achar quase completa… a obra do retábulo das Relíquias*…
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 129v-130.
Bibl. LIMA, 1966, p. 208.

1823. 1 de Setembro

Receberá 87$050 réis metal, sendo 75$000 réis *do escadorio e maquineta do retabolo das reliquias e doze mil e cincoenta reis do caixilho, e entalha do retrato d'El Rei*…
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, bilheta n.º 3.
Bibl. LIMA, 1966, p. 209.

COIMBRA, Bento José

Pintor, dourador

1912. 8 de Setembro

Recebeu 3$200 réis por pratear a prata *bornida* a cruz do *Senhor Bom Jesus do Monte*.
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso; bilheta n.º 216).*
Bibl. LIMA, 1966, p. 16.

CONSTANTINO

Pedreiro

1760-1761

Recebeu 28$626 réis juntamente com *Manuel Vivas, Caetano Lourenço… e outros de vários jornais em lavrar pedra para a rua que fazia Manuel do Rio e Baltazar António junto a Capela do Descendimento*.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fól. 7v.

COSTA, Custódio José, o Landim

Pedreiro

1835. 28 de Janeiro; 1835. 1 de Fevereiro

A Mesa decidiu nomeá-lo *mestre pedreiro das obras* do santuário. Esta decisão foi tomada *não só por falta de artífice capaz, mas também, por concorrer no dito Landim todas aquelas qualidades necessárias ao dito emprego*…
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 204v-205; 205-205v.

COSTA, Jerónimo José

Latoeiro. Alanterneiro.

1820. 10 de Janeiro

Recebeu 2$400 réis *emporte de vinte e quatro aparadeiras de folha de lata com douradilha para os castiçais dos altares colaterais*... Receberia em 21 de Fevereiro do mesmo ano mais 1$200 *réis por diademas, e titullos e croa de espinhos e mais 24 cravos de latam com roscas para os cruceficios das banquetas dos altares*...

ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, bilhetas n.º 2 e 5.

Bibl. LIMA, 1966, p. 141.

1824. 19 de Junho

Recebeu 3$080 réis por *fazer a croa de fellores para a capélla das arreliquias e juntamente as palmas*...

ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, bilhetas n.º 16.

Bibl. LIMA, 1966, p. 210.

COSTA, João Lopes

Organeiro?

1929. 4 de Junho

Recebeu uma quantia não identificada, *importância de materiais e trabalho que forneceu para a reparação do órgão do sanctuario*...

ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1928-1929,* mandado de pagamento n.º 222.

Bibl. LIMA, 1966, p. 137

1835. 19 de Setembro

Na reunião da Mesa o mestre das obras do Santuário, Custódio José Moreira (sic), apresentou *o risco da planta baixa da dita Casa* [isto é, o *risco da planta baixa dos quartéis novos*]*, cujo risco foi visto e aprovado neste acto unanimemente*, [sendo decidido] *que se seguisse inalteravelmente, e só sofreria alguma modificação no caso que esta mesa assim o acordasse*.

ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 215-215v.

COSTA, José Francisco Pinheiro

???

1949. 22 de Fevereiro

Vedor das obras. *Apresentou o projecto das obras de reparação do templo, capelas, escadório e casa das estampas que actualmente se encontram bastante danificados*...

ASBJM. *13º Livro dos Termos e acórdãos. 1935-1953*, fls. 215-215v.

Bibl. LIMA, 1966, p. 283.

COSTA, Manuel Casimiro

Ourives. Pai de Narciso Marques Casimiro Costa

1896. 28 de Janeiro

A pedido de José Bento Pereira, do Porto e proprietário de um chalet do Bom Jesus, executou seis lanternas de prata, para servirem nas procissões. *Estas lanternas são em forma triangular, um pouco mais largas na parte superior do que na inferior. As cúpulas são um primor de bom gosto magnificamente lavradas. Em cada canto do triângulo há uma bonita cabeça de Serafim, e em cada um dos lados as armas portuguesas. Nos cristais das lanternas acham-se cravadas as armas do santuário.* Manuel Casimiro Costa, foi também autor do desenho. Segundo então se disse *o preço é superior a 1.000$000 réis*.

Bibl. – *Offerta ao Bom Jesus*. "Commercio do Minho", Braga, 28.1.1896; *Lanternas de prata*. "Commercio do Minho", Braga, 28.5.1896; *Valiosa oferta*. "Voz da Verdade" Braga, 30.1.1896; *A festividade do Espirito Santo*. "Progressista", 26.5.1896; OLIVEIRA, 1999, p. 63-64.

1898. 24 de Dezembro

Apresentou em mesa *uma planta do primitivo projecto de construção e implantação do templo e do parque do sanctuario do Bom Jesus do Monte, oferecidos por... Julio Braga, desta cidade*...

ASBJM. *10º Livro dos Termos e acórdãos. 1895-1905*, fól. 91.

Bibl. LIMA, 1966, p. 178.

1903. 6 de Outubro

Foi executada na sua oficina uma banqueta de prata (seis castiçais, quatro jarras e uma cruz) destinada à capela do Santíssimo Sacramento. Esta obra teve desenho de seu filho Narciso Marques Casimiro Costa. Bibl. – *Offerta de valor*. "Correio do Minho", Braga, 6.10.1903; *Oferta valiosa*. "Commercio do Minho", Braga, 6.10.1903; *Obra de arte*. "Correio do Minho", Braga, 25.12.1903; *Banqueta de prata*. "Commercio do Minho", Braga, 27.12.1903; *Offerta.* "Commercio do Minho", Braga, 3.9.1904; *Offertas.* "Commercio do Minho", Braga, 13.9.1904; *Offerta*. "Correio do Minho", Braga, 6.9.1904; *Offertas. Uma banqueta de prata*. "Correio do Minho", Braga, 13.9.1904; OLIVEIRA, 1999, p. 64.

COSTA, Narciso Marques Casimiro

Ourives. Filho de Manuel Casimiro da Costa

1903. 6 de Outubro

Autor do desenho de uma banqueta de prata (seis castiçais, quatro jarras e uma cruz) que foi oferecida pelo proprietário da casa dos Castelos, Augusto da Rocha Romariz, para a capela do Santíssimo Sacramento. Foi executada nas oficinas de Manuel Casimiro Costa. Esta peça ficou pronta em três meses. Segundo uma descrição da época tinha um desenho *puríssimo Luís XV, num primoroso estilo, que se desdobra numa folhagem sóbria, elegantíssima, a cruz alta pouco mais ou menos*

de um metro e vinte destaca-se a meio dos castiçais e das jarras, mais baixas, estas desenvolvendo-se nas suas asas, de um delicado recorte, muito leve, bem ligado ao corpo principal, marcam os lados dos castiçais esguios, que conservam na base, na haste e na arandela a mesma pureza de estilo que torna uma bela coisa digna de ver-se todo o conjunto da obra. Pesava cerca de 30 quilos e foi avaliada em 1.200$000 réis. Curiosamente foi só entregue em Setembro de 1904.

Bibl. – *Offerta de valor*. "Correio do Minho", Braga, 6.10.1903; *Oferta valiosa*. "Commercio do Minho", Braga, 6.10.1903; *Obra de arte*. "Correio do Minho", Braga, 25.12.1903; *Banqueta de prata*. "Commercio do Minho", Braga, 27.12.1903; *Offerta.* "Commercio do Minho", Braga, 3.9.1904; *Offertas*. "Commercio do Minho", Braga, 13.9.1904; *Offerta*. "Correio do Minho", Braga, 6.9.1904; *Offertas; Uma banqueta de prata*. "Correio do Minho", Braga, 13.9.1904; OLIVEIRA, 1999, p. 64.

COSTA, Sebastião José

Torneiro

1820. 14 de Fevereiro

Recebeu 30$400 réis *importe de trinta castiçaes torneados... para todos os altares da igreja do sanctoario*...

ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, bilheta n.º 4.

Bibl. LIMA, 1966, p. 142.

CORREIA, Francisco Tomás

Pedreiro

1770. 23 de Maio

Contratou por 330$000 réis a obra de acrescentamento da capela-mor da igreja do Santuário do Bom Jesus do Monte.

ADB. Nota Geral, 1ª Série, vol. 790, fls. 95v-96v; ASBJM. *1º Livro de termos e acórdãos 1722-1770,* fól. 185.

Bibl. ROCHA, 1994, p. 37; LIMA, 1966, p. 125; OLIVEIRA, 2011, p. 102.

CORREIA, João Luís

Escultor

1802-1803

Recebeu 100$000 réis pelas *figuras que foram postas em cima do retábulo da Capela Mor...*

ASBJM. *Livro de Despesas (Obras da igreja) 1781-1808*, fól. 93v.

Bibl. LIMA, 1966, p. 227.

CORREIA, José Evangelista

Entalhador

1820. 27 de Março

Recebeu 28$000 réis pelas sanefas de talha que fez para as frestas da capela das relíquias.

ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, bilheta n.º 22.

Bibl. LIMA, 1966, p. 204.

CORREIA, Manuel José
Entalhador
1802. 22 de Setembro

Manuel José Correia, dos Chãos de Cima, e José Francisco [Moreira da Silva], da rua da Cónega, concorreram à arrematação pública de um retábulo para a capela-mor da igreja do santuário do Bom Jesus do Monte. Foi escolhido o primeiro: *e contemplando nós que o Mestre Manuel José Correia fazia a obra com toda a perfeição, e desempenho lha demos, com cominação de a dar feita para o dia da Assunção do Senhor, ao menos até quando de receber o Baldaquino*...
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 101-101v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 225.

1802. 5 de Outubro

Assinou o contrato da obra do retábulo-mor da igreja do santuário.
ADB. Nota Geral, 1ª Série, vol. 883, p 84v-85v
Bibl. SMITH, 1972 b, p. 42-43.

1802-1803

Recebeu 171$730 réis para segundo pagamento do retábulo da capela-mor.
Recebeu 276$270 réis pelo último pagamento do retábulo da capela-mor.
ASBJM. *Livro de Despesas (Obras da igreja) 1781-1808*, fls. 90, 93v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 227.

CORREIA, Vicente José
Carpinteiro. Entalhador
1770-1771

Recebeu 5$800 réis *para comprar madeiras para o retábulo do Sacrário (sic) da igreja do Santuário do Bom Jesus do Monte que faz de novo*.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 36v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 212; OLIVEIRA, 2011, p. 108.

1771-1772

Recebeu 22$800 réis *por conta da talha que fez para o Monte e portas da Capela mor*...
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 38.
Bibl. LIMA, 1966, p. 10

COSTA, Francisco
1691. 23 de Março
Pedreiro

Natural de Caminha. Contratou por 50$000 réis, em parceria com João Pires, de Moledo, Caminha e Manuel Afonso, de Caminha, a construção de uma capela *na maneira como esta a capella da Resurreição*.
ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 453, fls. 147v-148.
Bibl. ROCHA, 1994, p. 11.

1819. 6 de Fevereiro

Foram apresentados em Mesa *dois riscos para a escada que sobe do pátio grande para a Igreja, um feito pelo Arquitecto o nosso Irmão o benfeitor Carlos Luís Ferreira da Cruz Amarante Capitão de Engenheiros, que Deus em Santa Glória haja, e outro por Luís da Cunha Arquitecto desta cidade*. A opção recaiu no trabalho de Carlos Amarante *em razão da sua beleza e magnificência*. Contudo, de Luís da Cunha aproveitar-se-ia a ideia de *no meio da Escada lhe fazer um pátio*...
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 57v-58.

COUTO, Zeferino

Escultor

1949. 28 de Abril

Adquirido um quadro *da perspectiva da Sé de Braga, aguarela da autoria* deste artista.
ASBJM. *Livro de Despesa do ano de 1949*; mandado de pagamento n.º 66. *13º Livro de Termos e de acórdãos 1935-1953*, fól. 109v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 156.

CUNHA, José

Pintor, dourador

1883. 27 de Junho

Recebeu 12$000 réis por trabalhos de *pintura e douramento da capella do Santissimo* da igreja do santuário.
ASBJM. *Livro de Despesa orçada e efectuada 1882-1883,* fól. 148v. *Livro de despesa do ano de 1883-1884*, mandado de pagamento n.º 104.
Bibl. LIMA, 1966, p. 218, 252.

1887. 20 de Abril

Foi posta a concurso a obra de *pratiár cada banqueta, jarras e encarnação do Santo Christo*. Concorreram Vicente José da Silva, que propôs 20$000 réis, José da Cunha, que ofereceu 27$000 mil réis e António José Fernandes Silva que lançou 28$000 réis. Para se avaliar o *trabalho de cada um* tiveram que *apresentar uma jarra prateada*. Ganhou Vicente José da Silva porque apresentou o preço mais baixo.
ASBJM. *9º Livro dos Termos e acórdãos. 1885-1895*, fól. 54v-55.
Bibl. LIMA, 1966, p. 269.

1888. 24 de Maio

Recebeu uma quantia não indicada por pratear e envernizar banquetas, cruz, e encarnação do Santo Cristo, resplendor, dístico e cravos.
ASBJM. *Livro de contas e ordinários e contas de capital, 1877-*, fól. 70.
Bibl. LIMA, 1966, p. 269.

1889. 8 de Maio

Trabalhou durante muitos anos em sociedade com José da Cunha, sendo difícil saber se foi um ou outro – ou o seu atelier – quem executou as obras que contrataram. Pelo que não se deve admirar este mandado de pagamento que, infelizmente, não indica a quantia recebida: *Cunha e Ferreira = pintar, = prateár um sacrário*. No ano seguinte, em 11 de Abril, receberiam outra quantia não indicada por dourar as novas sanefas dos retábulos laterais.

ASBJM. *Livro de contas de ordinários e conta do capital 1877*, fól. 75. *Livro de receita e despeza orçada e realizada no ano de 1888-1889,* fól. 115.
Bibl. LIMA, 1966, p. 146, 244.

1893. 30 de Março

Recebeu 16$000 réis *por pratiar quatro evangelistas da capella mor do real sanctuario*...

ASBJM. *Livro de despesas do ano de 1892-1893,* mandado de pagamento nº 8.
Bibl. LIMA, 1966, p. 58

1894. 3 de Fevereiro

Recebeu 18$000 réis *importância de despeza feita com a pintura da imagem de Nossa Senhora das Dores*...

ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1893-1894,* mandado de pagamento n.º 75.
Bibl. LIMA, 1966, p. 117.

D

DIAS, António

Carpinteiro

1771-1772

Recebeu 7$120 réis *de 112 dúzia de tábuas de castanho para a Capela mor*

ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 38.

DIAS, Domingos

Pedreiro

1751-1752

Recebeu $960 réis *de oito dias que andou no Jardim*...

ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fls. 57-60.

DIAS, Filipe

Pedreiro?

1780-1782

Recebeu 1$150 *por examinar o sítio da igreja nova*...

ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 56.

DOGANDO, Manuel
Pedreiro
1760. 25 de Março

Serviu de testemunha no contrato lavrado por António Ferreira e Cristóvão José Farto para a obra de uma capela que deverá ficar no sítio onde está a capela da Assunção no Terreiro dos Evangelistas, no Bom Jesus do Monte.
ADB. *Nota Geral*, 2ª série, vol. 97, fls. 6-7; ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 4v-9v.
Bibl. ROCHA, 1993, p. 148; ROCHA, 1994, p. 59; OLIVEIRA, 2011, p. 160.

DOMINGUES, João
Pedreiro
1752-1753

Recebeu 3$440 réis por ter feito seis braças de parede nas ilhargas da capela do Senhor com a Cruz às Costas e por detrás da capela do Senhor da Cana Verde no Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fól. 65.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 132.

DOMINGUES, José
Estatuário
1808. 27 de Junho

Atendendo à *prontidão e perfeição com que… concluiu as quatro estátuas colocadas no frontispício da capela principal do Santuário do Bom Jesus, se resolveu se lhe desse de prémio seis mil e quatrocentos, o que se lhe tinha prometido, se ele as acabasse e colocasse antes da Festa do Espirito Santo*…
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 173v-174.

E

EMILIO, José
Pintor
1929. 3 de Julho

Integrado na companha de António Alves recebeu 360$00 por 12 dias que trabalhou no *restauro da pintura de decoração no interior da igreja*.
ASBJM. *Registo de cópia de requisições nº 1*, fól. 39v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 177.

ESMERIZ, João Maria de Araújo
Músico
1879. 10 de Junho
Recebeu uma quantia que não é fácil de perceber pela afinação do órgão (*$080… 2$500*). Voltaria a receber outras quantias para o mesmo trabalho em 20.5.1889; 23.5.1896 e 6.6.1905.
ASBJM. *Livro da conta, de ordinários e Conta do capital 1877*, fól. 11.
Bibl. LIMA, 1966, p. 133, 134, 135, 136.

F

FÂNZERES, Américo
Pintor
1950. 2 de Novembro
Recebeu 20$00 pelo *trabalho de beneficiação da imagem do Bom Jesus do Monte*…
ASBJM. *Livro de despesas do ano de 1950*, mandado de pagamento n.º 246.
Bibl. LIMA, 1966, p. 271.

FÂNZERES, Domingos Alves Teixeira
Pintor e dourador
1902. 17 de Fevereiro
Recebeu 30$000 réis por encarnar figuras que não são identificadas. E 12$500 réis de *dourar candelas*.
ASBJM. *Diário – Receita e Despesa (1897-1921),* fól. 61, 66; *Livro de despesa do ano de 1902*, mandado de pagamento n.º 302
Bibl. LIMA, 1966, p. 64, 147.

1905. 8 de Maio
Recebeu 19$000 réis por pratear dois tocheiros para a capela do Santíssimo Sacramento.
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1905,* mandado de pagamento n.º 103*; Diario. Receita e despesa (1897-1921),* fól. 87.
Bibl. LIMA, 1966, p. 150, 279.

1906. 19 de Fevereiro
A Mesa da Irmandade toma conhecimento de dois orçamentos apresentados por Domingos Fânzeres e José Evangelista Vieira *para pintura de duas capellas, renovação e encarnação das imagens e figurado*…
ASBJM. *11º Livro de Termos e acórdãos 1905-1920*, fól. 61.
Bibl. LIMA, 1966, p. 64.

1907. 3 de Outubro
Recebeu 149$502 réis por trabalhos não identificados.
ASBJM. *Diario. Receita e despesa (1897-1921),* fól. 117.
Bibl. LIMA, 1966, p. 279.

1909. 30 de Junho
Recebeu 36$940 réis por trabalhos não identificados.
ASBJM. *Diario. Receita e despesa (1897-1921),* fól. 130.
Bibl. LIMA, 1966, p. 279.

1911. 22 de Junho
Recebeu 5$550 réis por trabalhos não identificados.
ASBJM. *Diario. Receita e despesa (1897-1921),* fól. 146.
Bibl. LIMA, 1966, p. 280.

1912. 7 de Janeiro
Recebeu 117$550 réis por trabalhos não identificados.
ASBJM. *Diario. Receita e despesa (1897-1921),* fól. 147.
Bibl. LIMA, 1966, p. 280.

1912. 20 de Novembro
Recebeu 32$900 réis por trabalhos não identificados.
ASBJM. *Diario. Receita e despesa (1897-1921),* fól. 156.
Bibl. LIMA, 1966, p. 280.

1913. 7 de Janeiro
Recebeu 117$550 réis *importância de mão de obra de pintura e materiais de agosto a dezembro findo... sendo 70$970 de jornaes de pintores e 48$580 de materiaes.*
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1912-1913,* mandado de pagamento nº 116.
Bibl. LIMA, 1966, p. 280.

1913. 1 de Novembro
Recebeu 15$215 *importancia de trabalhos executados na capela do Senhor Bom Jesus...*
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1913-1914,* mandado de pagamento n.º 42.
Bibl. LIMA, 1966, p. 26.

1919. 20 de Março
Recebeu 4$60 por trabalhos não identificados.
ASBJM. *Diario. Receita e despesa (1897-1921),* fól. 203.
Bibl. LIMA, 1966, p. 281.

1928. 3 de Janeiro

Recebeu uma quantia não referida pelo *retoque de uma imagem*.
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1927-1928,* mandado de pagamento n.º 153.
Bibl. LIMA, 1966, p. 64.

1928. 31 de Junho

Recebeu 40$00 pelo *douramento a ouro fino mordente… e um Christo em madeira*…
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1927-1928,* mandado de pagamento n.º 317.
Bibl. LIMA, 1966, p. 6.

1935. 5 de Outubro

Recebeu 170$00 pela *reparação na frente da porta do sacrário da capela do Santíssimo Sacramento*.
ASBJM. *Livro de despesa, 31 de Julho a 31 de Dezembro de 1935*, mandado de pagamento n.º 335.
Bibl. LIMA, 1966, p. 222, 253.

1936. 8 de Setembro

Recebeu 21.580$00 *por conta da sua factura de 15 de Maio de 1935, ficando em débito da confraria escudos 7.490$00*…
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1936*, mandado de pagamento n.º 140.
Bibl. LIMA, 1966, p. 282.

1937. 10 de Setembro

Recebeu uma quantia não indicada *por conta do seu crédito*…
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1937,* mandado de pagamento n.º 139.
Bibl. LIMA, 1966, p. 65.

1938. 3 de Março

Recebeu uma quantia não indicada *por conta do seu crédito*…
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1937,* mandado de pagamento n.º 22.
Bibl. LIMA, 1966, p. 283.

1939. 1 de Março

Recebeu uma quantia não indicada *por conta do seu crédito*…
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1939-1940,* mandado de pagamento n.º 23.
Bibl. LIMA, 1966, p. 65.

1943. 20 de Julho

Apresentou um orçamento de 4.250$00 para a reparação da capela do Santíssimo Sacramento. A obra acabaria por não se realizar *em virtude de não ser agora conveniente estar com obras na capela*...
ASBJM. *13º Livro dos Termos e acórdãos. 1935-1953*, fól. 50v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 222

FARIA, Miguel

Pedreiro

1730. 17 de Setembro

De sociedade com o pedreiro Francisco de Oliveira e os mestres carpinteiros Inácio Pereira de Tenões e Inácio Luis de Lamações arrematou a obra das casas que se querem fazer no Bom Jesus do Monte.
ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 631, fls. 162-163.
Bibl. ROCHA, 1994, p. 54-55; OLIVEIRA, 2011, p. 139.

FARIA, Semião

Pedreiro

1730

Contratou em parceria com seu filho Nicolau Gomes *a obra de calçada que vai de S. Vitor para o Bom Jesus do Monte*.
ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 536, fls. 94-95v.

1722. 24 de Julho

Arrematou a calçada do Bom Jesus *do meio até à primeira capella* recebendo $800 réis por cada braça, chegando-se-lhe a pedra.
AMB. Livro de vereações 40 (1720-1727), fól. 106.

FARTO, Amaro José

Pedreiro

1770-1771

Recebeu 1$200 réis de trabalhos que fez para a Igreja do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 35-36v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 142.

FARTO, Cristóvão José

Pedreiro

1756.

Contratou, de sociedade com António Ferreira, a obra da capela da Aparição, no Santuário do Bom Jesus do Monte.
Bibl. SMITH, 1972 a, p. 328 (nota 184); ROCHA, 1994, p. 82.

1760. 25 de Março

Arrematou, de sociedade com António Ferreira, por 650$000 réis, a obra de uma capela que deverá ficar no sítio onde está a capela da Assunção no Terreiro dos Evangelistas, no Bom Jesus do Monte.

ADB. Nota Geral, 2ª série, vol. 97, fls. 6-7; ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 92v.

Bibl. ROCHA, 1993, p. 148; ROCHA, 1994, p. 59; OLIVEIRA, 2011, p. 144.

1762-1763

Foi processado, juntamente com António Correia, por terem abandonado a construção da capela de Emaús, no Bom Jesus do Monte.

Bibl. ROCHA, 1993, p. 149; ROCHA, 1994, p. 85; OLIVEIRA, 2011, p. 144.

1764

Morava na Cangosta da Palha e tinha 35 anos.

AMB. *Livro das Ordenanças*, 1764, fól. 213.

Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 145.

1765

Recebeu 7$320 réis de trabalhos que fez na cúpula da última capela do Terreiro de Moisés.

ASBJM. *Livro dos Recibos. 1758-1792*, fól. 27v.

1765-1766

Recebeu $824 réis por conta dos degraus que está a fazer no escadório que vai da igreja para a Capela do Descendimento; e 19$560 réis pelo escadório que vai da igreja para cima.

ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 23v, 25v.

Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 145.

FERNANDES, Domingos

Pedreiro

1765-1766

Recebeu 114$400 réis por conta da fonte que anda fazendo ao pé da Capela do Descendimento no Santuário do Bom Jesus do Monte.

ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 21-25v; *1º Livro dos Termos e acórdãos* 1722-1770, fls. 169v-170.

Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 150.

FERNANDES, Jerónimo

Carpinteiro

1788. 13 de Agosto

Foi pedido aos mestres António José Lopes e Jerónimo Fernandes *para haverem de dar os seus informes e pareceres respectivos à ruína da igreja que por eles tínhamos mandado examinar*...

ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos. 1770-1786*, fls. 35v-36v.

1795-1796

Recebeu 52$920 réis por dois dias em que esteve com os seus oficiais *a cobrir a nova Capela mor*...
ASBJM. *Livro de Despesas (Obras da igreja) 1781-1808*, fól. 57.

1804. 11 de Julho

Fora pedido um risco a Carlos Amarante *para finalizar o zimbório do novo templo do Bom Jesus, para que fosse mais seguro não só para evitar a água da chuva que pudesse entrar no dito Templo pelo zimbório, mas também para aformosear o mesmo remate*... A proposta entregue foi aceite com algumas alterações. A obra seria entregue *tanto ao mestre Carpinteiro Jerónimo Fernandes como ao Mestre Pedreiro António José Lopes*...
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fól. 115-115v.

FERNANDES, José Bernardo

Carpinteiro

1819. 5 de Maio

Recebeu 170$000 réis *importe das grades do corpo da igreja*...
ASBJM. *4º Livro de Termos e acórdãos 1809-1838,* fól. 60.
Bibl. LIMA, 1966, p. 243.

FERREIRA, António

Pedreiro

1756

Contratou, de sociedade com Cristóvão José Farto, a obra da capela da Aparição, no Santuário do Bom Jesus do Monte.
Bibl. SMITH, 1972 a, p. 328 (nota 184); ROCHA, 1994, p. 82.

1760. 25 de Março

Arrematou, de sociedade com Cristóvão José Farto, por 650$000 réis, a obra de uma capela que deverá ficar no sítio onde está a capela da Assunção no Terreiro dos Evangelistas, no Bom Jesus do Monte.
ADB. Nota Geral, 2ª série, vol. 97, fls. 6-7; ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 4v-9v.
Bibl. ROCHA, 1993, p. 148; ROCHA, 1994, p. 59; OLIVEIRA, 2011, p. 160.

1762-1763

Foi processado, juntamente com Cristóvão José Farto, por terem abandonado a construção da capela de Emaús, no Bom Jesus do Monte.
Bibl. ROCHA, 1993, p. 149; ROCHA, 1994, p. 85; OLIVEIRA, 2011, p. 160.

FERREIRA, António
Carpinteiro
1813. 15 a 20 de Novembro
Ganhou 2$000 réis (a $400 réis por dia), por trabalhos no altar-mor. Seguem-se outros pagamentos similares.
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso).*
Bibl. LIMA, 1966, p. 23, 24.

FERREIRA, António José
Organeiro?
1930. 6 de Setembro
Recebeu 150$00 por *um concerto e reparação no fól do órgão do santuário* e 14$00 *pela viagem de ida e volta*.
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1930-1931,* mandado de pagamento n.º 36.
Bibl. LIMA, 1966, p. 138.

FERREIRA, Augusto
Pintor?
1883. 23 de Março
Pintura e douramento da capella do Sacramento. Idem [pago] a Augusto Ferreira – prata 13$985.
ASBJM. *Livro de despesa orçada e efectuada 1879-1886*, fól. 148v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 217

FERREIRA, Domingos
Pedreiro
1755-1756
Recebeu 7$600 réis por uma figura que fez para o tanque do Jardim no Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fól. 73v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 166.

FERREIRA, Francisco Manuel
Organeiro
1854. 27 de Setembro
Recebeu 120$000 réis *por conta do ajuste da factura e colocação da canaria do órgão que se anda colocando…*
ASBJM. *Livro de contas, documento avulso.*
Bibl. LIMA, 1966, p. 133.

FERREIRA, João
Oficial de carpinteiro
1813, 8 a 13 de Maio
Ganhava $440 réis diários. Recebeu neste período 3$520 réis.
ASBJM. *Livro de contas, documento avulso.*
Bibl. LIMA, 1966, p. 26.

FERREIRA, José Dias
Pintor, dourador
1889. 8 de Maio
Trabalhou durante muitos anos em sociedade com José da Cunha, sendo difícil saber se foi um ou outro – ou o seu atelier – quem executou as obras que contrataram. Pelo que não se deve admirar este mandado de pagamento que, infelizmente, não indica a quantia recebida: *Cunha e Ferreira = pintar, = prateár um sacrário*. No ano seguinte, em 11 de Abril, receberiam outra quantia não indicada por dourar as novas sanefas dos retábulos laterais.
ASBJM. *Livro de contas de ordinários e conta do capital 1877*, fól. 75*; Livro de receita e despeza orçada e realizada no ano de 1888-1889,* fól. 115.
Bibl. LIMA, 1966, p. 146, 244.

1896. 24 de Setembro
Recebeu 4$000 réis pela *lavagem e retoque da imagem do Bom Jesus do Monte que está colocada na capella à entrada do templo*.
ASBJM. *Livro de despesas do ano de 1896*, mandado de pagamento n.º 35. *Livro de conta de ordinários e conta de capital, 1877-18*, fól. 144.
Bibl. LIMA, 1966, p. 270.

1898. 30 de Junho
Recebeu 2$500 réis *por pratear uma cruz e pintar uma vara para o guião*...
ASBJM. *Diário – Receita e Despesa 1897-1921*, fól. 15.
Bibl. LIMA, 1966, p. 146.

FIDIÉ
Engenheiro
1889. 2 de Junho
Estava em Braga, nomeado pelo Governo, para *estudar qual dos projectos vai ser adaptado para a Avenida* [Paes Abranches, isto é, uma avenida com duas faixas de rodagem separadas que teria início na Arcada e conclusão no Bom Jesus].
Bibl. "Aurora do Minho", Braga, 2.6.1889.

FONSECA, Francisco Joaquim
Ourives
1823. 14 de Fevereiro
Recebeu 6$800 réis *metal... importe do resplendor de prata que certos devotos deram para a imagem do nosso Bom Jezus*...
ASBJM. *4º Livro de Termos e dos Acórdãos 1809-1838*, fól 134v; *Livro de contas (documento avulso),* bilheta n.º 43
Bibl. LIMA, 1966, p. 143

FRANCISCO, Domingos
Pedreiro
1774-1780
Recebeu por pequenas intervenções na Fonte da Unção e outros lugares do Bom Jesus do Monte a quantia de 1$080 réis. Recebeu mais 6$390 réis *de por as figuras e fazer o paredão defronte da Fonte Jano*.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 49-51v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 176.

FRANCISCO, Jerónimo
Carpinteiro
1812. 23 de Março
Recebeu $800 réis por dois dias a trabalhar nos *sinos*...
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, bilheta n.º 43.
Bibl. LIMA, 1966, p. 273.

FRITZ
Fotógrafo
1878. 3 de Agosto
Estava *a fazer fotografias no Bom Jesus por conta da Comissão do Santuário. Serão postas à venda, como receita*.
Bibl. "Comércio do Minho", Braga, 3.8.1878.

G

GALEGO, Jacob
Pedreiro. Compadre de José Azevedo
1750. 7 de Fevereiro
Lançou na arrematação da de uma capela no Santuário do Bom Jesus do Monte, com Ambrósio dos Santos, Manuel Vivas e José de Azevedo. Mas não conseguiu arrematar a obra. Conseguiu sim, de sociedade com José de Azevedo, a factura da Capela do Assento de alvenaria, e esquadria, sendo a braça paga a 3$800 réis.
ASBJM. *1º Livro dos Termos e acórdãos. 1722-1770*, fls. 89-89v.
Bibl. SMITH, 1972 a, p. 180; OLIVEIRA, 2011, p. 182.

GALEGO, José
Pintor
1760-1761

Recebeu mais 3$700 réis *com... José Galego e José Alves cinco dias cada um em várias pinturas*...
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 7.

GAMBINO, João
Escultor
1741. 2 de Novembro

Fez uma imagem de Cristo, de madeira, por 24$000 réis, para a capela da Ressurreição, no Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *1º Livro dos Termos e acórdãos. 1722-1770*, fól. 40.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 183.

GOMES, António Luís
Músico
1881. 27 de Maio

Recebeu 4$000 réis pela afinação do órgão. Existe outro pagamento para as mesmas funções em 8 de Junho de 1882.
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1881,* mandado de pagamento nº 89.
Bibl. LIMA, 1966, p. 135.

GOMES, Domingos
Pedreiro
1722. 21 de Julho

Contratou a obra dos escadórios do Bom Jesus. Este contrato não foi, porém, assinado. Do que ficou escrito dá para perceber que era a obra do Escadório dos Cinco Sentidos, já se incluindo as fontes.
ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 591, fól. 122v
Bibl. ROCHA, 1994, p. 99-100; SMITH, 1972 a, p. 318, nota 48.

GOMES, Nicolau
Pedreiro
1730

Contratou, em parceria com seu pai Semião de Faria, a *obra de calçada que vai de S. Vítor para o Bom Jesus do Monte*.
ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 536, fls. 94-95v.

GONÇALVES, Adriano
Latoeiro
1762-1765

Recebeu 41$019 réis por 1243 *alcatruzes que fez para encanar a água nova do Monte para o último terreiro e fontes Novas postos na obra a trinta e três*...
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 14v.

GONÇALVES, André
Pedreiro
1732-1733

Arrematou a calçada da cangosta do Tanque que vai para o Bom Jesus por 13 tostões menos 1 vintém cada braça.
AMB. *Livro de vereações* 40 (1720-1727), fól. 129v.

Recebeu 5$340 réis de jornais de betumar o zimbório da capela do Descendimento no Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas anos de 1720-1760*, fól. 30.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 190.

GONÇALVES, Manuel José
Imaginário
1759-1760

Recebeu $480 réis por *seis jornais*, juntamente com Domingos António, por *ajudarem a compor as figuras da nova capela*...
ASBJM. *Despesas dos anos de 1759-1760*, fls. 90v-96.

1760. 1761

Recebeu, juntamente com Domingos António, a quantia de 1$920 réis por andar a compor algumas figuras da nova capela do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 93v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 192.

GOUVEIA, Dionísio Félix de
Pedreiro
1750.1751

Recebeu 24$400 réis *a conta da obra da nova capela que faz*...
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 52.

1751-1752

Recebeu 12$800 réis *por conta da obra da nova capela que faz*...
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 57.

GUIMARÃES, Joaquim Augusto Correia
Condutor de 2ª classe das Obras Públicas
1898. 10 de Abril

Falecera no dia anterior. Estavam então a correr sob a sua direcção as *obras dos escadórios dos Cinco Sentidos a que se está procedendo no Bom Jesus do Monte*...
Bibl. *Fallecimento*. "Commercio do Minho", Braga, 10.4.1898; OLIVEIRA, 1999, p. 66.

GUIMARÃES, Manuel Couto
Engenheiro
1859. 10 de Fevereiro; 1859. 20 de Março

A Confraria do Bom Jesus resolveu mandar uma carta para ser feita uma nova estrada do Arco ao Santuário. Foi incumbido da direcção Manuel Couto Guimarães.
ASBJM. *5º Livro dos Termos e acórdãos. 1839-1860*, fls. 136v-137
Bibl. "O Independente", Braga, 10.2.1859.

1863. 11 de Outubro

Apenas concorreu o Engenheiro Civil Manuel Couto Guimarães ao concurso de *uma proposta para a factura da dita Estrada* [*desde os Cinco Sentidos até ao largo do Terreiro da hospedaria na distância de 1.073 metros*].
ASBJM. *5º Livro dos Termos e acórdãos. 1839-1860*, fól. 32.

INÁCIO, José
Pintor
1760-1761

Recebeu, juntamente com o pintor Matias, 12$900 réis de *43 dias de jornais em pintar as figuras das capelas últimas e as três Marias da última Capela*.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 6v.

J

JOSÉ, Francisco
Pintor
1774-1780

Recebeu 51$020 réis *da maquineta, muralhas e mais miudezas*...
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 49v.

L

LAMEGO, Custódio
Latoeiro
1905. 24 de Abril
Recebeu 2$000 réis *importancia de duas aparadeiras para as tocheiras da capella do Santissimo Sacramento, que foram modificadas*...
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1905,* mandado de pagamento n.º 160.
Bibl. LIMA, 1966, p. 149.

LAMELA, Domingos José
Pedreiro
1783. 29 de Maio
Apareceu como testemunha no contrato lavrado entre Francisco Tomás da Mota e o Santuário em que este entregue aquele a quantia de 50$000 réis quer pelas obras já realizadas, quer como adiantamento para as que iria ainda realizar.
ADB. Nota Geral, 2ª Série, vol. 112, fls. 34v-36.
Bibl. ROCHA, 1994, p. 146.

LAPA, João Afonseca
Escultor
1883. 23 de Junho
Fez o figurado para o interior da capela da Elevação de Cristo. A sua arte tornou-a, *por certo, a melhor capella do sanctuario, não só pella naturalidade da cena que presenta, como também pelo esculpturado das figuras; a maior parte estão de uma verdade e expressão admiráveis*...
Bibl. *No Bom Jesus*. "Commercio do Minho", Braga, 23.6.1883; OLIVEIRA, 1999, p. 211.

1884. 9 de Fevereiro
A Mesa da confraria entregou-lhe o figurado da capela do Descimento. Criticam-se violentamente as imagens que esculpiu para as capelas da *Elevação* e *Crucifixação*. *Temos em Braga bons escultores, bons pintores, etc., para que ir busca-los fóra*?
Bibl. *O Sanctuario do Bom Jesus*. "Commercio do Minho", Braga, 7e 9.2.1884; OLIVEIRA, 1999, p. 211-212.

1886. 19 de Setembro
Inauguração da *capela do Descendimento com as novas figuras feitas em Vila Nova de Gaia pelo notável escultor Lapa, e pintadas pelo hábil artista Vicente José da Silva desta cidade*...
Bibl. "Commercio do Minho", Braga, 19.9.1886; "O Regenerador", Braga, 27.6.1886.

1891. 18 de Junho

Chegou no dia anterior a Braga uma escultura da sua autoria, *a formosa imagem apresentando o Senhor preso à coluna* para uma das capelas do Bom Jesus.

Bibl. *Imagem*. "Comércio do Minho", Braga, 18.6.1891; OLIVEIRA, 1999, p. 66.

LEFÈVRE, Casimiro

Fotógrafo. Pintor

1857. 11 de Agosto

É referida uma fotografia do Bom Jesus da sua autoria.

Bibl. "Bracarense", Braga, 11.8.1857.

1879. 20 de Março

Está nesta cidade o distinto pintor Lefèvre, que foi contratado para pintar o interior do templo do Bom Jesus do Monte.

Receberia um pagamento de 4$500 réis diários, *ficando o mesmo pintor por este preço trazer consigo um ajudante, que igualmente trabalhará na obra todos os dias com elle*...

ASBJM. *8º Livro dos termos e dos acórdãos 1877-1885,* fól. 35.

Bibl. *Bom Jesus do Monte*. "Commércio do Minho", Braga, 20.3.1879; LIMA, 1966, p. 168.

1879. 20 e 22 de Abril

Recebeu 54$000 réis *importância de que recebe por conta dos trabalhos da pintura do templo*.

ASBJM. *Livro de Despesa do ano de 1878-1879*. Mandados de pagamento n.º 185 e 192.

Bibl. LIMA, 1966, p. 153, 166.

1879. 31 de Maio

Artigo em favor de Lefèvre, pintor de ornato, autor da pintura de três salas da casa do Visconde Silva Monteiro, na Rua da Restauração, no Porto. Com o aval do pintor Resende, do Porto, foi contratado pela Mesa do Bom Jesus para pintar a igreja. Lefèvre aceitou mas primeiro submeteu uma prova à Academia de Belas Artes, de Lisboa, qua a aprovou. Deve ter havido reacção contra este pintor: na mesma edição deste jornal foi também publicado um "*Comunicado*" que foi assinado pelo pintor Jose Vicente Sales, que o desanca fortemente.

Bibl. *Belas artes*. "Commércio do Minho", Braga, 31.5.1879; LIMA, 1966, p. 309; OLIVEIRA, 1999, p. 62.

1879. 16 de Julho

Decidido que Lefèvre continue a fazer *a restauração dos painéis da igreja* porque propõe preços muito mais em conta do que os do seu concorrente José Vicente Salles.

ASBJM. *8º Livro de Termos e acórdãos 1877-1885*, fls. 44v.

Bibl. LIMA, 1966, p. 168.

1879. 20 de Dezembro

Lefèvre propôs à Mesa da Confraria *trabalhar gratuitamente aos domingos e dias santificados para concluir mais depressa a obra da capela-mor*... ASBJM. *8º Livro dos termos e dos acórdãos 1877-1885,* fól. 49v.
Bibl. *Acção louvável*. "Commércio do Minho", Braga, 31.5.1879; LIMA, 1966, p. 167.

1880. 3 de Abril

A imprensa afirma que tem sido muito visitada a nova pintura e decoração da capela-mor do Bom Jesus da autoria do pintor Casimiro Lefèvre. Este trabalho foi muito apreciado pelo *aspecto geral da pintura que é muito agradável, não só pela correcção do desenho, mas muito principalmente pela grande harmonia de tons... alem disso há sobriedade nos ornatos...*
Bibl. *A capella-mor do Bom Jesus do Monte*. "Commércio do Minho", Braga, 20.12. 1879; OLIVEIRA, 1999, p. 68.

1880. 2 de Junho

A Irmandade passou-lhe um documento abonatório sobre a qualidade da obra que realizara na igreja *attendendo ao bom comportamento e desempenho da pintura [que lhe fora] confiada*. Nesta data já residia no Porto. ASBJM. *8º Livro de Termos e acórdãos 1877-1885*, fls. 56v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 171.

LIMA, César

Fotógrafo

1885. 4 de Abril

Autor das fotografias das comemorações do primeiro centenário do lançamento da primeira pedra da igreja do santuário.
Bibl. "Commercio do Minho", Braga, 4.4.1885.

1886. 4 de Julho

A Mesa do Bom Jesus do Monte abriu concurso para o fornecimento de *estampas photographicas* do Santuário em que também participaram o Padre José da Costa Abreu e Emílio Biel. O jornal "O Regenerador" propôs que o escolhido fosse César Lima; mas foi J. C. Abreu o preferido.
Bibl. "O Regenerador", Braga, 4.7.1886; *Concurso*. "O Constituinte", Braga, 7.7; *Concurso*. "O Constituinte", Braga, 10.7; *Photographias*. "O Constituinte", Braga, 10.11.1886.

LINO, Raul

Arquitecto

1912. 19 de Abril

Foi apresentado à direcção da Confraria do Bom Jesus do Monte o programa da transformação da estância da autoria de Raul Lino.
Bibl. *Carta de Braga*. "Primeiro de Janeiro", Porto, 19.4.1912.

1913. 28 de Setembro

A Confraria do Bom Jesus encarregou formalmente Raul Lino de fazer o projecto de melhoramentos da estância.
Bibl. *Melhoramentos*. "Echos do Minho", Braga, 28.9.1913; OLIVEIRA, 1999, p. 67.

1913. 11 de Outubro

Esteve em Braga Raul Lino. Foi convidado pela Mesa do Bom Jesus do Monte para elaborar o plano de melhoramentos da estância.
Bibl. "O Imparcial", Braga, 11.10.1913.

1915. 12 de Novembro

Tomou posse a nova Mesa do Bom Jesus. Tem como juiz Albano Justino Lopes Gonçalves que apresentou no momento uma lista de melhoramentos que será dirigida por Raul Lino.
Bibl. *Bom Jesus do Monte. Os melhoramentos que se projectam*. "Echos do Minho", Braga, 12.11.1915; OLIVEIRA, 1999, p. 68.

1916. 16 de Abril

Foi apresentada uma descrição para um Casino da autoria de Raul Lino.
Bibl. *Casino do Bom Jesus do Monte*. *Vae ser apresentado à Mesa o respectivo projecto*. "Echos do Minho", Braga, 16.4.1916; OLIVEIRA, 1999, p. 68.

1917. 5 de Dezembro

Vão ser recolhidos no Museu do Bom Jesus *os projectos do snr. Raul Lino para os importantes melhoramentos que alli estão a ser realisados*...
Bibl. *Museu do Bom Jesus*. "Echos do Minho", Braga, 5.12.1917; OLIVEIRA, 1999, p. 68.

1918. 27 de Agosto

No *Relatório* da Mesa do Bom Jesus, da gerência do Tenente-Coronel Lopes Gonçalves, foram feitas múltiplas referências aos trabalhos projectados por Raul Lino.
Bibl. "Echos do Minho", Braga, 27.8.1918.

1920. 26 de Agosto

A Mesa da confraria do Bom Jesus vai modificar a fachada da casa das estampas conforme projecto de Raúl Lino.
Bibl. *Bom Jesus do Monte*. "Echos do Minho", Braga, 26.8.1920; OLIVEIRA, 1999, p. 68.

1928. 10 de Março

Foi apresentado um desenho do edifício do Casino do Bom Jesus em construção.
Bibl. "Ilustração Católica", Braga, vol. 7, fasc. 314, p. 141.

1928. 27 de Maio

Anúncio do concurso da "*uma empreitada de pedreiro da colunata de granito na Esplanada dos Fornos do Bom Jesus do Monte*" a cargo da Comissão de Iniciativa de Braga, presidida por Lopes Gonçalves.
Bibl. "Diário do Minho", Braga, 27.5.1928, p. 3.

1928. 28 de Julho

Foi construído um quiosque na esplanada imediata ao lago, na zona do ancoradouro dos barcos, da autoria de Raul Lino.
Bibl. "Diário do Minho", Braga, 28.7.1928.

1933. 1 de Julho

O Casino está inaugurado.
Bibl. "Correio do Minho". Braga, 1.7.1933.

LISBOA, Francisco

Pedreiro

1770-1771

Recebeu, juntamente com outros colegas, 12$680 réis *de jornais nas águas das fontes e na sacristia da igreja…*
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 35-36v.

LOPES, António José

Pedreiro

1783. 24 de Maio

Para se fazer *o calculo do desenterramento que se havia feito para a obra do novo Templo, e dos paredões para se averiguar se o importe da obra absorvia as quantias de dinheiro, que se haviam mandado entregar ao mestre Pedreiro Francisco Tomás da Mota* nomeia-se uma comissão composta pelos *Arquitectos o Doutor José Calheiros, e Carlos Luís Ferreira Amarante, e o mestre Pedreiro António José Lopes morador a calçada da Senhora a Branca com a assistência do Senhor Doutor Vedor das obras, e mais Senhores da Mesa*.
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. 1770-1786, fls. 154-154v.

1787. 18 de Fevereiro

Foi referido como mestre das obras do Santuário: *se elegeu para mestre pedreiro da obra do hospital conforme o termo da junta onde se venceu a folha [não indica] a Antonio Jose Lopes mestre que trata das obras do Senhor do Monte onde se lhe tinha experimentado boa agilidade e confidencia…*
ADB. Misericórdia 19, *Livro de termos 1780-1787*, fls. 276v-277.

1787. 11 de Junho

Encontrou *uma ideia ou modo para se prenderem e segurarem as colunas* [da fachada do novo templo] *perpendicularmente quando se levantassem que por estarem já lavradas e se lhe não deixarem uns morros ou cabeças que sustentassem as cadeias e calabres para se subirem…*
ASBJM. 3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809, fls. 14v-15.

1788. 13 de Maio

A Mesa da Confraria do Bom Jesus, constatando que o mestre pedreiro *não fazia aquela assistência aos oficiais, que desejávamos; e pela falta desta conhecíamos que a obra não tinha aquele adiantamento que teria se ele sempre assistisse e vendo esta mesa que a falta de assistência procedia de lhe não dar a paga, e salário que merecia, pois não falta nesta cidade quem dê ao mesmo mestre um cruzado novo por dia, e de comer, e actualmente se lhe dão trezentos reis, e por isso atendendo o que falta dele é mais prejudicial que a paga que se lhe deve dar, se mandou chamar a esta mesa para ver se estava com ânimo de assistir sempre na dita obra, e que sendo assim lhe queríamos acrescentar ao salário* obteve como resposta que apenas *reservava um dia na semana por causa da obra do hospital a que assistia em quanto durasse a mesa dele, e que depois disto só tiraria algum dia na semana quando fosse necessário para uma vistoria em que o ocupassem, por ter nisso grande interesse e que fora destes casos prometia assistir sempre…*
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809,* fls. 28-28v.

1788. 13 de Agosto

Foi pedido aos mestres António José Lopes e Jerónimo Fernandes *para haverem de dar os seus informes e pareceres respectivos à ruína da igreja que por eles tínhamos mandado examinar…*
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809,* fls. 35v-36v.

1801. 18 de Junho

A Mesa da Confraria do Bom Jesus chamou-o, juntamente com outros mestres não nomeados, para dar parecer *sobre a perpetuidade e maior segurança da* forma *de cobrir o zimbório* da igreja. *Se assentou uniformemente que se cobrisse o zimbório de telha vidrada do barro mais fino…*
ASBJM. *Livro de Actas nº 3 1786-1809*, fls. 96v-97.
Bibl. LIMA, 1966, p. 62

1804. 11 de Julho

Fora pedido um risco a Carlos Amarante *para finalizar o zimbório do novo templo do Bom Jesus, para que fosse mais seguro não só para evitar a água da chuva que pudesse entrar no dito Templo pelo zimbório, mas também para aformosear o mesmo remate…* A proposta entregue foi aceite com algumas alterações. A obra seria entregue *tanto ao mestre Carpinteiro Jerónimo Fernandes como ao Mestre Pedreiro António José Lopes…*
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fól. 115-115v.

1807. 16 de Dezembro

Continua a dirigir as obras de construção da igreja do Bom Jesus.
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 161-161v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 235.

1820. 19 de Agosto

Apresentou um risco para o pedestal da *estátua do Longuinhos* que a Mesa não só aprovou como o incumbiu de o realizar.
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 85-85v.

LOPES, Eduardo José Vieira

Ourives

1901. 23 de Dezembro

Recebeu 3$800 réis *por concertar e pratear um resplendor e um diadema*...
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1901-1902,* mandado de pagamento nº 62.
Bibl. LIMA, 1966, p. 147.

LOPES, José Joaquim

Pintor

Sem data (1854?)

Recebeu 10$200 réis por 34 dias que trabalhou no douramento e pintura do órgão, a $300 réis por dia.
ASBJM. *Livro de contas da receita e despesa de aparamentos e alfaias do Sanctuario do Senhor do Monte*, fól. 3.
Bibl. LIMA, 1966, p. 134, 135.

LOPES, José Nascimento

Batefolha?, de Lisboa

1879. 28 de Outubro

Recebeu 130$535 réis por 10.000 folhas de ouro.
ASBJM. *Livro de Despesa do ano de 1879-1880*, mandado de pagamento n.º 16.
Bibl. LIMA, 1966, p. 232.

LOUREIRO, João

Pedreiro

1751-1752

Recebeu 1$600 réis *por conta das pedras digo paredes que faz no Jardim*...
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fls. 57-60.

LOURENÇO, Caetano
Pedreiro
1760-1761

Recebeu 3$195 réis conjuntamente com *outros pedreiros que andarão a fazer o monte na última capela nova* [Assunção] *e assentar as figuras novas na mesma capela*.
Recebeu 28$626 réis juntamente com *Manuel Vivas, Constantino e outros de vários jornais em lavrar pedra para a rua que fazia Manuel do Rio e Baltazar António junto a Capela do Descendimento*.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fól. 5v, 7v.

LUÍS, Inácio
Carpinteiro
1730. 17 de Setembro

De sociedade com os pedreiros Miguel Faria e Francisco de Oliveira e o mestre carpinteiro Inácio Pereira, de Tenões, arrematou a obra das casas que se querem fazer no Bom Jesus do Monte.
ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 631, fls. 162-163.
Bibl. ROCHA, 1994, p. 54-55; OLIVEIRA, 2011, p. 139.

LUÍS, José
Escultor
1820. 19 de Abril; 1820. 21 de Julho

Esculpiu a imagem de Longuinhos.
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 79v-80v; 83-84.

1820. 27 de Novembro

Como o escultor viria para o Bom Jesus para *concluir a obra de Longuinhos* e como poderia acontecer ter *dias e horas em que não possa trabalhar nele*, e porque a Mesa *carecia da factura do Pelicano, que há de fixar a obra da Cascata e escadório, e por se achar o modelo do mesmo Pelicano feito*, foi decidido *que se justasse com o referido Mestre José Luís a factura do referido Pelicano, porém não a jornal, mas sim por uma porção certa*...
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 89-90.

1821. 23 de Março

Porque poderia acontecer *muitas vezes chover ou fazer muito sol de forma que impeça* [o escultor José Luís] *de trabalhar* [na obra do Longuinhos] *por ser o sítio alto e desamparado, e ele por este motivo retirar-se a sua casa aonde se demore ficando a dita Estátua atrasada, e por ser de necessidade o fazerem-se algumas pirâmides para o final do novo Escadório se resolveu por todas as favas que se fizessem as ditas Pirâmides em atenção ao exposto e que o Nosso Vedor das Obras ajustasse com o dito Mestre por um tanto cada uma tudo o mais cómodo do Santuário*...
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 95-96.

M

MACEDO, Manuel José Vieira
Ourives
1903. 7 de Outubro
Recebeu 90$000 réis *importância de um par de serpentinas prateadas, para a grade do altar-mor do templo…*
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1903;* mandado de pagamento n.º 59.
Bibl. LIMA, 1966, p. 27.

1919. 23 de Março
Recebeu 7$50 *importancia do resplendor e coroa de prata para a imagem do Menino Jesus da sacristia do templo…*
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1918-1919,* mandado de pagamento n.º 155.
Bibl. LIMA, 1966, p. 148.

1940. 19 de Dezembro
Recebeu uma quantia não indicada *por pratear a cruz e o pé da banqueta…*
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1940,* mandado de pagamento nº 168.
Bibl. LIMA, 1966, p. 150.

1949. 21 de Julho
Recebeu 230$00 sendo 200$00 de *dourar um vaso de prata lavrada completo* e 30$00 *por um castiçal pequeno para a Biblioteca*.
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1949,* mandado de pagamento nº 147.
Bibl. LIMA, 1966, p. 148.

MACHADO, Manuel
Pintor
1771-1772
Recebeu 4$800 réis *por conta da obra da igreja* e 3$200 réis *por conta das pinturas…*
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 40.

MANUEL, Francisco
Carpinteiro
1813. 15 a 20 de Novembro
Ganhou 1$700 réis (a $340 réis por dia), por trabalhos no altar-mor. Seguem-se outros pagamentos similares.
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso).*
Bibl. LIMA, 1966, p. 23, 24.

MARQUES, Maria da Conceição
Florista
1860. 16 de Maio
Do Convento da Conceição. Recebeu 48$000 réis *metal importância de quatro ramos grandes de flores secas para o altar mor... do santuário*...
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, bilheta n.º 24.
Bibl. LIMA, 1966, p. 144

MARTINS, Carlos José
Ourives
1884. 24 de Janeiro
Recebeu 10$000 réis pelo douramento de quatro cálices.
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1884*, mandado de pagamento n.º 59.
Bibl. LIMA, 1966, p. 145.

1887. 31 de Dezembro
Recebeu 23$900 réis *importância de resplendores, dísticos e crabos de prata que fez para as banquetas dos altares laterais e pratiar mais um resplendor*...
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1997-1888,* mandado de pagamento n.º 35.
Bibl. LIMA, 1966, p. 149.

MATIAS
Pintor
1760-1761
Recebeu, juntamente com José Inácio, 12$900 réis de *43 dias de jornais em pintar as figuras das capelas últimas e as três Marias da última Capela*. Recebeu mais 3$700 réis *com... José Galego e José Alves cinco dias cada um em várias pinturas*...
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 6v, 7.

MELO, António José da Silva
Ourives
1899. 30 de Janeiro
Recebeu 3$900 réis *por dourar um calix, compor e limpar dois thuribulos e compor a chave do sacrario*...
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1899,* mandado de pagamento n.º 146.
Bibl. LIMA, 1966, p. 146.

MENDES, José
Pintor
1916. 1 de Junho

Foi autor da decoração de um barracão que serviu para passar filmes. Era o *Salão Olímpia*, do engenheiro Luís Masker e do conhecedor de teatro Abel Quintela.
Bibl. *O Salão Olympia no Bom Jesus do Monte*. "Echos do Minho", Braga, 1.6.1916; OLIVEIRA, 1999, p. 68.

MENINA, João
Pintor
1831. 8 de Maio

Uma vez que *as capelas se achavam em grande precisão de serem pintadas por dentro, com arvoredos umas e outras com perspectivas, segundo a representação dos Passos;* e *como nesta cidade se achava o pintor, João Menina(?) Mestre em tais pinturas*, foi decidido mandar fazer estas pinturas *por ele; assim como o Monte da igreja*...
ASBJM. 4.º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838, fól. 186v.

MIRANDA, Matias Lis
Entalhador. Escultor
1765-1766

Recebeu 163$365 réis por conta das figuras que faz para as Capelas da Unção, Sepulcro e Ressurreição no Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 23v, 25v.
Bibl. SMITH, Robert C. "Matias de Lis de Miranda em Braga e na Póvoa de Varzim: novos elementos para o estudo da talha poveira". *Boletim Cultural Póvoa de Varzim*, Póvoa de Varzim, 10 (1), 1971, p. 22; OLIVEIRA, 2011, p. 245.

MONTEIRO
Imaginário
1841. 17 de Outubro

Pediu *uma esmola para ajuda do prejuízo que teve com a Pedra da Estátua da Glória que lhe foi reprovada*. Foi decidido que o zelador *o gratificasse com o que julgasse justo*...
ASBJM. *5º Livro dos Termos e acórdãos. 1839-1860*, fls. 25-25v.

MONTEIRO, António
Imaginário
1756-1757

Recebeu 28$000 réis *para a compra de quatro traves de (...) para as figuras da nova capela que comprou a Domingos Dias*
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fls. 76v.

1757-1758

Recebeu de uma vez 2$400 réis e de outra 3$200 réis por conta das figuras que faz para a nova capela.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fls. 78v, 79, 81v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 246.

1759-1760

Recebeu 7$320 réis para as imagens que fez para uma capela do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Livro dos Recibos. 1758-1792*, fól. 14.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 246.

1760-1761

Recebeu 51$950 réis *por conta das figuras que faz para a Capela última nova* [Assunção]*, e para as da capela que esta junto a fonte de Hércules que recebeu por várias parcelas*...
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 5v.

MOREIRA, Henrique

Escultor

1957. 30 de Janeiro

Autor do medalhão com o retrato de Manuel Joaquim Gomes existente na parede superior das linhas do elevador
ASBJM. *14º Livro de Termos e acórdãos 1953-1966*, fól. 25v; *Livro de despesa do ano de 1957;* mandado de pagamento n.º 128.
Bibl. LIMA, 1966, p. 105.

MOREIRA, José Maria

Entalhador

1859. 9 de Maio

Recebeu 18$420 réis *pelo acressimo do sacrário... de madeira, colla e pregos, e feitio*...
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, fól. 31v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 216.

MORENO, Joaquim

Pintor

1883. 27 de Janeiro

Concorreu à obra de pintura e douramento da capela do Santíssimo. Foi afastado porque *não satisfez às condições do contracto para entrar em concurso*...
ASBJM. *8º Livro dos Termos e acórdãos. 1877-1885*, fól. 83.
Bibl. LIMA, 1966, p. 220.

MOTA, Francisco Tomás
Pedreiro
1771-1772

Recebeu 4$000 réis por conta das aberturas das letras das figuras do Escadório do Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 38-41v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 247.

1782. 5 de Julho

A Confraria contrata a *obra de desaterramento... do sitio da nova capela que pretende edificar-se*...
ADB. Nota Geral, 1ª Série, vol. 835, fls. 99-99v.
Bibl. SMITH, 1972 b, p. 37; ROCHA, 1994, p. 143-145.

1783. 24 de Maio

Para se fazer *o calculo do desenterramento que se havia feito para a obra do novo Templo, e dos paredões para se averiguar se o importe da obra absorvia as quantias de dinheiro, que se haviam mandado entregar ao mestre Pedreiro Francisco Tomás da Mota* nomeia-se uma comissão composta pelos *Arquitectos o Doutor José Calheiros, e Carlos Luís Ferreira Amarante, e o mestre Pedreiro António José Lopes morador a calçada da Senhora a Branca com a assistência do Senhor Doutor Vedor das obras, e mais Senhores da Mesa*.
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. 1770-1786, fls. 154-154v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 127.

1783. 28 de Maio

Recebeu pelo seu trabalho, referido no termo acima, a quantia de 1$628 réis, *abatendo-se todas as quantias que tinha recebido nos diversos bilhetes que se lhe passarão*...
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. 1770-1786, fls. 156-156v.

1783. 29 de Maio

Como *mestre pedreiro das obras do Santuário* recebeu a quantia de 50$000 réis quer pelas obras já realizadas, quer como adiantamento para as que iria ainda realizar.
ADB. Nota Geral, 2ª Série, vol. 112, fls. 34v-36.
Bibl. ROCHA, 1994, p. 146.

MOURA, Manuel António
Pintor
1878. 7 de Julho

Recebeu 40$500 réis *importância de restauro do quadro de Sequeira, existente no templo*...
ASBJM. *Livro de Despesa do ano de 1878*; mandados de pagamento n.º 86 e 132; *8º Livro de termos e acórdãos 1877-1885*, fól. 20v
Bibl. LIMA, 1966, p. 152, 157.

1884. 3 de Agosto

Recebeu 63$500 réis *importancia de restaurar o quadro representando a edificação do templo, quadro e caixão para o mesmo*...
ASBJM. *Livro de Despesa do ano de 1884-1886*. Mandado de pagamento n.º 3.
Bibl. LIMA, 1966, p. 153

MOURA, Eduardo de
Pintor
1917. 10 de Julho

Morador no Porto. Recebeu 24$00 por ter restaurado *duas telas a óleo da galeria do templo*.
ASBJM. *Livro de Despesa do ano de 1917*. Mandado de pagamento n.º 268. *Diario. Receita e despesa (1897-1921),* fól. 189.
Bibl. *A inauguração do Museu d'objectos d'arte do Templo do Bom Jesus do Monte*. "Echos do Minho", Braga, 10.7.1917; LIMA, 1966; p. 154, 281.

1918. 23 de Fevereiro

Recebeu 100$000 por trabalhos não identificados.
ASBJM. *Diario. Receita e despesa (1897-1921),* fól. 194.
Bibl. LIMA, 1966, p. 281.

O

OLIVEIRA, Francisco
Pedreiro
1730. 17 de Setembro

De sociedade com o pedreiro Miguel Faria e os mestres carpinteiros Inácio Pereira de Tenões e Inácio Luis, de Lamações, arrematou a obra das casas que se querem fazer no Bom Jesus do Monte.
ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 631, fls. 162-163.
Bibl. ROCHA, 1994; p. 54-55. OLIVEIRA, 2011, p. 139.

OLIVEIRA, José
Pintor
1774-1780

Recebeu 9$600 réis pelos retratos do *Pontífice Reinante e do Senhor D. Gaspar*.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 49-51v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 40; OLIVEIRA, 2011, p. 261.

OLIVEIRA, José Joaquim
Vestimenteiro
1883. 17 de Junho
Recebeu 200$000 réis pelo fornecimento de um pálio.
ASBJM. *Livro de Despesa orçada e efectuada 1879-1886*, fól. 173v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 158.

1884. 2 de Janeiro
Concorreu, mas não ganhou, à obra de um pálio. Ofereceu 600$000 réis.
ASBJM. *8º Livro de Termos e acórdãos 1877-1885*, fls. 107-107v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 159.

1905. 14 de Outubro
Recebeu 26$900 réis por duas cortinas de seda com borlas que fez para a capela do Santíssimo.
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1905-1906*, mandado de pagamento n.º 151.
Bibl. LIMA, 1966, p. 221.

OLIVEIRA, Pedro José
Pintor
1879. 27 de Outubro
Informa a Mesa da Irmandade que *se comprometia a pintar por oitocentos reis diários, o mesmo que monsieur Lefèvre tem pintado no Real Sanctuario… e em metade do tempo e mediante as mesmas, digo, mediante as condições estatuídas na mesma proposta*... A Mesa aceitou proposta mas fazendo algumas alterações.
Em reunião da Mesa de 9.12.2879, o acordo acabou por ficar sem efeito.
ASBJM. *8º Livro de Termos e acórdãos 1877-1885*, fls. 47, 48v-49.
Bibl. LIMA, 1966, p. 159.

OLIVEIRA, Manuel Gomes
Marceneiro?
1902. 30 de Setembro
Recebeu 40$000 réis *importância de uma grade e balaustres colocada na entrada da capella-mor…*
ASBJM. *Livro de despesas* (1912-1913*;* pagamento n.º 50*)*
Bibl. LIMA, 1966, p. 27.

P

PEIXOTO, António Plácido Vasconcelos
Engenheiro da repartição das Obras Públicas
1884. 14 de Junho

Já está terminada a obra de pintura do zimbório da igreja. O trabalho que foi executado por Joaquim da Costa Carvalho vai ser analisado por uma comissão de peritos: o professor de desenho e pintor António Pereira da Silva Braga; António Plácido Vasconcelos Peixoto, engenheiro da repartição das Obras Públicas; e o professor do Liceu António Celestino da Silva.
Bibl. *Pintura do templo*. "O Constituinte", Braga, 14.6.1884; OLIVEIRA, 1999, p. 62.

PEIXOTO, Delfim Ferreira
Organeiro? Músico?
1935. 1 de Março

Recebeu uma quantia não indicada por um conserto feito no órgão.
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1934-1935,* mandado de pagamento n.º 166.
Bibl. LIMA, 1966, p. 136.

1938. 8 de Novembro

Recebeu uma quantia não indicada *por concertos feitos no órgão do santuário*...
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1938,* mandado de pagamento n.º 165.
Bibl. LIMA, 1966, p. 138

PEIXOTO, João
Pintor
1885. 28 Março

A Mesa do Santuário encarregou-o de *retocar os retratos dos benfeitores e transferi-los da sacristia para a casa da mesa onde estarão patentes aos visitantes do Santuário*...
Bibl. *Bom Jesus*. "Comércio do Minho", Braga, 28.2.1885. OLIVEIRA, 1999, p. 62.

PEIXOTO, Manuel
???
1931. 5 de Janeiro

Recebeu uma quantia não indicada por *2 peles de pelica que forneceu para concerto do órgão, em 20/8/930*...
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1930-1931,* mandado de pagamento n.º 165.
Bibl. LIMA, 1966, p. 138.

PEREIRA, António Augusto
Apontador das Obras Públicas
1885. 3 de Março
Consta-nos que por estes 15 dias ficará prompta a planta do escadório do Bom Jesus do Monte, desde o pórtico principal até ao tunel.... Autor: António Augusto Pereira
Bibl. *Planta*. "Commercio do Minho", Braga, 3.3.1885; OLIVEIRA, 1999, p. 239.

1886. 4 de Maio
Teve lugar... a arrematação da obra do primeiro lanço do escadório... Ganhou o concurso Guilherme José Pereira. O prazo de execução é de um ano.
Bibl. "Commercio do Minho", Braga, 4.5.1886; OLIVEIRA, 1999, p. 66.

1887. 24 de Julho
A Mesa da Confraria do Bom Jesus resolveu pôr em arrematação as obras do resto do escadório e capelas..." Base de licitação 20.700$000.
Bibl. "Commercio do Minho", Braga, 21.7.1887; "Aurora do Minho", Braga, 24.7.1887.

PEREIRA, António José
Pedreiro
1838. 29 de Março
Foi decidido *que o mestre pedreiro António José Pereira ficasse ganhando cada dia $320 reis em atenção a fazer as figuras e dirigir a mesma obra de pedraria...* [quais figuras?]
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fól. 240v.

PEREIRA, Inácio
Carpinteiro
1730. 17 de Setembro
De sociedade com os pedreiros Miguel Faria e Francisco de Oliveira e o mestre carpinteiro Inácio Luís, de Lamaçães, arrematou a obra das casas que se querem fazer no Bom Jesus do Monte.
ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 631, fls. 162-163.
Bibl. ROCHA, 1994, p. 54-55; OLIVEIRA, 2011, p. 139.

1760-1761
Recebeu 11$488 réis por *cinco castanheiros que se lhe compraram para as figuras da Capela Nova aonde estava a fonte do Hércules*.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 5.

PEREIRA, Guilherme José
Empreiteiro
1886. 4 de Maio
Arrematou a obra do primeiro lanço do escadório do Bom Jesus por 4.640$000 réis.
Bibl. "Commércio do Minho", Braga, 4.5.1886.

PEREIRA, João
Pedreiro. Oficial de ? Gonçalves.
1746-1747
Recebeu 2$880 réis de 18 dias de trabalho numa fonte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fls. 46, 47.

PEREIRA, João
Oficial de carpinteiro
1813, 8 a 22 de Maio
Ganhava $360 réis diários. Recebeu neste período 8$460 réis.
ASBJM. *Livro de contas, documento avulso.*
Bibl. LIMA, 1966, p. 26.

PEREIRA, Joaquim António
Pintor?
1883. 28 de Fevereiro
Recebeu 175$000 réis por trabalhos não identificados na capela do Sacramento, do templo do santuário.
ASBJM. *Livro de Despesa Orçada e efectuada 1882-1883,* fól. 148v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 218.

PEREIRA, Mateus
Pedreiro
1765-1766
Recebeu 59$460 réis *da pedra que quebra para a fonte defronte da Capela do Descendimento e pátio...*
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 25v.

PEREIRA, Simão
Pintor? Batefolha?
1880. 10 de Fevereiro
Recebeu 98$855 réis *importancia de 15.000 folhas d'ouro, frete, camionagem e mais despesas...*
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, bilheta n.º 136.
Bibl. LIMA, 1966, p. 233

1884. 9 de Fevereiro

Recebeu até 30 de Junho vários pagamentos de *pintura e reparos no templo e lavagem de cantaria*.
ASBJM. *Conta de ordinários do tesourado das esmolas*, fól. 190, 190v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 173, 174, 175.

PEPIAS, João Luiz

Pintor?

1853-1854

Fornecimento de tintas para pintar o órgão: 7$900 réis.
ASBJM. *Livro de contas, documento avulso*. *Livro de contas da receita e despesa de aparamentos e alfaias do Sanctuario do Senhor do Monte*, fól. 3.
Bibl. LIMA, 1966, p. 133, 134.

PIMENTEL, Cerqueira

Engenheiro?

1953. 31 de Dezembro

Autor do projecto de conservação da igreja e capelas do Bom Jesus.
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1953-1954*, mandado de pagamento n.º 322.
Bibl. LIMA, 1966, p. 284.

PINHEIRO, António Tomás

Pintor

1823. 2 de Agosto

Recebeu 88$000 réis pela *pintura do figurado dos Escadórios dos Sentidos, e frontispício do Santuário... vindo a ficar cada figura a quatro mil reis*...
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 129v-130.
Bibl. LIMA, 1966, p. 208.

1823. 13 de Agosto

Ajustou por 13$900 réis o trabalho de pintar *a oleo e ouro a fonte das Chagas, as tocheiras de pau do nosso santuário*...
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 130v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 277.

1823. 21 de Novembro

Recebeu 1$900 réis *importe da pintura das tocheiras da capella mór, e da do Sacramento, e da fonte das Chagas do nosso sanctuario*.
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, bilheta n.º 2.
Bibl. LIMA, 1966, p. 231, 277.

1823. 13 de Agosto

Foi encarregado de pintar *a óleo e ouro a fonte das Chagas e as tocheiras de pau do nosso Santuário* pela quantia de 13$900 réis.
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 130-130v.

PINHEIRO, Luís

Pintor

1779. 16 de Agosto

Tinha-se-lhe dado a pintura da capela da Unção; ausentou-se sem acabar a obra mas tendo já recebido a maior parte do preço.
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos. 1770-1786*, fól. 83.
Bibl. LIMA, 1966, p. 182.

PINHEIRO, Manuel Gonçalves

Pintor

1927. 8 de Janeiro

Recebeu 50$00 pelo *retoque de pintura feita na imagem do Bom Jesus do Monte (pés e pernas)*...
ASBJM. *Livro de despesas do ano de 1926-1927*, mandado de pagamento n.º 185.
Bibl. LIMA, 1966, p. 271.

PINO, Julião

Pintor

1760-1761

Recebeu 3$600 réis, conjuntamente com Manuel Pinto e José Rocha, por doze jornais de dar as primeiras mãos nas figuras da última capela do Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 4, 92v-95v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 295.

PINTO, João

Pintor

1929. 3 de Julho

Integrado na companha de António Alves recebeu 300$00 por 15 dias que trabalhou no *restauro da pintura de decoração no interior da igreja*.
ASBJM. *Registo de cópia de requisições n.º 1*, fól. 39v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 177.

PINTO, Manuel

Pintor

1760-1761

Recebeu 3$600 réis, conjuntamente com José da Rocha e Julião Pino, por doze jornais de dar as primeiras mãos nas figuras da última capela do Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 4, 92v-95v.

PIRES, João
Pedreiro
1691. 23 de Março

Natural de Caminha. Contratou por 50$000 réis, em parceria com Manuel Afonso, de Caminha e Francisco Costa, da Ponte da Barca, a construção de uma capela *na maneira como esta a capella da Resurreição*.
ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 453, fls. 147v-148.
Bibl. ROCHA, 1994, p. 11.

PONSARD, Raul Mesnier du
Engenheiro
1882

Responsável pelas obras do elevador.
Bibl. M., R. - *Plano inclinado funicular do Monte do Bom Jesus. Subúrbios de Braga*. "O Occidente", Lisboa, 5, 1882, p. 101, 103-104, il. CORDEIRO, José Lopes; MENDES, Fernando; VASCONCELOS, António - *Elevador do Bom Jesus do Monte. Braga*. Porto, Ordem dos Engenheiros – Região Norte, 2001.

PREYER, Carlos
Escultor
1884

Autor da medalha do centenário das comemorações do lançamento da primeira pedra do templo do Bom Jesus.
Bibl. VAZ, Maria Laurinda dos Reis Antunes – *Catálogo da colecção de Medalhas da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. "Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra", Coimbra, 34 (3), 1980, p. 23. Sep.

R

RAPAZ, José
Carpinteiro
1813. 15 a 20 de Novembro

Ganhou $480 réis (a $160 réis por dia), por trabalhos no altar-mor. Seguem-se outros pagamentos similares.
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso).*
Bibl. LIMA, 1966, p. 23, 24.

REIS, José António Rocha
Pintor
1802-1803

Recebeu uma quantia não indicada pela pintura de um florão.
ASBJM. *Livro de Despesas (Obras da igreja) 1781-1808*, fls. 90-93v.

RIBEIRO, João
Pedreiro?
1780-1782
Recebeu 3$200 réis *por uma planta baixa* [da igreja?].
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 56.

RIBEIRO, José António
Escultor?
1820. 12 de Fevereiro
Recebeu 3$920 réis por *tres Santos Christos de chumbo que se mandarão fazer para as novas banquetas com os competentes cravos de latam*...
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, bilheta n.º 3.
Bibl. LIMA, 1966, p. 272.

RIBEIRO, Manuel
Pedreiro
1686. 5 de Setembro
Contratou a obra dos caleiros no Bom Jesus.
ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 437, fls. 127v-128.

RIGGENBACH, NIKOLAUS
Engenheiro?
1882
Autor do plano do elevador que seria posto em prática por Raul Mesnier du Ponsard.
Bibl. CORDEIRO, José Lopes; MENDES, Fernando; VASCONCELOS, António – *Elevador do Bom Jesus do Monte. Braga*. Porto, Ordem dos Engenheiros – Região Norte, 2001.

RIO, Manuel
Pedreiro
1760-1761
Andava a fazer uma *rua* [com] *Baltazar António junto a Capela do Descendimento*.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fól. 7v.

ROCHA, António José
Pintor
1751-1752
Recebeu 8$700 réis, juntamente com João Alves, *de pintarem as figuras do escadório, fontes e portas da Igreja*...
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 58.
Nota: Vêem-se abaixo outras despesas relativas a um outro António José Rocha. São apresentadas em separado pois não parece crível que possa ser a mesma pessoa, dada a grande discrepância de tempo que existe entre ambos.

ROCHA, António José

Pintor

1809. 19 de Agosto

Recebeu 6$400 réis por *pintar as figuras da capela mor que bem a ser o bam ladrão e ma ladram e iuntamente refrescar ao Senhor*...
ASBJM. *3º Livro de Termos e Acórdãos (1786-1809)*, fól. 152v
Bibl. LIMA, 1966, p. 13

1809. 2 de Setembro

Recebeu 16$800 réis pela *pintura do baldaquim pintado de branco*...
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, fól. 87.
Bibl. LIMA, 1966, p. 228.

1809. 18 de Outubro

Apresentou *um requerimento* em que dizia que *tinha perdido na obra* de pratear *os seis castiçais e a cruz da banqueta do altar-mor.* A Mesa decidiu dar-lhe 2$000 réis. Na mesma data recebeu 4$000 réis por *dourar os redondos dos dous painéis da capélla mor*...
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 191-192; *Livro de contas (documento avulso)*, bilheta n.º 875.
Bibl. LIMA, 1966, p. 57, 150.

1812. ? de Julho

Recebeu 25$000 réis metal pela *pintura do altar do Santíssimo Sacramento*...
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fól. 7v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 215.

1815. 10 de Março

Recebeu 50$000 réis *pelo trabalho da pintura do garda bento da igreija do Bom Jesus*...
ASBJM. *Livro de contas (documentos avulsos, bilheta n.º 5*)
Bibl. LIMA, 1966, p. 58.

1816. 25 de Fevereiro

Recebeu 16$000 réis *por conta das figuras do Senhor do Monte,* isto é, a pintura do figurado do retábulo-mor. Seguem-se outros pagamentos destas figuras em 20 de Março de 1816 e 8 de Maio de 1822. Foram reformadas pelo mesmo mestre em 17 de Maio de 1852.
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso; bilheta n.º 13).*
Bibl. LIMA, 1966, p. 20, 21.

1820. 4 de Março

Recebeu um valor não indicado *por pratiar as banquetas... que vem a ser 24 castiçais e 6 cruzes com seus crucifixos e resplendores*...
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso).*
Bibl. LIMA, 1966, p. 7.

1820. 25 de Junho

Recebeu 1$600 réis pela *pintura da caixa das ismolas as mãos do aparelho das canefas da capela das arelicas, cujo a pintura fis do cantuario do Bom Jezus do Monte a cuantia de dezasseis mil reis*.
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso),* bilheta n.º 53.
Bibl. LIMA, 1966, p. 203.

1825. 28 de Abril

Arrematou publicamente por 134$000 réis *a obra da pintura do Retábulo das Relíquias*...
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 149-149v, 155--155v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 211.

1825. 14 de Setembro

Encarregou-se, por 4$000 réis, de olear a *Sagrada Imagem do Senhor Bom Jesus do Monte da Capela Mor do nosso real Santuário* em virtude de *estar cheia de caruncho*...
ASBJM. *4.º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 155-155v.

1827. 15 de Abril

Recebeu $840 réis *por dourar o caixilho do retrato do benfeitor o reverendo Antonio Joze Ferreira*...
ASBJM. *Livro de despesas (documento avulso)*, bilheta n.º 117
Bibl. LIMA, 1966, p. 163.

ROCHA, Idalécio Lupe
Pintor

1821. 7 de Novembro

Recebeu 20$640 réis *conta da obra de pinturas... a saber, tôdas as portas, e janellas extriores da igreja, todas as portas dos sinos, e caixilhos das vidraças com duas mans de verde, reformar os letreiros, e pintar e dourar a caixa do relogio da sacrestia, e pintar as estatuas da fronteira*...
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, s/fól.
Bibl. LIMA, 1966, p. 164.

1821. 6 de Abril

Recebeu 10$000 réis pela *obra de pintura do altar das reliquias e portão das ante sacrestias e reforma dos caixoens da sacrestia e dourar a flór do lustre e fitta de ferro e outras mais miudezas*...
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, bilheta n.º 111.
Bibl. LIMA, 1966, p. 204.

1821. 4 de Dezembro

Recebeu 6$000 réis pela pintura e douramento de seis meios corpos para a capela das Relíquias. Em 22 de Dezembro recebeu mais 6$000 réis por um trabalho igual.
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso),* bilheta n.º 174.
Bibl. LIMA, 1966, p. 193, 194.

1822. 6 de Janeiro

Recebeu 6$000 réis de pintar e dourar seis meios corpos. Recebeu depois, em 15 de Janeiro igual quantia por igual trabalho e em 4 de Março, 5$000 réis por quatro meios corpos e um inteiro de Santa Bárbara, cada um a 1$000 réis e mais 1$200 de outros *que já se achavão pintados antigos*.

ASBJM. *Livro de contas (documento avulso),* bilhetas n.º 181, 183, 194.
Bibl. LIMA, 1966, p. 196, 197.

1822. 25 de Fevereiro

Recebeu 18$000 réis *pela obra de pintura e dourar a estatua do* Longuinhos, mais 3$600 réis de *pintar seis portas de capella de verde*... Em 8 de Março do mesmo ano recebeu 4$800 réis *pela pintura do padrestal, e monte ou pavimento* da estátua de Longuinhos.

ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, bilhetas n.º 2 e 3
Bibl. LIMA, 1966, p. 164, 165.

ROCHA, Joaquim José Vieira

Vestimenteiro?

1884. 29 de Fevereiro

Recebeu 7$995 réis, *importancia de um pavilhão para o vaso, forro do veu da custodia e concerto de uma cazula*...

ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1884*, mandado de pagamento n.º 65.
Bibl. LIMA, 1966, p. 145.

ROCHA, José

Pintor

1760-1761

Recebeu 3$600 réis, conjuntamente com Manuel Pinto e Julião Pino, por doze jornais de dar as primeiras mãos nas figuras da última capela do Santuário do Bom Jesus do Monte.

ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 4, 92v-95v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 317.

ROCHA, José António

Pintor

1802-1803

Recebeu uma quantia não indicada *pela pintura do florão*...

ASBJM. *Livro de despesas dos anos de 1781 a 1801,* fól. 93v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 227.

ROCHA, José Maria

Pintor, dourador

1859. 27 de Maio

Recebeu 11$500 réis por *pintar de branco o sacrahario e cupla e dourar a moldura, tudo do sacrahario piqueno*...
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, bilheta n.º 5.
Bibl. LIMA, 1966, p. 216.

1859. 4 de Novembro

Recebeu 1$000 réis por *pratiar o resplendor do emblema do Santíssimo Coração de Jezus, assim como de encarnar os sarafins e pintar o coração do mesmo emblema*...
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, bilheta n.º 16.
Bibl. LIMA, 1966, p. 248.

1861. 5 de Fevereiro

Recebeu 1$600 réis, *emporte do douramento e pintar as duas reis [sic] arandelas para o Bom Jezus do Monte*...
ASBJM. *4º Livro de Termos e dos Acórdãos 1809-1838*, fól 134v. *Livro de contas (documento avulso),* bilheta n.º 24.
Bibl. LIMA, 1966, p. 144.

ROCHA, José Monteiro da

Escultor

1814. 13 de Dezembro

A Confraria ajustou-se com este escultor *para fazer as figuras do Monte da Capela mor... na forma seguinte: As três Marias cada uma por trinta e seis mil e oitocentos reis em metal; e por cada soldado a trinta mil reis metal. E mais se lhe daria a casa da Torre para trabalhar, e mais se lhe pagariam os modelos que fossem precisos*. A obra, porém, só seria feita se houvesse benfeitores que a pagassem.
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 35-35v. *Livro de contas (documento avulso).*
Bibl. LIMA, 1966, p. 16, 17, 301-302.

1814. 1 de Dezembro

Foram pagos *3$200 réis com o alugel da vesta do porto que trouxe o mestre...* e outro tanto *com o carreto que trouxe as ferramentas do mesmo*.
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, fól. 9.
Bibl. LIMA, 1966, p. 51

1814. 30 de Dezembro

A obra das *figuras do monte* acabaria por ser feita, em grande parte devido à benemerência de Pedro José da Silva.
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 36-36v

RODRIGUES, António Luís
Pintor e dourador
1891. 13 de Novembro
Fez uma pintura *correcta e hábil* numa imagem de Cristo esculpida por João Evangelista de Araújo Vieira e destinada a uma capela não identificada da via-sacra.
Bibl. – *Imagem para o Bom Jesus*. "Commercio do Minho", Braga, 13.11.1891; OLIVEIRA, 1999, p. 66.

1893. 9 de Março
Pintou *uma bella imagem do Senhor Ecce Homo que se destina à sexta capella do sanctuario do Bom Jesus do Monte… esculturada pelo habil artista snr. José Evangelista de Araujo Vieira…*
Bibl. *Senhor Ecce Homo*. "*Commercio do Minho*", Braga, 9 e 10.3.1893; OLIVEIRA, 1999, p. 66.

ROSA, Pedro
Rebocador. Pedreiro
1771-1772
Recebeu 7$580 réis de vários jornais na capela-mor e torre da igreja do Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 38-41v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 323.

S

SALES, José Vicente
Pintor
1879. 31 de Maio
Artigo em favor de Lefèvre, pintor de ornato, autor da pintura de três salas da casa do Visconde Silva Monteiro, na Rua da Restauração, no Porto. Com o aval do pintor Resende, do Porto, foi contratado pela Mesa do Bom Jesus para pintar a igreja. Lefèvre aceitou mas primeiro submeteu uma prova à Academia de Belas Artes, de Lisboa, qua a aprovou. Deve ter havido reacção contra este pintor: na mesma edição deste jornal foi também publicado um "*Comunicado*" que foi assinado pelo pintor Jose Vicente Sales, que o desanca.
Bibl. *Belas artes*. "Commércio do Minho", Braga, 31.5.1879; LIMA, 1966, p. 309; OLIVEIRA, 1999, p. 62.

1879. 16 de Julho
Não é aprovada a sua proposta para fazer *a restauração dos painéis da igreja* porque propõe preços muito mais em conta do que os do seu concorrente Lefèvre.
ASBJM. *8º Livro de Termos e acórdãos 1877-1885*, fls. 44v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 168.

SANTA ANA, Manuel de

Religioso franciscano, e Lente de Teologia no seu Convento de Santarém

1788. 13 de Agosto

Autor do desenho d*os montes das 5 capelas do Horto, Prisão, Crucificação, Descendimento e Ascensão*. Ser-lhe-á também pedido o da capela da Ressurreição. A Confraria tinha ideia de *meter-lhe um óculo na fronteira, que tem bastante lugar para ele*...

ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos. 1770-1786*, fls. 35v-36v.

1789. 26 de Janeiro

Após se ter feito um óculo redondo na fachada da capela da Ressurreição *visto os lados da Fonte de Hércules, que fica defronte da dita Capela não terem ainda parapeitos, como vem dos armados, mas estarem ainda em bruto, se mandassem fazer logo estes, em atenção à pedra que ali estava, e tinha saído da referida Capela, e juntamente se lhe pusessem uns assentos nos mesmos lados da fonte, para o que podiam servir uns degraus que estão dentro na dita capela, visto se haver de reformar esta pela ideia do Rev. Padre Mestre Fr. Manuel de Santa Ana*.

ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 43-44.

1802. 26 de Agosto

Decidido aceitar o risco de Carlos Amarante para o retábulo da capela-mor. Porém havia *alguns parceiros, que atenta a magnificência do Templo e lugar em que deve ser colocado o Retábulo, que não é debaixo do zimbório, mas sim no fundo da capela-mor, parecia menos acomodado na figura de Baldaquino, e que ficava em poucas colunas, e talvez o mesmo Arquitecto quereria hoje fazer-lhe algum aditamento e modificações especialmente no remate, para tudo se conformar com o gosto e delicadeza do Edifício para que ele mesmo deu a planta, foi resolvido, depois de andar o Escrutínio, que o Ilustríssimo Senhor Juiz escrevesse ao Arquitecto participando-lhe que o seu risco fora aprovado por esta Mesa, e que ela esperava houvesse ele de fazer nele algum aditamento e modificações proporcionadas à Majestade do Templo, se assim lhe parecesse conveniente*...

ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fól. 100.

SANTA TERESA, Luís

Religioso de Nª Sª do Carmo, conventual em o Convento dos Religiosos do Carmo da vila de Vianna... perito na arquitectura.

1780-1782

Recebeu 20$950 réis pelo *gasto que fez em vir de Viana examinar o terreno da nova igreja* e *com o que se [lhe] deu*...

ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 56v.

Bibl. LIMA, 1966, p. 125.

1782. 6 de Maio

Foi *mandado chamar para o exame da planta do escadório tudo a fim desta Mesa conseguir o bom acerto na nova obra da igreja principal*.
ASBJM. 2º Livro dos Termos e acórdãos. 1770-1786, fls. 135-135v.

SANTOS, Ambrósio

Pedreiro

1749-1750

Recebeu 2$800 réis de fazer *os plintos das figuras* do Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fls. 50-51v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 331.

1750. 7 de Fevereiro

Lançou na obra de uma nova capela para o Bom Jesus do Monte, mas nem ele nem os seus colegas conseguiram a arrematação porque a Mesa não gostou do preço dos lances e resolveu fazê-la a jornal. Foi então entregue a Ambrósio Santos a obra de *lavrar a esquadria toda para a mesma Capela* pela quantia de 62$400 réis.
ASBJM. *1º Livro dos Termos e acórdãos. 1722-1770*, fls. 89-89v; *Despesas dos anos de 1720-1760*, fól. 52.
Bibl. SMITH, 1972 a, p. 180; OLIVEIRA, 2011, p. 331.

1750-1751

Recebeu 50$960 réis pela obra da pedraria de esquadria, e dos plintos.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fól. 52.

1751-1752

Recebeu 9$600 réis por *40 dias de jornais de andar a lavrar e assentar o tanque do jardim e guiar as águas* no Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fól. 60.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 331.

1752-1753

Recebeu 2$720 réis *do ajuste dos plintos que fez para o escadório onde estão as figuras de pedra* no Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fól. 66v.
Bibl. SMITH, 1972 a, p. 178, 320 (nota 78); OLIVEIRA, 2011, p. 331-332.

1757-1758

Recebeu 26$400 réis pelo trabalho *da lavoura de esquadria* no Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fól. 81v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 332.

1762-1765

Estava a construir uma capela no Terreiro dos Evangelistas, no Santuário do Bom Jesus do Monte. E recebeu 36$520 réis por uma fonte que fez neste terreiro.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 17v.
Bibl. SMITH, 1972 a, p. 197, 328 (nota 86); OLIVEIRA, 2011, p. 332.

SANTOS, Elias Gomes

Entalhador

1883. 9 de Junho

Recebeu 80$000 réis por uma intervenção no baldaquino e cúpula do sacrário do retábulo-mor.
ASBJM. *Livro de Despesa Orçada e efectuada (1879-1886),* fól. 156v; *Livro de despesa (1883-1884).*
Bibl. LIMA, 1966, p. 6.

1887. 5 de Abril

Recebeu 230$000 réis *importância de uma Cadeira Episcopal, e seis compostas de cinco castições, cruz e jarras (quatro)*...
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1886-1887,* mandado de pagamento n.º 50.
Bibl. LIMA, 1966, p. 8.

1890. 21 de Fevereiro

Recebeu uma quantia não indicada por ter feito para os retábulos laterais *quatro sanefas ornamentadas em madeira de castanho, para os reposteiros do templo, [com] ferragens para a colocação das mesmas*...
ASBJM. *Livro de receita e despeza orçada e realizada no ano de 1888-1889,* fól. 115.
Bibl. LIMA, 1966, p. 244.

1891. 28 de Março

Recebeu 43$000 réis *importância de despeza feita com duas sanefas de madeira de castanho para a capella de Nossa Senhora das dores do templo, sendo feitio, madeira, ferragens e assentamento dos mesmos e douramento*...
ASBJM. *Livro de despesa do ano de 1890-1892,* mandado de pagamento n.º 39.
Bibl. LIMA, 1966, p. 116.

SARRAMAJOU, Viúva

???

1890. 8 de Outubro

Recebeu 20$000 réis por *consertar uma chapa de cobre da imagem do Senhor*...
ASBJM. *Livro de despesas de 1888-1892*, mandado de pagamento n.º 1
Bibl. LIMA, 1966, p. 270.

SEQUEIRA, Domingos

Pintor

Domingos Sequeira é autor das mais importantes pinturas existentes no Santuário. Foram oferta do benfeitor Pedro José da Silva. Uma delas tem também interesse iconográfico pois retrata o próprio templo. Pelo menos um dos quadros de Domingos Sequeira foi retocado pelo pintor portuense Eduardo de Moura.

Bibl. INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS – *Sequeira: um português na mudança dos tempos. 1768-1837*. Lisboa, Instituto Português de Museus, 1996; INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS – *As belas-artes do romantismo em Portugal*. Lisboa, Instituto Português de Museus, 1999, p. 106--117. Citamos apenas dois dos trabalhos mais recentes que se lhes referem. Ver ainda *A inauguração do Museu d'objectos d'arte do Templo do Bom Jesus do Monte*. "Echos do Minho", Braga, 10.7.1917.

1917. 24 de Abril

Põe-se a hipótese dos quadros de Pedro Alexandrino e de Domingos Sequeira serem colocados no Museu do Santuário.

Bibl. AGOSTINHO, José – *Um museu no Bom Jesus do Monte*. "Echos do Minho", Braga, 24.4.1917.

SILVA, António José

Pedreiro

1787. 15 de Janeiro

Contratou a *condução das colunas do novo templo* por 382$000 réis. Receberia mais 6$500 réis por *um cabo que se lhe consumira na condução da primeira coluna…*

ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos*. 1786-1809, fls. 7v-8.

SILVA, António José Fernandes

Pintor

1887. 20 de Abril

Foi posta a concurso a obra de *pratiár cada banqueta, jarras e encarnação do Santo Christo*. Concorreram Vicente José da Silva, que propôs 20$000 réis, José da Cunha, que ofereceu 27$000 mil réis e António José Fernandes Silva que lançou 28$000 réis. Para se avaliar o *trabalho de cada um* tiveram que *apresentar uma jarra prateada*. Ganhou Vicente José da Silva porque apresentou o preço mais baixo.

ASBJM. *9º Livro dos Termos e acórdãos. 1885-1895*, fól. 54v-55.

Bibl. LIMA, 1966, p. 269.

SILVA, Jerónimo António
Escultor
1819. 4 de Agosto
Este escultor, morador na rua dos Pelames, e sua mulher foram aceites como irmãos pelo facto de ele *ter feito o modelo da Cascata para o escadório gratuitamente, e esta pronto para tudo o mais que for necessário*...
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 63-63v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 35.

1823. 1 de Fevereiro
Ajustou *a Escultura do retábulo das Relíquias que são dois Meninos com seu nublado, à excepção das coroas e palmas*... por 20$000 réis. Em 7 de Fevereiro recebeu o primeiro pagamento, no valor de 7$200 réis.
ASBJM. *4º Livro dos Termos e acórdãos. 1809-1838*, fls. 123-123v; *Livro de contas (documento avulso),* bilheta n.º 5.
Bibl. LIMA, 1966, p. 207, 209.

1824. 17 de Fevereiro
Receberá 12$800 réis *metal resto do ajuste d'obra da escoltura do retablo das relliquias do sanctuario*...
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, bilheta n.º 4.
Bibl. LIMA, 1966, p. 210.

SILVA, João
Carpinteiro
1820. 11 de Janeiro
Era nesta data o *mestre carpinteiro das obras do santoario*...
ASBJM. *Livro de Contas (documento avulso),* s/f.
Bibl. LIMA, 1966, p. 193.

1822. 31 de Maio
Recebeu 14$400 réis pela *madeira que comprou para os caixoens da sancrestia do santoario*...
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso),* fól. 219.
Bibl. LIMA, 1966, p. 129.

SILVA, João Bernardo
Entalhador
1781. 30 de Abril
Foi aceite irmão da Confraria *sem esmola alguma na atenção do risco, que havia feito para a Igreja e Capela mor do mesmo Santuario, sem estipendio algum*...
ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos. 1770-1786*, fls. 108v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 223.

1786. 18 de Maio

Apresentou uma petição à Mesa para esta lhe pagar *o acréscimo do retábulo do Santuário, que se fez na Capela Principal*. A Mesa decidiu que o entalhador *declarasse os acréscimos, e se farão justos por preço certo, pois tinham decorrido uns poucos anos anteriores à nossa administração*.
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 3.
Bibl. LIMA, 1966, p. 223.

SILVA, José António
Pintor, dourador
1859. 10 de Dezembro

Recebeu 18$000 réis *por pratiar e dourar a lampeda grande da igreja do Bom Jesus do Monte*...
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso), bilheta n.º 17*.
Bibl. LIMA, 1966, p. 144.

SILVA, José António Rebelo
Sineiro
1893. 16 de Junho

A fábrica de fundição de sinos José Maria Rebelo da Silva & Cª, instalada na antiga rua da Ponte, Braga, bem conhecedores da grandeza do Bom Jesus do Monte, e desejando que esse esplendor passasse também pela sua arte, resolveu apresentar a proposta de construção de um carrilhão de catorze sinos, semelhante a outro que havia em S. Torcato, Guimarães; teria o mesmo tamanho que o que lhes fora encomendado pelo Santuário da Nª Sª dos Remédios, de Lamego. Pensamos, porém que esta proposta não foi avante.
Bibl. – *Por causa da eleição do Bom Jesus.* "O Progressista", Braga, 16.6.1893; OLIVEIRA, 1999, p. 63.

SILVA, José Francisco Moreira
Entalhador
1802. 22 de Setembro

Manuel José Correia, dos Chãos de Cima, e José Francisco [Moreira da Silva], da rua da Cónega, concorreram à arrematação pública de um retábulo para a capela-mor da igreja do santuário do Bom Jesus do Monte. Foi escolhido o primeiro.
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 101-101v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 225.

1806. 16 de Dezembro

Contratou a obra de dois retábulos para a igreja do Bom Jesus pelo preço de 96$000 réis, cada um. Recebeu de imediato 64$000 réis como primeiro pagamento.
ADB. *Nota Geral*, 1ª Série, vol. 893, fls. 30v-31; ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 151v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 234, 293-295.

1807. 12 de Novembro

A Mesa decidiu emprestar-lhe 120$000 réis.
ASBJM. *3º Livro de Termos e acórdãos 1786-1809,* fól. 158v, 159v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 54.

1807. 18 de Novembro

Pede à irmandade a concessão *de hum quartel para melhor aos seus oficiais haver de travalhar no sitio do santoario nas obras do retabolo, com mais cuidado ajudar adiantar…*
ASBJM. *3º Livro de Termos e acórdãos 1786-1809,* fól. 160.
Bibl. LIMA, 1966, p. 235.

1807. 16 de Dezembro

Dado que a obra de um dos dois retábulos que tinha contratado fazer estava com bastante atraso foi decidido pela Mesa que o pagamento *só lhe devia ser entregue depois de finda a obra, e* atendendo *a necessidade em que esta Mesa estava de que ele se concluísse e que nele se podia trabalhar um oficial chamado João António, do qual se servia o mesmo Mestre para esta obra, se determinou que o mesmo oficial continuasse na obra do retábulo trabalhando no Santuário pelo mesmo preço com que o Mestre o tinha justo por dia, e que só certificados os dias de trabalho pela folha que fizesse o Mestre Pedreiro António José Lopes…*
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 161-161v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 235.

1808. 3 de Março

Comprometeu-se há um ano a dar dois retábulos acabados no dia do Espírito Santo e ainda nem um entregou. A Irmandade decide ir sobre ele e o seu fiador.
ASBJM. *3º Livro de Termos e acórdãos 1786-1809,* fól. 163.
Bibl. LIMA, 1966, p. 236.

1809. 2 de Dezembro

Recebeu $850 réis *resto que se lhe deve do aparelho do terceiro retabolo…*
ASBJM. *3º Livro de contas (documentos avulsos*), bilheta n.º 866.
Bibl. LIMA, 1966, p. 238.

1809-1810

Recebeu de um primeiro pagamento de um retábulo 21$666 réis.
Recebeu pelo *segundo pagamento do retábulo* 21$666.
ASBJM. *Livro de Despesas (Obras da igreja) 1809-1863*, fól. 5, 5v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 238.

SILVA, José Maria
Ourives
1887. 4 de Junho
Autor de uma *lâmpada de estilo gótico* com *o peso de mais de 370$000 réis e 180$000 réis de feitio* oferecida ao santuário por Rosa Maria de Jesus Fonseca. Noutro jornal avalia-se a obra em 450$000 réis.
Bibl. *Offertas ao Bom Jesus*. "Commercio do Minho", Braga, 4.6.1887; "Cruz e Espada", Braga, 11.6.1887; "Aurora do Minho", Braga, 19.6.1887; OLIVEIRA, 1999, p. 63.

SILVA, Manuel Joaquim
Escultor?
1887. 13 de Maio
Recebeu 18$000 por seis *imagens de Santo Cristo para as cruzes da banqueta, a 3$000 réis cada uma*...
ASBJM. *Livro de despesas para o ano de 1886-1887*, mandado de pagamento n.º 55.
Bibl. LIMA, 1966, p. 272.

SILVA, Vicente José
Pintor
1883. 27 de Janeiro
Concorreu à obra de pintura e douramento da capela do Santíssimo. João José de Carvalho ficou em segundo lugar e Joaquim Moreno que foi afastado porque a sua proposta *não satisfez as condições do contracto*...
ASBJM. *8º Livro dos Termos e acórdãos. 1877-1885*, fól. 83.
Bibl. LIMA, 1966, p. 220.

1883. 22 de Fevereiro
Já principiaram as obras de pintura da capella do Santissimo Sacramento do templo do Bom Jesus que foram *confiadas ao distinto e modesto artista desta cidade, o snr. Vicente da Silva*... Terá sido por esta obra que a Irmandade lhe pagou 76$000 réis?
Sabemos que recebeu 24$300 réis, como primeiro pagamento, em 24.2; 24$000 réis em 3.3, como segundo pagamento; e 51$700 réis, em 23.3.
ASBJM. *Conta de ordinários de Tesourado das Esmolas*, fól. 22. *Livro de despesa do ano de 1882-1883*, mandados de pagamento º 48, 50 e 60. *Livro de despesa orçada e efectuada 1879-1886*, fól. 148v.
Bibl. *Obras no Bom Jesus do Monte.* "Commercio do Minho", Braga, 25.2.1883; OLIVEIRA, 1999, p. 278; LIMA, 1966, p. 172, 219, 221, 252.

1883. 4 de Maio
Recebeu por uma obra de pintura, não identificada a quantia de 59$000 réis.
ASBJM. *Conta de ordinários do tesourado das esmolas*, fól. 21.
Bibl. LIMA, 1966, p. 172.

1883. 23 de Junho

Pintou o interior da capela da Elevação de Cristo depois de reformada com as imagens do gaiense João Fonseca Lapa, conjunto escultórico que recebeu um grande agrado geral: *Mas o que mais nos surpreendeu, foi a pintura do figurado e capela, muito particularmente as encarnações; é tal a natureza destas que, quer de longe e principalmente de perto, a gente chega a duvidar da obra de arte e a persuadir-se que é gente de carne e osso como nós... é obra do insigne pintor Vicente José da Silva.*

Em 29 de Junho recebeu 76$000 réis por um trabalho assim identificado: *pintura de capella*. Corresponderá a esta?

ASBJM. *Conta de ordinários do tesourado das esmolas*, fól. 22.

Bibl. *No Bom Jesus*. "Commercio do Minho", Braga, 23.6.1883; OLIVEIRA, 1999, p. 278; LIMA, 1966, p. 172.

1886. 19 de Setembro

Inauguração da *capela do Descedimento com as novas figuras feitas em Vila Nova de Gaia pelo notável escultor Lapa, e pintadas pelo hábil artista Vicente José da Silva desta cidade*...

Bibl. "Commercio do Minho", Braga, 19.9.1886.

1887. 20 de Abril

Foi posta a concurso a obra de *pratiár cada banqueta, jarras e encarnação do Santo Christo*. Concorreram Vicente José da Silva, que propôs 20$000 réis, José da Cunha, que ofereceu 27$000 mil réis e António José Fernandes Silva que lançou 28$000 réis. Para se avaliar o *trabalho de cada um* tiveram que *apresentar uma jarra prateada*. Ganhou Vicente José da Silva porque apresentou o preço mais baixo.

ASBJM. *9º Livro dos Termos e acórdãos. 1885-1895*, fól. 54v-55.

Bibl. LIMA, 1966, p. 269.

1889. 12 de Dezembro

Pintou *um grupo de duas bellas imagens representando Judas a dar o osculo em Christo* destinado à capela da Prisão que tinha sido esculpido por José Evangelista Vieira.

Bibl. *Duas imagens em grupo*. "Commercio do Minho", Braga, 12.11.1889.

SOARES, Custódio Luís

Pedreiro

1765-1766

Recebeu 150$998 réis pela Escada do Penedo, pátios do mesmo e casa para o relógio no Santuário do Bom Jesus do Monte. E 120$762 por conta das fontes que está a fazer no Terreiro dos Evangelistas.

ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 21-25v.

Bibl. SMITH, 1972 a, p. 322, (nota 103); OLIVEIRA, 2011, p. 377.

1768. 27 de Abril

Em nome da Confraria do Bom Jesus do Monte fez uma vistoria a uma das fontes do Terreiro dos Evangelistas porque o pedreiro seu construtor, Domingos Fernandes, informou que tinha perdido dinheiro na obra.
ASBJM. *1º Livro dos Termos e acórdãos. 1722-1770*, fls. 169v-170.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 378.

SOARES, André
"Arquitecto"
1762-1765

Recebeu *um presente que se lhe mandou por vários riscos que fez para as obras novas*... no valor de $900 réis.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 11.

1919. 28 de Dezembro

O pavilhão de fresco existente na cerca do Paço Arquiepiscopal e que era considerado *um mimo de architectura histórica* foi comprado pela Mesa da Confraria para ser colocado no Parque.
Bibl. "Diário do Minho", Braga, 28.12.1919.

SOARES, Diogo
Pedreiro. Autor de riscos de Arquitectura. Elaborou cálculos para edifícios
1742. 3 de Março

Contratou a reforma da Fonte dos Sete Castelos, do Santuário do Bom Jesus do Monte, por 39$200 réis, na forma do risco que lhe foi apresentado.
Arquivo do Bom Jesus do Monte. *1º Livro dos Termos e acórdãos. 1722--1770*, fól. 43.
Bibl. SMITH, Robert C. – *A Casa da Câmara de Braga*. Braga, Câmara Municipal, 1968, p. 14, nota 23; OLIVEIRA, 2011, p. 379.

1742. 11 de Dezembro

Aceitou fazer a obra de acréscimo das cinco chagas e suas pias e degraus na fonte homónima por 19$200 réis forma do risco que lhe foi apresentado no Santuário do Bom Jesus do Monte.
Arquivo do Bom Jesus do Monte. *1º Livro dos Termos e acórdãos. 1722--1770*, fls. 47-47v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 380.

SOARES, Francisco
Pedreiro
1762-1765

Recebeu 4$042 réis *por fazer a parede para a fonte ao pé da capela Nova a porta do Caseiro*... e 10$490 réis *por fazer o paredão para o adro da capela última que se fez no terreiro*...
Arquivo do Bom Jesus do Monte. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 14.

SOUSA, António
Escultor de pedra
1773-1774

Era chamado *Mestre das figuras*. Recebeu 29$800 réis *resto que se lhe devia das figuras de Pedra*...
Arquivo do Bom Jesus do Monte. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 44v-45.

SOUSA, José
Escultor de pedra
1762-1765

Recebeu 38$400 réis juntamente com seus *irmãos por conta de uma fonte que fizeram pegado a última Capela Nova que eu (Manuel Rebelo da Costa) dou de esmola... em que importa sem figuras e pirâmides*.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 17v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 392.

1765-1766

Fez com seus irmãos uma fonte para o terreiro grande e recebeu 66$360 réis. Recebem depois mais 38$400 réis.
ASBJM. *Livro dos Recibos. 1758-1792*, fól. 17v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 393.

1770-1771

Recebeu com seu irmão a quantia de 69$600 réis pelas imagens de *quatro profetas de pedra que fazem para os quatro pedestais do pátio da igreja que ajustaram acabadas por cento e vinte e oito mil reis e como estão duas acabadas e duas quebradas e desbastadas no Monte receberam* aquela quantia.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 36v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 393.

SOUSA, José Fernandes
Latoeiro
1820. 5 de Abri

Recebeu 4$800 réis por três *pares de arandelas de latão, para a banqueta do santoario do Bom Jezus*.
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, bilheta n.º 8.
Bibl. LIMA, 1966, p. 231.

1821. 5 de Julho

Recebeu 5$600 réis *por 4 pares de arandelas de latam a preço cada par de 1400*...
ASBJM. *Livro de contas (documento avulso)*, bilheta n.º 136.
Bibl. LIMA, 1966, p. 143.

T

TEIXEIRA, José
Pintor
1760-1761
Será o mesmo pintor abaixo?

Recebeu, juntamente com seu filho [não indicado o nome], 7$560 réis de *21 dias de jornais em pintar figuras…*
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 7.

TEIXEIRA, Bento José
Pintor
1824. 28 de Janeiro

Será o mesmo pintor acima?
Recebeu *39$600 réis metal pela obra de pintura da maquineta, e caixoens da sacristia, e caixilho do retrato d"El Rey, e o arco de entrada…*
ASBJM. *4º Livro de Termos e dos Acórdãos 1809-1838*, fól 134v. *Livro de contas (documento avulso),* bilheta n.º 25.
Bibl. LIMA, 1966, p. 37, 38.

TOMÁS, António
Pintor e dourador
1824. 23 de Junho

Recebeu 20$950 réis por ter dourado o *caixilho e compos o painel do deboto Pedro José da Silva e limpar todos os da igreja…*
ASBJM. *Livro de Contas (Documento avulso)*, bilheta n.º 29.
Bibl. LIMA, 1966, p. 152

TORRES, José António Moreira
Entalhador
1808. 21 de Outubro

Contratou por 40$000 réis *a obra das pilastras que há de servir de ornato à cúpula da imagem do Senhor Bom Jesus do Monte…*
ASBJM. *3º Livro dos Termos e acórdãos. 1786-1809*, fls. 181-181v.
Bibl. LIMA, 1966, p. 228.

V

VIDAL, Paulo

Pedreiro

1780. 5 de Julho

A Mesa decidiu que *em o referido Santuário a nova obra da Capela-mor era justo se levassem Mestres e pessoas inteligentes ao mesmo Santuário para efeito de verem e examinarem o sítio e terreno em que a tal Capela se há de edificar, e formar com menos despesa, mas sempre em forma que ela fique boa, e perfeita, sobre o que foi acordado, e em razão da precisão, que há da dita obra, que se praticasse o expendido com a condição porém, que a cada um dos Mestres, e mais pessoas inteligentes de riscos e obras se tomasse o seu parecer e o arbítrio em papel à parte, e fossem ouvidos, e conduzidos ao sobredito Santuário com separação uns dos outros, isto é em diversos dias e que entre os tais Mestres, professores se chamassem a Paulo Vidal, Mestre Pedreiro, e a Carlos José Amarante, e que a despesa destes dois, e mais pessoas fosse por conta da Confraria*...

ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos*. 1770-1786, fls. 98v-99.

Bibl. LIMA, 1966, p. 40.

1781. 1 de Julho

Explicam-se as razões por que é necessário fazer uma igreja nova para o Santuário. Conta-se toda a história desde que se tomou essa decisão. Ouvido o arcebispo sobre o assunto, este *se dignou por beneficiar o Santuário referido ir a ele, como foi para o dito efeito, na tarde do dia 16 de Maio deste mesmo ano de 1781 acompanhado da sua família, aonde a Mesa o esperou, e acompanhou, para o que se lhe haviam muito antes apresentado os tais riscos, e foram também ao dito Santuário o Mestre Pedreiro Paulo Vidal, e Carlos Luís Ferreira Amarante com os quais, e perante os seus Familiares, e Mesa depois do mesmo Sereníssimo Prelado ponderar algumas coisas sobre o sítio da dita nova Igreja, e sua forma, comprimento, e largura, e ouvir sobretudo isto aos ditos Paulo Vidal e Carlos Luís determinou a este fizesse um risco novo para aquela nova Igreja, e com as circunstâncias, que lhe expressou. Assentando e dizendo que a tal nova igreja se havia de edificar na terra, que fica por cima do paredão, que esta por trás da tal igreja maior que lá se acha*...

ASBJM. *2º Livro dos Termos e acórdãos 1770-1786*, fls. 112v-114v

Bibl. SMITH, 1972 b, p. 37; LIMA, 1966, p. 42-43.

VIEIRA, Domingos

Escultor. Pai de José Evangelista Araújo Vieira

1880. 3 de Abril

Juntamente com seu filho, José Evangelista Araújo Vieira, reformou as imagens do retábulo-mor da igreja do Bom Jesus. *São dignos de elogio*

os distintos artistas que no curto espaço de 3 meses conseguiram melhorar consideravelmente as antigas esculturas dos soldados romanos, dos dois ladrões crucificados e de outras figuras...
Bibl. *A capella-mor do Bom Jesus do Monte*. "Commércio do Minho", Braga, 3.4.1880; OLIVEIRA, 1999, p. 62.

VIEIRA, José Evangelista Araújo
Escultor. Filho de Domingos Vieira
1880. 3 de Abril
Juntamente com seu pai, Domingos Vieira, reformou as imagens do retábulo-mor da igreja do Bom Jesus. *São dignos de elogio os distintos artistas que no curto espaço de três meses conseguiram melhorar consideravelmente as antigas esculturas dos soldados romanos, dos dois ladrões crucificados e de outras figuras*...
Bibl. *A capella-mor do Bom Jesus do Monte*. "Commércio do Minho", Braga, 3.4.1880; OLIVEIRA, 1999, p. 62.

1889. 12 de Dezembro
Esculpiu *um grupo de duas bellas imagens representando Judas a dar o osculo em Christo* destinado à capela da Prisão. Foram pintadas por Vicente José da Silva.
Bibl. *Duas imagens em grupo*. "Commercio do Minho", Braga, 12.12.1889.

1891. 13 de Novembro
Autor de uma imagem grande de Cristo flagelado, pintada por Antonio Luís Rodrigues, destinada para uma das capelas do escadório: *A concepção desta imagem é original, fora do vulgar. Representa a Jesus Cristo com uma venda nos olhos, curvado, humilhado, o rosto sereno, sofrendo resignado com a vontade de seu Eterno Pai as flagelações dos verdugos*.
Bibl. *Imagem para o Bom Jesus*. "Commércio do Minho", Braga, 13.11.1891; OLIVEIRA, 1999, p. 66.

1893. 9 de Março
Esculpiu *uma bella imagem do Senhor Ecce Homo que se destina à sexta capella do sanctuario do Bom Jesus do Monte... encarnada* por António Luís Rodrigues.
Bibl. *Senhor Ecce Homo*. "*Commercio do Minho*", Braga, 9 e 10.3.1893; OLIVEIRA, 1999, p. 66.

1901. 6 de Junho
Recebeu 5$500 réis por trabalho não referenciado.
ASBJM. *Diário – Receita e Despesa (1897-1921),* fól. 55.
Bibl. LIMA, 1966, p. 64.

1906. 19 de Fevereiro

A Mesa da Irmandade tomou conhecimento de dois orçamentos apresentados por Domingos Fânzeres e José Evangelista Vieira *para pintura de duas capellas, renovação e encarnação das imagens e figurado*...
ASBJM. *11º Livro de Termos e acórdãos 1905-1920*, fól. 61.
Bibl. LIMA, 1966, p. 64.

VIEIRA, José Maria

Escultor

1893. 13 de Julho

Foi oferecida à Mesa do Bom Jesus uma imagem de Nª Sª das Dores da sua autoria.
Bibl. *Nova imagem*. "Progressista", Braga, 11.7.1893. *Offerta de imagem*. "Commércio do Minho", Braga, 13.7.1893; OLIVEIRA, 1999, p. 63.

VILALOBOS, Manuel Pinto

Engenheiro militar

1725

Manuel Pinto Vilalobos é o grande nome da arquitectura minhota do primeiro terço do século XVIII. Há toda uma tradição que atribui a este engenheiro militar natural do Porto, mas morador em Viana do Castelo, o projecto da igreja – elíptica ou oval – que o arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles mandou levantar no Bom Jesus para enquadrar a nova obra dos Escadórios dos Cinco Sentidos. Em abono desta atribuição está o facto de os engenheiros militares de Viana do Castelo terem sido os principais consultores dos arcebispos de Braga no que respeita à arquitectura, pelo menos desde o tempo de D. Luís de Sousa. A bibliografia é abundante, mas todos repetem esta ideia; a que abaixo se indica é uma entre muitas; é, porém, a primeira a atribuir-lhe a nova igreja do Santuário.
Bibl. FEIO, 1930.

VIVAS, Manuel, 1742-1774

Pedreiro

1742. 4 de Novembro

Foi entregue pela quantia de 2$400 réis a Manuel Vivas o arranjo das águas do Santuário do Bom Jesus do Monte que *estavam desconsertadas*.
ASBJM. *1º Livro dos Termos e acórdãos. 1722-1770*, fls. 46v-47.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 428.

1742. 11 de Dezembro

Foi encarregado pela quantia de 3$900 réis de *cortar no monte e desbastar as pedras necessárias para os degraus da fonte* as pedras necessárias para os degraus defronte da fonte das Chagas do Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *1º Livro dos Termos e acórdãos. 1722-1770*, fls. 47-47v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 429.

1750. 7 de Fevereiro

Lançou na obra de uma nova capela para o Bom Jesus do Monte mas nem ele nem os seus colegas conseguiram a arrematação porque a Mesa não aceitou o preço dos lances e resolveu fazê-la a jornal.
ASBJM. *1º Livro dos Termos e acórdãos. 1722-1770*, fls. 89-89v; *Despesas dos anos de 1720-1760*, fól. 52.
Bibl. SMITH, 1972 a, p. 180; OLIVEIRA, 2011, p. 429.

1751-1752

Recebeu 6$175 réis *por conta da pedra de acréscimo do chafariz e da capela nova* no Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fls. 57-60.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 429-430.

1755. 2 de Outubro

Serviu de fiador a um pedido de empréstimo de 180$000 réis que o seu colega José de Azevedo fez à confraria de Bom Jesus do Monte.
ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 735, fls. 34-34v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 430.

1756-1757

Recebeu 28$590 réis dos 50$000 réis em que ajustou as sete pirâmides da capela nova no Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fls. 76-77.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 430.

1759-1760

Recebeu 2$160 réis de doze dias de jornais em desfazer a capela velha no Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fól. 95v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 430.

1760-1761

Recebeu 28$626 réis juntamente com *Caetano Lourenço, Constantino e outros de vários jornais em lavrar pedra para a rua que fazia Manuel do Rio e Baltazar António junto a Capela do Descendimento*.
Recebeu $360 pela *rematação da capela do Enterro da viúva de Dionísio Felix de Gouveia*...
Recebeu 54$865 réis, juntamente *outros pedreiros de vários jornais, em lavrar a assentar a pedra da rua que vai da Capela do Descendimento para o Enterro*...
ASBJM. *Despesas dos anos de 1720-1760*, fól. 7v, 9, 9v.

1762-1765

Recebeu 1$080 réis por gastos com a condução dos Evangelistas de Nine para o último terreiro e fontes do Santuário do Bom Jesus do Monte.
ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 14v.
Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 430-431.

1765-1766

Recebeu 4$940 réis de vários jornais em fazer os socalcos e paredões à volta da Capela do Descendimento e 181$910 réis pelo trabalho que fez de sociedade com o seu colega *Lisboa* de *jornais de encanar a água para o Terreiro e no paredão para o repuxo* o Santuário do Bom Jesus do Monte.

ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 21v, 22v.

Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 431.

1770-1771

Recebeu da Confraria do Bom Jesus do Monte 72$702 réis da obra *do pátio e degraus e pilastras a porta da Capela da Unção e lajeado a volta da mesma, e lajeado dentro da última capela da Urna que se tornou a levantar*.

ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 35-36v.

Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 431.

1771-1772

Recebeu 6$510 réis em cinco parcelas por vários trabalhos que fez com as águas e pavimento no Terreiro dos Evangelistas do Santuário do Bom Jesus do Monte.

ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fls. 39v, 41, 41v.

Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 431.

1773-1774

Recebeu 15$790 réis de encanar as águas das fontes no Santuário do Bom Jesus do Monte.

ASBJM. *Despesas dos anos de 1760-1852*, fól. 45.

Bibl. OLIVEIRA, 2011, p. 431.

ABREVIATURAS

ADB – Arquivo Distrital de Braga

AMB – Arquivo Municipal de Braga

ASBJM – Arquivo do Santuário do Bom Jesus do Monte

FEIO, Alberto
1930 *Bom Jesus do Monte*, Braga, Confraria do Bom Jesus.

LIMA, Maria Luísa Gonçalves Reis
1966 *A renovação estética da igreja do Bom Jesus do Monte na época contemporânea*. Vol. 2. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de
1999 *Arte religiosa e artistas em Braga e sua região (1870-1920)*. Braga, APPACDM Distrital de Braga.

2011 *André Soares e o rococó do Minho*, vol. 3. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira
1993 Pedreiros galegos no noroeste português no século XVIII. In: *Las relaciones artísticas entre España y Portugal: Artistas, mecenas y viajeros*. Simposio Hispano–Portugués de Historia del Arte, 7.º. *Actas*. Olivença, s./n.

1994 *Arquitectura civil e religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII. Os Homens e as Obras*. Braga.

SMITH, Robert C.
1972a *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, escultor beneditino do séc. XVIII,* vol. 1. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

1972b *Três estudos bracarenses*. Braga, Livraria Cruz.

Bom Jesus do Monte: uma obra de arte total

EDUARDO DUARTE *

SUMÁRIO

Partindo da frase de uma carta de Gian Lorenzo Bernini, analisar-se-á o Santuário do Bom Jesus, em Braga, como local paisagístico, de urbanismo, de arquitectura, de escultura e até de pintura na sua vertente de obra de arte total.

A análise da paisagem, da arquitectura (dos escadórios, da antiga e actual igreja do santuário), e da escultura (das fontes, obeliscos, estátuas e até de uma estátua equestre), nas suas múltiplas dimensões formais, estéticas, iconográficas e poéticas, será contemplada. O discurso religioso e iconográfico começou a ser construído e ampliado, ao longo do tempo, até ao monumento total que é hoje o Bom Jesus, em Braga. Local por excelência do barroco nacional e internacional, o sentido do Santuário, como uma verdadeira e única obra de arte total, vive e reflecte, a cada instante, o discurso religioso e artístico, dando-lhe novos sentidos contínua e totalmente.

ABSTRACT

From a sentence in a letter of Gian Lorenzo Bernini, the Sanctuary of Bom Jesus in Braga will be analyzed: its landscaped, planning, architecture, sculpture and painting as a total work of art.

The analysis of its landscape, architecture (the staircases, the former and the actual church) the sculpture (fontains, obelisks, statues and a equestrian statue), in the formal, aesthetic, iconogra-

* Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. eduardo.duarte@fba.ul.pt

phic and poetic dimensions will be studied. The religious and iconographic discourse began to be built and expanded over time, up to the total monument that is now the Bom Jesus in Braga.

Bom Jesus is a national and international icon as total work of art that lives and reflects, each moment, the religious and artistic discourse.

O Barroco é, na sua essência, total. Raras vezes na História da Arte a arte quis ser tão abrangente como nesse estilo. A totalidade abrangia o urbanismo, a arquitectura, a escultura, a pintura, a cenografia, a música, a oratória, os sermões e as festas. Talvez uma das melhores sínteses deste espírito na obra barroca esteja na frase de uma carta de Gian Lorenzo Bernini (1598-1680), na qual o notável escultor, arquitecto, pintor e cenógrafo e um dos criadores desse estilo, escreveu:

> "When at the first instant the eye meets a form that satisfies by its contour and fills the beholder with admiration, them the aim of art has been achieved."[1]

Tomando como medida esta frase, analisemos a obra que nos propomos estudar do ponto de vista da obra de arte global. Uma das mais importantes obras barrocas de Portugal, a par do Convento de Mafra (1717-1730), é o Santuário do Bom Jesus do Monte em Braga, geralmente associado às obras de António Francisco Lisboa (Aleijadinho), no Brasil.[2]

O Santuário, nas palavras de Yves Bottineau, revela:

> "not only with architecture in the strict sense of the word but with the layout of an entire site-buildings, gardens and landscape [...] As soon as one enters the complex, one feels the special quality of the atmosphere. It combines a typically Portuguese feeling for elegance with the picturesqueness of nature arranged in accordance with the exacta design, the several stages of pilgrimage, and iconographic symbolism."[3]

---

1 WITTKOWER, Rudolf – **Gothic Versus Classic.** London: Thames and Hudson, 1974, pp. 54, 58.
"Quando no primeiro instante o olhar capta a forma que satisfaz pelo seu contorno e enche o espectador com admiração, então o objectivo da arte foi cumprido." [Tradução livre].

2 NORBERG-SCHULZ, Christisn – **Late Baroque and Rococo Architecture.** Milan: Faber and Faber/Electa, 1980, pp. 174, 177.

3 BOTTINEAU, Yves – **Iberian-American Baroque.** Lausanne: Benedikt Taschen, 1994, p. 52.
"não é somente a arquitectura no sentido literal da palavra, mas a organização de toda

Na verdade, e testemunhando a sua importância no contexto da arte portuguesa, o Santuário tem sido motivo de inúmeros estudos e memórias, desde o século XVIII até aos nossos dias.[4]

O Santuário do Bom Jesus situa-se no Monte Espinho – cujo nome refere, desde logo, a coroa de espinhos de Jesus Cristo –, que rodeia Braga por leste, erguendo-se, na encosta ocidental, virado para a cidade.

Sem qualquer dúvida, este Santuário, além da sua vertente ligada à natureza, por estar situado num monte, é também urbano, pois encontra-se em frente à cidade de Braga, dialogando, permanentemente, com esta. Nesse aspecto, o Santuário é, em alguns pontos da cidade, como a actual Avenida Central, antigo Campo de Santana, um cenário aberto no monte ao fundo que se observa a partir da urbe.

Segundo Alberto Feio, as origens do Santuário do Bom Jesus perdem-se na memória e referem o aparecimento de uma cruz nesse monte no século XIV, colocada, misteriosamente, por um crente. A devoção à Santa Cruz do Monte desenvolveu-se e, em 1522, foi construída a primeira ermida no Monte Espinho. Com o passar do tempo, a ermida e o respectivo culto caíram no esquecimento até que em 1629 um grupo de modestos bracarenses fundou uma irmandade sob a invocação do Bom Jesus do Monte. A capela foi restaurada e aumentada e abriram-se ainda caminhos na montanha com pequenas ermidas onde se representavam os Passos de Cristo. Também as águas perdidas no monte foram canalizadas e realizou-se a primeira fonte monumental, construindo-se igualmente um albergue para os peregrinos. Após um conflito entre a irmandade e um poderoso deão da Sé de Braga, o culto entra novamente em decadência e os edifícios em ruína. Finalmente, a irmandade apela à protecção do arcebispo de Braga, D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728), notável prelado e grande mecenas da Braga barroca. Em 4 de Julho de 1722, a confraria do Bom Jesus do Monte toma posse de todas as capelas e ermidas do monte e o arcebispo

---

a envolvência, dos jardins e da paisagem [...] Logo que se entra no Santuário a pessoa sente a qualidade especial da atmosfera. Combina uma típica sensação para a elegância com o pitoresco da organização natural, de acordo com o design exacto, as várias etapas da peregrinação e o simbolismo iconográfico." [Tradução livre].

[4] PEIXOTO, José Carlos Gonçalves – Os memorialistas do Bom Jesus do Monte. In OLIVEIRA, Aurélio de; VARANDA, João; PEIXOTO, José C.; PEREIRA, Varico (Coord.) **O Barroco em Portugal e no Brasil.** Braga: Edições ISMAI e CEDTUR – Centro de Estudos de Desenvolvimento Turístico/ISMAI, 2012, pp. 149-157.

tornou-se juiz da confraria. Como juiz, D. Rodrigo de Moura Teles fez grandes obras daquilo que designou como "Jerusalém Restaurada" em 1723. Mandou edificar um grande pórtico, ampliou caminhos, construiu novas capelas com os Passos de Cristo, um novo Escadório com as fontes dos Cinco Sentidos e uma nova igreja de planta circular, obra do engenheiro militar Manuel Pinto de Vilalobos (segunda metade do séc. XVII-1734).[5]

Após entrarmos no Pórtico da "Jerusalém Restaurada", observamos as duas primeiras capelas com as cenas da *Última Ceia* e de *Jesus a Rezar no Monte das Oliveiras*. Depois, o caminho faz-se por entre um denso arvoredo em ziguezague. À medida que vamos subindo, encontramos outras capelas com os diversos Passos da Paixão e fontes que evocam as divindades pagãs da mitologia (no pórtico de entrada as fontes do *Sol* e da *Lua* e, no caminho, deparamos com as fontes de *Diana*, *Marte*, *Mercúrio* e *Saturno*. Junto da capela com a cena do *Pretório*, na qual Pilatos mostra Jesus ao povo, existia uma antiga fonte dedicada a *Júpiter*, hoje desaparecida[6], e uma outra denominada de *Cupido* e outras ainda dedicadas a *Hércules* e a *Jano*.[7]

A presença das fontes de deuses da mitologia significa em termos iconográficos a vitória do Cristianismo sobre o paganismo[8], mas, igualmente, um sentido de totalidade cósmica, porquanto algumas dessas divindades eram designações de objectos celestes e faziam parte dos sete planetas.[9]

Todo o caminho do peregrino é acompanhado pelas referidas capelas que revelam no seu interior esculturas de madeira policromáticas e cenários também pintados, verdadeiros palcos teatrais onde decorrem as diversas cenas da Paixão de Cristo.

---

5 FEIO, Alberto – **Bom Jesus do Monte.** Braga: Edição da Confraria do Santuário do Bom Jesus do Monte, 1930, pp. 21-43.

6 *Ibid*., p. 55. Na verdade, essa fonte ainda hoje existe, estando actualmente colocada na entrada norte do Santuário do Bom Jesus do Monte, Vd. ESTEVES, Gerardo – A Fonte de Júpiter – nova localização no Bom Jesus do Monte. Diário do Minho. Suplemento Cultura, 15. Fev. 2012, pp. IV-VI.

7 MASSARA, Mónica – **Santuário do Bom Jesus do Monte. Fenómeno Tardo Barroco em Portugal.** Braga: Confraria do Bom Jesus de Braga, 1988, pp. 80, 83-84.

8 PEREIRA, José Fernandes – Retórica da Fé: Simbolismo e decoração no Escadório dos Cinco Sentidos. **Claro Escuro. Revista de Estudos Barrocos.** Lisboa: Quimera. N.º 1, 1988, p. 19.

9 Além da Terra, um centro imóvel, os planetas eram sete: Sol, Lua, Mercúrio, Vénus, Marte, Júpiter e Saturno.

Depois de um percurso pelo monte, chegamos a um cenário notável, marcado pelo Escadório dos Cinco Sentidos[10] que se inicia pela fonte das *Cinco Chagas* (com as chagas, por onde sai a água, e os instrumentos da Paixão de Cristo) e pelas fontes da *Vista*, *Ouvido*, *Olfacto*, *Paladar* e *Tacto*. Este escadórico remete para a necessidade de os peregrinos renunciarem a esses sentidos, tantas vezes pecaminosos, na sua ascensão até Cristo que está na igreja, no cimo do monte. Curiosamente, os sentidos foram colocados de forma pecaminosa, do mais necessário até àquele que é mais perigoso e que consiste em tocar naquilo que é proibido.

Cada sentido é representado por um homem de onde sai água através dos olhos, ouvidos, nariz, boca e de uma vasilha. Além disso, cada uma das fontes apresenta animais com esses sentidos apurados: águias, bois, cães, macacos e aranhas, respectivamente. Também em cada uma das fontes surgem os símbolos heráldicos de D. Rodrigo de Moura Teles, sete castelos, a esfera armilar e a cruz de Cristo. Estas fontes são ladeadas por estátuas de personagens do Antigo Testamento e figuras alegóricas, sempre com as respectivas inscrições em latim transcritas da Bíblia.

No final do século XVIII, a igreja, mandada construir por D. Rodrigo de Moura Teles, que ostentava a data de 1725, ameaçava ruína e foi um outro arcebispo, D. Gaspar de Bragança (1716--1789), filho natural de D. João V, irmão de D. José I e tio de D. Maria I, quem ordenou a construção de um novo templo em 1780. A nova igreja, projecto do arquitecto Carlos Amarante (1748-1815), tem uma planta em cruz latina, duas torres e zimbório. Uma vez que se construiu na parte superior do antigo edifício, o espaço entre as duas edificações foi completado por um outro Escadório, o das Virtudes. As obras da igreja decorreram entre 1784 e 1857.[11]

O Escadório das Virtudes completa o dos Sentidos: o peregrino, após renunciar aos sentidos, através das virtudes teologais, *Fé*, *Esperança* e *Caridade*, pode entrar no templo. A ladearem cada uma das três fontes encontram-se estátuas da *Docilidade*, *Confissão*, *Confiança*, *Glória*, *Benignidade* e *Paz*. Como Escadório dos

---

[10] PEREIRA, José Fernandes – *op. cit.*

[11] DUARTE, Eduardo – **Carlos Amarante (1748-1815) e o Final do Classicismo. Um arquitecto de Braga e do Porto.** Porto: Publicações da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2000, pp. 113-137.

[12] *Ibid.*, p. 127.

Sentidos, cada uma das esculturas tem por baixo uma frase retirada da Bíblia, estando sempre devidamente identificadas com legendas, na melhor tradição da arte tridentina.

A nova igreja completa e dá sentido a todo o escadório. A sua fachada é o escadório e este a igreja.[12] Tudo parece ter sido feito com essa preocupação, pois as estátuas dos quatro *Evangelistas* estão milimétrica e visualmente sobre o topo visual do escadório e a fachada tripartida está de acordo com a composição dos dois escadórios, que formam um único elemento plástico. Nesse sentido, todo o santuário apresenta uma imensa tela, na qual tudo é totalidade visual, desde o desenho do claro escuro dos escadórios e da igreja, no contraste entre o granito e cal, ao verde da paisagem circundante e ao azul do céu.

Antes de se entrar na igreja, encontramos o Terreiro de Moisés e a *estátua equestre de S. Longuinhos* (1819-1821), obra do mestre pedreiro Pedro José Luís, e oferecida por um benemérito, o Dr. Luís de Castro Gomes do Couto, de Pico de Regalados. A escultura está no local onde existia a torre sineira do antigo templo.[13]

Pensamos que esta escultura não tem sido devidamente valorizada. De facto, deverá sê-lo, porque se trata, afinal, de uma estátua equestre, com evidentes semelhanças com a única que existia em Portugal nessa época: a *estátua equestre de D. José I* na Praça do Comércio, em Lisboa (1770-1775), obra de Joaquim Machado de Castro (1731-1822). Acresce que a estátua do santuário bracarense é de granito e não de bronze (material muito mais barato e comum na região do Minho). As estátuas equestres, por questões estruturais, tinham de ser em bronze, o único material que as podia suportar, devido à fragilidade das patas dos cavalos; quando essas esculturas eram em pedra, a barriga do animal tinha de estar sobre um qualquer maciço ou ligadas a uma parede posterior.[14]

---

[13] FEIO, Alberto – *op. cit.*, p. 80; MASSARA, Mónica – *op. cit.*, pp. 79, 156, 158-159; PEIXOTO, José Carlos Gonçalves – **Bom Jesus do Monte.** Braga: Confraria do Bom Jesus do Monte, 2011, p. 125. O advogado Luís de Castro Gomes do Couto ofereceu ao Santuário esta estátua em virtude da promessa que fez pela recuperação de um dos seus filhos, militar de cavalaria, após uma queda de cavalo.

[14] Dois dos exemplos mais célebres de estátuas equestres em pedra são obras de Bernini: a *estátua de Constantino* no Vaticano, na Scala Regia, (1654-1670) e a de *Luís XIV* (1669-1677), modificada por François Girardon (1628-1715) num *Marcus Curtius*, nos jardins de Versailles. Actualmente uma cópia desta última peça encontra-se no exterior do Museu do Louvre. A primeira estátua equestre está apoiada na parede e a segundo apresenta uma maciço em chamas (anteriormente eram rochas) por baixo do cavalo. HIBBARD, Howard – **Bernini.** London: Penguin Books, 1990, pp. 163-167, 182.

O cavalo de *S. Longuinhos* é muito semelhante ao do rei *D. José I* e o seu movimento em tudo idêntico, apesar de a cabeça estar para o outro lado.[15] *S. Longuinhos* apresenta igualmente uma armadura que recorda a do monarca, sobretudo ao nível do elmo.[16] Toda a estrutura da estátua do santuário mantém-se sólida, porque um grande pano debaixo da sela do cavalo funciona como dois suportes que terminam em borlas que se ligam até um maciço representado por uma série de pedras na base da peça.[17] Dir-se-ia que a estátua de *S. Longuinhos* é quase uma versão popular e minhota da peça do Terreiro do Paço, não tendo, como seria de esperar, o material (bronze), o rigor anatómico e formal ou a densidade iconográfica da estátua da capital.[18]

A escolha de S. Longuinhos na iconografia total do Santuário do Bom Jesus não deixa de ser lógica, porquanto se trata de um centurião romano pagão que assistiu à morte de Jesus Cristo e que logo percebeu que Este era Filho de Deus, tornando-se, desta forma, um dos primeiros cristãos e, mais tarde, mártir. Já a escolha de o representar através de uma estátua equestre, com a lança virada para baixo, gesto claro de humildade cristã e de aceitação da divindade de Cristo, não deixa de ser notável devido à complexidade desta tipologia escultórica. A lança, símbolo de Longuinhos, e que se confunde com o seu nome em Grego, revela a iconografia do santo e remete para a "lança que sangra" que aparece na lenda do Graal, por vezes associada com o episódio de S. Longuinhos. A lança

---

A mais antiga estátua equestre que se conhece em Portugal, também em pedra, é atribuível ao Mestre Pêro na capela funerária de Domingos Joanes, anexa à igreja de Santa Cruz de Oliveira do Hospital. Vd. CAETANO, Joaquim de Oliveira – **Obras-Primas da Arte Portuguesa. Escultura.** Lisboa: Athena, 2011, pp. 30-31.

15 A cabeça do *cavalo de D. José I* está para o lado direito, como o rosto do monarca; a da montada de *S. Longuinhos* para o lado esquerdo, acompanhado, igualmente o movimento da cabeça do centurião romano. A posição das patas é em tudo idêntica nas duas estátuas equestres, apesar de a montada do santo ser mais pequena que a do rei na relação com os cavaleiros, consequência, afinal, de algumas limitações escultóricas e formais do mestre do Santuário de Braga. Muito provavelmente, Pedro José Luís conhecia a *estátua equestre de D. José I* através de uma qualquer gravura.

16 A antiguidade de *S. Longuinhos*, além da armadura e do elmo, é dada por um escudo, com a forma de um mascarão.

17 Além deste suporte, uma das patas da frente está ligada a uma rocha, também a cauda do cavalo está ligada à base. Os estribos são em pedra; as rédeas, as esporas e a lança, em metal.

18 O pedestal da *estátua equestre de S. Longuinhos* é muito simples, sem qualquer figura alegórica, apenas se destacando na zona superior um relógio de Sol e, ao centro, virado para o escadório, uma cartela oval com a legenda: "Longuinhos 1819".



D. José I, 1770-1775



S. Longuinhos, 1819-1821



D. José I



S. Longuinhos

representa também a Paixão de Cristo, por ser um dos seus instrumentos, e é um sinal inequívoco de sacrifício.[19]

Mais acima, depois do Terreiro de Moisés e da fonte do Pelicano, onde se situava a antiga igreja de D. Rodrigo de Moura Teles, chegamos finalmente ao adro do templo. Aqui, encontramos as estátuas em pedra de *Anaz*, *Caifaz*, *Herodes*, *Pilatos*, de um lado; e do outro as de *José de Arimateia*, *Nicodemus*, *Centurião* e, novamente, *Pilatos*. Todas estas esculturas, sobre altas e decoradas bases, estão de frente para a igreja e, consequentemente, de costas para os escadórios.

A Igreja do Bom Jesus é dominada por uma porta única ladeada por nichos onde estão as estátuas de *Jeremias* e *Isaías*. Quatro colunas dóricas, simbolicamente colunas da fé, são encimadas pelas estátuas dos quatro *Evangelistas* e, sobre uma serliana, o frontão ostenta os instrumentos da paixão de Cristo, como na fonte das *Cinco Chagas* e na zona superior da antiga igreja do Santuário, os quais eram transportados por estátuas de anjos.

O interior do actual templo é dominado por altares pintados com cenas da vida de Cristo e, no transepto, encontram-se as estátuas dos quatro *Doutores da Igreja*: *S. Ambrósio*, *S. Jerónimo*, *S. Agostinho* e *S. Gregório Magno*, obras de José Albertino de Azevedo.[20]

No altar-mor, uma imensa peça teatral ocorre: *Cristo no Calvário*, entre o *bom* e o *mau ladrão*, a *Virgem*, *S. João*, as *Santas Mulheres* e os *centuriões*. Toda a igreja é dominada pelo interior do zimbório, espécie de céu platónico como foi descrito por Giulio Carlo Argan.[21] Esta cena marca o apogeu do drama do Santuário e domina-o simbolicamente. Pensamos que, em termos de iconografia, o *Calvário* dialoga também com as estátuas dos acusadores de Cristo, no adro do templo, que estão, como não podia deixar de ser, num plano inferior ao da Crucificação.

---

[19] CIRLOT, Juan-Eduardo – **Diccionario de Símbolos.** Barcelona: Editorial Labor, 1991, p. 268 e HALL, James – **Dictionary of Subjects and Symbols in Art.** London: John Murray, 1991, p. 193.
Muito conhecida é a *estátua de S. Longuinhos ou S. Longinus* que Bernini fez para um dos nichos da zona do cruzeiro de S. Pedro do Vaticano (1629-1638). Refira-se, igualmente, que S. Longuinhos pode aparecer a cavalo ou pedestre, como a referida peça de Bernini, quase sempre com a lança, mas também, mais raramente, com uma píxide na qual recolheu as gotas do Sangue de Cristo.

[20] DUARTE, Eduardo – *op*, *cit*., pp. 126-133.

[21] ARGAN, Giulio Carlo – **L'Âge Baroque.** Genève: Editions d'Art Albert Skira, 1989, p. 53.

A igreja imaginada e construída por Carlos Amarante, com planta em cruz latina, duas torres e zimbório (cujo remate exterior não corresponde ao desenho original) aproxima-se da ideia do "Tempio Christiano" do *Livro V de Arquitectura* (1547) de Sebastiano Serlio (1475-1553/55). Com toda a certeza, o arquitecto pretendeu fazer uma fachada tripartida coincidente com os escadórios em baixo, conseguindo, desta forma, uma perfeita síntese. O novo templo do Bom Jesus de Braga aproximou-se estrutural e ideologicamente da Basílica da Estrela e, consequentemente, da Basílica do Convento de Mafra e da Basílica de S. Pedro, em Roma, depois das obras de Carlo Maderno (1556-1629).[22]

Não deixa de ser curioso atendermos a esta opção de Carlos Amarante em detrimento de um templo de planta circular como era o da igreja anterior de Manuel Pinto de Vilalobos. Ao fazê-lo, Carlos Amarante quis colocar a nova Igreja do Bom Jesus num roteiro de grande prestígio formal, com evidentes associações a Lisboa, Mafra e Roma.

Ao invés, não deixa ainda de ser curioso que Carlos Amarante tenha e muito bem optado por uma derivação da planta circular (com a fachada convexa) para a Igreja do Hospital de S. João Marcos, em Braga (1787). A escolha por esse desenho deve ser entendida sob dois pontos de vista: no Campo dos Remédios existiam dois edifícios grandiosos e de prestígio: a Igreja de Santa Cruz[23] e o Convento de Nossa Senhora da Piedade e dos Remédios.[24] Dentro de uma praça, que dificilmente poderia ser mais barroca, por ter três igrejas em permanente diálogo, um convento e ainda um hospital, Carlos Amarante, de forma genial, coloca a igreja deste último com uma composição e fachada convexa que define um novo e forte eixo estruturador na praça, ao mesmo tempo que estabelecia um diálogo activo e igual com os dois edifícios existentes.

Uma outra questão importante é aquela que se prende com o desenho de um *martyrium* que Carlos Amarante realizou nessa

---

22 DUARTE, Eduardo – Reflexos da Estrela na "Jerusalém Restaurada". **Monumentos. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos.** Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. N.º 16, Março, 2002, pp. 29-37.

23 Vd. COSTA, Luís – **O Templo de Santa Cruz.** Braga: Irmandade de Santa Cruz, 1993.

24 Vd. FERREIRA, Rui – O legado do extincto Convento de Nossa Senhora dos Remédios. **Misericórdia de Braga. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga.** Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga. N.º 10, Dezembro, 2014, pp. 33-79.

igreja[25], cujo orago, S. João Marcos, havia sido, segundo a hagiografia dos séculos XVII e XVIII, primo de S. Barnabé, um dos discípulos de Cristo e mártir, sendo que os pais eram donos da casa na qual teve lugar a Última Ceia e o Pentecostes.[26] Também a existência de um Apostolado sobre a balaustrada do Hospital e da Igreja de S. João Marcos revela a extraordinária importância deste santo contemporâneo de Cristo e dos seus companheiros e a presença das suas sagradas relíquias nesse templo.[27]

O valor do *templum-martyrium* sugerida pela forma circular (convexa) da fachada e da planta centralizada da igreja de S. João Marcos[28] já existia na antiga Igreja do Bom Jesus que, em termos iconográficos, definia igualmente o Martírio de Cristo. Em termos simbólicos, e associadas às plantas circulares e centralizadas, estavam as cúpulas que derivam dos protótipos do Templo-Mausoléu de S. Pedro de Roma que marca o local da sepultura do primeiro Papa.[29]

Finalmente, nesse percurso ascensional, a partir da Igreja do Bom Jesus, que materializa o derradeiro drama cristão, e é afinal uma metáfora do verdadeiro Templo, que é o Corpo de Cristo, para o lado norte, um novo lanço de escadas conduz ao Terreiro dos Evangelistas. Ao longo dessas escadas observa-se a capela da *Deposição de Cristo* e da *Ressurreição*.

O Terreiro dos Evangelistas é de planta quadrada e nele contemplamos as *fontes-estátuas dos Evangelistas* e as três últimas

---

[25] DUARTE, Eduardo – **Carlos Amarante**..., pp. 155-164.

[26] *Ibid*., pp. 140-149.

[27] *Ibid*., pp. 159-164. O Apostolado da Igreja e Hospital de S. João Marcos, sobre a balaustrada num edifício do séc. XVIII, é único no nosso país. Além deste Apostolado, devemos ainda registar aquele que existe no interior da Sé de Braga (1780), da época de D. Gaspar de Bragança, (DUARTE, Eduardo – **Carlos Amarante**..., pp. 53-56) e também os Apóstolos que fizeram parte da encomenda italiana para a Basílica de Mafra (1731-1733); existem ainda dois Apostolados góticos nos portais da Sé de Évora (c. 1340) e do Mosteiro da Batalha (1402-1438); também o portal sul do Mosteiro dos Jerónimos (1516-1517) ostenta, entre outras, as figuras dos Apóstolos e o portal axial (1517-1519) desta casa hieronimita que apresenta seis Apóstolos (Vd. DIAS, Pedro – **Os Portais Manuelinos do Mosteiro dos Jerónimos.** Coimbra: Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1993, pp. 69-194).

[28] A planta da Igreja de S. João Marcos não sendo, de facto, centralizada, é-o em termos visuais, assumindo grande importância todo o espaço debaixo da grande cúpula que é central no edifício.

[29] DUARTE, Eduardo – **Carlos Amarante**..., pp. 160-161. *Vd*. FAGIOLO, Marcello – Dal Bramante ad Antonio da Sangallo: l'idea del Tempio-Mausoleo. In **San Pietro. Antonio da Sangallo, Antonio Labacco. Un progetto e un modello. Storia e restauro.** [Milano]: Bompiani, 1994, pp. 34-42.

capelas: *Aparição de Cristo a Maria Madalena*, a *Ceia de Emaús* e a *Ascensão de Cristo*. Este Terreiro dos Evangelistas, ele próprio uma espécie de notável miniatura de uma praça barroca em losango, tem a cobri-lo, pensamos, não uma cúpula, mas o próprio céu para onde Cristo se elevou. E é precisamente nesse ponto que toda a totalidade do santuário parece terminar e fazer sentido.

Como se pode observar, o santuário tem inúmeras pistas iconográficas e simbólicas. Recentemente, Paulo Abreu e Gerardo Esteves pretenderam ver no santuário três vias ascéticas: a via purgativa, a via iluminativa e a via unitiva.[30] Também o Escadório dos Cinco Sentidos parece desenhar no seu imenso plano de rampa um cálice com inúmeras e interessantes conclusões simbólicas e religiosas[31] que contribuem para um maior entendimento da totalidade da obra do Santuário do Bom Jesus de Braga e da interpretação da sua complexa iconografia, que, pensamos, por ser total, nunca deverá estar terminada, sendo sempre possível estabelecer outras pistas, leituras e correlações.

Consideramos ainda que o santuário, além de obra de arte total, reflexo e materialização evidente da *Primeira Carta de S. Paulo aos Coríntios*, 2.ª parte, capítulos 12 e 13[32], é também uma imensa e completa (talvez global) obra de engenharia hidráulica. Pensemos, por exemplo, nas canalizações para o abastecimento das fontes ou nas diversas maneiras de controlar e de dirigir as águas pluviais, afastando-as dos caminhos e das escadas.

"O estilo é aqui assumido como espectáculo total, aproveitando-se as potencialidades cénicas da arquitectura, da escultura, da natureza (cheiro das plantas, tratamento do arvoredo enquanto «massa» propiciadora de zonas de claro e escuro) e da paisagem (colocação estratégica do sacro monte face a Braga); também a água contribui para a definição deste espaço retórico, embora de modo mais contido, pois o som que produz é antes um rumor convidando à meditação."[33]

---

30 ABREU, Paulo; ESTEVES, Gerardo – Bom Jesus do Monte: um sermão eloquente. In OLIVEIRA, Aurélio de; VARANDA, João; PEIXOTO, José C.; PEREIRA, Varico (Coord.) **O Barroco em Portugal e no Brasil.** Braga: Edições ISMAI e CEDTUR – Centro de Estudos de Desenvolvimento Turístico/ISMAI, pp. 498-499.

31 *Ibid*., pp. 500, 504-507. A visualização deste cálice (Graal?) pode estar associado à figura de S. Longuinhos e, naturalmente, ao Sangue de Cristo.

32 DUARTE, Eduardo – **Carlos Amarante**..., pp. 130-131.

33 PEREIRA, José Fernandes – *op. cit.,* p. 27

Em suma, o Santuário do Bom Jesus do Monte é uma obra de arte total, pelos sentidos, formas, cores, sons da água das fontes e do vento, das fragrâncias da natureza e da imensa tentação de tocarmos nesse cenário global que é quase irreal.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Paulo; ESTEVES, Gerardo – Bom Jesus do Monte: um sermão eloquente. In OLIVEIRA, Aurélio de; VARANDA, João; PEIXOTO, José C.; PEREIRA, Varico (Coord.) **O Barroco em Portugal e no Brasil.** Braga: Edições ISMAI e CEDTUR – Centro de Estudos de Desenvolvimento Turístico/ISMAI. ISBN 978-972-9048-66-1. pp. 485-523.

ARGAN, Giulio Carlo – **L'Âge Baroque.** Genève: Editions d'Art Albert Skira, 1989. ISBN 2-605-00136-9.

BOTTINEAU, Yves – **Iberian-American Baroque.** Lausanne: Benedikt Taschen, 1994. ISBN 3-8228-9303-X.

CAETANO, Joaquim de Oliveira – **Obras-Primas da Arte Portuguesa. Escultura.** Lisboa: Athena, 2011. ISBN 978-989-31-0021-9.

CIRLOT, Juan-Eduardo – **Diccionario de Símbolos.** Barcelona: Editorial Labor, 1991. ISBN 84-335-3504-8.

COSTA, Luís – **O Templo de Santa Cruz.** 2.ª ed. aumentada e melhorada. Braga: Irmandade de Santa Cruz, 1993.

DIAS, Pedro – **Os Portais Manuelinos do Mosteiro dos Jerónimos.** Coimbra: Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1993.

DUARTE, Eduardo – **Carlos Amarante (1748-1815) e o Final do Classicismo. Um arquitecto de Braga e do Porto.** Porto: Publicações da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2000. ISBN 972-9483-41-8.

DUARTE, Eduardo – Reflexos da Estrela na "Jerusalém Restaurada". **Monumentos. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos.** ISSN 0872-8747. N.º 16, Março, 2002, pp. 29-37.

ESTEVES, Gerardo – A Fonte de Júpiter – nova localização no Bom Jesus do Monte. Diário do Minho. Suplemento Cultura, 15. Fev. 2012, pp. IV-VI.

FAGIOLO, Marcello – Dal Bramante ad Antonio da Sangallo: l'idea del Tempio-Mausoleo. In **San Pietro: Antonio da Sangallo, Antonio Labacco. Un progetto e un modello. Storia e restauro.** [Milano]: Bompiani, 1994. ISBN88-452-2300-0. pp. 34-42.

FEIO, Alberto – **Bom Jesus do Monte.** Braga: Edição da Confraria do Santuário do Bom Jesus do Monte, 1930.

FERREIRA, Rui – O legado do extincto Convento de Nossa Senhora dos Remédios. **Misericórdia de Braga. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga.** Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga. ISSN 1646-3188. N.º 10, Dezembro, 2014, pp. 33-79.

HALL, James – **Dictionary of Subjects and Symbols in Art.** Revised Edition. London: John Murray, Publishers, 1991. ISBN 0-7195-4147-6.

HIBBARD, Howard – **Bernini.** London: Penguin Books, 1990. ISBN 0-14-013598-7.

MASSARA, Mónica – **Santuário do Bom Jesus do Monte. Fenómeno Tardo Barroco em Portugal.** Braga: Confraria do Bom Jesus de Braga, 1988.

NORBERG-SCHULZ, Christian – **Late Baroque and Rococo Architecture.** Milan: Faber and Faber/Electa, 1980. ISBN 0-571-14516-7.

PEIXOTO, José Carlos Gonçalves – **Bom Jesus do Monte.** Braga: Confraria do Bom Jesus do Monte, 2011. ISBN 978-989-20-2751-1.

PEIXOTO, José Carlos Gonçalves – Os memorialistas do Bom Jesus do Monte. In OLIVEIRA, Aurélio de; VARANDA, João; PEIXOTO, José C.; PEREIRA, Varico (Coord.) **O Barroco em Portugal e no Brasil.** Braga: Edições ISMAI e CEDTUR – Centro de Estudos de Desenvolvimento Turístico/ISMAI, 2012. ISBN 978-972-9048-66-1. pp. 149-157.

PEREIRA, José Fernandes – Retórica da Fé: Simbolismo e decoração no Escadório dos Cinco Sentidos. **Claro Escuro. Revista de Estudos Barrocos.** Lisboa: Quimera. N.º 1, 1988, pp. 17-31.

WITTKOWER, Rudolf – **Gothic Versus Classic.** London: Thames and Hudson, 1974. ISBN 050085002X.

Fotos:
Eduardo Duarte, 2013 e 2015

No Bom Jesus do Monte, com Camilo Castelo Branco

JOÃO PAULO BRAGA *

RESUMO

O Bom Jesus do Monte está intimamente ligado à vida de Camilo Castelo Branco, como evidencia a obra de cariz autobiográfico *No Bom Jesus do Monte*. Na produção ficcional do escritor Português podemos encontrar inúmeras referências a este espaço, que serviu de cenário a diversos momentos de suas histórias.

Neste estudo, é nosso objetivo rastrear a presença do Bom Jesus do Monte na biografia e na obra de Camilo Castelo Branco, inquirindo as circunstâncias históricas, biográficas e literárias que a motivam.

Palavras-chave: Bom Jesus do Monte; Camilo Castelo Branco; biografia; ficção; lirismo; sátira.

ABSTRACT

Bom Jesus do Monte (Braga, Portugal) is closely linked to the life of Camilo Castelo Branco, as evidences the autobiographical book *No Bom Jesus do Monte* (1864). In the fictional production of the Portuguese novelist we can find numerous references to this space, which served as a setting to several moments of his stories.

In this study, it is our aim to track the presence of Bom Jesus do Monte in the biography and work of Camilo Castelo Branco, inquiring the historical, biographical and literary circumstances that motivate it.

Keywords: Bom Jesus do Monte; Camilo Castelo Branco; biography; fiction; lyricism; satire.

---

* Univ. Católica Portuguesa/CEFH – jpbragasilva@hotmail.com
Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do PEst-OE/FIL/UI0683/2014, Projeto Estratégico do Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

"Eu tinha dez anos quando, pela primeira vez, fui ao Bom Jesus do Monte".[1] Assim começa um texto de Camilo Castelo Branco, comemorativo do centenário do Bom Jesus do Monte em 1884, e recolhido no volume de miscelânea *Boémia do Espírito*. Tendo nascido em Lisboa, a 16 de março de 1825, Camilo, que mal conhecera a mãe, ficou órfão de pai aos dez anos, sendo enviado para Trás-os-Montes, ao cuidado da tia Rita Emília: "Porque eu, aos dez anos, vinha de perder meu pai quando já não tinha mãe; saía do aconchego da casa paternal desfeito como um ninho espedaçado por um furacão; e ia para uma terra desconhecida enviado a parentes que nunca me tinham visto." (O.C. XVI, p. 322).

Efetivamente, em 1836, Camilo e a irmã Carolina acompanharam a criada Carlota Joaquina no cumprimento de uma promessa por ela feita ao Senhor do Monte, no meio da aflição causada pela tormenta que impediu o vapor *Jorge IV*, em que navegavam vindos de Lisboa, de entrar a barra do Douro, obrigando-os a arribar a Vigo, donde viajaram com destino a Vila Real:

> Eu, com outros romeiros vínhamos de Vigo onde nos aproara uma tormenta no alto mar. A minha criada, muito amante da vida, fizera uma promessa ao Bom Jesus; e, no cumprimento da sua palavra, de passagem para Trás-os-Montes, convidara alguns companheiros de jornada a subirem ao alto da mata para agradecerem ao miraculoso Senhor o seu salvamento. (*Ibidem*).

Foi assim, pois, a primeira vez que Camilo esteve no Bom Jesus do Monte – a primeira vez de muitas. Com efeito, o Bom Jesus do Monte ficou ligado a Camilo Castelo Branco nos vários capítulos do romance da sua vida: o silêncio, a paz daqueles arvoredos que impressionaram a criança foram mais tarde o cenário bucólico dos seus idílios com Ana Plácido; os aprazíveis recantos e os hotéis foram local de convívio com os amigos; a frescura daqueles ares salubres foi bálsamo para as suas doenças; a solidão da mata foi refrigério para as suas dores; as capelas da via-sacra, a imagem dos passos da sua amargurada existência.

---

[1] *Boémia do Espírito*. In: Camilo Castelo Branco, *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. XVI. Porto: Lello & Irmão Editores, 1993, p. 322. Salvo indicação em contrário, reportam-se a essa edição de Obras Completas (O.C.), publicadas entre 1983 e 2002, todas as citações de textos de Camilo ao longo deste artigo.

Não admira que ao Bom Jesus do Monte tivesse Camilo dedicado muitas páginas da sua obra. A esse espaço consagrou um livro, oferecido ao seu amigo de Guimarães, Francisco Martins Sarmento — *No Bom Jesus do Monte*, de 1864:

> A Francisco Martins de Gouveia Morais Sarmento
> DE GUIMARÃES
> MEU AMIGO
> (…)
> Este livro, que eu lhe dedico, tem muito com arvoredos. Fez-se a pedaços, ou a pedaços o coração o foi encadernando nas florestas do Bom Jesus do Monte. (O.C. XI, pp. 681-686).

Neste livro, Camilo enfeixa uma série de narrativas dispostas numa sequência cronológica autobiográfica: cada capítulo é encimado pelo ano em que o autor esteve no Bom Jesus, desde 1835 até 1863 – livro feito "a pedaços". A unidade das várias narrativas é conferida pelo espaço físico comum a todas elas, indicado na expressão locativa do título: *No Bom Jesus do Monte*. O templo, os escadórios, as capelas, as fontes, as estátuas, as árvores, os hotéis… – todos esses elementos referenciais do espaço físico aqui são representados. Mas Camilo não era escritor para se distrair com grandes minúcias descritivas. O filósofo espanhol Miguel de Unamuno, numa obra em que, também ele, rende homenagem ao Bom Jesus do Monte, afirma que viajar com Camilo é viajar por Portugal, mas pelo Portugal das almas.[2] A unidade deste livro está fundamentalmente no espaço subjetivo, mental, na alma de um *eu*, que é Camilo, ou vários Camilos, expondo-se em tom de romântico confessionalismo: "a pedaços o coração o foi encadernando nas florestas do Bom Jesus do Monte".

Martins Sarmento foi um dos amigos que deram guarida ao escritor, na altura em que este, pronunciado por crime de adultério com Ana Plácido, vagueou durante meses foragido por terras do Minho e de Trás-os-Montes, antes de se entregar aos cárceres da Relação do Porto, no dia 1 de outubro de 1860:

> Quando eu estava na casa de Francisco Martins, de Guimarães, em Briteiros, na raiz da serra da Citânia, ensaiando forças para as solidões do cárcere… (sempre que posso, trago estas recorda-

---

[2] *Por tierras de Portugal y de España*. Madrid: Alianza Editorial, 2006, p. 98.

> ções a molde: não vejo outro jeito de expiar a tolice, senão confessando-a e relembrando-a). Vinha dizendo, quando eu estava em Briteiros, fui dali, na volta da serra, entrar na cumeada da montanha do Bom Jesus.
>
> Apenas apeámos, Francisco Martins, o voluntário quinhoeiro das minhas tristezas, e profeta de horrendas desgraças já agora realizadas, desceu comigo a encosta, que se decliva do Terreiro dos Evangelistas. Íamos em procura da inicial entalhada um ano antes. Lá estava a entrar no âmago do tronco, já vestida de musgo. Parecia querer obliterar-se antes que a memória dela se esvaecesse do meu espírito. Desraizei as ervinhas, levantei a nova crusta da letra, e disse-lhe: "Vive mais alguns anos, memória duma hora feliz! Some-te, quando eu perder de ti a lembrança, ou possa vir aqui zombar do pobre coração que te gravou. Menos duro será então o sarmento que te há de tragar, menos duro que o coração mofador de si mesmo".
>
> A saudade podia assim expressar-se, à puridade, com Francisco Martins, intérprete de todas as lágrimas derivadas de glândula nobre. (O.C. XI, p. 779).

No "Discurso Preliminar" das *Memórias do Cárcere*, Camilo evoca uma vez mais a ida ao Bom Jesus nessas circunstâncias angustiantes da sua vida:

> De Briteiros ao Senhor do Monte era passeio de uma hora. Ali fui com Francisco Martins, e de lá trouxe peçonha de saudades, que me ainda cabia no peito.
>
> Àquelas florestas sinto eu atado ainda o coração por mui tragadoras lembranças. Em diversas estações da minha vida lá fui a conversar com o passado que aí me florira, ou a inflorar esperanças que reverdejavam do pó doutras desfeitas. À derradeira vez, porém, que fui ao meu éden, parece que o anjo do gládio me vedava o passo. A saudade, que me alanceava então, era serpe devorante; a esperança, mal o coração a desenhava nos longes da fantasia, acudia logo o demónio do *impossível* a sopesá-la. Em tudo se me afigurava escrito o lema horrível: NUNCA MAIS!
>
> Sentei-me num dos degraus do escadós principal.
>
> Era lá que eu tinha visto...
>
> Que tinha eu visto ali? O trajeto rápido de um anjo, que levava em chamas de infernal fogo as asas, já falidas de força para enfiar seu voo ao Céu. E àquela hora em que me eu sentara no degrau, já o anjo se havia sumido na voragem, que raras vezes a desgraça abriu à mais dileta de suas vítimas! (O.C. XI, p. 402).

A felicidade que para Camilo floriu naquele éden foram os momentos aí vividos com Ana Plácido. De facto, por volta de

1858, Camilo e Ana Plácido saborearam nas florestas do Bom Jesus, longe do Porto e da vigilância de Pinheiro Alves, o fruto proibido da sua paixão. Ana Plácido por aqui andava cuidando da irmã mais nova, Maria José, que, padecendo de tuberculose, fora aconselhada pelos médicos a sair do Porto e a respirar os ares salubres do Minho, proporcionando aos dois amantes ensejo para encontros seguros. Estanciaram em Viana, em Barcelos e em Braga, onde, com 15 anos, Maria acabaria por sucumbir à doença, a 25 de outubro de 1858. Poucos dias antes, confidenciava o escritor ao seu amigo de Viana do Castelo, José Barbosa e Silva:

> Está em Braga há 4 dias com a irmã. É uma tentativa inútil para salvar a Maria José. É irremediável a morte destas infelizes, logo que a primeira lufada de sangue lhes aparece como um aviso do sepulcro. A Ana está também no caminho. Saiu daqui com uma tosse de mau agouro.
>
> Imagina tu como estará a minha alma! Sofro verdadeiramente. Nunca tinha amado assim, e parece-me que a minha vida depende dum desastre que antevejo próximo.
>
> (...) Eu creio que vou a Braga brevemente; espera-se que o marido venha ao Porto.[3]

Camilo revive com emoção esses encontros com Ana, na companhia da irmã, em 1858, no Bom Jesus do Monte:

> Estava ela sentada num cômoro tapeçado de relva.
>
> Ao seu lado, com a fronte pendida ao ombro dela, estava a irmã, quinze formosos anos, um coração de Deus.
>
> Olhavam ambas contra as agulhas do Gerês toucadas de névoas.
>
> E eu, que pedia ao Senhor um sorriso daquela mulher, e depois o sono do infinito esquecimento, abria uma letra num tronco, e dizia no recesso de minha alma: "Ela há de vê-la."
>
> Ouvi-lhe a voz: cantava no tom abafado de quem quer ser somente ouvida em seu coração.
>
> Onde podia ir aquela toada saudosa? Eu estava ali, eu, que lhe daria o meu seio, a minha juventude, a minha honra para escabelo dos seus pés! (O.C. XI, p. 773).

---

[3] *Correspondência de Camilo Castelo Branco*. Recolha, prefácio e comentários de Alexandre Cabral. Vol. II, Lisboa: Livros Horizonte, 1984, p. 62.

"Uma letra num tronco"... Em carta ao seu amigo Visconde de Ouguela (15 de junho de 1878), confidenciava Camilo:

> Estive no Bom Jesus dez minutos; mas foi o bastante para que a Europa me contemplasse. As dores que então senti eram tamanhas que apenas me sustinha amparado ao braço de Ana Plácido. Fomos ali, porque vamos lá todos os anos, no dia 14 de junho, ver uma inicial que aí abri numa árvore há vinte anos.[4]

À pobre Maria (Maria José, irmã de Ana Plácido), dedica, em *No Bom Jesus do Monte*, estas linhas de pungente lirismo:

> A irmã mais próxima de tua idade, aquela que te recordava ainda as alegrias da primeira infância, ao secarem as hastes das suas flores dos quinze anos, feneceu com elas, e caiu, golfadas as últimas fibras do pulmão. Choraste, e disseste: "Assim morreremos todas".
>
> Depois pediste ar e sol, e o infinito azul do firmamento que consola o ínfimo dos desgraçados.
>
> Destrancaram as portas da tua reclusão, e deixaram-te viver. Trouxeram-te aqui à montanha religiosa onde os enfermos encontram o Deus da paciência, quando as agonias corporais se não mitigam.
>
> E aqui foi que o anjo da esperança te beijou nas faces. Das urnas destas árvores, que incensam ao Altíssimo, um grão de nardo caiu em teu coração, e perfumou-o de exultações inenarráveis.
>
> Aqui amaste, Maria!
>
> Ao perpassar por ti no patim da sétima capela, vi-te estendendo a mão pálida a uma fronde de árvore. Esta é: aqui a vejo e toco. Reconheço a renascida folhagem da vergôntea que tu cortaste.
>
> (...)
>
> Dous meses depois, Maria, morreste,
>
> Lá estás, pura e bem-aventurada! Bendita seja a mão do Senhor que te fechou os olhos ao espetáculo de uma desgraça. Se vivesses, a esta hora, serias infame, ou mártir. (O.C. XI, pp. 775-776).

Nestas memórias, vai Camilo falando de si, dos seus amores com Ana Plácido, de forma velada ou cifrada (percebe-se porquê...), mas também aqui desfilam, em referências explícitas, os amigos com quem conviveu nas suaves paragens do Bom Jesus: Martins Sarmento, D. João de Azevedo, os irmãos Barbosa e Silva ou José Augusto Pinto de Magalhães, cujo ultrarromântico caso de paixão,

---

[4] *Camilo íntimo. Cartas inéditas de Camilo Castelo Branco ao Visconde de Ouguela.* Lisboa: Clube do Autor, 2012, p. 252.

ciúme e morte com Fanny Owen, recriado por Agustina Bessa Luís no romance *Fanny Owen* (adaptado ao cinema por Manoel de Oliveira com o título *Francisca*), o romancista narra neste livro:

> Fui ao Bom Jesus. Eram dias de abril, não tépidos, mas serenos. Vinham de acordar as aves da sua letargia hibernal, e sacudiam as asas degeladas nas frondes mais soalheiras da mata. As veigas, ribeiras, e campinas, vistas do alto, desde as abas da serra da Abadia até à ribeira de Este, umas alvejavam colmadas de fruteiras em flor, outras reverdeciam e tremulavam baloiçadas pela viração.
>
> Achei José Augusto, e sua esposa Fanny Owen, no passeio da *Mãe-d'Água*. Fanny estava sentada no socalco da cerca do santuário, lendo Byron. José Augusto, encostado à mesa de pedra, contígua ao reservatório da água, tinha aberta ante si uma carteira de grande formato, chamada *Remember*, em que usava traçar a passagem das suas comoções melancólicas, raro entremeadas de pensamentos alegres. (*Ibidem,* p. 732).

Em 1854, o passeio da Mãe-d'Água ainda conservava o virginal aspeto idílico (a mesa de pedra, o reservatório da água…), assim descrito por Diogo Pereira Forjaz de Sampaio Pimentel nas suas *Memórias do Bom Jesus do Monte*:

> Saindo do terreiro dos Evangelistas pelas aberturas dos parapeitos junto da fonte de S. Marcos, na direção de sueste, encontra-se a poucos metros após curta trepada uma rua larga e comprida, em parte tapetada de musgo e folhas. Esta rua conduz em mata de copado arvoredo a um tosco reservatório de água, que lhe fica ao fim com assentos igualmente toscos e mesa de cantaria; estende-se ao longo do muro da cerca do Santuário, e em curta distância dele é acompanhada dum aqueduto descoberto, que principia junto do reservatório.
>
> É um sítio ameno o da mãe d'água. O piso, muitas vezes sobre folhas; o aqueduto em parapeito grosseiro e despido de arte, mas em muitas partes coberto de heras e musgo; a água sussurrando; e o sombrio do arvoredo, cujos ramos, tocando-se brandamente, fazem um som soidoso, lembram as encantadas ruas do Buçaco, e produzem como estas doce melancolia.[5]

A beleza bucólica deste sítio usou-a Alberto Pimentel, amigo e biógrafo de Camilo, como cenário do seu primeiro romance

---

[5] Pimentel, Diogo Pereira Forjaz de Sampaio. *Memórias do Bom Jesus do Monte*. 3.ª ed., Coimbra: Imprensa da Universidade, 1876, pp. 74-75.

(1870) — *Idílios à beira d'Água*, idílios vividos pelos jovens apaixonados Eduardo Valadares e Luísa:

> Eduardo Valadares sentiu por momentos necessidade de conversar com a sua alma em jubiloso diálogo. Subiu ao largo dos Evangelistas, e embrenhou-se na mata sombria da Mãe d'Água.
>
> (...)
>
> Vinha ela, pensativa, subindo a alameda. Depois sentou-se num banco de pedra e descaiu a cismar, encostada à mesa, que também era de pedra.[6]

Foi também no Bom Jesus, em 1864, que Camilo teve a oportunidade de conhecer pessoalmente Inácio Pizarro de Morais Sarmento (1807-1870), fidalgo da Casa Real, morgado de Bóbeda, poeta, autor do célebre *Romanceiro Português, ou Coleção dos Romances de História Portuguesa*, que o romancista diz ter lido aos 15 anos. O primeiro dos dois volumes do *Romanceiro* (1841) ostenta o retrato do autor. O testemunho desse encontro no Bom Jesus deixou-o Camilo num artigo publicado no *Comércio do Porto*, em 12-6-1870, aquando da morte do poeta, e recolhido na miscelânea *Quatro Horas Inocentes*. A partir de 1864, Camilo correspondeu-se com o ilustre flaviense e a ele deixou referências em várias obras (*Esboços de Apreciações Literárias*, *O Esqueleto*, etc.). No magnífico trecho evocativo do encontro no Bom Jesus, sobressai o *topos*, muito camiliano, das marcas do tempo nas personagens, do inexorável envelhecimento que, acelerado pelas contrariedades da vida, transfigura as pessoas ("Quantum mutatus ab illo..."). É uma página que, não fora o conteúdo autobiográfico, bem poderia figurar em qualquer romance de Camilo, fazendo lembrar retratos como o da mulher da azinhaga, no conto das *Cenas Inocentes da Comédia Humana*, o da Brites tecedeira, nos *Serões de S. Miguel de Seide*, ou de Albertina, no início de *A filha do Doutor Negro*:

> No estio de 1864, vinte e quatro anos depois que eu lera o *Romanceiro* e entalhara para sempre na memória o retrato do autor, vi no Bom Jesus do Monte um velho, sentado nas escadas do hotel da

---

[6] Pimentel, Alberto. *Idílios à beira d'Água*. 3.ª ed., Rio de Janeiro, Lisboa: Livraria Francisco Alves, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1915, p. 24. Em nota à 2.ª edição (1903), já Alberto Pimentel informava sobre a transformação sofrida por esse espaço: "Tudo isto está hoje mudado no Bom Jesus do Monte." (*Ibidem*).

> Boa Vista, conversando e gesticulando calorosamente com os criados. Impressionou-me a loquacidade vertiginosa daquele sujeito de semblante doentio, barba branca e pouco esmerada, à proporção do trajo negligente e desalinhado. Avizinhei-me com disfarce e pude perceber que ele dizia coisas eloquentes, mas descabidas na compreensão dos seus ouvintes. E pelo tanto, de mim para mim imaginei que o romeiro do Bom Jesus, quem quer que fosse, era uma pessoa com grandes faculdades intelectivas em começo de desordem, a não ser um singular temperamento de homem.
>
> Perguntei ao Sr. Barros, proprietário do hotel, se conhecia o seu hóspede. Disse-me que era Inácio Pizarro de Morais Sarmento.
>
> Entre aquele velho e o meu espanto interpôs-se o retrato que eu conhecia. Todas as linhas fisionómicas do poeta de 1840 saíram a confronto com as rugas, as cãs, a decomposição, a curvatura do sujeito que me diziam ser Inácio Pizarro.
>
> Ali estava o galhardo, o formoso, o namorado, o bardo galã da minha mocidade. Era aquele ancião precoce que ali se estava carpindo, em linguagem primorosa, do chouto de um macho de recoveiro que o trouxera desde Chaves pelas Alturas de Barroso até à montanha do Senhor do Monte. E, neste invetivar contra estradas e machos homicidas, o autor de *Lopo de Figueiredo*, concentrado em sua justa ira, parecia monologar um nervoso artigo de fundo, com admiração do auditório, que eram os criados, e eu, cá de longe, onde o espanto me tinha como empedernido.
>
> Aquele era o autor do *Romanceiro*! Vejam que tristeza ia nisto! (O.C. XV, p. 442).

Voltando ao livro de Camilo, nele encontramos páginas ungidas de uma religiosidade lírica, inspirada pela doçura melancólica daqueles arvoredos, desfiadas por um *eu* romântico, em toada de confidência:

> As minhas árvores desconhecem-me nesta linguagem. Estão afeitas a verem-me contemplativo, sereno, e enlevado no azul do céu ou no lago verde que lá em baixo se complana como bacia de águas precipitadas das catadupas do Gerês. Verei se consigo afinar a minha alma por umas toadas que rumorejam de entre as selvas. Dá Deus estas harpas místicas aos arvoredos em benefício dos ânimos conturbados, que se acolhem fugitivos a ermos onde eles cuidam que o Céu os há de ouvir.
>
> (...)
>
> Não sei porquê: as mais alegres índoles, quando aqui se defrontam com esta santa melancolia dos bosques, suavemente se recolhem numa tristeza pensadora. (...) A tristeza deste remanso é generosa, é espertadora de salutares pensamentos, é joeira por onde os nocivos se estremam, é, enfim, tristeza que nos vem esmolada do Céu. (O.C. XI, p. 688).

Registo autobiográfico e memorialístico, tom confessional. Em Camilo, porém, é sempre muito difícil delimitar as fronteiras que separam a vida da ficção, assim como, em cada livro, é sempre ténue o traço que separa as lágrimas e o riso, a poesia e a prosa, o ideal e o real. Camilo é Quixote e é Sancho, muitas vezes na mesma página. É justamente em diálogo intertextual com o D. Quixote de Cervantes que Camilo evoca, em cervantino tom picaresco, o desengano amoroso que lhe provocou uma mulher, Aldonça, homónima da dama a quem servia o cavaleiro da triste figura, Aldonza Lorenzo, aliás Dulcinea del Toboso:

> Aquela madrugada de 24 de julho! O arrebol no Oriente, as aves a salmearem o astro que se desperta de sob as franjas encarnadas do seu leito de oiro e safiras! E eu, no quarto lanço do "escadório dos sentidos" com as costas voltadas irreverentemente para Salomão, e os olhos embelezados, além, no ponto de apoio em que a mão invisível do supremo Arquiteto assentava a alavanca rodadora da terra!...
>
> (...)
>
> Emaranhei-me na mata que entesta com a fonte de Saturno. E esperei.
>
> Daí a dez minutos, calou-se de todo em todo a natureza: é que Aldonça ia passando e dialogando com o tio, homem chão, que lhe dizia: "Já se me abriu a vontade de comer". E ela respondia: "Estes ares fazem isso". A natureza e eu estávamos admirados.
>
> Passaram; e eu, ao transpor uma clareira da selva, consegui ser visto. Aldonça pôs a mão no seio com tão feiticeiro requebro, e um relance esconso de olhos tão derramados, que eu, segundo a linguagem pitoresca de Sancho Pança, senti que a amava até aos fígados.
>
> Vi-a subir "o escadório dos cinco sentidos". Nomenclatura fatídica naquele momento! Em mim eram seis os sentidos, todos absorvidos no donaire com que ela subia os degraus! Di-la-íeis um serafim, subindo ao Céu pelo braço de um apóstolo de quinzena. O tio ia de quinzena, e tinha suíças apostólicas.
>
> Vi-os entrar no *Hotel da Boa Vista*. Sondei, mediante as informações do criado de mesa, os latejos do coração de Aldonça. Pude saber que pediram bifes de cebolada. Oh! como eu invejei o boi que ia ser engolido por ela, e assimilado ao sadio sangue que lhe puniciava as maçãs do rosto! Soube, depois, que se estavam servindo de fiambre e ovos! Ditosa perna suína, e bem-fadadas galinhas que alimentais a noiva dum silfo! Finalmente, vi passar uma travessa de bacalhau assado. Terra e mar a desentranharem suas delícias para ela!... para o querubim, que fortalece o vigor de suas asas com ovos, e fiambre, e bifes, e o perrexil provocador da Noruega!
>
> (...)
>
> E eu bebi dois sorvos de linfa da *Fonte das Lágrimas*, e subi, caminho da *Mãe-d'Água*, para que o tio me não lobrigasse.

> Cingi-me com um tronco de olmo, e vi-a sentar-se além, no banco de pedra, a folhear um livro: era o Almanaque de Castilho para o ano de 1850. Leitura retardada três anos! O tio estirou-se, sobre a mesa, a escutá-la, e destampava umas risadas de muita consolação. Ergueram-se, abrindo ambos a boca, repleta de sono, e foram para a estalagem.
>
> E eu fiquei a entalhar *Aldonças* no córtex dos robles, e a escrever anagramas nas paredes das capelas. (*Ibidem*, pp. 711-713).

José Barbosa e Silva, a que acima já nos referimos, político, escritor, responsável pela redação do jornal *Aurora do Lima*, no qual Camilo colaborou, chegando inclusive a fixar-se nos arredores de Viana para tornar mais efetiva essa colaboração, é, juntamente com o irmão, Luís, lembrado nestas páginas, a propósito de uma excursão que os três, mais o jornalista portuense Evaristo Basto, haviam feito do Porto a Braga, em junho de 1856. É na forma de carta dirigida a Evaristo Basto que o romancista, passados quase dez anos, recorda a aventura:

> Tomando o fio deste *memorandum*, meu caro Evaristo: fomos de Famalicão para o Bom Jesus do Monte. Há pouco li o livrinho que escrevi então. Que saudade!... Que saudade eu tenho da tua alegria sobre as almofadas de verdura que afofam a ladeira da serra! (*Ibidem*, p. 761).

O "livrinho" que Camilo escreveu "então" começou por se intitular "Peregrinação sobre a Face do Globo", vindo depois a ser incluído em *Duas Horas de Leitura* sob o título "Do Porto a Braga", uma espécie de reportagem, em tom galhofeiro, das peripécias vividas pelos quatro amigos nessa jornada. Na hospedaria do Bom Jesus esperava-os um exército de percevejos, prontos a infligir-lhes maiores torturas do que as suportadas com as sacudidelas e os apertões durante a atribulada viagem monte acima:

> Oh! A suavíssima estrada por onde subimos para o Senhor do Monte! Aquilo é que é o desconjuntarem-se as molas do carro, o partirem-se os cavalos pela espinha, o desarticularem-se os fémures à gente! Cada barrocal, cada corcovo, em que se deslocava uma entranha da sua inserção primitiva! Íamos ali todos enovelados como embrulho de anelidos, mas anelidos ossudos, e agudamente ossudos. A cada balanço, seguia-se a desordem, a anarquia dos joelhos, a deslocação, e o pavoroso *"sauve qui peut!"*. Jogávamos o jogo dos cantinhos: era uma agitação diabólica, fantástica, indescritível, cousa só comparável a si mesma! (...)

> Almejando uma cama onde refocilássemos as relíquias de vida que salváramos da tormentosa jornada, chegámos à *hospedaria real*, e pedimos um quarto com quatro camas. "Não há senão dois quartos com três camas" respondeu um gamenho em socos e mangas de camisa cor de açúcar mascavado. — Mas nós queremos quatro camas — replicou-se. "Só se for uma no soalho", redarguiu o bruto coçando os cotovelos.
>
> Transigimos, recomendando-lhe que nos desse lençóis lavados. (...)
>
> Bem-aventurados são os que dormem. Eu e o meu infeliz companheiro de quarto não provámos a consolação de dormir. Uma horda de percevejos, saída das furnas dum velho catre de cerdeira, estendeu-se em atiradores sobre o meu braço esquerdo, e daí convergiu em pelotões, que manobravam entre a primeira e a duodécima vértebra dorsal. O quartel-general era no pescoço, e os piquetes estendiam-se até ao calcâneo, em ordem de batalha que faria inveja às milícias de Tondela.
>
> Eu dei um salto como Gúliver inçado de liliputianos; soltei um grito estrídulo como o do homem apunhalado traiçoeiramente pelas costas. J. B. ergueu-se hirsuto e pávido, vociferando imprecações contra o assalto inopinado dos percevejos, que à maneira dos últimos godos, saindo da sua Covadonga de pau amarelo, lhe vinham de arrancada sobre os tecidos adiposos. Conceda-se a uma dor legítima esta analogia entre o percevejo e o godo
>
> Saltámos fora dos leitos, e abrimos as janelas. Os covardes retiravam em desordem, rareadas as fileiras. Nós contemplávamos, pálidos e enfiados, aquela canalha vilã.
>
> Era impossível reconquistar o sossego. Lamentámos de cócoras, como Mário em Minturnes, o nosso infortúnio, e entrámos a ler as inscrições das paredes. (O.C. XI, pp.347-351).

Querendo retemperar as forças com um bom prato de bacalhau ao jantar, eis que redobrados suplícios foram encontrar noite dentro, com uma terrível indigestão:

> Foi um devorar homérico! Tudo o que está dito na *Gastronomia*, poema de Berchoux, é inferior àquilo! Por um auspicioso sistema de compensação, conheci que a vitalidade dos meus amigos refugira do coração para outra víscera dos subúrbios. Provou-se o elastério do estômago, e levou-se à evidência que as brisas e água fresca não eram suficiente alimento para nós. Nunca Shakespeare ousaria dizer que Hamlet vivia de ar e esperanças, se o pobre moço, em vez de andar à bordoada com o padrasto, viesse até ao Bom Jesus de Braga impregnar-se da molécula saborosa do bacalhau. Inaugurada a realeza do estômago, como prova do máximo adiantamento, é difícil morrer de pena que não seja a de uma indigestão.

> Foi justamente a morte que eu muito receei lá em cima. Ficámos num espasmo de três horas, depois de jantar. Confesso que me pareceu feia a natureza, e até feias as mulheres que me sorriam divinas quando o bacalhau não era ainda metade da minha existência vegetal. Este estilo ressente-se do meu estado de então. (*Ibidem*, pp. 356-357).[7]

Logo nas páginas iniciais de *No Bom Jesus do Monte*, Camilo faz coincidir o presente da escrita (1864) com uma última visita ao santuário, a partir da qual se desenrolaram todas aquelas memórias ligadas ao espaço de que agora se despede:

> Estas árvores são minhas amigas há vinte e sete anos.
>
> Vim hoje aqui despedir-me delas: creio que para sempre me despeço.
>
> Tenho que abraçar as mais diletas e confidentes: umas que já eram velhas quando, em minha infância, as vi; outras, que eram tenras então, e agora bracejam frondes de luxuriante mocidade. Eu já encaneci; e elas verdejam exuberantes de seiva. Faço trinta e oito anos, inclinado à sepultura; e elas têm três séculos que viver, trezentas primaveras para se vestirem de galas novas. Meus netos virão saborear-se em vossas sombras, ó carvalheiras, ó verdes pavilhões que me cobristes nas máximas tristezas e alegrias de minha vida! (O.C. XI, p. 687).

Na verdade, porém, depois de 1864, o torturado de Seide aqui voltou muitas mais vezes ao longo da sua vida, já por conselho dos médicos para, gozando dos ares sadios da floresta, se recompor das maleitas que o afetavam, já para, na solidão tranquilizante daqueles arvoredos, dar alguma consolação ao seu espírito atormentado, encontrar lenitivo para a sua índole neurasténica, aquela instabilidade nervosa que o levava a incessantes peregrinações pelo Minho, fugindo do desespero que o ia oprimindo cada vez mais em casa: “Amanhã volto para o Bom Jesus; mas, se me escreveres, seja para Famalicão. Não paro. Custa-me a imobilidade” — escrevia ao Visconde de Ouguela.[8]

Nas cartas de Camilo aos amigos ou à filha Bernardina Amélia, são frequentes as referências ao Bom Jesus. A Silva Pinto escreveu, em janeiro de 1880: “Amanhã, quinta-feira, vou para o Bom

---

[7] *Ibidem*, pp. 356-357.

[8] *Camilo íntimo*, p. 253.

Jesus, com Ana Plácido e com o pobre Jorge. Se o tédio me der tréguas, demoro-me alguns dias." (O.C. XVII, p. 665). Numa carta à filha, estabelece uma comparação entre o Bom Jesus e o Buçaco, demonstrando a vantagem da estância minhota:"No Bom Jesus há mais arte; mas a natureza é mais cismadora e menos severa. Aí é bom para rezar como os frades que lá viveram; no Bom Jesus, há vontade de cantar com os pássaros e com a cadência rumorosa das fontes."[9] Mas, nem no meio das maiores angústias, Camilo perdia aquela veia sarcástica que tantas vezes sobressai na sua obra. Em carta a Silva Pinto, faz uma referência jocosa às estátuas dos judeus nas capelas do Bom Jesus, cuja fealdade figurativa se tornou proverbial e que mais horrenda ia ficando com as agressões físicas, misturadas com agressões verbais, que o povoléu, no ardor da sua fé, lançava aos flageladores de Jesus Cristo[10]:

> Agora já dificilmente me arrasto duma cadeira para outra; mas assim mesmo, vou até onde pode levar-me uma sege. As minhas excursões mais compridas são ao Senhor do Monte — uma romagem que talvez fosse salutar aos meus nervos atrofiados, se lá não estivessem aqueles feios judeus a empeceram contra mim e a fazerem-me troça ali mesmo às barbas graníticas daqueles patriarcas.
>
> (...)
>
> P.S. A mulher de meu filho morreu; morreu-lhe também a filha única.
>
> Meu filho Jorge sempre mentecapto. Nesta casa desaguam torrentes de felicidades dos mananciais divinos. (O.C. XVIII, pp. 782-783).

O mesmo remoque aflora noutras cartas ao mesmo destinatário:" Posto isto, vou fazer a mala, para ir conviver uns dias com os judeus do Bom Jesus, a quem darei recados do meu amigo." (O.C. XVII, p. 990).

Abra-se parêntesis para citar um texto de Antero de Figueiredo, tirado da sua obra *Recordações e Viagens*, de 1905, que

---

[9] Figueiras, Paulo de Passos. *Cartas inéditas de Camilo Castelo Branco à filha Bernardina Amélia, ao genro e à neta*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2002, p. 167.

[10] "As estátuas, conquanto reformadas, são grosseiras, e não têm merecimento artístico, nem, como as do Buçaco, o de ser semelhante em todas as capelas o rosto do Senhor. Antes desta reforma era frequente encontrar quebradas ou mutiladas as dos judeus. (...) Não é raro ouvir ainda agora a boca do povo rude e supersticioso, de envolta com preces e orações a Cristo e aos Santos, imprecações e invetivas àqueles." (Diogo Pimentel, *op. cit*, p. 5).

aqui vem de molde em jeito de comentário a essas passagens camilianas:

> Esses judeus eram conhecidos de dez léguas em redor. Tipos de fealdade, serviram de comparação a homens feios: "feio como um judeu do Bom Jesus do Monte!"; ou: "olha que barbas, nem as de um judeu do Bom Jesus do Monte!"; ou ainda: "sume-te para longe com essa cara de escárnio, que pareces mesmo um judeu do Bom Jesus do Monte!"
>
> Eram medonhos!
>
> (...)
>
> O que esses judeus ouviram! Não era bastante o desajeito das mãos canhestras dos santeiros das ruas das Águas e de S. Marcos! Sobre eles, durante dezenas de anos, gerações inteiras de romeiros cuspiram ódios. Não houve aceno malcriado que lhes não fizessem na cara; não houve palavra suja que seus ouvidos de pau deixassem de ouvir! Aqueles que estavam mais próximos das grades, ao alcance do lódão ou do guarda-chuva, apanharam chuçadas, como se fossem porcos bravos; e as mães, pálidas de cólera, ensinavam os filhos a ter ganas a esses judeus impassíveis.[11]

O tom picaresco, associado a mais uma passagem de Camilo pelo Bom Jesus, irrompe numa carta ao Visconde de Ouguela:

> Ontem estava eu no pináculo do Bom Jesus, vendo uma trovoada nos píncaros do Gerês para formar ideia da dissolução deste planeta, no dia em que o Supremo Arquiteto resolver escangalhar a sua obra. Nisto, o castelo fosforescente das nuvens azuladas despede um bulcão por sobre a minha cabeça aureolada de poeta escandinavo; e, quando eu estava cogitando na minha tal qual figura de escaldo ossiânico, descose-se uma nuvem negra e ensopa-me. Não havia ali refúgio. Aceitei, não direi o cálix da amargura, mas as 4 pipas de chuva, e enxuguei a roupa no corpo, visto que não podia sair nu do Bom Jesus. Estas dores são o resultado daquilo; mas amanhã, por ordem do médico, volto para lá. Quer ele que eu respire o ar mais convizinho do céu, e que me encharque em fosfato de ferro de Leras.[12]

Conhecendo tão bem Camilo todo este espaço, sabendo da sua importância religiosa, social, turística e medicinal para as gentes do Norte, ambiente no qual se enraízam muitas das suas

---

[11] Figueiredo, Antero de. *Recordações e Viagens*. 5.ª ed., Lisboa: Livraria Bertrand, s.d., pp. 87-89.

[12] *Camilo íntimo*, p. 263.

narrativas, é natural que, também aí, na obra ficcional, se encontrem várias referências ao Bom Jesus do Monte.

Uma das *Novelas do Minho*, "O Filho Natural", tem o Bom Jesus como cenário do seu desfecho, numa relação simbólica entre espaço e ação narrada. Aqui se encontram Maria da Piedade e o seu meio irmão Álvaro Afonso da Granja, regressado do Brasil, rico, mas doente, com sua mãe, Tomásia Afonso:

> Quando Maria da Piedade avistou o pórtico do Santuário, viu parado um *coupé* com dois criados na almofada. Perguntou ao escudeiro se conhecia aquele trem.
>
> — É de um brasileiro que está no Bom Jesus há oito dias. Ainda ontem à tarde o vi neste carro na Senhora-à-Branca. Parece-se muito com o mano de V. Ex.ª.
>
> (…)
>
> — Não verei, mas guardo-as: isto é meu. Se tenho alguma riqueza que me enche a alma, é isto. Olhe, Piedade, olhe para mim... Não lhe parece que estou melhor? Veja o que é a felicidade! Não me dói o peito, não tenho febre, e até sinto — desculpe-me a prosaica franqueza —, sinto vontade de jantar... Tenho saúde! Quer que eu lhe diga tudo o que se vai formando na minha inteligência, na minha consciência e no meu coração? Entrei aqui há oito dias sem fé, achava tudo isto uma irrisão da desgraça. Sinto-me agora religioso. Preciso de orar... hei de ir ajoelhar-me diante da imagem de Jesus Cristo, há de ir comigo, sim? Peça-lhe que me dê saúde, que me deixe viver para poder amá-la, minha querida irmã; peça-lho a chorar, como eu estou chorando...
>
> E, soluçando, abafava o rosto no lenço que continha as joias de Maria da Piedade.
>
> Quando apearam no terraço do Hotel da Boa Vista, uma senhora gravemente vestida de seda escura avizinhou-se da carruagem.
>
> — É minha mãe — disse Álvaro; e, descendo, beijou-lhe a mão. (O.C. VIII, p. 237).

Para aqui vieram também, em lua de mel, Inocêncio e Tomásia, de *O Sangue*. Vale a pena transcrever estas linhas salpicadas de saboroso humor camiliano:

> Tiradas licenças e despensa de banhos, no prazo de dois dias, Inocêncio José de Barros e Tomásia Alves receberam as bênçãos na igreja de S. Nicolau.
>
> Era no mês de agosto de 1843. O calor tornava invejável os amores das aves regorjeados nas sombras das frescas florestas. Inocêncio, poeta pouco mais ou menos como todos os seus vizinhos, invejou as aves dos bosques do Bom Jesus de Braga. Conhecia ele de nome a sazão das primeiras delícias conjugais, chamada *lua de mel*. Consultou as inclina-

ções bucólicas da esposa, e recebeu um alegre consenso à sua ideia. Os velhos condescenderam.

Tomásia sentada em vistosas andilhas cilhadas no largo albardão de uma mula, e Inocêncio galhardamente encavalgado sobre um macho de arriaria, saíram caminho de Braga, ao repontar uma tépida manhã, festejada dos passarinhos e perfumada das madressilvas dos vales.

Ao quarto dia da lua, Inocêncio, sentado na "Fonte do Sátiro", por volta do meio-dia, abriu a boca, benzeu as fauces escancaradas com o dedo polegar — costume pio e cauto da sua família — e disse à esposa:

— Vamos nós embora amanhã, Tomasinha? Isto já me aborrece... E a ti?

— Eu... — murmurou a senhora espreguiçando-se — tanto faz... Se queres, vamos.

— Estou farto de ver árvores e judeus... e tu, Tomasinha?

— Sim, eu, também... Mas queres tu, Inocencinho? Vamos nós a Monção ver as minhas tias, irmãs de meu pai? Prometi de lá ir visitá-las... nunca as vi... A gente que vai fazer já para casa?!

— Pois vamos lá, se queres, menina.

E, torneando o braço pelo colo mal velado da esposa, desceu com ela por sob a abóbada de folhagem onde os pintassilgos e os serezinos os rivalizavam no mimo do diálogo.

Ao quebrar da calma, desceram para Braga, e na madrugada seguinte jornadearam para Monção. (O.C. VI, pp. 404-407).

Custódia, filha de Eusébio Macário, antegoza, em sonho, os luxos do título de baronesa, derivado de um casamento rico com o brasileiro Bento José Pereira Montalegre, barão do Rabaçal, que, "descomunal, ajaezado de telas ricas de ouro e púrpura como o elefante de um velho sufi da Pérsia", sobe, em triunfo, o escadório do Bom Jesus, segundo esta descrição que Camilo faz, parodiando o estilo realista:

Depois, o paquiderme com grandes passos cadenciosos subia o escadós do Bom Jesus do Monte, à sombra dos carvalhos frondosos, com duas filarmónicas à frente, ambas de Braga, ricas de figles e pratos que davam sons estridentes. Foguetes e repiques ouviam-se; e nas verduras abastecidas das relvas cantavam-se fados duma garotice repreensível e inspirações malandras. O elefante parou no terraço dos Evangelistas, ofegando, coleando a tromba vagarosamente. O Cosme, o bacharel que lhe fizera os versos parara entre a multidão cheia de pasmo, que dizia apontando – "A baronesa! a baronesa!" E o poeta, roído de ciúmes, ria-se, fazia-lhe caretas de gaiato, punha o dedo polegar no nariz, e sacudia os outros com trejeitos de canalhice de *Gavroche*, um garoto que Victor Hugo inventou muitos anos depois; mas que já estava inventado em Portugal. Ela estorcia-se vexada, corrida das vaias do Cosme, quando o Bento, com a sua tromba carnosa, cilíndrica, que tinha um letreiro –

> *seiscentos contos fortes* – vibrou uma vergastada de revés ao bacharel, e atirou com ele de encontro ao S. Longuinhos, o cavaleiro de granito, que o aparou na lança, e o sacudiu à estátua de Moisés que o agarrou com a mão que lá tem a jeito de quem mostra um panarício aos romeiros, e o mergulhou no tanque subjacente. Ela acordara então, espreguiçando-se toda, numa grande elasticidade de pensamentos alegres, com palpitações de júbilo, sacudindo o lençol com as pernas, e sentara-se na cama com os olhos fechados, a rever, a ruminar, deliciada, a tromba que escorria fluxos, cascatas de diamantes no seu regaço. (O.C. VIII, p. 509).

O capítulo VIII de *O Santo da Montanha* intitula-se "Na ermida do Bom Jesus do Monte". Deslocando-se a Braga com o pai, Lopo de Sampaio, fidalgo transmontano, para as festas do *Corpus Christi*, D. Mécia aproveita para visitar a ermida do Bom Jesus, dando-nos o narrador uma descrição do espaço à época da ação (1687), anterior, pois, à obra de reforma do santuário impulsionada pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles:

> Ao outro dia, D. Mécia de Sampaio mostrou ardente devoção de ir visitar ao monte Espinho a pobre ermida que primeiro fora da invocação de Santa Cruz e, por 1629, se denominara do Bom Jesus do Monte.
>
> Que formosa e cismadora majestade não devia de ser aquela da cerrada mata do monte Espinho, com a rústica ermida lá muito emboscada entre árvores, chamando a si os devotos por estreita vereda ladeada de murtas! Nem alterosas casarias, nem escadoses marmóreos, nem estátuas colossais, nem frontarias soberbas de templos, nem repicar estrídulo de sinetas, nem hospedarias a desmentir a boa-fé e inocência dos romeiros que vão ao Bom Jesus persuadidos de que não há bandos de salteadores naquela serra, ali às barbas de tantos patriarcas e apóstolos!
>
> Em 1687, já aqui e além algumas capelinhas da sagrada paixão se entreviam por entre a ramagem, não caiadas, mas alvejantes do belo granito do monte. De umas para outras, ao cair da tarde, se ia o ermitão a orar e encher de óleo as lampadazinhas de cobre, metal desvalioso que a piedade dos crentes de hoje não ousaria oferecer ao Senhor. Agora é cousa muito de ver como lá resplende a baixela, os lampadários de prata, as coroas de ouro, os mantos de brocado, as capelas de frontais rendilhados, as estátuas cinzeladas com buril inspirado, uma raça de judeus bonitos a invadir a truculenta missão dos judeus hediondos que o povo queria ver assim medonhos a fim de ganhar mais indulgências praguejando-os... Enfim, o Bom Jesus do Monte de hoje em dia não tem que ver com a pobre e santamente poética ermida, diante da qual D. Mécia, como anjo de alabastro, se ajoelhou na manhã de 25 de maio de 1687. (O.C. V, p. 1073).

Como se vê, à índole conservadora e ao espírito romântico de Camilo não quadravam muito as obras com que o homem foi modificando a natureza, no Bom Jesus do Monte. Não admira, portanto, que o romancista também não tenha achado muita graça às reformas que, por 1880, transformaram toda aquela zona pitoresca da Mãe d'Água, de que acima deixamos descrição, criando um lago e umas grutas artificiais, e dando origem àquele parque com a aparência, mais ou menos, que conserva na atualidade. No destaque dado ao centenário do Bom Jesus pela revista *O Ocidente*, no número de 21 de junho de 1884, os leitores são informados dessas transformações operadas na parte superior da montanha do Bom Jesus, apregoadas como "grandes melhoramentos":

> Nestes últimos anos a montanha tão afamada e tão pitoresca do Bom Jesus de Braga tem tido grandes melhoramentos. O engenheiro o sr. Brandão aformoseou extraordinariamente a bela mata do Bom Jesus, fazendo um belo lago artificial no alto do monte, lago onde passeiam vários barcos e atravessado por uma ponte extremamente pitoresca.[13]

Veja-se o eco satírico que dessas obras fez Camilo, numa crónica de 1880:

> De vez em quando, aparecia uma capela nova com judeus novos, menos hórridos, mas ainda assim muito afastados da tradicional beleza hebraica. Indistintamente, todos os mesários manifestavam o seu ódio aos judeus, recomendando aos escultores que se aprimorassem na especialidade nariz, dando-lhe uma curvatura, um ressalto, umas voltas dignas da pancada usual dos peregrinos.
>
> O escultor envidava todo o seu esforço plástico em tornar os soldados de Pilatos o menos simpáticos e mais dignos do escárnio injurioso das turbas que entoavam a Via-Sacra; os judeus propriamente ditos estremavam-se pela amplitude das fossas nasais e pela dentadura refilada; ao passo que Jesus de Nazaré, também judeu pelo facto da sua incarnação em Maria, esse, faziam-no gentil quanto cabia nos seus grosseiros instrumentos estragados na deformação monstruosa de Caifás e Anás.
>
> Sucediam-se os mesários, que, de vez em quando, deitavam novo passo da Paixão, e dos dinheiros do pacientíssimo Jesus compravam fazendas, não para se enforcarem, como Judas de Kerioth no Haceldama,

---

[13] *O Occidente,* vol. VIII, n.º 198 (21 de junho de 1894), p. 139.

mas para se desenforcarem de forquilhas em que traziam os créditos pendurados. O marquês de Valada, quando governou o distrito de Braga, sindicou do tesouro do Senhor do Monte, e dissolveu a mesa, talvez com o propósito de a meter em processo.

(…)

Sucedeu àquela intercortada corrente uma geração nova de mesários, rapazes, mais ou menos positivistas, comtianos, litreístas, viajantes, cheios de Florença, do Bois de Bologne, de Baden-Baden. As árvores seculares da formosa floresta, chamada a *Mãe d'água*, em cujos troncos se viam entalhadas iniciais e datas amorosas, ali gravadas por moços que, já velhos, iam recordar e respirar, talvez nas lágrimas – essas árvores, que eram o coronel verde e rumoroso da montanha, foram derrubadas. No agreste terreno, que elas cobriam de sombra, protegendo o tapete da relva, onde merendaram alegremente as gerações de dois séculos, fizeram um lago, um paul, onde a água se estagna à míngua de renovação. No ponto mais sadio da floresta abriram um pântano, destruindo uma fonte cristalina, onde o leitor, talvez em criança, se deliciasse a ver rolar os bugalhos à tona da murmurosa corrente. À beira daquele pântano a demora é perigosa. Uns sentem cólicas, outros calefrios, enxaquecas, vertigens, tifos! Eu não estranharei que o código criminal reformado mande para o Bom Jesus os réus sentenciados para Pungo Andongo.

Depois, com os lagos, veio o *sport* compatível com a terra.

Correram-se lá jumentos no ano passado. Muita gente, muita alegria, os burros muito bons, damas muito bonitas, e os narizes dos judeus a arquejarem de satisfação, de vingança, por entenderem que os burros na montanha sagrada eram maior injúria a Jesus Cristo que a sentença de morte que lhe infligiram os fariseus com tal-qual aparência de legalidade. Naquele concurso apenas havia seis inocentes impolutos de pecado venial: eram os seis burros que correram.

Depois, houve jantar, dançou-se os *Lanceiros*; e o estabelecimento dos milagres nesse dia não rendeu nada. A mais revoltante impiedade se transluzia dos aspetos daqueles *sportmen* e daquelas gentilíssimas senhoras, para quem as árvores curvavam as suas frondes como a pedir-lhes que por entre a sua folhagem se deixassem amar dos anjos antigos que suas avós ali amaram. Este facto dos burros inaugura a decadência do culto àquele santuário onde eu orei, quando tinha nove anos, e aonde fui, depois dos quarenta, procurar a história da minha melhor juventude, por lá escrita em hieroglíficos no córtex dos grandes álamos. Já nada existia. Inauguravam-se as corridas dos burros. (O.C. X, pp. 502-504).

Talvez com estas gargalhadas saídas do bico da pena incansável, procurasse Camilo esconjurar os demónios que o habitavam, os fantasmas que assombravam a casa de Seide, esquecendo, por momentos, as dores que o excruciavam.

Revertendo ao texto comemorativo do centenário do Bom Jesus, recorda Camilo a primeira vez em que entrou no templo; a imagem de Cristo na cruz despertou no seu espírito de criança marcada pelo infortúnio uma reflexão amarga: “Pensava eu se me não seria muito mais benigno o Senhor do Monte, deixando-me resvalar ao abismo, amortalhado em uma das suas ondas, menos amargas que as lágrimas que eu havia de derramar em naufrágios de maiores agonias.” (O.C. XVI, p. 322).

Quando as agonias se tornaram insuportáveis, o grito de Job foi substituído por um tiro de revólver, naquele fatídico domingo, 1 de junho de 1890.

No livro *No Bom Jesus do Monte* encontramos estas palavras que bem podem servir de epitáfio ao primeiro profissional das letras em Portugal:

> Eu inclinava o peito crivado de dores sobre uma banca para ganhar, escrevendo e tressuando sangue, o pão de uma família. A luz dos olhos bruxuleava já nas vascas precursoras da cegueira.
>
> E eu escrevia, escrevia sempre. (O.C. XI p. 774).

Fundador do Elevador, senhor de Braga e do Bom Jesus

JOSÉ CARLOS GONÇALVES PEIXOTO [1]

RESUMO: Decorridos cento e vinte anos da morte de um dos maiores empresários da segunda metade do século XIX, procuramos homenagear o fundador do Ascensor do Bom Jesus do Monte, um bem patrimonial com valor universal, e, sobretudo, lançar mais luz sobre a vida e a obra de Manuel Joaquim Gomes, no âmbito histórico, cultural e económico.

A sua ligação e devoção ao Bom Jesus era muito estreita e empática, pois o contexto de onde se vem e no qual se cresce influi naquilo em que se converterá como pessoa. Desde pequeno se habituou a fazer o trajeto do Bom Jesus para Braga, para se deslocar para o trabalho, sempre atento aos detalhes, sabendo captar o bucolismo da paisagem, a atmosfera do lugar e o rasto dos peregrinos da estância.

Além de criador do funicular, o mais longevo a nível mundial quanto ao seu modo de funcionamento por contrapeso de água, foi o impulsionador dos transportes ferroviários em Braga. A partir desta cidade exportou toda a tecnologia e experiência e participou ativamente na instalação da «*Companhia dos Ascensores Mecânicos*», para exploração e construção dos elevadores nas colinas de Lisboa.

Também deixou a sua marca de homem público, de grande empreendedor e dinâmico empresário em outras áreas de atividade: como acionista e diretor da fábrica de Ruães, na atividade bancária

---

[1] Investigador e Mestre em Educação pela Universidade do Minho. Este trabalho sobre o industrial Manuel Joaquim Gomes vem completar dois trabalhos anteriores da nossa autoria: *Bom Jesus do Monte*, 2011 e *Ascensor do Bom Jesus de Braga*, 2012.

e panificação, na indústria hoteleira, na exploração e certificação das águas do Gerês e como vereador da câmara municipal.

Palavras-chave: Ascensor, transportes ferroviários, arquitetura industrial, indústria hoteleira, indústria panificadora, atividade bancária, termalismo.

ABSTRACT: *One hundred and twenty years have passed after the death of one of the greatest entrepreneurs of the second half of the nineteenth century, so today we seek to honour the founder of the Lift of Bom Jesus do Monte, an asset with universal value, and above all, shed more light on the life and work of Manuel Joaquim Gomes, in the historical, cultural and economic context.*

His connection and devotion to Bom Jesus was very close and empathetic, since the context of where one comes from and where one grows influences in what you will become as a person. Since little boy, he is accustomed to make the path Bom Jesus-Braga, to go to work, always attentive to detail, knowing how to capture the bucolic landscape, the atmosphere of the place and the trail of the pilgrims.

Besides being the Funicular creator, the longest-lived in the world as to its mode of operation for water balance, he promoted the railway transport in Braga. From this city he exported all the technology and experience and actively participated in the installation of «Company of Mechanical Elevators» *for the exploration and construction of lifts in the hills of Lisbon.*

Also left his mark as a public man, a great entrepreneur and dynamic businessman in other areas of activity: as a shareholder and director of Ruães factory, both in banking and baking, in the hotel industry, in the operation and certification of Gerês waters and as alderman of the town hall.

Keywords: Lift, rail, industrial architecture, hotel industry, bakery industry, banking, Hydrotherapy.

HOMEM DE CONVICÇÕES

Ao insigne empreendedor Manuel Joaquim Gomes se deve a fundação do funicular do Bom Jesus do Monte, classificado como Monumento de Interesse Público, em 2012, verdadeira síntese de vontade e querer entre o saber prático e técnico e uma feliz integração na envolvente sagrada e ambiental.

Homem de nascimento humilde, enobrecido à sua custa, elevado por merecimento, transmitia, segundo Manuel Bento de Carvalho[2], uma enorme energia e uma rara ilustração. Conhecido pelo notável talento e arrojo, por estar à frente do seu tempo, lançou-se em ousados desafios, estudando arduamente os seus planos, compensando o dispêndio do seu capital com importantes melhoramentos para a cidade e para o país. Esta vontade sôfrega de estender a sua atividade empresarial a várias áreas, prescindindo de floreados e condecorações, mereceu-lhe um constante desassossego por não conseguir ainda fazer mais.

Manuel Joaquim Gomes empenhou-se em obras de grande envergadura, umas para resolverem problemas que abanavam a sociedade bracarense, outras para promover o crescimento económico da região. Esta dedicação total, de corpo e espírito pelo desenvolvimento, valeram-lhe o convívio com a dúvida, a troça, o ar zombeteiro, insultos, ameaças e outras lutas movidas pela população e comunicação social. Acusavam-no de ser o «*Senhor de Braga e do Bom Jesus*», «*o Burnay de Braga*»[3], dos americanos, do pão quente, do maquiavélico telefone, dos hotéis. Também nós, de outro modo, o consideramos «*Senhor de Braga e do Bom Jesus*», na justa medida em que foi um dos maiores empresários de Braga e um dos maiores benfeitores do Bom Jesus do Monte, a par de D. Rodrigo de Moura Teles, Pedro José da Silva e Manuel Rebelo da Costa, pois os 50 legados, desde 1663 até 1883, importaram em 52.250#000 reis[4], enquanto, apenas, o legado deste industrial é muito superior,

---

[2] Natural de Vila Real. Foi Presidente da Associação Comercial. Era compadre de Manuel Joaquim Gomes pois seu filho Brás Lata de Carvalho (proprietário da Casa Éden) casou com Maria da Conceição Vieira Gomes. Autor do livro *Manuel Joaquim Gomes, a sua epocha e as suas empresas, apontamentos para a história de Braga*, Typ. Sousa Cruz, 1906, p. 43.

[3] Revista *Occidente*, n.º 569, 11 de outubro de 1894.

[4] Diogo Forjaz Sampaio, *Memórias do Bom Jesus do Monte*, 1.ª edição, 1844.

distribuindo-se pelo património que deixou (elevador, nascentes de água, obras nos hotéis), pelas verbas líquidas entregues na confraria com a exploração do elevador (só de 1882 a 1917 importou em 14.756#804), pelo arrendamento do Grande Hotel da Boavista (Elevador) e por ser, na capital do Minho, o introdutor dos novos meios de locomoção, na segunda metade do século XIX.

Génio empreendedor na perspetiva do poeta, novelista e filósofo espanhol Miguel de Unamuno. Por ocasião de uma visita à estância, em 1908, tendo por cicerone Azevedo Coutinho[5], Unamuno saiu da cidade no elétrico a vapor, que não poupava o fumo, subiu no funicular e sobre o mesmo dizia: *«mercê do génio empreendedor do Sr. Manuel Joaquim Gomes (...). Os honrados burgueses que o genial e arrojado elevador sobe até lá, não vão subir por seu próprio pé, ou montados num cavalo».*

Urge estudá-lo sem preconceitos, com vontade de conhecer a obra e o homem. Apesar do apregoado avanço nos usos e costumes e da liberdade de expressão, que sói dizer-se conquistada, manifestou continuamente um espírito livre, nunca deixando de manifestar as suas opiniões, defendendo com fulgor as suas crenças e ideologia, valendo-lhe, por vezes, as maiores antipatias e contestações, dando provas na vida familiar ou pública das suas convicções religiosas.

Espírito forte e livre, não aprovava com o seu silêncio os ditos e epigramas dos motejadores contra as suas ideias, contra a sua obra e contra a religião. Sempre que se encontrava em dificuldades, quando as dúvidas relativas aos arrojados projetos lhe acometiam, não deixava de desabafar: «*Vou associar-me com o Bom Jesus, que há-de abençoar a minha nova empresa*»[6].

Entre as datas 1840-1894 mediam cinquenta e quatro anos, tantos quantos contava Manuel Joaquim Gomes quando a implacável morte o ceifou à família e ao mundo. Nasceu a 26 de setembro na Casa da Ordem, lugar de Mouriçô, freguesia de S. Cristina de Longos, tendo ocorrido o óbito a 29 de setembro em Davos-Platz, na Suíça. Os restos mortais do benemérito cidadão vieram por Bordéus e chegaram à estação dos comboios de Braga no dia 25 de outubro. Esperavam-no várias associações comerciais e industriais, a banda de música da Oficina de S. José, onde se formou um cortejo até ao

---

[5] Que havia escrito *Guia do Viajante em Braga.*

[6] *O Commercio do Minho*, 6 de novembro de 1894.

templo dos Congregados, tendo o comércio encerrado as portas à passagem do coche fúnebre, ladeado pelos seus quatro grandes amigos Dr. António Brandão Pereira, Manuel Bento de Carvalho, Manuel Simões Braga e Joaquim Firmino da Cunha Reis. Acompanharam o falecido, desde Davos-Platz, os filhos Maria da Conceição, Alfredo e Amadeu e do Porto os sobrinhos Júlia Gomes de Matos, António Luís Gomes de Matos e os senhores Magriço e Lino do Nascimento.

Contraiu núpcias na igreja de Santo Ildefonso, em 26 de maio de 1866, com Maria Vieira da Silva Gomes, nascida em 15 de abril de 1848, em São Pedro, Rio Grande do Sul.

Desta união nasceram as sementes inspiradoras dos projetos na área dos transportes, pois na família da esposa de Manuel Joaquim Gomes encontramos muitas ligações aos meios de comunicação terrestre e marítimo:

– Maria Vieira da Silva Gomes[7] era filha de João António Vieira da Silva[8], emigrado no Brasil, casado com Maria Bernardina Marques Canarim[9], natural de Pelotas, Rio Grande do Sul,

---

[7] Teve outros irmãos: Clarisse Vieira da Silva, João Vieira da Silva (N. 31-1-1847), Júlia Vieira da Silva Porto (N. 1-7-1849), Ana Francelina Vieira da Silva (N. 7-3-1851) e Júlio Vieira da Silva (Batizado em 17-7-1855). Todos nascidos em São Pedro, Rio Grande do Sul.

[8] Nascido em 7 de março de 1822 na freg. de São José de São Lázaro, filho de Francisco José da Silva e Maria Teresa. Faleceu em 14 de fevereiro de 1866, com 44 anos, na rua do Almada, n.os 512 a 514, freg. de S. Martinho da Cedofeita, Porto. Sepultado no cemitério da Lapa. O seu amigo Manuel Augusto Rodrigues Braga mandou celebrar missa na Igreja da Candelária, cf. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 6-4-1866. Testamento apresentado em 19-2-1866, in Arquivo Municipal do Porto, cota A-PUB/ /5031. Pelo testamento se extrai vários dados: tinha 4 irmãs (Gertrudes, Ana, Joaquina, Antónia); era muito rico deixando avultadas quantias às irmãs, afilhados, a 8 viúvas do Rio Grande do Sul, a 20 famílias pobres da cidade de Braga, à esposa e às filhas. Foram seus testamenteiros o seu particular amigo Eduardo da Costa Correia Leite, entre outros. Segundo o jornal *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, de 19 de setembro de 1857, João António Vieira da Silva e sua esposa ainda se encontram no Brasil pois embarcam no Vapor Tocantins em direção a São Pedro, Rio Grande do Sul.

[9] Teve mais 4 irmãos: Bernardino (B. 22-10-1828), Joaquim (B. 10-11-1832), Luís (B. 3-7- -1837) e o advogado (Bacharel em Direito), jornalista e político Henrique Bernardino Marques Canarim casado com Perpétua Guerra. Henrique Bernardino Marques Canarim (1826-1897) foi delegado de polícia da cidade do Rio Grande do Sul durante 7 anos. Em 1866 assume o cargo de diretor da redação do diário *Rio-Grandino*. Em 1855 foi nomeado Juiz Municipal de S. José do Norte, no Rio Grande do Sul. Em 1859 foi nomeado Juiz Municipal de 2.ª vara e em 1862 foi nomeado Juiz Municipal de 1.ª vara do Rio Grande do Sul. Exerceu dois mandatos de deputado à Assembleia Legislativa da Província de São Pedro.

filha de Bernardino José Marques Canarim[10], vereador da Câmara Municipal de Pelotas, construtor e coproprietário de um barco a vapor, denominado «*Liberal*»[11] que realizava as viagens entre Pelotas, Rio Grande do Sul e Porto Alegre (juntamente com o fazendeiro, político, jornalista e militar Domingos José de Almeida 1797-1871, António José Gonçalves Chaves[12] e José Vieira Viana);

– a esposa do fundador do elevador era irmã do Cônsul João Vieira da Silva[13], especialista em Caminhos de Ferro e Finanças, por Londres;
– João Vieira da Silva, o grande inspirador e conselheiro de Manuel Joaquim Gomes, era pai do embaixador Marcos Vieira da Silva[14], economista, diplomata, especialista em Portos

---

[10] Casado com Sebastiana Delfina Tarouco, natural de Mostardas, Rio Grande do Sul, batizada em 22-2-1826, tendo por madrinha Senhorinha Joaquina de Lima esposa de João António Ferreira Viana, vereador de Pelotas entre 1832-1836.

[11] Lançado à água em 1832, financiado por simpatizantes do Partido Liberal, que defendiam os ideais republicanos.

[12] António José Gonçalves Chaves *(Pelotas, 1813 – Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1871)* foi deputado provincial do Rio Grande do Sul em diversas legislaturas. Filho de António José Gonçalves Chaves (1781-1837) e Maria do Carmo Seco. António José Gonçalves Chaves, pai, nasceu na comarca da *Chaves*. Abolicionista, propôs no seu livro *Memórias ecónomo-políticas*, de 1822, a extinção do tráfico de escravos em 18 meses e, a longo prazo, a abolição.

[13] Nasceu em 31 de janeiro de 1847 em São Pedro, Rio Grande do Sul. Casou em primeiras núpcias na freg. de São Martinho da Cedofeita, em 16-10-1872, com Júlia Amélia Mourão (Filha de José António Mourão e de Libânia Cândida Felicidade, tendo nascido em 21-1-1850 na freg. da Sé, no Porto e falecido em 20 de junho de 1880, na freg. de Cedofeita). Casou segunda vez com Ida Vieira da Silva.
A revista *Occidente*, de 15 de maio de 1895, além da sua fotografia inclui um pequeno texto aludindo ao seu papel no restabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e Brasil.

[14] Nasceu na freg. de São Martinho da Cedofeita, em 20 de Abril de 1875. Os seus pais moravam na Rua da Boavista, Porto, n.º 322. Casou na Igreja de Santa Justa, de Lisboa, em 27 de novembro de 1905, com Maria do Céu da Silva Graça, de 21 anos de idade, natural de São Vicente, em Lisboa.
Como Manuel Joaquim Gomes também faleceu, prematuramente em Davos, na Suíça, em 14 de Fevereiro de 1911, quando Maria Helena Vieira da Silva, filha única, tinha, apenas, 3 anos de idade. Nas primeiras impressões de infância, da famosa pintora portuguesa, estão, com certeza, gravadas as paisagens de luz e neve nas montanhas suíças, onde acompanhou o pai que sofria de tuberculose. Maria Helena foi criada em casa do avô materno, proprietário e diretor do jornal «*o século*» e dono de um palacete (mais tarde Hotel Aviz) na rua Latino Coelho.
Autor do livro *Portos-Francos Contendo os Planos dos Portos-Francos de Hamburgo, Bremen, Copenhague*, Lisboa, Ferin, 1906. Um dos seus últimos atos públicos foi uma conferência intitulada «*A marinha mercante e os portos francos*», na sede da Associação Industrial, patrocinada pela Liga de Defesa dos Interesses Públicos, acerca da situação

Francos e Marinha Mercante, e avô da famosa pintora portuguesa Vieira da Silva;
– o padrinho[15] de casamento de Maria Vieira da Silva Gomes era um aristocrata portuense, amigo da família e um especialista em transportes ferroviários.

Por morte de sua esposa, em 23 de março de 1890, deixa 6 herdeiros[16], Maria Augusta Vieira Gomes (N. 24-2-1868), Alfredo Vieira Gomes (N. 19-1-1872), Maria da Conceição Vieira Gomes (N. 19-4-1874), Amadeu Vieira Gomes (N. 1-11-1877), Maria Alberta Vieira Gomes (N. 11-12-1882), Maria da Glória (1885), conforme relação entregue por Manuel Joaquim Gomes[17] e onde constam os seguintes bens mobiliários e imobiliários, papéis de crédito, dívidas ativas e dinheiro em ser: uma morada de casas de 2 andares, com quintal e poço comprada a Manuel Gomes da Silva Matos e mulher sita no Cp. de Sant'Anna, com os n.os 7, 7A, 7B, 7C e 7D, freguesia de S. Lázaro, onde morava; casal denominado de Mouriçô de Baixo, na freguesia de Santa Cristina de Longos; uma morada de casas de 2 andares com quintal e poço no lugar de Fontela, freguesia de S. Pedro d'Este; uma leira de mato, denominada de Cortelho ou Covinhas, no lugar de Rio Mau, freguesia de Espinho; e muitas ações do Banco do Minho, da Companhia de Carris e Ascensor do Bom Jesus, da Nova Companhia dos Ascensores Mecânicos de Lisboa, da Companhia União Industrial, da Companhia Carbonífera do Monte Alto e Ervedosa, da Companhia de Moagens de Viana do Castelo, da Real Companhia Vinícola do Norte, da Companhia Rio Ave, da Companhia Urbana a Vapor, da Companhia Fabril do Cávado, do Hotel Universal do Gerês, e do Banco Aliança.

---

da marinha mercante portuguesa e do estabelecimento de portos francos (*O Século*, de 6 de Fevereiro de 1910, p. 3).
Marcos Vieira da Silva teve 3 irmãos: João (N. 11-2-1874), Henrique (N. 1-9-1876) e Jorge (N. 4-1-1878).

15 Eduardo da Costa Correia Leite casado com Benedita Belmira Pereira Leite, rico comerciante, morador na rua da Cedofeita, Porto. Amigo íntimo e testamenteiro do sogro de Manuel Joaquim Gomes.

16 Já tinham falecido cinco filhos: Manuel Joaquim (N. 10-3-1867, F. 15-12-1887), Alberto (N. 4-4-1869), Francelina (N. 19-10-1870), Elvira (N. 18-2-1873, F. 10-7-1873), José (N. 31-3-1880, F. 18-2-1888).

17 ADB, *Inventário por óbito de Maria Vieira da Silva em 1890 e Manuel Joaquim Gomes em 1894*.

A partir de 1890, Manuel Joaquim Gomes, devido à angústia, infortúnios (morte prematura da mulher com 42 anos de idade, da mãe e vários filhos) e a braços com a doença, delegou a presidência das empresas no genro José Luís Gomes de Matos[18], casado com a sua filha Maria Augusta Vieira Gomes e Matos, e no filho Alfredo Vieira Gomes. A tuberculose levou o empresário bracarense a tentar a cura, primeiro na Serra da Estrela e, a seguir, por duas vezes, na Suíça, a conselho dos seus médicos Marques Coelho e Azevedo, onde viria a terminar os seus dias. Regressou da primeira deslocação à Suíça, por motivos de doença, em Abril de 1893, voltando para lá no mesmo ano, onde passou o Natal na companhia dos filhos Alfredo, Amadeu e Conceição. Lá recebeu a visita de alguns amigos, em especial, do seu cunhado João Vieira da Silva, Cônsul do Brasil em Lisboa. Na sua ausência encarregou José Luís Gomes de Matos de superintender nos negócios, mesmo assim, acompanhava-os, atentamente, à distância, o que ressalta de uma missiva do genro e sobrinho: «*Pela minha parte sobeja-me boa vontade e se não me faltar saúde, favor que espero de Deus, farei todo o possível por dar boa conta de mim, considerando-me feliz se ao tio agradar o que tenho feito. Desde que aqui cheguei não tenho perdido um minuto… segundo as indicações do tio que são justíssimas*»[19].

Para a estância de inverno de Davos eram enviadas diversas encomendas com «*Guaiacol*», caixas de pastilhas «*Berthé*», «*Cereus Brasiliensis*», Vinho do Porto e outros, como se pode verificar pelas cartas endereçadas por José Luís Gomes de Matos.

Viveu no centro da cidade de Braga, no Campo de Sant'Anna, onde foi impulsionador e promotor de grandes melhoramentos: depois de uma aprendizagem no comércio, como empregado e patrão, converteu-se num grande industrial da panificação; organizou a Companhia Carris de Ferro de Braga, para substituir os carros de

---

[18] Nasceu em 25 de abril de 1865, na freg. de Santa Cristina de Longos, lugar de Mouriçô e batizado em 1 de maio de 1865 na igreja de São Tomé de Caldelas, concelho de Guimarães. Filho de Francisco Batista Matos, natural da freguesia de São Martinho de Sande e de Luísa Maria (N.16-8-1837), natural da freg. de Santa Cristina de Longos, moradores nos Granjinhos e posteriormente no lg. dos Penedos. A mãe de José Luís Gomes Matos era irmã de Manuel Joaquim Gomes. Neto paterno de José Batista de Matos e de Rosa Luísa Mendes e neto materno de António Gomes Ferreira e de Teresa Maria Costa. Foi padrinho de batismo José Luís Vieira da Silva.
Casou, em segundas núpcias, com Deolinda Dias de Sousa em 17 de junho de 1922. Faleceu na freg. de São João do Souto, em Braga, em 7 de junho de 1952.

[19] Carta de 15 de dezembro de 1893.

bois, que atravessavam a cidade em direção à estação dos comboios, introduzindo os carros americanos e, mais tarde, as carruagens com tração a vapor; concebeu e construiu o elevador, atualmente o mais antigo do mundo quanto ao modo de funcionamento por contrapeso de água; criou a Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus; explorou, como proprietário, o Grande Hotel, da Avenida Central[20] e o Hotel do Lago; reformou e tomou de concessão o Grande Hotel do Elevador (Hotel da Boavista), acrescentando modernidade, introduzindo as primeiras instalações elétricas e os primeiros telefones, bem como a concessão dos Hotéis do Bom Jesus, Parque e Sul-Americano; participou ativamente na instalação da «*Companhia dos Ascensores Mechanicos*», para exploração e construção dos elevadores nas colinas de Lisboa; trabalhou e cooperou para o engrandecimento e melhoramento da indústria hoteleira e termal do Gerês; participou, como acionista e membro dos órgãos sociais, no desenvolvimento industrial da Fábrica de Papel de Ruães (Companhia Fabril do Cávado), aumentando a produção de papel e contribuindo para a montagem da nova fábrica de fiação e tecidos; ocupou diversos cargos de relevo, vice-cônsul espanhol, vereador da Câmara Municipal de Braga, presidente da Associação Comercial de Braga, agente do Banco Aliança do Porto e Companhia de Seguros Probidade; integrou a comissão promotora do centenário do santuário do Bom Jesus; enveredou por campanhas políticas, concretamente, a «janeirinha» de 1868 e a grande comissão pró-integridade do distrito, em 1886; declinou por duas vezes (1870 e 1887) a condecoração régia com que Sua Majestade, em visita a Braga, o queria agraciar.

Não elegeu onde nasceu, mas essa circunstância determinou a luta para alterar e mudar as coisas. Manuel Joaquim Gomes é uma figura universal, pois concebeu, criou, abriu o lastro e estendeu a passadeira para a passagem do Funicular do Bom Jesus, onde não são despiciendo três factos, o nascimento nas proximidades do Bom Jesus, a familiaridade com as dificuldades em atravessar a altitude deste lugar, a assimilação do espírito do seu tempo, à mudança dos tempos como diz Bob Dylan «*the times they are a-changin*». Só com estes benfeitores, dotados de espírito perquiridor, é possível manter o passado vivo, caso da fundação do elevador permanentemente útil à coletividade onde se insere.

---

[20] *O Correio do Minho*, «Elevador do Bom Jesus», de 26 de Março de 1929, insere uma fotografia do fundador.

DINÂMICO EMPRESÁRIO

Estamos a ver um homem a correr pelos caminhos que ligam S. Cristina de Longos ao Bom Jesus e daqui descer a montanha, os escadórios até à cidade, na procura de um lugar de pertença para iniciar uma vida profissional na área comercial, para o começo da glória só sua e os aplausos de alguns amigos que lhe amparavam as aventuras. A forma que os progenitores de Manuel Joaquim Gomes encontraram para o lançar na vida profissional foi entregá-lo à atividade dos serviços.

Com 10 anos, os seus interesses orientavam-se para o comércio, trabalhando na loja do Sr. José Bento da Silva. Rapidamente subiu na hierarquia comercial, marçano, paquete, subindo a caixeiro e balconista, em estabelecimentos da rua do Souto e lg. Barão de S. Martinho. Com 19 anos assumiu-se como empresário, adquirindo a loja de panos e tecidos do Sr. Manuel António da Silva, onde trabalhou, geriu e permaneceu até aos 26 anos, idade em que contraiu núpcias. Como proprietário de estabelecimentos comerciais, na área dos produtos têxteis, habituou-se a transacionar os mais diversos artigos como, fazendas e tecidos (sedas, veludos, casimiras, chitas, cambraias, fustão), artigos da moda e indumentária (guarnições, fatos, plissados, rendas, echarpes, mantilhas, colarinhos, gravatas, luvas, suspensórios, guarda-solinhos) e a conviver com as maiores e influentes personalidades do burgo, fazendo amizades com facilidade. Era reconhecido pelos seus contemporâneos como exímio no atendimento, como habilidoso nas relações públicas, e como encarava os homens e os «projetos» com dinâmica, espírito aberto, persistência e ousadia. Do comércio à indústria foi um passo, coerente com as novas ideias da época, os ecos do mundo e os novos ventos oriundos do exterior.

Desenvolveu a indústria local, importando o que fosse necessário para dinamizar a atividade económica: «*Ill.mo e Ex.mo Snr. Estando sobejamente demonstrado, por tantos anos d'experiencia, que o enxofre aplicado oportunamente à vinha, é o verdadeiro e eficaz antidoto contra o oidium, e como a mesma experiencia tenha dado fundamentos para se suspeitar que a industria illicita já tenha viciado este ramo de commercio misturando no enxofre substancias estranhas àquella espécie damnificando-lhe sem benéfico efeito, resolvemos mandar vir da Cecília, d'onde é oriundo, uma grande porção de enxofre em pedra, de 1.ª qualidade. E porque V.ª Ex.ª por*

certo será um bom consumidor d'este género, tomamos a liberdade de rogar-lhe o muito apreciado obsequio de nos dispensar suas ordens pelo que muito nos penhorará. De V.ª Ex.ª Obrig.mo. Manuel Joaquim Gomes»[21].

Todo o processo e trabalhos preparatórios relacionados com a chegada do comboio a Braga conduziram Manuel Joaquim Gomes a irromper contra o marasmo e conservadorismo da urbe, avançando para obras de vulto no campo da engenharia dos transportes. Diversos motivos fizeram de Braga uma estação terminal de ferrovia, mas sem ligação a outros centros urbanos, sobretudo sem uma ligação fácil, cómoda e rápida com o Alto Minho. Deste facto amadureceu a ideia de levar daqui um Caminho de Ferro, via reduzida, a Monção, atravessando Vila Verde, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez. Duas tribunas, e outros tantos alvitres, se pronunciavam naquela época: os jornais, *Commercio do Minho*, *Constituinte*, *Cruz e Espada* e outros ainda, trataram do caso com eloquência e muito entusiasmo; e a Associação Comercial, onde, então, se faziam ouvir Manuel Joaquim Gomes, Manuel Luiz Ferreira Braga, José Ferreira de Magalhães, João Luiz Pipa, José Fernandes Valença, Domingos Pereira d'Azevedo, Narciso Ramos, Lopes dos Reis e muitos outros.

A mudança estratégica de Manuel Joaquim Gomes para a área dos transportes está marcada por influências oriundas da família da sua esposa Maria Vieira da Silva Gomes, concretamente, do irmão da esposa e cunhado o cônsul João Vieira da Silva, e do padrinho de casamento Eduardo da Costa Correia Leite, ambos envolvidos na criação da Companhia Transmontana, do Caminho de Ferro Americano entre a Régua e Vila Real, com sede no Porto, assumindo as funções, respetivamente, de Diretor e Presidente do Conselho Fiscal[22].

É sob o signo do empreendedorismo, laico e civil, do novo espírito empresarial, que alia ação material e desenvolvimento social e cultural, que em Braga emerge um número significativo de empreendedores, de que Manuel Joaquim Gomes é figura de proa, que colocam a «*Roma Portuguesa*», no centro das inovações, do «*advento da técnica*» por onde passa e se conduz o progresso da civilização, para parafrasearmos Eça de Queirós.

---

[21] ADB, *Fundo da Casa de Avelar*, 2 fls., s. d., cota ACA/458-42.

[22] *Estatutos da Transmontana, Companhia anónima do Caminho de Ferro Americano entre a Régua e Vila Real*, Imprensa Franceza e Nacional, 1874.

IMPULSIONADOR DOS TRANSPORTES FERROVIÁRIOS

Juntamos, agora, duas histórias (do Americano e do Elevador), contadas numa alternância de tempos que revelam toda a mestria do seu criador e implementador dos transportes em Braga. Aos episódios do caricato transporte puxado por uma mula, com todo o tipo de dificuldades e percalços ao jeito dos romances picarescos, sucedem-se as viagens mais cómodas em «*tramways»* (americanos), por «*raid road»*, movidas pelos diferentes tipos de força, por muares exclusivamente, por máquinas a vapor e, mais tarde, por tração elétrica.

Escrever sobre a introdução dos transportes, em Braga, é incontornável a personalidade de Manuel Joaquim Gomes. Sobressai, destacado dos restantes, não porque herdou ou continuou o legado dos antepassados, mas porque voou com as próprias asas «*alis volat propriis*». A história do «*tramway*», em Braga, e do envolvimento de Manuel Joaquim Gomes neste percurso e neste processo, está marcada por muitos acontecimentos, cuja cronologia traçamos nos vários parágrafos deste capítulo.

As carroças puxadas por mulas eram bem conhecidas dos bracarenses denominadas por «*Chora*» (por «*se andarem sempre a queixar*» e por produzirem ruídos semelhantes a lamentos), deram lugar aos «*americanos*» (carruagens movidas por tração animal deslocando-se sobre carris) da Companhia Carris de Ferro de Braga, processo este que envolveu profundas implicações económicas, sociais e até culturais no meio local.

O novo meio de locomoção «*o americano*» inicia viagens no Porto em 1872, em Lisboa em 1873 e chega à cidade dos arcebispos na mesma década.

Os alvores dos transportes públicos, em Braga, evocam tempos bem difíceis para os empresários de então. No entanto, a capacidade e a visão de homens singulares, como Manuel Joaquim Gomes, fizeram com que o sector arrancasse rumo a um mercado cheio de boas perspetivas, alastrando o seu raio de influência por toda a cidade e arredores, oferecendo serviços a toda a população, a preços nem sempre ao alcance de todos.

Em sessão da Câmara Municipal, de 2 de Novembro de 1872, foi apresentado um requerimento de Francisco Alves Peixoto da Gama pedindo licença para a construção de uma linha de «*americano*» de passageiros e mercadorias, partindo da estação do Caminho de Ferro do Minho até ao Bom Jesus, fundando, para o efeito, em 1874, a Companhia Carris de Ferro de Braga.

A 10 de julho de 1874, Francisco Alves Peixoto da Gama apresentou novo requerimento à Câmara Municipal de Braga, pedindo a ampliação do contrato anterior. A câmara, em sessão de 24 do mesmo mês e ano, manteve a concessão e apresentou algumas condições: não transportar mercadorias pela rua do Souto, não permitir linha de passagem no largo da Lapa, ser indemnizada do prejuízo que venha a sofrer no rendimento das taxas dos carros de rodagem, dar princípio às obras da linha até à Igreja de S. Vítor, pedir para aprovação a planta da continuação da linha até ao Bom Jesus. Francisco Alves Peixoto da Gama contrapõe, em 23 de abril do ano seguinte, sugerindo a alteração de alguns artigos, que a Câmara Municipal de Braga vem a aceitar na generalidade: que as carruagens de «*tramways*» possam ser substituídas pelas que se usam em cidades estrangeiras, que se permita ao concessionário a carga e descarga de mercadorias, que se autorize o assentamento de linha no largo da Lapa, que seja dispensado do pagamento de taxas atrás indicadas.

Por alvará régio, de 22 de novembro de 1875, Francisco A. P. da Gama foi autorizado a assentar um caminho de ferro americano «*tramway*», para transporte de passageiros e mercadorias nas estradas reais 3 e 27, compreendidas entre as ruas da cidade e a estação de Braga da Linha Férrea do Minho.

Se o arranque dos transportes públicos, com a criação da Companhia Carris de Ferro de Braga, se deve a Francisco A. Peixoto Gama, sendo diretor Nuno José Vilaça, pouco tempo decorrido, em 1875, o próprio concessionário desta companhia Peixoto da Gama não consegue viabilizar a empresa, por dificuldades financeiras, socorrendo-se de Manuel Joaquim Gomes, que a adquiriu, reorganizou, assegurando, para o efeito, vários cenários, pela via do aumento de recursos de liquidez para o investimento, emitindo mais ações e aumentando o capital. Peixoto da Gama iniciou o processo, mas, de imediato, sentiu-se tão embaraçado com o colapso da empresa, que só o dinamismo e visão estratégica de Manuel Joaquim Gomes conseguiram viabilizar o empreendimento nascente.

Desde o início deste processo, Manuel Joaquim Gomes figura como Presidente do Conselho Fiscal, como se pode verificar pelos Estatutos da Companhia Carris de Ferro de Braga[23], publicados em 1875, que tomou para si todos os direitos e obrigações das conces-

[23] Porto, Imprensa Portugueza, 1875.

sões que foram outorgadas pela Câmara de Braga ao Sr. Francisco Alves Peixoto da Gama, nas sessões camarárias de 15-11-1872, 11-1-1873 e 23-4-1875.

A grande crise de 1876 trouxe novos problemas, mas, Manuel Joaquim Gomes não desanimou e, durante cinco anos, geriu, administrou e sustentou sozinho a novel empresa.

Em 1877, deu início às obras para a instalação dos carris para o carro americano com sede, depósito e oficina na avenida Central. Esta montagem dos carris começou pela estação ferroviária com ligação ao Campo das Hortas, Arco da Porta Nova, Rua do Souto, Avenida Central, Rua de S. Vítor, Rua Nova de Santa Cruz e Pórtico do Bom Jesus « ... *surpreendida por ver as ruas atravessadas pelos belos carros americanos, dando-lhes assim uns ares de terra grande*...»[24].

No relatório da gerência da Companhia Carris de Ferro de Braga[25], que explorava os carros americanos, os trens e as carreiras da Póvoa, o gerente Manuel Joaquim Gomes, fazendo peito a serôdios receios, procede a um demorado retrato da companhia entre 1876 e 1879: a crise monetária de 1876, o encargo de 15 contos pela concessão, o assentamento da linha (onde foram gastos 18.112#921 reis), as encomendas feitas em Liverpool (rails, carros, zorras, arreios), a compra de animais, a aquisição de todos os trens de praça da Companhia Viação do Minho por 10 contos de reis. Neste relatório apercebemo-nos do seu movimento em 1876, assim no concernente a trens a companhia possuía 4 Coupés, 4 Caleches, 2 Vitórias, 1 Break, 3 Wagonetes, 1 Phaetont, 1 Flagueta, 1 Catita, 1 Berlinda, 1 deligência, 1 Landeau, 2 Carroças; no tocante a «*americanos*» a companhia detinha 4 carruagens inglesas fechadas, 4 carruagens inglesas para fumistas, 2 zorras; e no que diz respeito à tração animal a empresa dispunha de 34 muares, 15 cavalos, 4 éguas.

Pode ler-se no relatório de gerência da Companhia Carris de Ferro de Braga[26], de 1881, que Manuel Joaquim Gomes ofereceu e transferiu para a mesma companhia a concessão que obteve da

---

[24] CARVALHO, Manuel Bento de, *Manuel Joaquim Gomes. A sua epocha e as suas emprezas. Apontamentos para a História de Braga,* Braga, Associação Comercial de Braga, 1906, p. 16.

[25] Porto, Typ. Occidental, 1879.

[26] Braga, Typ. Camões, 1881.

Confraria do Bom Jesus do Monte para o estabelecimento de um Elevador naquela estância e desiste do ordenado de 700#000 reis que o estatuto da companhia lhe confere. No relatório de gerência, do ano seguinte, dá conhecimento que brevemente será inaugurado e posto à exploração o ascensor do Bom Jesus do Monte, que será transcendente para o futuro da Companhia Carris de Ferro de Braga e revestirá um fortíssimo agente da prosperidade da mesma, solicitando autorização da companhia para a celebração de um contrato para a exploração do mesmo.

Manuel Joaquim Gomes, em 19 de dezembro de 1882, requere uma nova concessão à Câmara Municipal de Braga, uma vez que liquidou a Companhia Carris de Ferro de Braga, com escritório no Campo de Sant'Anna, e pretende organizar uma nova empresa de viação de americanos de transporte entre a estação ferroviária e o Bom Jesus. A Câmara Municipal de Braga, em sessão de 5 de janeiro de 1883, autoriza a concessão, como, também, a faculdade de a poder transferir para a nova Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus, conforme estatutos[27], que têm por fim especial o estabelecimento de linhas americanas «*tramways*», obrigando-se a determinados requisitos: à exploração de todos os sistemas de viação; à exploração e criação de hotéis; a transferir a propriedade do elevador do Bom Jesus, pelo valor de 30.000#000 reis; à conservação do solo compreendido entre carris; ao cumprimento dos regulamentos policiais e camarários; a substituir os atuais carris, por outros do sistema *Vignol*; a utilizar as máquinas a vapor, sobretudo entre os Peões e o Elevador; à isenção dos direitos de portagem; a não ser obrigado à conservação da facha da linha, mas a repor o pavimento sempre que haja lugar a obras ou consertos. Por estes estatutos Manuel Joaquim Gomes continua como diretor da companhia onde se manteve até finais de 1889, sendo substituído pelo amigo Joaquim Dias Peixoto, por motivos de saúde. No entanto, sempre acompanhou de perto o rumo da companhia na qualidade de Presidente da Assembleia Geral. O relatório da Assembleia Geral, de 20 de fevereiro de 1894, mostra os nomes de todos os que compõem este órgão, mas, efetivamente, não esteve presente, pois encontrava-se na Suíça para restabelecimento, emprestando, apenas, a sua assinatura.

---

[27] Braga, typ. Camões, Braga.

Aos 3 de fevereiro de 1883, Manuel Joaquim Gomes assina, no Paço do Concelho, um termo de responsabilidade relativo à nova concessão de linhas americanas, onde o requerente se obriga a cumprir um conjunto de condições regulamentares propostas num acórdão da Comissão Distrital (assinado em sessão de 14 de fevereiro de 1883), nomeada pela câmara para o efeito.

A celebração da escritura do contrato definitivo da nova concessão[28], entre a Câmara Municipal de Braga e Manuel Joaquim Gomes, ocorreria aos 2 dias de março de 1883. Depois da sessão da Câmara Municipal de Braga, de 5 de janeiro do corrente ano, que aprovou a concessão da exploração das linhas americanas, requerida por Manuel Joaquim Gomes e imediatamente transferida para a Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus, teve lugar uma recomposição do corpo acionista, com a colocação de 800 ações, distribuídas do seguinte modo:

10	António José Gonçalves Braga
5	Dr. António Lopes de Figueiredo
10	António Maria Raposo de Sousa Alte
50	Eduardo da Costa Correia Leite
10	Fernando Castiço
25	João Alves da Mota
58	Joaquim Dias Peixoto
50	José Nogueira Pinto
2	Luís António Ferreira Guimarães da Cruz
100	Manuel Simões Braga
5	Manuel Bento de Carvalho
176	Manuel Joaquim Gomes
1	Manuel José de Menezes
100	Manuel Joaquim de Faria
2	Santos, Cyrne e C.ª
196	Teotónio Lopes Monteiro

[28] Arquivo da Câmara Municipal de Braga, *Livro dos contratos da Câmara*, fl. 78.

A referida concessão foi homologada superiormente por alvará de 25 de outubro de 1883 e decreto de 28 do mesmo mês e ano. Também são relevantes as receitas das duas primeiras décadas da empresa Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus, extraídas dos respetivos relatórios de gerência:

1883 - 20.126#871	1890 - 34.258#822	1897 - 25.201#605
1884 - 22.438#232	1891 - 27.411#341	1898 - 24.566#407
1885 - 21.874#711	1892 - 21.572#535	1899 - 26.417#290
1886 - 21.273#908	1893 - 24.449#787	1900 - 26.273#590
1887 - 26.662#672	1894 - 22.713#621	1901 - 23.683#700
1888 - 24.773#073	1895 - 22.713#621	1902 - 25.282#080
1889 - 48.255#456	1896 - 23.628#636	1903 - 23.834#620

Devido ao sucesso da iniciativa, o movimento aumentou quer de peregrinos, quer das viagens do elevador, quer do serviço dos americanos entre a cidade e a estância, a ponto de se chegar à conclusão que «*não havia gado que resistisse*...». Para remediar este inconveniente considerou-se imprescindível substituir a «*tração animal*» pelas primeiras «*máquinas a vapor*», sendo inauguradas e recebidas festivamente, a 17 de junho de 1883, sistema que perdurou até 1914 e que consistia na utilização de pequenas locomotivas a vapor as «*machinas*» que puxavam uma série de carruagens, aplicadas inicialmente na linha dos Peões até ao ascensor do Bom Jesus. Antes da inauguração efetuaram-se as diligências necessárias, nomeadamente, uma vistoria por uma comissão nomeada pelo Governador Civil, composta pelos engenheiros Tomás Branco, Plácido Peixoto e J. Arroio, que teve lugar em 13 de junho de 1883. Um dos testes foi calcular o tempo gasto, 5 minutos, pela máquina a vapor entre os Peões e o Elevador[29]. A vistoria examinou: os carris do sistema *Vignol*, assentes sobre travessas de carvalho e com a largura de 90 cms; o funcionamento da locomotiva construída pela «*Societé Suisse pour la construction des locomotives et des machines*» que serviu na linha férrea da Régua a Vila Real da Companhia Transmontana. No dia da inauguração não faltaram os foguetes, a banda de música, a bênção das máquinas e uma receção aos convidados e autoridades locais no Hotel do Elevador.

---

[29] *A Correspondência do Norte* 6-6-1883, 13-6-1883, 16-6-1883, 20-6-1883.

A tração animal deu lugar ao ícone da revolução industrial, à máquina movida a vapor à «*besta do apocalipse*», vomitando as maleitas do materialismo e do positivismo. Os motores a vapor começaram a ser aplicados às carruagens, substituindo os mártires cavalos. Além do fumo e do ruído expelidos, o peso deste tipo de motor e das rodas de ferro tornavam os veículos difíceis de comandar. Assim a circulação das «*machinas a vapor*» trouxe novos problemas, nomeadamente, a trepidação, o barulho, as faúlhas, levados pela população, pelo Ateneu Comercial (Associação Comercial de Braga) às sessões da Câmara Municipal.

Em sessão da Câmara Municipal de Braga, de 31 de agosto de 1885, foi alargado e autorizado o emprego das máquinas de tração a vapor, então, nas ruas da cidade e nas estradas municipais que confluem para o Bom Jesus do Monte.

Em 1889, segundo os relatórios de gerência da Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus[30], procedeu-se à aquisição dos terrenos e propriedades na Cruz de Pedra, junto da estação de Caminho de Ferro para aí se estabelecer a central da companhia e, em 1891, a criação e melhoria de infraestruturas e instalações (cocheira e cavalariça) de apoio à linha do Gerês e construção das estações do Bouro e do Higiénico. O mesmo relatório, datado de 31 de dezembro de 1889, último dia da administração de Manuel Joaquim Gomes, dá ênfase ao saldo de ganhos e perdas, no valor de 10.321#615, que permitiu uma distribuição de 4.800#000 reis pelos acionistas.

Mas os aspetos negativos atingiam maior dimensão, sobretudo no meio bracarense. Estamos a pensar em acidentes. A máquina a vapor (chocolateira) atropelou uma criança, acabando por falecer no hospital em 21 de junho de 1891, pretexto para um grupo de homens armados esperar a máquina a vapor, atacar o maquinista, afugentar os passageiros e levantar os carris.

Em 1894, nas festas do Espírito Santo do Bom Jesus[31], o elevador e o americano desempenharam um papel crucial no transporte dos peregrinos com dificuldades de locomoção e os mais avantajados economicamente, pois o grosso dos romeiros deslocavam-se a pé atravessando a cidade cantando, dançando, tocando as vareiras com os seus chapéus emplumados na cabeça e as saias

[30] Braga, Typ. Camões, 1889.
[31] *Commercio do Minho*, 15 de maio de 1894.

atadas na cintura. O articulista das festas de 1895, para além de referir o preço elevado dos bilhetes, dá conta do número de 1761 bilhetes vendidos na central dos americanos, na avenida central.

No ano em que faleceu Manuel Joaquim Gomes teve lugar a *Reforma dos Estatutos da Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus*[32], tendo por gerentes Joaquim Dias Peixoto e João Alves da Mota, mudando de gerência, em 1896, para António de Brito Pereira de Resende e, em 1905, muda novamente para a gestão do conselheiro Alfredo da Fonseca Menéres, Alfredo Vieira Gomes, António de Araújo Costa[33].

Foi presente em sessão da Câmara Municipal de Braga, de 24 de novembro de 1905, um requerimento da Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus solicitando autorização para o estabelecimento da tração elétrica nas suas linhas, bem como a concessão de todas as águas municipais indispensáveis para alimentar os motores de produção elétrica. Por falta de resposta, esta companhia protestou, conforme documentos datados de 13 de março de 1907 e 6 de abril do mesmo ano, contra o concurso para a viação elétrica lançado pela Câmara de Braga, pois a companhia considerava que era detentora de uma concessão de «*tramways*» movidos por qualquer espécie de força, incluindo a eletricidade.

Terminou em 16 de abril de 1907, o concurso público, aberto pela Câmara Municipal de Braga, para o exclusivo da exploração das linhas férreas americanas por meio de tração elétrica para transporte de passageiros, bagagens e mercadorias em todas as vias públicas municipais. Este concurso foi considerado, pela Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus, ilegal e ofensivo dos direitos adquiridos pela companhia, bem como o direito reconhecido pelo Estado, de estabelecer a tração elétrica na parte das estradas reais n.os 3 e 7, compreendida entre a cidade e a estação de Caminho de Ferro, conforme alvará do Ministério das Obras Públicas, de 14 de julho de 1905.

A evolução nos transportes vai ganhar mais fôlego nos princípios do séc. XX, terminando com a substituição, em 1914, dos carros americanos com tração a vapor pelo elétrico, depois da publicação

---

[32] Braga, Papelaria e Typ. Occidental, 1894. Segue-se a *Aclaração dos Estatutos da Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus,* Porto, Typ. Vasconcellos, 1904.

[33] *Relatório da Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus*, Braga, Imprensa Henriquina, 1907.

de dois opúsculos fundamentais neste domínio, o *Código de Posturas do Concelho de Braga*[34], o *Regulamento para o Serviço de Tracção Eléctrica*[35], aprovado por decreto de 26 de março de 1908 e a *Situação do Caminho de Ferro Americano da cidade de Braga*[36].

ASCENSORES DE BRAGA E LISBOA

A vetusta cidade de Braga foi submetida à mais intensa transformação desde o último quartel do século XIX e acordaria do seu sono profundo e da larga letargia que vem do fim do senhorio episcopal e do manto diáfano das muitas igrejas, confrarias, seminários e mosteiros que cobrem o concelho bem como das gelosias que coam e vedam as moradias.

Desde sempre, e na sua génese, o Bom Jesus apresentou-se como um santuário de peregrinação, tornando-se no séc. XIX, o maior centro de peregrinação em Portugal, influenciando o desenvolvimento dos caminhos, destinos, transportes e a vontade de viajar.

Os acessos ao Bom Jesus, nos flancos de uma pitoresca montanha, sempre foram uma preocupação. A viagem contemplativa, através dos passos dolorosos da paixão de Cristo, deu lugar à viagem hedonística possível graças às tecnologias de então, proporcionada pelo ascensor, um singular património fadado para o turismo.

Atualmente, o ascensor é o mais longevo ao serviço no mundo, a utilizar um sistema ecológico de funcionamento, exibindo-se como um paradigma da sustentabilidade ao consumir uma fonte de energia, a água, verdadeira dádiva da natureza.

É extraordinário como esta relíquia do século XIX carregada de simbolismo, como este transporte secular conserva a sua atualidade, mesmo após algumas intervenções mantém a sua traça original, associando ciência, modernidade e desenvolvimento. Nem a evolução, nem as constantes inovações tecnológicas modificaram este notável exemplar do património industrial e técnico, este meio de deslocação providencial para curtos e íngremes trajetos.

Manuel Joaquim Gomes criou o Ascensor do Bom Jesus do Monte, desde as origens, desde os alicerces «*ab imis fundamentis*»,

---

[34] Braga, Imprensa Henriquina, 1905.
[35] Lisboa, Imprensa Nacional, 1903.
[36] Braga, Typ. Sousa Cruz, 1906.

pois sonhou, pensou, projetou e construiu. Além de o conceber, também o gerou, para, de seguida, o dar em adoção à Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus. Em dois anos concebeu e executou o projeto do elevador, empresa dificílima pois levantava obstáculos de natureza diversa, quase insuperáveis, sendo inaugurado em 25 de março de 1882.

Para o desfecho final deste investimento foram determinantes a família da esposa do fundador do elevador e a convivência com o seu cunhado, o comendador João Vieira da Silva, bem conhecido nos meandros dos transportes ferroviários. Também a disponibilidade financeira da esposa de Manuel Joaquim Gomes facilitou a decisão, pois seu pai deixou, em herança aos filhos, cem contos de réis[37], enquanto o esforço financeiro com a construção do ascensor rondou os trinta contos de réis.

Numa das suas visitas às montanhas da Suíça, por razões de saúde, tomou contato com os projetos, existentes naquele país, para ultrapassar e vencer os desníveis da montanha. Venceu muitas adversidades, nunca recuou nem claudicou mesmo contra os generais de capote, as cartas anónimas a injuriá-lo, as farpas, e um abaixo-assinado com centenas de assinaturas contra esta obra, dirigido ao governo. A história do ascensor é uma prova de tenacidade, de testemunho do seu querer, de espírito de resistência. Sozinho e com o seu dinheiro apostou num projeto que, na época, poucos acreditavam no seu sucesso e na sua rentabilidade.

O empresário bracarense sustentou com denodo e constância o sonho de construir um meio de transporte que vencesse as dificuldades da altitude. Estudou os problemas verticalmente, em profundidade, mas as soluções encontrou-as pensando lateralmente, ou seja, aconselhou-se com o engenheiro António Maria Kopke de Carvalho, optando pelo Projeto de Riggenbach / Mesnier du Ponsard, adotado no Monte Gmessbach. Não replicou, em Braga, o funicular existente na Suíça, antes acolheu ideias, analisou outros dois projetos (de Kopke de Carvalho / Redpath e de Francisco Munhoz / Jorge Arthur Schiappa Monteiro[38]), acabando por abraçar a experiência do construtor Schweizerische Centralbahn Hauptwerkstatte, Olten, da Suíça.

---

[37] *Testamento de João António Vieira da Silva* in Arquivo Municipal do Porto, cota A-PUB/ /5031, p. 64.

[38] Este projeto está na posse do médico bracarense Álvaro José de Matos Amorim, neto de José Luís Gomes de Matos.

Por tudo isto, o elevador do Bom Jesus ostenta uma arquitetura inspirada nas montanhas suíças e um libreto das oficinas helvéticas (basta atentar na história da cremalheira), mas obedecendo a uma ideia portuguesa e a um programa variegado onde se pressente uma nostalgia em voga naquele tempo.

Foi encarregado do plano, do estudo da linha, da direção da construção, o engenheiro mecânico Raoul Mesnier du Ponsard, portuense, de ascendência francesa, considerado o pai dos elevadores da capital portuguesa. Encarregou-se da construção e colocação do material fabricado nas Oficinas Suíças Olten, o Sr. Mayer, funcionário de Nikolaus Riggenbach. A tudo isto soma-se o conselho, a experiência e a influência de João Vieira da Silva, que foram determinantes para a engenharia e génese do empreendimento.

O arrojado industrial teve de ultrapassar um conjunto de fatores que, conjugadamente, contribuíram decididamente para a ereção do elevador: a construção de uma ponte sobre a estrada que servia o Bom Jesus fazendo atravessar o elevador pela parte superior; a vinda do estrangeiro de máquinas e aparelhos indispensáveis para o funcionamento do ascensor; a construção de estações nas extremidades da linha; a exploração de nascentes de água, devidamente canalizadas para depósitos e lagos, em correspondência com o funicular. Para um bom funcionamento do ascensor era necessário que se cumprissem certas obrigações em relação à manutenção e abastecimento da água, desde a manutenção do grande lago e de todos os outros locais por onde corria a mesma, até à limpeza do depósito do elevador, a fim de evitar a acumulação de lodo e consequente entupimento das válvulas.

Com a inauguração do primeiro plano funicular inclinado, verdadeiro museu vivo de Braga, fascínio da arqueologia industrial, abriu-se a primeira página do livro do progresso em Portugal, escrito com letras de aço, ferro e bronze. Com o prestígio alcançado, Manuel Joaquim Gomes partiu para voos mais altos, concretamente, para a construção dos ascensores da capital e noutras partes do país Porto, Nazaré e Funchal[39]. A experiência acumulada em Braga foi transferida, por Mesnier e Gomes, para as colinas de Lisboa,

[39] O sempre espantoso elevador do Bom Jesus, na forma como abarca a modernidade e a tradição, foi berço de muitos outros, concretamente, em Lisboa (Lavra, Glória, S. Justa, Bica, e os desativados da Estrela, Graça, Calçada das Freiras, Município, São Sebastião), no Porto (Guindães), na Nazaré (Sítio), no Funchal (Monte).

onde as suas ideias foram bem acolhidas pelo vereador do pelouro dos melhoramentos António Inácio da Fonseca. De imediato, constituíram a «*Companhia dos Ascensores Mechanicos de Lisboa*», juntamente com outros sócios influentes, conselheiro Mouta e Vasconcelos, Joaquim Teixeira da Costa, Dr. Abel da Mota Veiga, António Pereira dos Santos Beirão e João Alberto Lopes.

Sendo Braga o berço dos ascensores em Portugal, tudo se deveu a um homem que agregou todas as energias em redor da inventividade, numa fuga coerente com as ideias vanguardistas da época, nunca duvidando da justeza dos seus propósitos, pese embora tenha sofrido no corpo e na alma os tumultos morais dos seus gestos, das questiúnculas, pleitos e histerismo do sr. Taxa e moradores da zona dos Peões.

ACIONISTA E DIRETOR DA FÁBRICA DE RUÃES

Bem próximo do final de oitocentos, a intensificação do nível tecnológico resultou no crescimento percentual das unidades de produção fabril e na diminuição progressiva, ainda que lenta, dos ramos tradicionais, ligados ao artesanato, com o surgimento de novas indústrias como a do Papel.

Numa busca por grandes empresas fundadas no século XIX, na região, salta à vista, imediatamente, a Fábrica de Papel de Ruães, apesar de o nome original ter sido substituído, posteriormente, por Companhia Fabril do Cávado. Não obstante, sobretudo na área do baixo Cávado, a empresa parece ter continuado a ser referida, vulgarmente, como Fábrica de Ruães, pujante indústria portuguesa, que, sem dúvida, dominou o panorama industrial da zona por cerca de um século, onde se fabricava um primoroso papel que foi premiado na Exposição de Londres e os mais variados tecidos destinados à exportação.

Vem de longe a construção de uma unidade fabril em Ruães, nome de um lugar que, entre 1821 e 1886 fazia parte da freguesia de S. Paio de Merelim[40], integrando-se, depois, na freguesia de Mire de Tibães e nome de uma propriedade banhada pelo Cávado, a

[40] No lugar de Ruães, freguesia de S. Paio de Merelim, houve domingo à noite uma grave desordem, in *O Regenerador*, 11 de julho de 1886.

Quinta de Ruães[41], onde o seu proprietário Bento Luís Ferreira Carmo (1798-1879), Visconde de Ruães[42], construiu, conforme fontes consultadas, uma Fábrica de Papel, sendo que a carta de lei de 20 de maio de 1843, veio facilitar a Bento Luís Ferreira Carmo, amigo íntimo de Camilo Castelo Branco, a criação da mesma: «*Continua, porém, a de Ruães, a sua missão no fabrico de papel, na margem esquerda do Cávado, uma excelente Fábrica onde se faz um primoroso papel que mereceu ser premiado na Exposição de Londres, e trabalham em uns dias por outros cerca de 50 pessoas. Construiu também ali uma importante azenha servida por 8 rodas, que reduzem a farinha, grande quantidade de cereais, e com uma barca de passagem sobre o mesmo rio com cais, em terras suas em uma e outra margem, garantida pela citada carta de lei de 20 de maio de 1843*»[43].

Em 18 de agosto e 8 de dezembro de 1865, nas atas dos acórdãos municipais figuram dois requerimentos de Bento Luís Ferreira Carmo, na qualidade de fundador e «*dono da Fábrica de Papel*» solicitando à câmara uma estrada vicinal desde S. Pedro de Merelim até ao barco de Ruães, oferecendo-se para fazer à sua custa a obra, competindo à câmara a expropriação dos terrenos.

A luta entre miguelistas e liberais acarretou a destruição do frágil tecido industrial. Após essa destruição física e económica, o liberal Bento Luís Ferreira Carmo foi dos primeiros, de início no Porto, depois na sua terra natal, a dar os passos iniciais no desenvolvimento industrial, como diretor da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, juntamente com Joaquim Augusto

---

41 Pedro de Merelim, *Merelim (S. Pedro), ontem e hoje*, ed. da Junta de Freguesia de Merelim (S. Pedro), 1989.

42 Foi em 25 de Setembro de 1872 que o Rei D. Luís I concedeu o título de visconde de Ruães a Bento Luís Ferreira Carmo, filho de Francisco Inácio Luís Ferreira da Costa e de Luísa Maria Sequeira Gomes. Nasceu no lugar de Ruães, freguesia de Merelim (S. Paio) a 10 de julho de 1798 e viria a falecer em 15 de Março de 1879, na rua de S. Geraldo (Pelames), casa n.º 33, freguesia da Cividade. Andou pelo Porto, onde abraçou a causa liberal, esteve no cerco do Porto e por tudo isto foi agraciado com a comenda da Ordem de N.ª Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa. No Porto morou defronte de S. Bento das Freiras. Casou com 78 anos de idade, em 16 de Fevereiro de 1876, com D. Ana José Carolina Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos, fidalga da Casa do Avelar, com 49 anos. Filha de Fernando Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos e D. Maria Isabel de Abreu e Lima Correia Pimenta Feijó. D. Ana Carolina nasceu em 1826 e faleceu em 1905, não deixando descendência. A cerimónia teve lugar na capela da Quinta de Ruães, sendo celebrante o Padre João Rebelo Cardoso de Menezes (*O Commercio do Minho*, 19 de fevereiro de 1876).

43 Américo Lopes de Oliveira, *Imprensa bracarense,* ed. Pax, Braga, 1976.

Kopke (Barão de Massarelos), fundando, posteriormente, a Fábrica de Papel de Ruães e permanecendo à frente da administração desta unidade fabril cerca de 30 anos.

Segundo registos de 1874, a Fábrica de Papel de Ruães localizava-se na margem esquerda do rio, no lugar da Ladroeira, onde se encontra um marco da freguesia de Santa Maria de Mire e consta de um prédio misto, com casas sobradadas e terras de horta, azenhas de moenda de cereais e engenho de serrar madeira, movidos pelas águas do Cávado, pesqueira, uma barca de passagem sobre o rio confinante, com cais em ambas as margens, em terras próprias.

Em 1874, a composição da direção da Companhia Fabril do Cávado, constante dos estatutos publicados no mesmo ano, era a seguinte: Presidente da Mesa da Assembleia Geral – visconde de Ruães, Bento Luís Ferreira Carmo; vice-presidente – Eduardo da Costa Correia Leite; secretários – Júlio Lourenço Pinto, Joaquim Peres de Sousa; diretores: visconde de Fragozella, Inácio José de Sousa Soares, Eduardo Luís Ferreira Carmo; substitutos – Miguel Augusto da Silva Pereira, José da Silva Santos, Manuel Lopes Martins; conselho fiscal: Manuel de Matos Vieira, Joaquim Domingos Ferreira Car-doso, António da Silva Monteiro, Francisco Pereira de Loureiro.

Na década de 70, do séc. XIX, a fábrica em laboração, cujo produto final era a fabricação e venda de papel de peso e almaço para escrever, bem como papel para impressão, cigarros e embrulho, necessitava de uma solução de continuidade, atendendo à idade do seu fundador, que, na ausência de descendentes, por volta de 1874, passou o testemunho a seu sobrinho Eduardo Luís Ferreira Carmo.

A direção, como representante da empresa, reduziu a escritura pública os estatutos, em conformidade com a lei de 22 de junho de 1867. A dita escritura foi lavrada nas notas do tabelião Manuel Vieira da Silva e Sá, em 20 de setembro de 1874. Vai assinar esta escritura Manuel Joaquim Gomes, além de outros industriais: Alberto Carlos de Oliveira, António José Machado, António Manuel Lopes Vieira de Castro, António de Sousa Machado, Arnaldo de Novais Guedes Rebelo, Licínio Pinto Leite, Manuel de Sousa Machado, visconde de Barreiros, visconde de Oliveira.

Depois de um reforço de capital em 1875, ocorreram[44], no dia 30 de janeiro de 1876, os ensaios das máquinas da nova fábrica de

[44] Segundo *O Commercio do Minho*, de 1 de fevereiro de 1876.

papel, construídas pela Easton e Andressen, de Londres, montadas sob a orientação do engenheiro Thomaz Schmith e do mestre Benjamim Peake, técnicos do Reino Unido vindos expressamente para a respetiva montagem e demonstração: um propulsor mecânico (um motor) a vapor, de 100 cv., apoiado numa turbina hidráulica de 50 cv., que aproveitavam a energia hídrica das águas do rio para fazer mover um sistema de correias que colocavam em funcionamento os respetivos mecanismos. Estrearam-se os fornos para a máquina a vapor e a corvina, cujos volantes foram lançados a diferentes rodas que fizeram trabalhar alguns cilindros de limpeza do trapo, nas respetivas balsas, passando depois para a operação de massa. Na altura, procedeu-se a uma demonstração do sistema de fabrico de papel: «*lançado o trapo nas tinas de moagem, aparece, de seguida pronto e seco num tamborete de madeira, que o recebe de uns cilindros metálicos aquecidos, os quais secam as camadas recebidas de outros cilindros na temperatura normal. O papel que se fabricou à vista dos espetadores é bem acetinado e de excelente qualidade, podendo rivalizar, se não exceder, o melhor importado do estrangeiro*»[45].

Assistiram o visconde de Fragozella, o engenheiro da mesma, o diretor de obras públicas, Manuel Joaquim Gomes e vários cavalheiros da cidade de Braga e do Porto. No fim do ensaio, os diretores visconde de Fragozella, Miguel Augusto Pereira, Eduardo Ferreira Carmo ofereceram um lauto jantar aos 100 operários e aos 50 convidados, entre eles o conselheiro Marques Murta (Governo Civil), Dr. Penha Fortuna (Câmara), Fernando Castiço. Na ocasião, o engenheiro mecânico Thomaz Schmith prometeu que tudo estaria a funcionar devidamente dentro de 6 a 8 meses. Neste ato, houve oportunidade para os operários (60 mulheres e 40 homens) encenarem as suas habilidades sob o olhar atento do mestre da fábrica Benjamim Peake e do engenheiro Schmith, responsável pela montagem do sistema mecânico. A fábrica ganhava a capacidade de produzir 15 toneladas de papel fino e comercial: papel almaço (fino e pautado), próprio para livros e mapas; papel para jornais, de qualidade superior; e papel de embrulho.

A inauguração[46] e a bênção religiosa do abade de Tibães, do novo mecanismo da Fábrica de Papel[47], sociedade por ações, sendo

---

45 *O Commercio do Minho*, 28 de abril de 1877.
46 Inauguração da Fábrica de Papel de Ruães (*O Espreitador*, 25 de abril de 1877).
47 *O Commercio do Minho*, 24-04-1877; 1-05-1877; 31-05-1877.

os principais acionistas o visconde de Ruães e o conde da Silva Monteiro[48], ocorreria a 25 de abril de 1877, pelas 11 hs. Não faltaram os foguetes e uma banda de música. Alguns dias após, um jornal da época[49] dava notícia do normal funcionamento da fábrica, informando que o próprio jornal era impresso em papel daquela indústria.

Apesar da montagem modelar, do sucesso da inauguração, este projeto conheceria a falência, cinco meses depois a morte do seu fundador Bento Luís Ferreira Carmo. Em 1878, da má gestão aos problemas financeiros, da conjuntura económica à crise instalada no país, o sobrinho do fundador, Eduardo Ferreira Carmo não esteve à altura do tio, conduzindo a fábrica à praça, pois contraira uma dívida de 70 contos de reis junto do acionista visconde de Fragozella. Assiste-se, assim, a uma penhora sobre a indústria localizada em Ruães[50], em cuja arrematação foi licitante o mesmo visconde de Fragozela[51].

Interessante anotar como o correspondente do jornal *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, de 8 de abril de 1878, dá conhecimento

---

48 António da Silva Monteiro, o Conde da Silva Monteiro, nasceu em Lordelo do Ouro, em 16 de agosto de 1822 e faleceu em 15 de janeiro de 1885, deixando viúva D. Ana Narcisa Pereira e um filho António da Silva Monteiro. Recebeu o título de conde, em 22 de dezembro de 1875, por decreto de Dom Luís I. Filho de pais comerciantes, emigrou ainda jovem para o Brasil, e na cidade do Rio de Janeiro tornou-se próspero capitalista e negociante, proprietário de importante casa comercial que ainda estava em atividade quando faleceu, mesmo tendo retornado a residir em Portugal. Contribuiu para a criação das escolas primárias das freguesias de Lordelo do Ouro e de Miragaia.
Por ocasião da Guerra Franco-Prussiana, impulsionou com a sua iniciativa a festa do Palácio de Cristal, em benefício dos feridos desta campanha, e mais tarde tratando da organização da junta central de ajuda aos flagelados da enchente de 1877, prestou na qualidade de vice-presidente, assinalados serviços e contribuiu com a quantia de 200#000 réis para a subscrição que promoveu. Foi presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários e da Associação Comercial do Porto (1875-1877). Vice-Presidente da Camara Municipal do Porto de 1876 a 1877, assumindo a presidência nas ausências do titular. Foi presidente da Sociedade Palácio de Cristal. Teve seu nome associado a diversas empresas e empreendimentos como a Companhia do Caminho de Ferro da Póvoa, Tanoaria a Vapor, Fábrica de Papel de Ruães, entre outras. Foi um grande incentivador dos projetos do Porto de Leixões e do Caminho de Ferro para Salamanca. Amador apaixonado por horticultura e jardinagem, possuía na graciosa estufa de ferro e vidro, construída pela fundição de Massarelos, na sua quinta da Lavandeira, em Vila Nova de Gaia, uma preciosa e variada coleção de plantas. Nas exposições do Palácio de Cristal foi diversas vezes expositor premiado. Era Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Comendador da Ordem de N.ª Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa.

49 *O Commercio do Minho*, 31 de maio de 1877.

50 *O Commercio do Minho*, 13 de agosto de 1878.

51 *O Commercio do Minho*, 24 de agosto de 1878; 26 de outubro de 1878.

dos nomes para um órgão de uma fábrica que ficava do outro lado do atlântico: «*A assembleia geral da fábrica de Ruães, foi só para a eleição do conselho fiscal. Ficaram escolhidos os srs. Gaspar da Cunha Lima, Francisco Frutuoso Ayres de Gouveia, Joaquim José de Sousa Brandão e Teotónio Augusto de Lima*».

O inquérito industrial de 1881, revela os indicadores de dimensão das quatro maiores empresas papeleiras do país[52]: «*A Companhia de Papel do Prado (Fábrica do Prado, fundada em 1836 e a fábrica de Marianaia, fundada em 1939), de Tomar; A sociedade comercial Viúva Lemos e Filhos também explorava 2 fábricas, na zona da Lousã (Fábrica do Penedo, datada de meados do século XVIII e fábrica do Casal do Ermio, fundada em meados do século XIX); Fábrica da Abelheira, do inglês Astley Campbell, situada no concelho de Loures; por fim, a Fábrica de Ruães, explorada pela sociedade comercial Alberto de Oliveira e Cª*».

Empresa	Número de Trab.	Capital (contos)	Vendas (contos)	Potência dos motores
Comp. do Papel do Prado	318	200	61	49
Viúva Lemos e filhos	209	80	38	50
Fábrica da Abelheira	175	170	110	153
Fábrica de Ruães	141	150	88	138

Mas a crise veio a revelar-se, novamente, alguns anos mais tarde. A morte do Conde Silva Monteiro, em 1885, acelerou a venda da fábrica e suas dependências, arrematadas no ano seguinte, que incluía os seguintes bens: os terrenos, a fábrica (máquina a vapor de 100 cv, duas turbinas de 50 cv, 3 caldeiras de 60 cv, balanceiro, tanques, bombas, prensas, calandras), oficinas de serralharia e carpintaria, engenho de serrar, moinhos, pesqueira, açude, barracões de madeira e águas da propriedade, tudo avaliado em 80.000#000 reis. No dia 3 de Outubro de 1886, subiu à praça sob a base de licitação de 30.000#000 rs[53].

---

[52] Pedro José Marto Neves, *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal da década de 1880 à 1ª guerra mundial*, Universidade Técnica de Lisboa, Janeiro de 2007, p. 239.

[53] *O Constituinte*, 29-9-1886 e 6-10-1886. *Commercio do Minho* de 25, 28, 30 de setembro de 1886.

A venda em hasta pública foi adquirida por uma parceria de 10 sócios, Licínio Pinto Leite, António Júlio Machado, Manuel Joaquim Gomes[54], arrojado industrial e fundador do Funicular do Bom Jesus, Arnaldo de Novais Guedes Rebelo, Manuel de Sousa Machado, António de Sousa Machado, António Manuel Lopes Vieira de Castro, Alberto Carlos de Oliveira[55], visconde de Barreiros, e o visconde de Oliveira, constituindo a «*Parceria Mercantil da Fábrica de Papel de Ruães*». Esta sociedade, conforme ata, reuniu-se[56] em 7 de outubro de 1886, a fim de discutirem o que se deveria fazer, pois lhes havia sido adjudicada a empresa pelo valor de 30 contos de réis (depois de ter sido posta em praça 3 vezes), por eles oferecido em hasta pública (em seis pagamentos, a primeira em dinheiro e as restantes em letras), que teve lugar na sala de sessões do tribunal da comarca de Braga, no dia 3 de outubro. Desta reunião saiu, igualmente, uma comissão executiva e diretiva, para tomar posse da fábrica e dar novo «*elan*» à mesma, constituída por Manuel Joaquim Gomes, António Manuel Lopes Vieira de Castro, Alberto Carlos de Oliveira.

Conforme o articulado, constante do opúsculo *Artigos do Contracto da Parceria Mercantil da Fábrica de Papel de Ruães*, de 1887, foi nomeado para o primeiro exercício, o gerente o Sr. Alberto Carlos de Oliveira, e tomada a decisão de efetuar as reuniões da Assembleia Geral da Fábrica de Ruães na Rua Passos Manuel, da cidade do Porto. Rapidamente Alberto de Oliveira percebeu que era necessário aproveitar o potencial energético do Cávado, aumentado a capacidade de 100 para 400 cv e construir uma fábrica de fiação, tecelagem de algodão, tinturaria, estampagem de tecidos, para explorar conjuntamente com a fábrica de papel. Nasce, então, a ideia de alterar a denominação para Companhia Fabril do Cávado «*a mais completa e magnificante que há no país*»[57].

No balanço, datado de 30 de abril de 1887, constatamos a existência de uma verba de 2.112#500 reis respeitante a um débito contraído junto de Manuel Joaquim Gomes, que ganhou um lugar proeminente na história desta empresa, demonstrador de um percurso versátil e revelador, na sua perspetiva, que o que interessa não é, unicamente, «o que se é», mas «o que se consegue fazer».

---

[54] Ver o nosso livro *Ascensor do Bom Jesus de Braga*, 2012.
[55] *O Regenerador*, 7-10-1886.
[56] Na cidade do Porto, Rua Mousinho da Silveira, n.º18, 1.º andar.
[57] *O Commercio do Minho*, 10 de agosto, 5 e 7 de outubro de 1886.

A importância, a dinâmica e a expansão desta empresa acarretam a introdução de novas medidas, sobretudo, a necessidade de trazer a carreira do Americano para Ruães, a que não é estranha a presença nos seus corpos sociais do maior entusiasta dos transportes na cidade de Braga, Manuel Joaquim Gomes. Em dezembro de 1887, concluíam-se os estudos definitivos para o assentamento da linha americana que deveria ligar a cidade de Braga à «*importante fábrica de papel situada na freguesia de Ruães*»[58]. Também as comunicações são fundamentais para o desenvolvimento de qualquer indústria. Assim alguns empregados da estação telégrafo-postal, desta cidade, deslocaram-se a Ruães, em 31 de outubro de 1887, a fim de montarem uma linha telegráfica para estabelecer a comunicação entre a fábrica de papel e o exterior, nomeadamente, a cidade[59]. E, alguns anos depois, seria a vez do telefone. Foi concedida licença, em 1893, duma linha telefónica para a importantíssima Fábrica de Papel[60].

O progresso e a exportação de parte da sua produção fomentou e melhorou, em parte, o bem-estar dos seus trabalhadores, a ponto de a empresa proceder à cunhagem de moeda, para uso interno, que poderia ser trocada nos estabelecimentos comerciais da região.

Em 11 de Novembro de 1888, aconteceu a arrematação judicial por metade da louvação da Quinta de Ruães e suas pertenças tudo de natureza alodial, composta dos seguintes prédios: «*casa apalaçada em S. Paio de Merelim, um pedaço de terra, em Palmeira, bouça grande do rio, em S. Paio de Merelim, Campo de Fóra, no lugar de Ruães, Bouça da Ladroeira em Tibães, Azenhas na Ponte de Prado. Todas estas propriedades formam a dita Quinta de Ruães e entra em praça por metade do seu valor, isto é, pela quantia de 16.180#000 rs*»[61]. A quinta foi arrematada por João Cardoso Júnior, representante e sócio duma firma do Porto – Miguel Augusto, Fonseca e Cardoso, que era a exequente, por 22.000#000 rs.

O Diário do Governo, de 3 de Agosto de 1889, publica os estatutos da Companhia Fabril do Cávado, com sede no Porto e o capital de 200 contos dividido em ações de 100#000 rs. Esta sociedade foi constituída sobre a parceria da Fábrica de Papel de Ruães e tem por fins o fabrico do papel, a fiação de algodão, a tecelagem

---

58 *Aurora do Minho*, 11 de dezembro de 1887.
59 *Aurora do Minho*, 30 de outubro de 1887.
60 *O Progressista*, 3 de janeiro de 1893.
61 *O Constituinte*, 31 de outubro de 1888.

e a estamparia. Para gerentes (entre 1888 e 1891) foram nomeados os srs. Alberto Carlos de Oliveira, Alexandre Peres e Manuel Joaquim Gomes. Um deles (Manuel Joaquim Gomes) terá a residência em Braga, para maior proximidade e acompanhamento, vencendo cada um o ordenado anual de 1.200#000 rs. A partir de 1892 até 1900, a direção foi constituída por Alberto Carlos de Oliveira e João de Sousa Oliveira.

No fabrico do papel havia uma sala com 2 conchas em metal, com 2 mós ou galgas, para triturar as matérias-primas; uma sala com cilindros; uma sala com calandras e cortadeiras; e uma sala de escolha, contagem e enfardamento. A tecelagem chegou a ter 500 teares, centenas de máquinas, nomeadamente, caneleiras, encarretadeiras, urdideiras, rematadeiras, e outras máquinas de tingir, marcerizar e, ainda, tanques e estufas. A fiação chegou a trabalhar com 12.000 fusos, além das cardas, das laminadoras, dos torcedores e dos contínuos.

Na sequência dos estatutos de 1889, o mercado reajustou o corpo acionista da Companhia Fabril do Cávado, ficando constituído, em 31 de dezembro de 1890, deste modo:

Nome	Residência	Ações	Votos
Alberto Carlos de Oliveira	Porto	50	10
António Júlio Machado	Lisboa	98	19
António de Sousa Machado	Porto	196	39
Francisco José Ferreira Cardoso	Livração	50	10
João Gonçalves Pereira Bastos	Lisboa	98	19
Joaquim Augusto Ferreira Cardoso	Livração	50	10
Joaquim Pinto Leite	Porto	50	10
José da Silva Monteiro	Porto	124	24
Manuel Joaquim Gomes	Braga	147	29
Manuel de Sousa Machado	Porto	196	39
O. J. Pinto Leitão	Porto	54	10
Ricardo Pinto da Costa	Porto	65	13
Visconde de Barreiros	Porto	131	26
Visconde de Oliveira	Porto	196	39

No relatório da gerência da Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus[62], datado de 3 de fevereiro de 1888, Manuel Joaquim Gomes, na qualidade de gerente da companhia, requereu ao governo «*licença para o assentamento de uma linha desde o Caminho de Ferro até à Ponte de Prado, que nos foi concedida. Esta linha parece-nos de reconhecida vantagem, não só por ser aquela a artéria mais povoada da cidade, como também por servir a fábrica de Ruães, certamente a mais importante do seu género no país e por facilitar o uso de banhos nas límpidas águas do Cávado*». No relatório de gerência, do ano seguinte, recua nas intenções: «*não demos andamento a esta concessão porque, entre outras razões de ordem financeira que cumpria atender, resolveu aguardar o resultado dos estudos da linha*». No relatório de gerência da Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus, de 1890, volta ao mesmo assunto: «*esperamos poder construir esta linha em boas condições, em razão da fábrica de fiação e tecidos que a Companhia Fabril do Cávado vai estabelecer junto à sua fábrica de papel de Ruães*».

Entretanto, alguns episódios enaltecem o papel desta empresa ao longo do tempo. No dia 28 de Outubro de 1891, o Rei D. Carlos inaugura uma exposição industrial, em Braga, aquando de uma visita à cidade, para se aperceber da paisagem económica bracarense. Neste certame participou a Companhia Fabril do Cávado que contava, na ocasião, com 900 trabalhadores.

Eça de Queirós, numa carta datada de 28 de maio de 1892 e dirigida à sua querida Emília, dizia: «*De Santa Cruz viemos para o Bom Jesus, onde o Novais se reuniu connosco, e que estava lindo (o Bom Jesus!), alegrado por uma romaria ao Santuário. Daí fomos a Ruães, à Fábrica de Papel – que por causa de um negócio (…)*»[63]. Este negócio estava relacionado com a aquisição de papel para o *Jornal do Comércio*.

Noutra carta, referente ao mesmo assunto, Eça procede a um relato mais pormenorizado*: «Há dias, conversando com um amigo meu, soube que a antiga fábrica de papel de Ruães, a magnífica Ruães, que eu supunha extinta, ainda existe, e próspera, em plena actividade. Mas como a poderia eu agora conhecer sob o seu burguesíssimo nome Companhia Fabril do Cávado? (…) porque a fábri-*

---

62 Braga, Typ. Camões, 1888.

63 *Eça de Queiroz entre os seus, cartas familiares*, org. Maria de Eça de Queiroz, ed. Caminho, 2012.

ca possuía as melhores máquinas que existem para o fabrico do papel (…). De facto, as máquinas que têm estavam na exposição de Paris, onde obtiveram o Grand Prix (…). Indaguei com o Genelioux, que é freguês de Ruães. Genelioux disse-me (com espanto meu) que Ruães era uma das fábrica de papel mais bem «outillées» de toda a Europa (…). Resolvi, então, ir ver Ruães, que é perto, ao pé de Braga. As instalações pareceram-me feias (não assim a fábrica nova que se anda construindo ao lado, e que deve abranger, para aproveitar os açudes do Cávado e a sua grande força, uma fábrica de panos crus e abretanhados – essa é magnífica, quase artística). Dentro porém dessas feias instalações encontrei uma «outillage» explêndida (…). Ruães está abarbada com encomendas, e trabalha de noite e de dia sem cessar. Eu fui lá numa manhã de festa e romaria – e estava-se em pleno «fervet opus»[64].

Em 1891, começavam as primeiras obras, a cargo do empreiteiro João Gomes da Silva Guerra, para a implementação da fábrica de fiação e tecidos. Para finalizar as obras, recorreu-se ao aumento de capital e ao empréstimo do Banco de Portugal no montante de 32.000#000 reis.

Depois de contratar o engenheiro António Maria Tavares Júnior para a montagem e manutenção da nova fábrica, os primeiros ensaios das duas turbinas[65] com a força de 110 cavalos, aconteceram ao meio-dia de 22 de janeiro de 1893. A entrada destas turbinas em funcionamento, permitiu a laboração da seção de fiação em 1894.

Manuel Joaquim Gomes, devido à sua morte prematura, não chegou a ver a inauguração, em 4 de Fevereiro de 1895, da nova Fábrica de Tecidos, em Ruães, vizinha à Fábrica do Papel e explorada pela mesma Companhia Fabril do Cávado, que é também proprietária desta última, construída em proporções avantajadas, devendo portanto dar bom resultado à companhia exploradora[66].

---

[64] *Correspondência de Eça de Queirós*, extrato de uma carta escrita a Eduardo Prado, de 29 de maio de 1892, em Santo Ovídio, Porto.

[65] *O Progressista*, 20-1-1893, *O Commercio do Minho*, 19-1-1893.

[66] *O Commercio do Minho*, 5-2-1895, 12-09-1895.

VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL

Distinguiu-se, igualmente, como dirigente associativo, na qualidade de secretário e presidente da Associação Comercial de Braga e na vereação municipal. Encontrou na participação democrática uma oportunidade de levantar do chão a sua cidade, pois as ruturas também fazem história.

Manuel Joaquim Gomes com um percurso profissional digno de inveja, também se entregou à vida autárquica, às tradições políticas do burgo, sem com isso procurar as luzes dos holofotes. Trabalhou em posição discreta, ao serviço dos munícipes. Procurou servir na causa pública, independentemente do lugar hierárquico.

Nas eleições municipais ocorridas em 9 de novembro de 1873, Manuel Joaquim Gomes foi eleito vereador, juntamente com Jerónimo da Cunha Pimentel, Manuel Monteiro Gonçalves de Oliveira, Jacinto de M. R. A. Queirós, João Fernandes Valença, José Joaquim de Araújo Correia e Joaquim Firmino da Cunha Reis.

A população depositava muita confiança nesta vereação, por um lado porque a anterior vereação tinha revelado muita desarmonia entre os seus membros, pela falta de água nas fontes da cidade, em muitas ocasiões, pelo lastimoso estado das ruas a sul da cidade, pela falta de limpeza nas artérias centrais, pela ausência de fiscalização no mercado, pelo incumprimento das posturas municipais, pelos abusos com as concessões de licenças aos «*vendedeiros*» e por não se dar seguimento aos projetos e melhoramentos reclamados.

Desta vez as expetativas eram elevadas, pois sentia-se uma vontade de combater o conservadorismo instalado. Esperava-se da vereação eleita, competência, inteligência, honradez, boa vontade e muita atenção aos verdadeiros interesses do município, à realização dos melhoramentos materiais e obras de reconhecida importância, concretamente, as infraestruturas de transporte, sobretudo, as relacionadas com a próxima inauguração do Caminho de Ferro do Minho[67].

Atento aos desafios e aos novos ventos que sopravam na área dos transportes, considerou ser mais útil e mais competente na área empresarial, que na atividade política regional, daí a breve passagem pelo municipalismo.

---

[67] *O Palrador*, 5 de dezembro de 1873.

DA ATIVIDADE BANCÁRIA À PANIFICAÇÃO

O exercício empresarial de Manuel Joaquim Gomes também se estende à atividade bancária, concretamente, ao Banco Comercial de Braga (1873-1876).

O Banco Comercial de Braga, fundado em 1873, foi o último a ser criado durante o período da «*febre bancária*» que precedeu a crise de 1876. Foram seus fundadores, o ex–presidente da Câmara Municipal de Braga Francisco Xavier de Sousa Torres e Almeida, o ex-governador civil Francisco de Campos de Azevedo Soares, o empresário Manuel Joaquim Gomes, o futuro presidente da Câmara de Braga Jerónimo da Cunha Pimentel da Gama Lobo, o fidalgo da Casa Real António Luís da Costa Pereira de Vilhena e o visconde de Pindela Gonçalo Antão de Macedo Sá e Abreu.

Iniciou-se no ramo da indústria da panificação, através de uma parceria com uma sociedade portuense. A comunicação social, em fevereiro de 1874, deu alarido à abertura no largo da Senhora-a--Branca, n.º 72, de uma fábrica de pão (tipo espanhol e português), oferecendo as melhores condições técnicas e sanitárias[68], confecionado por padeiros estrangeiros, usando as farinhas (nacionais e americanas) de primeira qualidade. Eram proprietários da «*Padaria Hespanhola*», uma sociedade constituída entre Manuel Joaquim Gomes e os senhores Curonisy e Carbonell da cidade do Porto. Possuía um carro ao serviço da distribuição e depósitos (postos de venda) no Campo de Touros e no lg. Barão de S. Martinho.

Também ganhou muita notoriedade e fez um grande caminho a modelar «*Padaria Gomes*», no Campo de Sant'Anna e na Praça do Mercado, fornecedora da Casa Real, com sucursal em Famalicão.

Cartas datadas de 15 e 22 de dezembro de 1893, do genro de Manuel Joaquim Gomes, indiciam a importância da «*Padaria Gomes*», pois só, em Braga, a cozedura normal, em média, era de 550 Kgs, nas épocas festivas 800 a 900 Kgs.

Manuel Joaquim Gomes também estendeu, ao Porto, a sua ação na área da panificação, criando uma empresa denominada «*Padaria das Quatro Nações*». Na imprensa, anunciava a perfeita manufatura do pão confecionado com base em farinhas superiores. O anúncio ostentava o escudo das armas reais portuguesas, podendo ler-se: «*o excelente pão deste estabelecimento obteve a justa*

---

[68] *O Palrador*, 28 de fevereiro de 1874.

fama do – melhor pão conhecido»[69]. Na cidade invicta, o seu genro José Luís Gomes de Matos possuía a *Fábrica de Massas a Vapor das Quatro Nações*, situada na rua do Bonjardim, n.º 534.

Em resposta à fiscalização[70] que não permitia a utilização de água dos poços nas padarias e mercearias, medida defendida pelos sábios Pasteur e Koch, Manuel Joaquim Gomes manifestou uma permanente preocupação em garantir a origem e qualidade dos produtos, respondendo nos jornais, com anúncios e publicidade, advertindo os consumidores contra a fraude, contra a imitação do pão, contra a utilização de cabazes idênticos aos da Padaria Gomes.

INDUSTRIAL DE HOTELARIA

A densidade das missões arrojadas de Manuel Joaquim Gomes, associa-se a um pensamento sobre a sociedade, na promoção integrada de várias vertentes, transportes, turismo, serviços, hotelaria, distribuindo-se por espaços diferentes, Braga, Bom Jesus, Gerês, pois para ele não vale a pena viver, se não for com ganas, com ambição, se não for para dar tudo.

Em 1857, a Câmara de Braga decidiu que se deveria fazer no Campo de Sant' Anna (Avenida Central) um Jardim Público, com gradeamento, água, passeios, um coreto inaugurado em 1867, a estátua do rei D. Pedro V, inaugurada em 1869 e transferida para o Campo Novo em 1914, onde se reunia, passeava e divertia uma boa parte da sociedade bracarense. Neste Campo de Sant'Anna, ou Avenida Central, localizavam-se edifícios emblemáticos da cidade: o Teatro S. Geraldo (inaugurado em 1861 e destruído em 1919) sendo substituído pelo Banco de Portugal; o edifício do conselheiro Rodrigues de Carvalho (atual INATEL); o Banco do Minho (ao lado do Teatro S. Geraldo); o Grande Hotel de Braga propriedade de Manuel Joaquim Gomes, mais tarde de Gomes e Matos (fundado em 1882) em frente ao coreto; a casa Rolão (belo exemplar da arquitetura civil do século XVIII, em estilo barroco, atribuído a André Soares); a Arcada; a Casa do Visconde da Gramoza.

---

[69] *A Correspondência do Norte* de 18 de outubro de 1884.
[70] *O Norte,* 6 de julho de 1885.

Neste edifício do Grande Hotel, o melhor de Braga, de «Gomes e Matos sucessores», ficava, igualmente, a estação central do carro americano, a Central da Companhia Carris, onde hoje se encontra o Centro Comercial Avenida.

Manuel Joaquim Gomes também foi proprietário do Hotel do Lago, no Bom Jesus[71], mais tarde pertencente à firma Gomes e Matos[72], posteriormente adquirido pela Confraria do Bom Jesus do Monte.

As ideias proliferavam em catadupa na mente do hoteleiro, a ponto de levar de vencida os maiores obstáculos. Esta vontade tenaz manifestou-se na intenção de construir uma Casa de Saúde nas instalações do Hotel da Boavista[73], daí a nomenclatura de Higiénico.

À volta da hotelaria no Bom Jesus do Monte, as dinâmicas dos interesses falaram sempre mais alto. Sobre a questão hoteleira correram rios de tinta nos jornais, ao longo de todo o tempo, bem como em opúsculos. Entrou nesta problemática com os seus escritos[74] o empresário Manuel Bento de Carvalho, com loja de tecidos no lg. da Senhora-a-Branca, n.os 4 e 5. Foi sempre o grande e fiel amigo, desde a mocidade, basta atentar nas palavras de Bento de Carvalho em documento deixado à sua família: «*devo dizer-vos que tive muitas relações, porém amigos na sua mais verdadeira expressão da palavra só tive um, e feliz de quem tem um grande e é verdadeiro. Falo do Ex.mo Sr. Manuel Joaquim Gomes. O primeiro homem do seu tempo nesta cidade. A quem esta cidade deve os seus principais melhoramentos. Homem muito inteligente e honrado*»[75]. Também o Dr. Afonso Costa (1871-1937), antigo presidente do Conselho de Ministros entrou nesta polémica como jurisconsulto[76]. Enumeramos, de seguida, os aspetos principais desta questão. Em 13 de maio de 1880, a Confraria do Bom Jesus do Monte e Manuel Joaquim Gomes

---

71 ADB, Fundo Notarial, adjudicação com quitação, datado de 11-12-1903, fls. 57v a 63. Segundo o documento este edifício situava-se no lugar da Fontela, freg. de São Pedro d'Este: «...*onde hoje está instalado o Hotel Higiénico ou da Boavista*».

72 Empresa sucessora de Manuel Joaquim Gomes, constituída por dois sócios, o filho Alfredo Vieira Gomes e o genro José Luís Gomes de Matos.

73 *A Correspondência do Norte,* 8 de maio de 1885.

74 Manuel Bento de Carvalho, *Sobre o direito de opção no arrendamento do Grande Hotel do Elevador do Bom Jesus do Monte*, 1912.

75 Documento em nosso poder, datado de junho de 1888.

76 *Esclarecendo sobre o direito de opção nos arrendamentos do Grande Hotel do Bom Jesus do Monte e consulta do iminente jurisconsulto e atual presidente do Conselho de Ministros Ex.mo Sr. Dr. Afonso Costa*, Porto, 1913 e *Em legítima defesa, esclarecendo os sinceros sobre os assumptos de interesse para o Bom Jesus do Monte*, Typ. da Papelaria Ribeiro, Porto, 1913.

assinaram uma escritura de concessão por 80 anos (1882-1962) para a construção do elevador (modificada pela escritura de 15 de março de 1883), com as seguintes contrapartidas: arrendamento do Hotel da Boavista, atual Hotel do Elevador, por 8 anos; direito de opção sobre o maior preço oferecido pela renda do Hotel do Elevador, quando esse preço seja igual ou superior à média dos três anos imediatamente anteriores, o que, em nossa opinião, não era um privilégio em função dos 30 contos despendidos com a construção do elevador, com os 3 contos gastos com a forte nascente de águas, canalizada desde Espinho e que permitiu a construção do grande lago e com a entrega, anualmente, de metade do rendimento bruto da exploração do elevador. Numa palavra, para manter aquele direito de opção da renda do Grande Hotel do Elevador, esta não poderia descer, apenas subir[77]. O que contrasta com as rendas do Hotel do Parque e do Chalet dos Benfeitores que desciam, enquanto os herdeiros de Manuel Joaquim Gomes (Alfredo Vieira Gomes e José Luís Gomes de Matos) para manter os direitos sobre o Hotel do Elevador não poderiam descer as rendas.

Manuel Joaquim Gomes fala, pela primeira vez, sobre o Gerês, no relatório da gerência da Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus, datado de 28 de janeiro de 1885, onde se exprime deste modo: «*O Bom Jesus e o Gerês têm condições extraordinárias para, bem aproveitadas, darem a Braga uma vida próspera… por isso fazemos votos para que sejam devidamente aproveitados*».

Não demorou muito para Manuel Joaquim Gomes adquirir à sociedade Ribeiro e Silva a propriedade do Grande Hotel Universal, o que viria a acontecer em 1888, transferindo esse direito para a Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus. O relatório da gerência desta companhia, datado de 3 de fevereiro de 1888, vai mais além: «*O Gerês está prestes a passar por uma completa transformação, que lhe dará grande prosperidade, com o que muito tem a lucrar a nossa companhia, esta cidade, o país e a humanidade que padece*

---

[77] Foram lavradas várias escrituras de arrendamento, em 27-2-1890, 5-7-1894, 5-5-1898, 8-2-1904, 24-9-1910. A título de exemplo, como não compareceu nenhum licitante na 1.ª praça para o aluguer do Grande Hotel do Bom Jesus, por 5 anos, foi marcada nova praça para o dia 20 de fevereiro de 1894. As condições foram examinadas em casa do sr. Domingos Pereira de Azevedo, no lg. do Paço. Por falta de novos licitantes, foi adjudicada ao atual arrendatário Sr. Manuel Joaquim Gomes, o Grande Hotel do Bom Jesus pelo aluguer anual de 575#000 reis (segundo *O Commercio do Minho* de 7-4-1894 e 5-7-1894).

das mortíferas moléstias que se curam nas maravilhosas águas do Gerês».

As receitas da Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus, de 1888, já refletem valores oriundos do Gerês resultantes da concorrência às águas termais da estância nos meses de maio a setembro. Propõe-se, ainda, na próxima estação termal abrir um serviço de transporte de carruagens (americanos) com muda de parelhas em Bouro.

O relatório da gerência da Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus, com data de 10 de fevereiro de 1889, apresenta 4 propostas do trespasse do contrato de Manuel Joaquim Gomes (e outros: Dr. Paulo Marcelino Dias de Freitas e Dr. Ricardo de Almeida Jorge) com o governo sobre as águas do Gerês, após aprovação do parlamento, para a Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus. Este trespasse prevê a compra dos hotéis do Gerês pertencentes a Manuel Joaquim Gomes, contemplando, para este efeito, o aumento do capital social da companhia para 120.000#000 reis.

O relatório da gerência da Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus[78], presidida por Manuel Joaquim Gomes, datado de 28 de janeiro de 1890, refere: a aquisição da concessão das águas do Gerês por 10.000#000 reis dos concessionários Drs. Paulo Marcelino, Ricardo Jorge e Manuel Joaquim Gomes; a aquisição dos hotéis do Gerês pertencentes ao gerente da companhia Manuel Joaquim Gomes, concretamente o Grande Hotel Universal e o Grande Hotel Mattos (sucursal). A companhia nomeou, então, para a administração destes hotéis os Srs. António Joaquim Martins Ribeiro e Joaquim José de Matos.

A breve trecho, a nomeação destes administradores não obteve o sucesso esperado, bem pelo contrário, contribuiu para a ruína deste negócio. Mediante estes problemas, ouvido o Dr. Ricardo Jorge, entendeu-se promover a criação de uma nova empresa, a Companhia das Caldas do Gerês, com sede no Porto, cedendo à mesma todos os bens de raiz e móveis, que possui no Gerês, pelo preço existente no balanço.

No entanto, as receitas provenientes do Gerês constantes do mapa da receita e despesa da Companhia Carris e Ascensor do Bom

---

[78] Braga, Typ. Camões, 1890, pp.4 a 6.

Jesus, do ano de 1889, foram as seguintes: receita ordinária dos hotéis 19.155#245, receita extraordinária dos hotéis 1.217#219, receita das águas e banhos 843#633, receita da balança automática 66#890.

Quando já a doença perseguia o industrial bracarense, a gerência da Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus, passou para as mãos de Joaquim Dias Peixoto, em 1891. O relatório de gerência, assinado em 20 de janeiro de 1891, confirma a venda dos bens móveis e imóveis à Companhia das Caldas do Gerês.

Pouco tempo depois novo volte face. O relatório de gerência[79], com data de 18 de janeiro de 1893, dá conta de novas mudanças na estrutura e propriedade dos Hotéis do Gerês, pois voltaram, novamente, para a alçada da Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus por falta de cumprimento da Companhia das Caldas do Gerês.

Simultaneamente com a exploração dos hotéis, a Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus explorava o movimento de trens (fretes), para o Gerês, em «*Landeau*», mediante um bilhete de 4#000 reis, que permitia encher os hotéis de hóspedes, sobretudo na época termal.

No termo do ano de 1906, o *Relatório da Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus*[80], assinado pelo Conselho de Administração constituído pelo conselheiro Alfredo da Fonseca Menéres, Alfredo Vieira Gomes (filho de Manuel Joaquim Gomes), António de Araújo Costa, faz um retrato do Grande Hotel Universal, o primeiro hotel das termas, propriedade desta companhia, gerido pelo sr. Júlio Pinto da Rocha: amplo edifício, esplêndida sala de jantar, salas de bilhares e de leitura, soberbo «*square*», 100 quartos espaçosos iluminados a luz elétrica (produzida por motores e dínamos). O resultado da exploração, neste ano, foi o seguinte: receitas de exploração 7.071#105, despesas 5.652#720, receita líquida 1.418#385, coeficiente de exploração 79,46%. Do balanço ressaltam dois dados: a sazonalidade típica desta região termal e o lucro líquido médio no último triénio 2.144#476, enquanto no triénio imediatamente anterior foi de 1.049#828 reis.

---

[79] Braga, Papelaria e Typ. Occidental, 1893.
[80] Braga, Imprensa Henriquina, 1907.

EXPLORAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DAS ÁGUAS DO GERÊS

É impossível pensar no nome de Manuel Joaquim Gomes, sem criar expetativa, sem, de imediato, o associarmos ao Elevador do Bom Jesus, aos Hotéis, às Padarias, mas quedar por aqui é admirar, apenas, a estrela sem ter em conta a constelação.

A exploração das águas da Serra do Gerês tem um grande historial que remonta à presença romana na localidade, sobretudo como ponto de transposição da cordilheira que envolve a paisagem.

Deve-se ao médico Ricardo Jorge a projeção das águas das Caldas do Gerês, na segunda metade do século XIX. Porém, não poderão ser olvidados outros antecedentes relacionados com a história da hidrologia na região: alguns documentos do séc. XVII; algumas observações do padre Contador de Argote, em 1732, sobre as nascentes do Gerês; a publicação do opúsculo do abade António Martens Beleza, *Método practico para se tomarem as águas do Gerez* (1763); os escritos de Frei Cristóvão dos Reis *Reflexões Experimentais e Métodos Botânicos* (1779), de António de Mena Falcão *História Phisico-médica das Caldas do Gerez* (séc. XVIII), de Joaquim Vicente Pereira de Araújo *Diário filosófico da Viagem ao Gerez* (1782), do médico José Pinto Rebelo de Carvalho *Noticia topographica e physica do Gerez, e das suas agoas thermaes*, publicado em 1848; a viagem do naturalista e botânico Link entre 1797 e 1799, patrocinada pelo conde de Hoffmansegg; a determinação da temperatura das águas do médico de Montalegre José dos Santos Dias, publicada no *Jornal de Coimbra*, em 1813.

Ricardo Jorge interessou-se por esta problemática e pela hidroterapia quando o químico Adolfo de Sousa Reis, em 1886, lhe dirigiu um pedido para comentar a sua análise às águas do Gerês. Este interesse motivou-o a redigir um requerimento, dando entrada, em 20 de junho de 1887, no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, solicitando a concessão das águas do Gerês, juntamente com outros colaboradores, o médico Marcelino Dias, o químico Sousa Reis e o empreendedor Manuel Joaquim Gomes. Este requerimento é do seguinte teor: «*Senhor: os signatários Paulo Marcelino Dias de Frei-tas, médico e professor, Adolfo de Sousa Reis, químico, Manuel Joaquim Gomes, proprietário e capitalista, Ricardo de Almeida Jorge, médico e professor, vêm perante Vossa Majestade, rogar que haja por bem conferir-lhes a concessão das águas medicinais das Caldas do Gerês e autorizar-lhes a criação de instalações ter-*

mais adequa-das, onde as preciosas águas sejam utilizadas, como merecem, a bem da saúde e da ciência, realizando assim um melhoramento de alto alcance económico e médico, de há muito instantemente reclamado por todos quantos têm transitado pelas Caldas e reconhecido o seu extremado valor terapêutica. SENHOR: As águas medicinais do Gerês, dum alto valor em qualquer país, mesmo nos mais dotados em variedade e riqueza hidromineral, são entre nós uma raridade única no seu género. As suas nascentes muito abundantes per-correm em temperatura uma extensa escala termal, admiravelmente adaptada aos usos balneares e realizam pela sua fraca mineralização o tipo de águas medicinais oligometálicas, que pelas suas largas indicações nas doenças crónicas conquistaram hoje um lugar eminente em hidroterapêutica. O Gerês ombreia, entre outras estâncias de fama, com Plombières e Gastein. Mas, além dessas virtudes genéricas, que projectaram as águas da fraca mineralização à primeira plana da terapêutica termal, as águas do Gerês gozam de qualidades peculiares, de virtudes próprias que fazem delas um tipo à parte em hidrologia médica. Na sua composição, minuciosamente analisada por um dos signatários, Adolfo de Sousa Reis, revelou-se em dose descomunal o fluoreto de sódio, substância dotada de notáveis propriedades fisiológicas e terapêuticas, comprovadas à luz de experiências e observações clínicas por outro dos signatários o professor Ricardo Jorge (...)».

Seguidamente concorreram a um concurso público, como únicos candidatos, publicado no *Diário do Governo* a 14 de agosto de 1888. O governo adjudicou, em 7 de dezembro, do ano em curso, mediante um contrato provisório as águas medicinais do Gerês a uma empresa formada pelos médicos Ricardo de Almeida Jorge e Paulo Marcelino Dias de Freitas, pelo prazo de 50 anos. Este contrato foi apresentado às Cortes, onde esteve em debate para aprovação em várias sessões de junho e julho de 1889, sendo publicado no Diário do Governo de 25 de julho de 1889 e assinado em 16 de setembro seguinte.

Este voltar de atenções para a estância termal, originou a visita real, em 1888, de suas majestades D. Luís I, D. Maria Pia, D. Carlos I e D. Maria Amélia.

Esta concessão, em 10 de março de 1890, foi trespassada e vendida à sociedade *Companhia das Caldas do Gerez,* cujos sócios fundadores foram Ricardo Jorge e o bracarense Manuel Joaquim Gomes, afastando-se do processo o médico Paulo Marcelino D. de

Freitas, *(político, amigo do então presidente do Conselho de Ministros, José Luciano de Castro, um dos fundadores do* Hospital Maria Pia *e* natural de Terras de Bouro), cabendo a direção clínica a Ricardo Jorge. No mesmo ano tem lugar a subscrição de ações da companhia, ficando Ricardo Jorge a deter 33 ações (num total de 700). No ano seguinte, Ricardo Jorge publica *Caldas do Gerez – Guia Thermal.*

Entretanto, pouco se avançou nas intenções e obras prometidas, exceto a canalização das águas para banhos de imersão e duches no Grande Hotel Universal, construído em 1890, onde se destaca, no seu interior, um pátio com colunas em ferro fundido e mosaicos de Mármore. Neste seguimento, a *Companhia das Caldas do Gerês* abriu falência em 17 de junho de 1893 e no ano seguinte, a 31 de março, era publicado um decreto de rescisão de contrato por incumprimento do clausurado da concessão. Todo este processo arrastou-se, longamente, na justiça, terminando, em 1896, com a entrega da exploração à *Empresa das Águas do Gerês.*

Todos merecem renascer das cinzas do esquecimento, mas a Manuel Joaquim Gomes devemos memória e história, pois tendo vivido pouco tempo realizou uma obra grandiosa «consumatus in brevi, explevit tempora multa», como refere o livro da Sabedoria.

Do Santuário à vilegiatura
– A estância do Bom Jesus do Monte (Braga)

EDUARDO CORDEIRO GONÇALVES *
VARICO DA COSTA PEREIRA **

UM LUGAR DE CULTO E SIMBÓLICO

Inscrito numa área de 26,5 ha, o Bom Jesus do Monte consubstancia-se num santuário, numa envolvente hoteleira e num centro de congressos, tudo enquadrado por frondoso parque arborizado, com acessibilidades viárias complementadas por uma rede de caminhos, bem como por um conjunto de lagos, grutas e jardins.

As origens do santuário conduzem a um ajuste cronológico que nos faz recuar ao século XIV (Bezerra, 2002), embora a sua importância só se acentue já em pleno século XVII, por altura do aparecimento da Confraria do Bom Jesus do Monte, em 1629. Mas a monumentalidade das edificações religiosas apenas se consolidou nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, quando as estruturas edificadas foram rematadas pelo grandioso templo do arquiteto bracarense Carlos Amarante.

Congénere de uma série de montes sacros europeus (Bazin, 1963), especialmente dos "protótipos" italianos como é o caso de Santa Maria del Monte Sopra Varese (Barata, 1973) ou dos *Sacri-monti* de Piemonte e Lombardia, o Bom Jesus foi um local de rituais e de manifestações de culto enquadradas nos "hábitos devocionais das Jerusaléns", bem como nas práticas de devoção da *via-crucis* e dos calvários, nas cerimónias quaresmais e em toda uma simbólica e mentalidade religiosa de um tempo que era o seu.

---

* Instituto Universitário da Maia - ISMAI.
** Confraria do Bom Jesus do Monte.

Os vários monografistas do Bom Jesus, certamente arrebatados pelas maravilhas que viram e veem, dedicaram-se a perceber as razões que levaram à grandeza do santuário, ao porquê das obras ali efetuadas e às razões da sua divulgação pelo mundo católico, sobretudo de expressão latina, de que são bons exemplos Diogo Pimentel (1861), Azevedo Coutinho (1905), Alberto Feio (1930) e Mónica Massara (1988). Com efeito, o Bom Jesus do Monte, justamente celebrado pela complexidade da intervenção do Homem, seja em obras de arte, ou da natureza (a sua notável mata), não se restringe, assim, ao local onde está implantado. É comummente aceite a sua influência noutros santuários, nomeadamente em Portugal, Espanha ou Brasil, onde se verifica, de forma indelével, a inspiração, em parte ou no todo, no Bom Jesus do Monte, pese embora nenhum tenha atingido a sua diversidade e vastidão.

O valor deste sítio santuário é agora alvo de um processo de candidatura a inscrição na "Lista de Património Mundial" (Andresen, 2012), processo consubstanciado em argumentação que pretende demonstrar o seu inequívoco "valor excecional", por responder a alguns dos principais critérios para a avaliação dessa excecionalidade. Demais, este processo incidiu ainda no sublinhar da "integridade e autenticidade do bem", pela sua forma e conceção que, apesar da natural diversidade estética de cada tempo, é apresentado como uma "peça harmónica". Do mesmo modo, assinala-se a sua estrutura formal, quer o seu monumental escadório barroco, quer a sua nova igreja, a que se associa uma densa narrativa religiosa, sendo que o processo não deixa de sublinhar a existência de um qualificado e bem enquadrado parque hoteleiro e um secular elevador de montanha.

DO SANTUÁRIO À VILEGIATURA

O conceito de santuário está ligado ao templo e/ou à sacralidade do lugar como "ponto de confluência de peregrinações", local devotado genericamente ao culto das relíquias, à veneração da iconografia de santos ou de dedicação mariana ou cristológica (Penteado, 2000). E é neste último sentido que enquadramos a tipologia do santuário do Bom Jesus do Monte numa matriz de santuário de relíquias e um dos mais representativos santuários cristológicos portugueses. Não é fácil, porém, aludir à narrativa sobre as origens

do sítio enquanto local de peregrinação, mormente por ter raízes temporais muito antigas. Mais relevantes são as provas documentais da época moderna, quando se tenta demonstrar a sacralidade do lugar e a escolha de que terá sido alvo por parte da divindade para se revelar aos fiéis a quem deveria dispensar auxílio material e espiritual. O Bom Jesus do Monte cresceu em importância ao longo dos séculos XVII e XVIII, coincidindo com o surto de santuários cristocêntricos que acompanharam em Portugal a devoção popular ao crucifixo. Em regra fora das localidades, estes sítios tornaram-se polos de intenso fervor religioso, nomeadamente por altura das celebrações da Paixão que, no caso do Bom Jesus, se refletiu num intenso número de visitantes. Desta forma, após 1721, foram introduzidas várias capelas com cenas da Paixão, fontes e escadórios, terreiro, pórtico, tudo acompanhado pela construção de uma igreja principal, cujas obras se alongaram por oitocentos. De resto, na arquidiocese de Braga, o esforço que levou ao êxito deste santuário de via-sacra muito se deve ao empenho de vários prelados, com especial destaque para D. Rodrigo Moura Telles e hoje, acrescente-se, por D. Jorge Ortiga.

Por outro lado, os objetos sacrais são incessantemente procurados pelo peregrino, tal como sucedia com o Bom Jesus, caraterística nodal de um catolicismo popular. (Penteado, 2000). Numa clara alusão à geografia dos locais sagrados, Carlos Alberto Ferreira de Almeida comenta que "as alturas e o deslumbramento paisagístico favorecem o numinoso, facilitam a possibilidade de hierofanias e podem predispor para o sagrado" (Almeida, 1984).

Ao longo do século XIX, mormente na sua segunda metade, o santuário passou a cruzar a valência de local de peregrinação com o de vilegiatura. Por meados de oitocentos, começa a despontar entre as classes mais abastadas a noção de viagem associada ao restabelecimento do corpo. Foi-se sedimentando a ideia de associação do meio ambiente à saúde e ao lazer, que colheu o apoio inequívoco das classes médicas que passaram a significar a vilegiatura como uma atividade igualmente higiénica (Teixeira, 1926).

Ora, com a crescente frequência do Monte por romeiros, especialmente em dias santos e aos domingos, a Confraria do Bom Jesus passou a diligenciar as suas "Casas", consignadas a comerciantes que aí vendiam "pão, vinho e palha para as bestas" (Capela, 1992: 96). A par, a Confraria foi também dinamizando a criação de quartéis e alpendres para os peregrinos "pernoitarem e locais para recolhe-

rem os carros e animais" (Peixoto, 2011: 177). Já nos finais do século XVIII, como se pode confirmar documentalmente no Arquivo Histórico da Confraria, existiam várias hospedarias para o acolhimento dos peregrinos "que não iam prevenidos do necessário para poderem habitar, e subsistir nos quartéis". O mesmo se foi verificando século XIX adentro, embora a Confraria continuasse a apoiar a construção de novos quartéis para peregrinos.

Progressivamente, o Monte foi representando o desejo sazonal de purificação, no sentido de afastamento da rotina urbana, e assumido enquanto espaço de entretenimento. Prefigurando o estatuto de estância, o Bom Jesus do Monte revela, com maior acuidade, um potencial turístico e hoteleiro muito "apetecível" (Peixoto, 2011: 179).

Hoje visitado por cerca de um milhão de pessoas/ano, o BJM é referência para peregrinos, turistas e visitantes de todo o mundo. Cedo se tornou num ícone turístico não só da cidade, mas de toda a região Norte e mesmo do país. Trata-se, pois, de um local de relevância mundial no âmbito da arquitetura barroca, pelo que deve ser promovido não apenas como cartaz turístico, mas também como espaço com conteúdo artístico que leve a um maior conhecimento sobre este importante valor patrimonial. A imagem do Bom Jesus com os seus escadórios é, talvez, a principal imagem de marca de Braga, pois aparece reproduzida num sem número de publicações, podendo mesmo servir de capa em livros de edições internacionais, como *The grand tour. Volta ao mundo pelos olhos de um arquitecto*, de Harry Seidler.

O Bom Jesus surge como um dos locais mais referidos na programação turística para o Norte de Portugal. Aliás, a análise da programação de Operadores Turísticos e da deslocação de turistas individuais demonstra que é usual incluir o Bom Jesus nos principais itinerários turísticos que percorrem Portugal e Espanha, nomeadamente os que ligam Fátima a Santiago de Compostela, integrando os grandes circuitos turístico-culturais europeus.

INFRAESTRUTURAS DO LAZER. DOS QUARTÉIS DOS PEREGRINOS AOS HOTÉIS

Desde muito cedo, com o avolumar da presença de peregrinos e romeiros começaram a disponibilizar-se estruturas de acolhimento que, numa fase mais recuada no tempo, eram conhecidas

por “quartéis”, “casas da Confraria”, “albergues” ou tão só “alpendres”, núcleos de apoio ao peregrino que já existiam no século XVIII. Progressivamente, a designação e a qualidade das infraestruturas foi evoluindo, passando pelo figurino de estalagem, hospedaria e pousada até ao surgimento dos hotéis. Já no *Guia do viajante,* de Azevedo Coutinho, se refere o Bom Jesus do Monte como ponto de atração pela dupla vertente, religiosa e pitoresca, chamando a si “devotos e *touristes*” (Coutinho, 1905). Em 1930, Alberto Feio caraterizava assim o Bom Jesus: “Santuário de milagres e milagre da natureza, estância das mais belas de Portugal” (Feio, 1930).

Um bom exemplo da associação do Sítio à ideia de vilegiatura é também a construção do célebre Chalet dos Benfeitores, uma tipologia construtiva inicialmente associada a cenários românticos e bucólicos numa envolvente rural e montanhosa, mas que passou a ser usada, amiúde, como estrutura hoteleira em locais de lazer e veraneio. Esta estrutura foi construída ao longo do último quartel do século XIX e veio a funcionar já nas primeiras décadas do século XX como suporte ao hotel do Parque (Peixoto, 2011), ilustrando o interesse pelas dinâmicas vilegiaturistas plasmadas nas várias propostas apresentadas à Confraria para a construção e, mais tarde, também para a exploração de unidades hoteleiras. Neste caso estava a sociedade anónima “Hotéis Portugueses de Turismo”, constituída em 1919 com capitais do Banco do Minho, mas também por particulares, tal o caso de Ernesto de Vilhena, Gomes e Matos ou Estolano Dias Ribeiro.

Nesse período, um dos principais condicionalismos ao desenvolvimento do turismo em Portugal residia na falta e na má qualidade dos hotéis. Raul Proença, no seu *Guia de Portugal*, utiliza-os para traçar um retrato do país turístico, afirmando que fora das “estâncias termais e balneares e de duas ou três estâncias de vilegiatura ninguém frequenta hotéis portugueses senão por absoluta necessidade, tal é o desconforto e a falta de asseio da maioria deles”.

Não era, pois, a falta de unidades hoteleiras, como, de resto, o demonstra o facto de só a cidade do Porto dispor, em 1918, de 21 hotéis. Em 1905, tinha sido publicado um primeiro projeto de lei que consignava alguns incentivos fiscais às empresas que se propusessem a novos empreendimentos hoteleiros, embora com parcos resultados. Em 1914, já em plena Primeira República, e com a

Repartição de Turismo a funcionar (Gonçalves, 2011) e, naturalmente, com a influência organizativa da Sociedade Propaganda de Portugal, agiliza-se a aprovação de um novo diploma que estabelece largas "vantagens fiscais" para os hotéis a construir ou a remodelar. É ao abrigo deste regime jurídico, em vigor de 1914 a 1934, que se enquadra e de que beneficia, nesse tempo, a evolução do parque hoteleiro do Bom Jesus do Monte.

Ora, desde o século XIX que funcionava como principal hospedaria da estância o Hotel Elevador que conheceu várias transformações e designações – "Grande Hotel", "Hotel da Boavista" e "Hotel Higiénico". De estalagem para peregrinos a estância de vilegiatura, esta unidade hoteleira recebeu figuras ilustres em períodos de veraneio, desde a família real portuguesa ao grande novelista Camilo Castelo Branco. Dos vários concessionários do hotel, destaca-se o empresário bracarense Manuel Joaquim Gomes que vai proceder à eletrificação da estância e a outros melhoramentos tecnológicos. O Hotel do Elevador foi o primeiro edifício em Braga a ser eletrificado, a ter telefone e a ter um sistema de água canalizada nos quartos. Tal como esta unidade, as restantes passaram também por sucessivas remodelações e adaptações às circunstâncias dos tempos, cuja gestão passou ainda, no início da década de 80 do séc. XX, pelo Grupo SOPETE antes de ser tomada definitivamente pela Sociedade de Hotéis do Bom Jesus (SHBJ), a partir de 1988.

Com a criação da SHBJ, a Confraria passa a ter um papel decisivo na gestão do parque hoteleiro do Bom Jesus. Atualmente, a maioria das ações é detida pela Arquidiocese de Braga e pela Confraria do Bom Jesus, que gerem um conjunto de quatro hotéis no Bom Jesus, três de quatro estrelas – Hotel Elevador, Hotel do Parque, Hotel do Templo e, um de três estrelas – Hotel do Lago, e por um centro de convívio, de reuniões e de congressos, a Colunata de Eventos. Recentemente, em 2009, a SHBJ estabeleceu uma parceria na área da gestão com a Hospedaria do Convento de Tibães.

No total, a estância do Bom Jesus dispõe de 161 quartos, representando cerca de 20% dos quartos de estabelecimentos hoteleiros em Braga.

UMA NOTA SOBRE O ELEVADOR E AS ACESSIBILIDADES

Manuel Joaquim Gomes (1840-1894), empresário de visão futurista e espírito vanguardista, foi uma figura decisiva no estimular da

procura turística no Bom Jesus. Como vimos atrás, foi concessionário do Hotel do Elevador e principal impulsionador da construção do Elevador propriamente dito.

A localização do Bom Jesus, no alto de um monte, com um enquadramento natural exuberante, transforma-o num dos mais belos sacromontes da Europa. Mas o acesso ao local sempre foi dificultado pela sua localização. Ao longo dos últimos três séculos, a Confraria encetou várias obras para melhorar os acessos ao Santuário, para facilitar a viagem aos visitantes.

Em anos mais recentes (2002-2010), a Confraria renovou todos os acessos e parques de estacionamento e criou um parque de estacionamento para autocarros, junto ao Santuário. Estas intervenções vieram permitir um aumento do número de visitantes de *touring* cultural e religioso e consequente valorização turística do espaço. A título de exemplo, dezenas de operadores internacionais passaram a contemplar o Bom Jesus como ponto único de paragem nos itinerários entre Santiago de Compostela (Espanha) e Fátima. Em resultado deste aumento da procura, começa a ser atingida a capacidade de carga do parque e da estância, para receber os inúmeros visitantes que ultrapassam o milhão ao ano.

Já no século XIX, a procura turística levou a que fosse proposta na Câmara Municipal de Braga (1872) a construção de uma linha do Americano, da estação de caminhos-de-ferro em direção ao Bom Jesus do Monte, a funcionar já em 1877 (Peixoto, 2012). Mas do pórtico ao Santuário, ainda era necessário vencer o plano inclinado.

Perspetivando um aumento significativo de visitantes, Manuel Joaquim Gomes, aposta num investimento notável, que propõe à Confraria em 1880: a construção de um funicular. Inaugurado em 25 de Março de 1882, foi o primeiro funicular construído na Península Ibérica. Neste momento, é o ascensor mais antigo do mundo, em funcionamento, a utilizar o sistema de contrapeso de água.

A construção do Elevador do Bom Jesus do Monte insere-se numa estratégia de ir ao encontro do melhoramento dos acessos, num objetivo mais amplo de valorização e exploração económica da estância. Esta infraestrutura de transporte permitia, já no século XIX, disponibilizar ao visitante um sistema de transportes integrado, entre a estação de caminhos-de-ferro de Braga e o Bom Jesus. A Confraria continua a manter este meio de transporte como um museu vivo, mas que transporta mais de 300 mil pessoas/ano, com as mesmas caraterísticas de funcionamento de há 133 anos.

CENTRO DE EXPOSIÇÕES E PALCO DE EVENTOS

A Confraria, em reunião de mesa de 13 de Janeiro e de 2 de Março de 2010, decidiu criar, no espaço dedicado ao Museu, um Centro de Exposições, e atribuir, por unanimidade, o nome de Centro de Exposições Cónego Cândido Pedrosa, inaugurado no Dia da Invenção da Santa Cruz que, no calendário litúrgico, se celebra a 3 de Maio.

Com a criação deste Centro de Exposições, a Confraria do Bom Jesus do Monte pretende, através da dinamização cultural, atrair mais visitantes e peregrinos a este espaço sagrado. O centro está vocacionado para exposições temporárias de todas as áreas artísticas.

PARA UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO-RELIGIOSO

O turismo religioso e a própria institucionalização do turismo estão profundamente ligados às peregrinações (Stoddard, 1994). Ao longo dos tempos e dos caminhos percorridos pelos peregrinos, deu-se o aparecimento de locais de alojamento (pousadas e hospedarias) e de restauração onde os peregrinos podiam descansar, pernoitar e dispor de alimentação, bebidas e até mantimentos para continuar a viagem.

Desde a antiguidade que as peregrinações se caraterizam pela movimentação das pessoas e pelos rituais que as acompanham. Andanças e rituais evocam a relação com o sagrado, a veneração e a oração nos lugares santos são os símbolos de força maior. Cumprir promessas, fazer oferendas e pedidos de intervenção do sagrado sobre a realidade quotidiana assumem aspetos de comunicação mais objetiva ao efetivarem-se em determinados espaços. A peregrinação compreende em regra duas componentes: a de ordem espiritual e a de natureza pragmática. A primeira corresponde à motivação que está na origem da viagem, a outra está associada à viagem e ao acolhimento (Ambrósio, 2000). Para a generalidade dos agentes que operam nestes destinos, o turismo religioso é encarado nas suas dinâmicas, tal como a generalidade de outros produtos turísticos, hoje com impactes no território, nas economias locais e regionais e na sociedade. Por conseguinte, estes destinos de turismo

religioso são, com cada vez com mais acuidade, objeto de estudo, não só dos seus recursos, mas também dos fluxos de visitantes, incluindo a problemática da capacidade de carga, tudo isto acrescido por uma redobrada atenção dada ao entorno ambiental em ordem a um desenvolvimento harmonioso e sustentável do destino.

Tendo, assim, como lastro a componente territorial, os estudos devem considerar, desde logo, a "origem e crescimento dos destinos religiosos", bem como a sua influência numa escala local e da região (Ambrósio, 2014). No imediato, devem ser analisadas as variáveis ligadas ao ordenamento do território (à escala municipal), incluindo infraestruturas e equipamentos, mas também a constituição social da comunidade anfitriã, isto a par das atividades económicas preponderantes. Estas são condições nodais para um estudo que se proponha incidir nas "transformações funcionais" daquelas componentes e que almeje contribuir para o desenvolvimento do destino de turismo religioso. Segundo Vítor Ambrósio, tendo como lastro as componentes apontadas, a análise deve ser cerzida com base: i) "no aparecimento dos santuários e dos espaços religiosos adstritos"; ii) "na indução do turismo e sua evolução temporal"; iii) "na interrelação entre a atuação dos principais atores no processo de dinamização – Igreja, agentes económicos e administração (central, regional e local)" (Ambrósio, 2014: 374).

Com efeito, no tempo hodierno, repito, há três grandes tipos de atores que participam na construção destes territórios, nomeadamente a Igreja, os agentes económicos ligados à componente turística e à administração. O património religioso apresentasse-nos como o ponto central do produto, pois é à volta dele que todos os outros fatores se desenvolvem, sejam eles materiais ou imateriais. Ele é o elemento principal para a estruturação de qualquer produto de turismo cultural e religioso. O património religioso, para lá da dimensão espiritual inerente, possui elementos arquitetónicos, artísticos, históricos, simbólicos e paisagísticos que o transformam num importante recurso turístico de uma região ou de um país (Pereira, 2006).

Podemos afirmar que o turismo religioso permite usufruir duplamente do património religioso. Por um lado, temos o culto religioso e, por outro, o culto artístico, ambos utilizando o mesmo espaço, mas com o equilíbrio possível. Desta forma, favorecemos a valorização dos monumentos religiosos, acabando por beneficiar os vários agentes envolvidos e, sobretudo, os respetivos frequentadores, na sua diversidade. Com efeito, o património religioso, melhor valori-

zado e comunicado, pode então apreender-se pelo prisma do sagrado ou simplesmente através de uma visão histórica e artística, à escolha do visitante.

CONCLUINDO

A peregrinação esteve, desde cedo, ligada à própria vontade de viajar. O peregrino acabou por influenciar o desenvolvimento dos caminhos e dos destinos religiosos. E se inicialmente era a espiritualidade e a religiosidade popular que marcavam a motivação dos romeiros e peregrinos, o Monte passou progressivamente a local de vilegiatura a anteceder a fase em que se transforma em verdadeiro produto turístico. Torna-se, por isso, necessária a sua análise e estudo sob múltiplos ângulos porquanto os impactes socioeconómicos gerados hoje pelo turismo, mesmo quando se fala de religião e espiritualidade, não deixam também de significar manifestações de matriz eminentemente cultural.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, Carlos A. Ferreira de (1990): "Em torno do Bom Jesus de Braga", in (1990): *Estudos de história contemporânea portuguesa.* Lisboa: Livros Horizonte: 69-81.

Almeida, Carlos A. Ferreira de (1994): "Religiosidade popular e ermidas". *Estudos Contemporâneos.* 6: 75-83.

Almeida, C. Brochado de (2012): "Santuários de peregrinação do Entre Douro e Minho Barroco". *In* Oliveira, A., *et ali.* (Coord.): *O Barroco em Portugal e no Brasil.* Maia: Edições ISMAI e CEDTUR.

Ambrósio, Vítor (2014): "Turismo Religioso: contributos académicos". *In* Costa, C. *et ali.* (Eds.), *Produtos e competitividade do turismo na lusofonia.* Lisboa: Escolar Editora.

Ambrósio, Vítor (2000): *Fátima: Território especializado na recepção do turismo religioso.* Lisboa: Instituto Nacional de formação Turística.

Andresen, Teresa *et ali.* (2012): *Bom Jesus do Monte. Candidatura a inscrição na lista do Património Mundial.* Porto: FC-UP. 2 vols.

Barata, Mário (1973): "Origem dos santuários tipo 'Bom Jesus do Monte' em Braga, nos 'Sacro-Monte' do Norte da Itália (Piemonte e Lombardia), dos séculos XVI e XVII – Exemplo do de Varese". *In Bracara Augusta.* 27 (64).

Bazin, Germain (1963): *Aleijadinho et la sculpture baroque au Brésil*. Paris: Le Temps.

Bezerra, João (2002): *Subsídios para uma outra leitura do Bom Jesus do Monte – Santuário de peregrinação.* Braga: Edições Passionistas.

Capela, José Viriato (Coord.) (1992): *Memórias particulares.* Braga: ADB/UM.

Castiço, Fernando (1884): *Memoria histórica do Sanctuario do Bom Jesus do Monte*. Braga: Typ. Camões.

Corbin, Alain (2001): *História dos Tempos Livres*, Lisboa, Editorial Teorema.

Coutinho, Azevedo (1905): *Guia do viajante em Braga. Traços históricos e descritivos.* Braga: Livraria Escolar Editores.

Cunha, L. (2010): "Desenvolvimento do turismo em Portugal". *Fluxos e Riscos.* 1: 127-149.

Feio, Alberto (1930): *Bom Jesus do Monte.* Braga: Minerva.

Gonçalves, Eduardo (2011): "Institucionalização do turismo em Portugal". *In* Gonçalves, E.; Marques, J. (Eds.), *Turismo e sociabilidades na 'Ilustração Portuguesa'.* Maia: Ed. ISMAI e Cedtur.

Louro, Miguel; Peixoto, José Carlos (2012): Ascensor do *Bom Jesus de Braga.* Braga.

Massara, Mónica F. (1988*): O Santuário do Bom Jesus do Monte: Fenómeno Tardo Barroco em Portugal*. Braga: Confraria do Bom Jesus do Monte.

Peixoto, José Carlos G. (2011): *Bom Jesus do Monte.* Braga: CBJM.

Penteado, Pedro (2000): "Santuários". *In* Azevedo, Carlos (dir.), *Dicionário de História religiosa de Portugal.* Lisboa: CHER/Círculo de Leitores, vol. P-V, p. 164-178.

Pereira, Varico da Costa (2006): *Turismo Cultural e Religioso em Braga e Santiago de Compostela: Proposta de criação de um produto conjunto*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

Pimentel, Diogo Pereira Forjaz de Sampaio (1861): *Memórias do Bom Jesus do Monte*. 2.ª ed., Coimbra: Imprensa da Universidade.

– Repartição de Turismo (1917): *I Congresso Hoteleiro*: 28 e 29 de Abril. Lisboa: Imprensa Nacional.

Rinschede, G. (1992): "Forms of religious tourism". *Annals of Tourism Research.* 19(1): 51-67.

Stoddard, Robert H. (1994): "Major Pilgrimage Places of the World". *In* Brardwaj, S.M.,

Rinschede, G. E Sievers, A. (editors), *Pilgrimage in the Old and new World*, *in Geographia Religionum*, 8. Berlin, Dietrich Reimer Verlga.

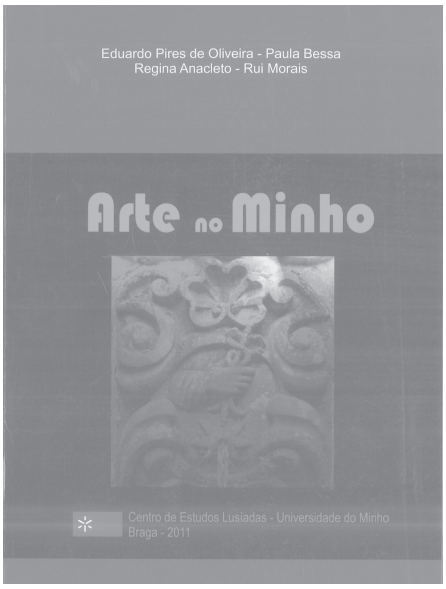
Teixeira, Francisco G. (1926): *Santuários de montanha: impressões de viagens.* Lisboa: Livraria Clássica.

UNESCO, Centro do Património Mundial (2011): Orientações técnicas para a aplicação da convenção do Património Mundial.

Recensões

■ **OLIVEIRA, Eduardo Pires de; BESSA, Paula; ANACLETO, Regina; MORAIS, Rui – *Arte no Minho.* Organização e introdução por Virgínia Soares Pereira, Braga, Centro de Estudos Lusíadas - Universidade do Minho, 2011 (238 x 170 mm, 204 pp.; ISBN: 978-972-99814-6-3).**

Este volume resulta de uma jornada de estudo organizada pelo Centro de Estudos Lusíadas /Universidade do Minho em colaboração com o Museu D. Diogo de Sousa, sobre algumas áreas e alguns períodos da arte no Minho. Reúne cinco excelentes estudos: de Rui Morais, "Arte Romana na Periferia do Império. O *Conventus Bracaraugustanus*"; de Paula Bessa, "Arquitectura Românica e Gótica no Minho"; também de Paula Bessa, "Arte no Minho no Século XVI"; de Eduardo Pires Oliveira, "Barroco e Rococó no Minho"; de Regina Anacleto, "Entre o Neomedievalismo e o Eclectismo: uma Visão da Arte Minhota". Assinale-se que cada um dos artigos é profusamente ilustrado com fotografias esclarecedoras dos temas desenvolvidos.



L.S.P.

■ **OLIVEIRA, Aurélio de, *Auto do Vinho*. Notas introdutórias de José Viriato Capela e Aurélio de Oliveira. Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2011 (275x225mm, 251 pp; ISBN: 978-972-588-224-5)**

No seguimento dos seus múltiplos e fundamentais estudos sobre a história económica e social do vinho, Aurélio de Oliveira brinda-nos agora com um trabalho muito interessante e original. A sua originalidade está em ser, ao mesmo tempo, uma obra literária e um estudo histórico. Com efeito, numa primeira parte, deparamos com um longo texto em verso no qual o autor vai inserindo fragmentos textuais de escritores portugueses quinhentistas que ao vinho se referiram, funcionando como textos inspiradores e condutores do auto. Os mais citados são André de Resende, Gil

Vicente e Sá de Miranda, mas também encontramos, para lá de referências a autos anónimos, aportações de vários outros escritores, como Diogo Bernardes, Camões, Rodrigues Lobo, António Ribeiro Chiado ou António Prestes.

A segunda parte é constituída por um conjunto de 143 interessantíssimas notas, de natureza histórica, ao texto poético. Por elas, passo a passo, nos vamos embrenhando na vida quotidiana da sociedade portuguesa do séc. XVI, ficando a par de dados curiosos da realidade económica, social e religiosa.

Numerosas e, muitas vezes, carregadas de humor satírico, são as ilustrações que acompanham os textos, ilustrações adaptadas, pelo próprio autor, de gravuras e iluminuras que, directa ou indirectamente, com o vinho se relacionam. Podemos assim apreciar outra faceta do historiador que, além de poeta, se sente também à vontade no grafismo.

E não falta sequer um glossário que nos ajude a compreender o sentido dos



vocábulos do português quinhentista. Enfim, uma obra que se lê com enorme prazer e proveito.

L.S.P.

■ **OLIVEIRA, Eduardo Pires de, *Braga Top-Secret*. Fotografia de Libório Manuel Silva. V. N. Famalicão, Centro Atlântica Lda, 2014 (215x145 mm, 139 pp; ISBN: 978-989-615-196-6).**

Braga Top-Secret é um roteiro de segredos, mais precisamente, de 56 segredos de Braga, aqueles pormenores da cidade, fora e dentro de portas, da sua história, da sua arte, da sua cultura. Por alguns deles até somos capazes de passar diariamente sem que neles reparemos. A partir de agora, e sob a segura orientação desta obra, belamente ilustrada, estão ao nosso alcance. *Braga Top-Secret* identifica-os, desvenda-os, inicia-nos neles com rápidas, mas certeiras e muito instrutivas anotações de natureza histórica e estética. Da Casa de Fresco do Bom Jesus, à capela Árvore da Vida, no seminário Conciliar de São Pedro e São Paulo; do túmulo de São João Marcos, na igreja do hospital, ao rolo da peste, na capela de S. Sebastião; dos azulejos Arte Nova à capela dos Monges, no convento dos Congregados; das Sete Fontes à cornija do convento dos Congregados; da capela de S. Miguel-o-Anjo ao

estabelecimento termal brácaro, na estação ferroviária; do Bar Egípcio, no Sindicato dos Empregados do Comércio, ao recolhimento das Convertidas, é todo um conjunto de segredos que somos convidados a desvendar.

E não se fica o roteiro pela arquitectura, pela pintura ou pela talha. Leva-nos também a conhecer a culinária (receita da das maçãs porta-da-loja ou do pudim Abade de Priscos), as árvores monumentais e classificadas, como o tulipeiro-da-virgínea, no palácio dos Biscainhos, ou o carvalho-roble no Bom Jesus, sem esquecer a "flor de viúvas" ou "viuvinhas" (Trachaelium caeruleum), nosso património vegetal.

Se gosta de conhecer segredos, terá neste roteiro um excelente guia. Ficará a conhecer melhor a sua cidade e a estimá-la ainda mais.

L.S.P.



■ **MEIRELES, Maria José – *Braga, era uma vez uma cidade*. Ilustrações de César Figueiredo. Guimarães, Editora Opera Omnia, 2014 (230x 255 mm, 47 pp; ISBN: 978-989-8309-67-9).**

Era uma vez uma cidade: assim começa, como se de um conto de encantar se tratasse, cada uma das sequências narrativas em que a autora vai dando conta dos principais momentos da história da cidade de Braga, desde os castrejos Brácaros até aos tempos do arcebispo D. João Peculiar, verdadeiro herói da fundação de Portugal, e concretamente, até ao ano de 1179, quando D. Afonso Henriques é reconhecido, finalmente, como rei de Portugal pela Santa Sé.

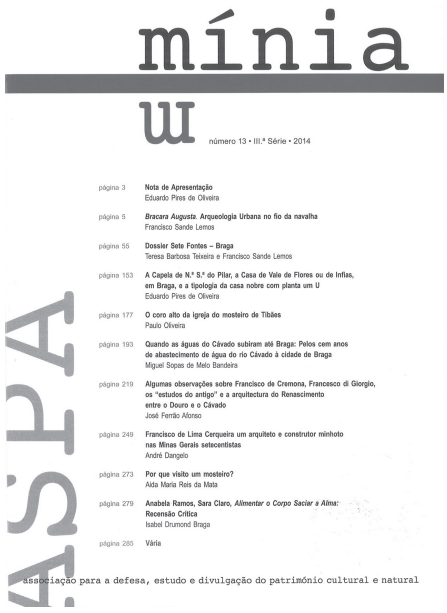
É, portanto, uma breve súmula histórica desde os primórdios da cidade até ao séc. XII, escrita com segurança científica e patente enlevo da autora. Poderá destinar-se aos leitores mais jovens, mas



os mais crescidos também a apreciarão, certamente.

L.S.P.

■ *Mínia*, Braga, Aspa, Número 13, IIIª Série, Junho de 2014



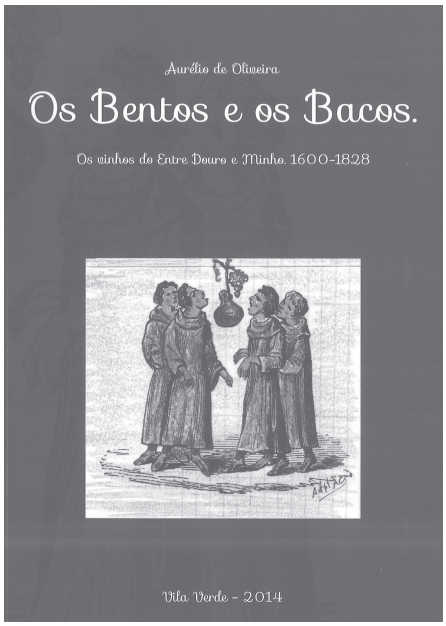
Como se diz na Nota de Apresentação, a edição deste número vem colmatar uma ausência de 10 anos. Nele se reúnem, agora, valiosos artigos de destacados investigadores. Francisco Sande Lemos escreve sobre "*Bracara Augusta*. Arqueologia Urbana no fio da navalha" (pp. 5-53); Teresa Barbosa Teixeira e Francisco Sande Lemos apresentam um bem documentado "Dossier Sete Fontes" (pp. 55-152), organizado em 4 partes: breve introdução sobre o valor arqueológico e histórico do Vale das Sete Fontes; uma análise do processo de qualificação; e dois anexos em que se transcrevem, num deles, documentos-chave de todo o processo, e, no outro, se faz uma listagem de documentação dispersa por diversos jornais e arquivos.

Por seu lado, Eduardo Pires Oliveira escreve sobre "A Capela de N.ª S.ª do Pilar, a Casa de Vale de Flores ou de Infias, em Braga, e a tipologia da casa nobre com planta em U" (pp. 153-176). "O coro alto da igreja do mosteiro de Tibães" é o título do artigo de Paulo Oliveira (pp. 177--191). Manuel Sopas de Melo Bandeira historia o abastecimento de água à cidade de Braga em "Quando as águas do Cávado subiram até Braga: Pelos cem anos de abastecimento de água do rio Cavado à cidade Braga". José Ferrão Afonso elabora "Algumas observações sobre Francisco de Cremona, Francesco di Giogio, os "estudos do antigo" e a arquitectura do Renascimento entre o Douro e o Cavado" (pp.219-248). Sobre "Francisco de Lima Cerqueira um arquiteto e construtor minhoto nas Minas Gerais setecentistas" escreve André Dangelo (pp. 249-271). Aida Maria Reis da Mata deixa as suas reflexões em "Por que visito um mosteiro?" (pp.273-277). Por fim, Isabel Drumond Braga faz a recensão do livro de Anabela Ramos e Sara Claro *Alimentar o corpo Saciar a Alma,* estudo as práticas alimentares dos monges de Tibães.

A extensa secção final "Vária" (pp. 285-421) dá conta do que foi a vida da ASPA. Inclui textos como o de Ademar Santos "Sobre o Minho e os minhotos", a apreciação de jornalistas sobre a ASPA, a evocação de membros da ASPA já falecidos, assim como os numerosos artigos "entre aspas" que, nos últimos dez anos, foram publicados no *Diário do Minho*.

L.S.P.

■ **OLIVEIRA, Aurélio de, *Os Bentos e os Bacos. (Os vinhos do Entre Douro e Minho. 1600-1822),* Vila Verde, Câmara Municipal de Vila Verde, 2014 (240x 175mm, 216 pp; ISBN: 978-989-99066-0-0)**



Os Bentos e os Bacos é um excelente e muitíssimo bem fundamentado estudo sobre o papel fundamental que tiveram os mosteiros beneditinos na produção e difusão dos vinhos na Província de Entre Douro e Minho, o "País dos Verdes", como o próprio Aurélio de Oliveira lhe chamou, produção feita nas terras de administração directa ou nas de arrendamento e de foro. Fruto de um extraordinário trabalho de investigação, revela-se, afinal, como um importante contributo para a História dos vinhos verdes, sobretudo nos séculos XVII, XVIII e primeiro quartel do XIX. Essa História está, em grande parte, por fazer, mas encontra aqui a sua estrutura fundamental.

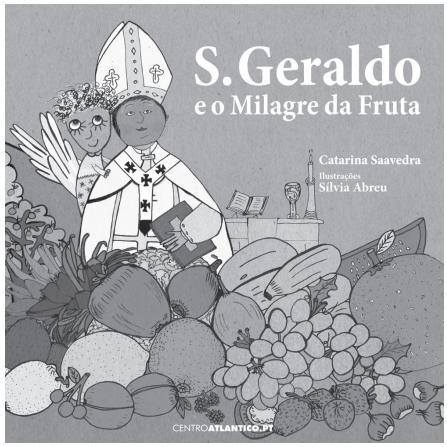
Aurélio de Oliveira apresenta não apenas as variedades dos vinhos e sua nomenclatura, a selecção e apuramento das castas, as quantidades produzidas, os consumos, mas tudo o que anda associado à vinicultura: o vasilhame, as adegas, os lagares, os alambiques, os preços, os transportes, a data das vindimas. Ficamos a conhecer com pormenor essa actividade nos mosteiros de Ganfei, do Carvoeiro, de S. Tirso, de Rendufe, de S. Miguel de Refojos de Basto, de Tibães, – o mais demoradamente estudado, naturalmente, – de Pombeiro, de Arnóia, de Travanca, de Bustelo, de Paço de Sousa, de Pendorada.

Para que melhor se possa avaliar o interesse e a amplitude do estudo aqui deixamos os títulos dos dez capítulos que o constituem: I. O quadro geográfico. Unidade e diversidade; II. Os vinhos do País dos Verdes; III. Vinhos muitos. "Uns em partes boas, outros em partes menos boas"(Mestre António, c. 1510. Gostos e preferências; IV. Manchas em definição. Primeira radiografia vinícola; V. As preferências. O vinho dos abades e senhores / o vinho dos camponeses; VI. Produção / consumos. Os ciclos da produção vinícola do País dos Verdes; VII. Percurso geográfico e cronológico da produção; VIII. Apreciação global sobre os registos beneditinos; IX. Os preços dos verdes. 1600-1822; X. Bibliografia (Sumária).

O texto vem ilustrado com numerosos mapas e gráficos bem como reproduções de gravuras e iluminuras (algumas saborosamente satíricas), de fotografias dos mosteiros e suas dependências. A bibliografia sumária ajudará os leitores e investigadores desta área histórica a aprofundar os seus conhecimentos.

L.S.P.

■ **SAAVEDRA, Catarina – *S. Geraldo* e *o Milagre da Fruta*. Ilustrações de Sílvia Abreu. V. N. Famalicão, Centro Atlântico, Lda, 2014 (215x 215mm, 63 pp.; ISBN:978-989-615-198-0).**



Um belo opúsculo, lindamente ilustrado, que vem contar às crianças, em estilo simples e fluente, o milagre da fruta, episódio emblemático da vida de S. Geraldo, padroeiro da cidade de Braga. Quem não souber, eventualmente, por que é que, no dia 5 de Dezembro, dia da festa do santo, se costuma ornamentar a sua capela com peças de fruta fresca, ficará, a partir de agora, elucidado sobre tão saboroso costume.

No fim, apresenta-se um glossário que explica o significado de alguns termos utilizados durante a narrativa, termos que nem as crianças nem mesmo alguns mais adultos conhecerão suficientemente. Também por isso este livrinho precioso é um bom contributo para o enriquecimento cultural das pessoas.

L.S.P.

Índice

Nota de Apresentação	Director	3
Braga e o Bom Jesus do Monte, uma simbiose perfeita	Miguel Sopas de Melo Bandeira e Rui Manuel Ferreira	5
Bom Jesus do Monte. A Paisagem e o Lugar	Teresa Portela Marques, Teresa Andresen e Carla Gonçalves	17
O Santuário do Bom Jesus do Monte no contexto dos Montes-Sacros	Teresa Portela Marques e Teresa Andresen	33
O Bom Jesus do Monte. (I. As origens. II. As devoções)	Aurélio de Oliveira	47
Artistas que trabalharam no Santuário do Bom Jesus do Monte - Braga	Eduardo Pires de Oliveira	101
Bom Jesus do Monte: uma obra de arte total	Eduardo Duarte	193
No Bom Jesus do Monte, com Camilo Castelo Branco	João Paulo Braga	211
Fundador do Elevador, senhor de Braga e do Bom Jesus	José Carlos Gonçalves Peixoto	233
Do Santuário à vilegiatura – A estância do Bom Jesus do Monte (Braga)	Eduardo Cordeiro Gonçalves e Varico da Costa Pereira	277
Recensões	Luís da Silva Pereira	289

FICHA TÉCNICA

Paginação: **Câmara Municipal de Braga**

Impressão e Acabamento: TIPOPRADO - Artes Gráficas, Lda.

400 exemplares

Depósito Legal n.º 27697/89

ISBN 972-9169-14-4

À

Redacção

B R A C A R A
A U G U S T A

Câmara Municipal de Braga / Arquivo Municipal

Praça Municipal

4700-435 BRAGA

Acuso a receção do(s) vol.(s)_____n.º(s)_____da Revista Cultural de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga ***Bracara Augusta***

Nome_____

Direcão _____

_____

Data_____/_____/ 201__

Assinatura _____

Nota: *A confirmação da receção pode ser feita por e-mail*

"A não devolução deste postal implica a cessação do envio das edições desta Câmara"



Telef. 253 203 150 – e-mail: revistabracaraaugusta@cm-braga.pt